

Humanidades

28



A M É R I C A 5 0 0 A N O S

LANÇAMENTOS

DIREITO E ESTADO NO PENSAMENTO DE EMANUEL KANT

Apresentado pela primeira vez, no ano de 1957, sob a forma de curso, *Direito e estado no pensamento de Emanuel Kant* conheceu diversas edições posteriores ampliadas e comentadas. O texto que a Editora Universidade de Brasília apresenta é a versão definitiva do autor. Trata-se de uma leitura comentada dos escritos jurídicos e políticos de Kant que deixa bem em evidência, através da comparação dinâmica como outras doutrinas jurídicas e políticas, o conceito do Estado liberal, do qual o pensamento de Kant foi uma das expressões teóricas mais rigorosas.

Norberto Bobbio (1909) é um dos mais brilhantes pensadores italianos contemporâneos. Tendo iniciado sua carreira universitária como docente da Universidade de Siena, Bobbio

transferiu-se depois para a de Pádua e finalmente para a de Turim, da qual é catedrático desde 1948. Suas obras principais são: *A teoria das formas de governo* (publicada pela Editora Universidade de Brasília), *Dicionário de política* e *As Ideologias e Poder em Crise, Teoria do Ordenamento Jurídico*.



O PRÍNCIPE E DEZ CARTAS



Com *O Príncipe e Dez Cartas* de Nicolau Maquiavel, a Editora Universidade de Brasília proporciona ao leitor brasileiro, além de uma edição consagrada de *O Príncipe*, a possibilidade de descortinar a personalidade do autor que, ao imaginar o estudo científico da Ciência Política, em 1515, revelou a extensão da problemática dos assuntos do Estado que ocupa até hoje cientistas e participantes da política.

Calcado na observação dos "fatos reais" e rejeitando a utopia como base da ação política, *O Príncipe* superou, nos quase cinco séculos que o separam de nós, tanto a classificação de conselhos a um *novo* príncipe quanto a de um manual dos tiranos, constituindo, com os *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, uma profunda lição de ética e filosofia política que delimitam a ação do estadista.

Os vinte e seis capítulos podem ser divididos em cinco grupos distintos. Do cap. I ao XI são analisados os diversos tipos de principados e o modo pelo qual eles podem ser adquiridos e mantidos. Do cap. XII ao XIV é discutida a organização militar do Estado. A conduta do príncipe é abordada do cap. XV ao XIX. Os conselhos sobre os assuntos de especial interesse para o príncipe são colocados do cap. XX ao XXII, e a situação italiana à época de Maquiavel é analisada do cap. XXIV ao XXVI.

Nas *Dez cartas* podemos detectar as características do bom diploma preocupado fundamentalmente com o bem do Estado, do estrategista de *A Arte da Guerra*; do funcionário público parcimonioso em seus gastos; do homem comum com um senso de humor aguçado e teatral; do cidadão fiel ao seu Estado e aos amigos, pois mesmo depois de submetido às mais duras penas tenta voltar ao trabalho político e diplomático com a mesma dedicação e, por fim, embora quase sempre distante e não muito cortejado pela sorte, o pai preocupado em fazer do filho um "homem de bem".

Edunb

Neste quinto centenário do descobrimento da América, tema desse nosso número, cabe a seguinte reflexão: a qual América nos referimos com festas, recordações e murmúrios? a dos colonizadores, símbolo da perpetuação do etnocentrismo europeu? à dos nativos, espoliados e massacrados? ou à América plural, resultante do entrecruzamento das mais variadas éticas, pulsões e ideologias?

Além da trama dos fatos meramente impostos por sua imediata evidência, os artigos aqui coligidos buscam tornar compreensivo o encontro entre velho e novo mundos. Perpetuar um estéril debate entre vencedores e vencidos seria dar continuidade a uma atitude mental de coerção e servilismo.

Os dados e os eventos ocorridos melhor se vislumbram em uma moldura interpretativo-problematizadora. Esta abertura para o questionamento efetiva-se pela descrição dos múltiplos aspectos envolvidos no descobrimento, desde a sua preparação na esfera das mentalidades na Europa, passando pelo cotidiano das caravelas, até a sucessão das etapas de colonização das terras ocupadas.

Pouco a pouco, desnuda-se a América plural, formada e moldada simultaneamente no decorrer de sua europeização e supressão das diferenças éticas e culturais. A América é um Outro em extinção, uma recorrente prática de devastação das utopias e do diálogo.

Um encontro para acabar com qualquer encontro – eis a América. Mas o que se realizou não significa que seja eterno. A realidade não é absoluta e a história está mais do lado do fazer que do feito. É a partir deste nível de possibilidade que o tom reflexivo da revista *Humanidades* se ratifica.

Por entre as brechas e escombros de nosso passado colonial brilha um horizonte, um sentido, um futuro por meio da própria experiência do pensar, do rever, do redescobrir a América incessantemente, não deixando que sequem as oceânicas águas do desconhecido.

A REVISÃO DOS QUINHENTOS ANOS

Escoa-se o ano de 1992 e com ele encerram-se os eventos alusivos aos quinhentos anos do descobrimento/conquista da América pelo reino de Espanha, deixando acesa a controvérsia. Não parece justo responsabilizar Colombo pelas decorrências do feito, ele que não chegou a ter consciência das reais dimensões da sua aventura e não recolheu, sequer, as glórias e homenagens definitivas que a história acabaria por conceder a Vespúcio: o continente que deveria chamar-se Colômbia hoje é chamado América. Não há qualquer dúvida, no entanto, de que tudo que sucedeu, logo a seguir, de bom ou de mau, é de inteira responsabilidade da Espanha e de seus súditos.

Para nós, habitantes do Brasil colonizado por Portugal, embora condôminos do mesmo continente, o feito e os eventos têm um significado apenas indireto. Se neles nos envolvemos, neste quinto centenário, deve-se à importância de que os mesmos se revestem, para a história da humanidade e da civilização, e ao gosto que herdamos por todas as polémicas.

Dentre as muitas manifestações motivadas pela efeméride, algumas se caracterizam pelo irrestrito ufanismo e louvor aos aspectos épicos do episódio e ao heroísmo de seu personagem principal. Outras, no entanto, fizeram-se notar pelo ressentimento histórico, potenciado através de muitas gerações, que beirava a ira mais irracional. Somos nós que colheram a oportunidade para realizar uma reflexão ética sobre o fato histórico, o qual, abstraídas suas especificidades, fornece excelente material para que se projete seus contornos no restante da história.

Dos inúmeros eventos programados para assinalar a epopéia, vale a pena destacar um deles. Trata-se de uma exposição realizada em Berlim pela Fundação do Patrimônio da Prússia e organizada em três seções: *o descobrimento, os descobertos e as conseqüências*. Das notícias que nos chegam pela imprensa, citaremos alguns comentários da *Tribuna Alemã*, que parecem apropriados, exatamente pelo seu caráter polémico: "O Velho Mundo, diz ela, carecia do patrimônio moral e humano para aquela empresa" (...). Completando mais adiante: "Dos documentos ilustrados (...) tiramos a conclusão de que nas minas de ouro e prata os conquistadores tratavam os índios escravizados como séculos mais tarde fizeram os nazistas, nos campos de concentração, com os judeus e prisioneiros de guerra." E, lembrando a cumplicidade da Igreja, refere-se à iconografia exposta: "Outro testemunho nos é proporcionado pelas gravuras sadistas e horripilantes da 'cristianização' dos 'pagãos' mediante o fogo, a tortura e o assassinato." E acrescenta: "Os trabalhos forçados, castigos desumanos, massacres sadistas cometidos por missionários, as epidemias levadas pelos europeus, como a varíola, a fome, as guerras contra o invasor, dizimaram a população. Foi um genocídio, pois, em alguns séculos apenas, morreram entre 70 e 90 milhões de índios." Era a isto que se referia, ainda há pouco, no Fórum do Pensamento Inquieto, na UnB, o bispo de Caxias, d. Mauro Morelli, quando recriminava a recente conferência do Conselho Episcopal Latino-Americano - CELAM -, realizada em Santo Domingo, durante a visita do papa João Paulo II, por não ter tido a coragem de se penitenciar com as populações indígenas da América, dizendo explicitamente: "Perdoem-nos! Nós pecamos contra vocês!"

Este ano de atenções voltadas para o Novo Continente deu oportunidade a que inúmeros

estudos e debates - como nunca antes - se produzissem, revelando fatos que até aqui permaneciam ocultos pela história oficial. Pode-se dizer que só agora a América foi descoberta. Quem lucrou com isso foi a história, que pôde ser corrigida, tomando-se mais verdadeira. E a verdade, enquanto patrimônio universal dos cidadãos de bem, interessa tanto à pátria dos colonizados quanto à dos colonizadores. Daí porque parece absolutamente irracional ou tolo aproveitar-se deste momento de lucidez crítica para voltar-se ao passado e exumando ódios seculares com eles nutrir hostilidades entre povos e gerações que, muito provavelmente, repudiam os fatos acontecidos.

A Espanha, de certo modo, é a dona da festa. E como tal, vem sendo alvejada com a maior carga de agravos dessa artilharia raivosa. Creio que se confunde Felipe Segundo com Felipe Gonzales e vice-versa.

Pergunta-se: Fosse outro o colonizador seria diferente a história? Acaso os portugueses foram mais brandos em relação ao Brasil? Que o digam os índios preados e os negros seviciados. Dentro de oito anos teremos o nosso quinto centenário e a oportunidade, então, de realizar o nosso próprio ajuste de contas com a história. Com a história, vejamos bem, e não com Portugal, que os jovens portugueses de hoje têm tanto a ver com as estripulias de Cabral, Borba Gato ou Pedro I quanto tem a ver um rabino de Tel-Avive com execução de Cristo. Talvez tenha a ver com a questão palestina, mas aí já é um outro problema, com o qual finalizaremos esta reflexão.

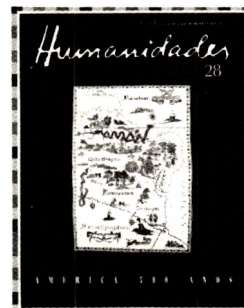
A bestialidade humana não tem pátria e não é exclusividade de etnias ou credos. Diga-se a bem da verdade que não só os espanhóis praticaram atrocidades contra os índios: os norte-americanos o fizeram com os pele-vermelhas, os portugueses com os guaranis e os brasileiros continuam a fazê-lo, até hoje, com os ianomamis e outras tribos. Muito antes da América e muito depois de sua colonização, a fúria da besta humana, açulada pela cobiça e pelo egoísmo, era e continua sendo a maior ameaça ao desenvolvimento da espécie.

Sem limitações de lugar ou de tempo, o homem vem sendo, na história, a fera do homem. Os ingleses na Índia, os japoneses na China, os alemães na Polônia, os franceses na Argélia, os russos na Checoslováquia, os libaneses no Líbano, os israelenses no Oriente Médio, os norte-americanos no Vietnã e em todos os cantos do mundo são apenas exemplos atuais que se multiplicam e comprovam que o progresso material o que tem feito é aumentar o poder de destruição do homem contra o homem e contra o ambiente humano.

Se, em qualquer época, sempre foi necessário ser severo para com a conduta ética dos homens, na nossa, mais que nunca, isto é preciso, se é que aspiramos a algo melhor em relação ao futuro.

Se as comemorações do quinto centenário da América desviaram-se de seu propósito oficial para deflagrar a revisão crítica da história, ótimo. Já estarão justificadas e este serviço lhe devemos. Seus frutos continuarão a ser colhidos ainda por muito tempo. Mas o maior deles certamente não terá sido o de mostrar como os espanhóis foram cruéis, em 1492, mas o de revelar como nós estamos sendo cruéis em nosso tempo.

Antonio Ibañez Ruiz
Reitor



Capa: Atlas de Dilog Homem

A revista HUMANIDADES é uma publicação da Editora Universidade de Brasília

Editor responsável: Thelma Rosane Perelra de Souza

Editor executivo: Marcus Mota

Editor de arte: Chiquinho Amaral

Conselho Editorial: Ana Maria Fernandes, Emanuel Oliveira de Araújo, José Geraldo de Souza Júnior, Luiz Gouveia Laboriau, Victor Paes de Barros Leonardi

Versões: Elga Pérez-Laborde e Mark Ridd

Revisão: Teresa Cristina Brandão e Joellita de Freitas Araújo

Ilustrações: Marcus Eurfcio

Fotografias: Ana Paula Diniz e Milla Petrillo

Iconografia: Portugal na abertura do mundo (pp. 104, 118, 120, 123, 124, 126, 129, 131, 134, 146, 148, 151, 158, 160, 162, 196, 198, 200, 201, 238); O descobrimento da terra (pp. 138, 150, 154, 156, 157, 177, 220); Fluxo e refluxo (pp. 204, 205, 207, 208); O descobrimento da América pelos chineses (pp. 180, 181); América nº 8/9 (pp. 151, 170, 173, 174, 175, 222); Revista América - suplemento especial (p. 112); Europe finds the world (pp. 177, 243) as páginas são referentes a este número de Humanidades

Composição: Anésio B. de Oliveira e Raimunda Dias do Nascimento

Arte Final: Valperino Andrade

Secretaria Gráfica: Antonio Batista Filho e Elmano Rodrigues Pinheiro

Legendas: p. 105, armada da segunda viagem de Vasco da Gama à Índia (1052); p. 117, astrônomo fazendo cálculos. Gravura de Stradamus; p. 127, vista de Lisboa, Iluminura do século XVI; p. 140, tampa de mesa pintada, 1533; p. 147, planisfério de Ebstorf, 1240; p. 165, presença dos colonizadores espanhóis na arte rupestre boliviana; p. 171, El Dorado, gravura de época e Colombo pintado por Sebastiano del Piombo, em 1519; p. 179, trabalhos de ténpera de uma âncora. Ilustração do livro *Exploração dos trabalhos da natureza*; p. 197, carta atlântica de Luis Telxela, 1600; p. 221, Atlas Miller, Brasil, 1519; p. 229, Debret; p. 239, Atlas Cosmográfico de João Baptista Lavanha e Luis Telxela, 1597-1612; p. 263, Miguel Asturias, Pablo Neruda, Gabriel García Márquez e Octávio Paz

Cadastro de Assinaturas: Rosa Maria Dantas de Oliveira e Gilmar Castelo Branco

Promocão, vendas e assinaturas: Alexandre Lima

Preço: CR\$ 600,00 (exemplar avulso)

CR\$ 2.000,00 (assinatura quatro números)

Endereço: Revista HUMANIDADES - Editora Universidade de Brasília, Campus Universitário - Asa Norte - Prédio Multiluso I, sala B. 1 - 54

Caixa Postal 045511

70919-900 Brasília, DF

Telefones: (061) 274-5352 e 348-2576

FAX: (061) 274-5352 Telex: (61) 1083 UNBS BR

Telex: (061) 1083 UNBS BR

Impressão: Gráfica e Editora OCB

Fotolitos: Lasercor

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores

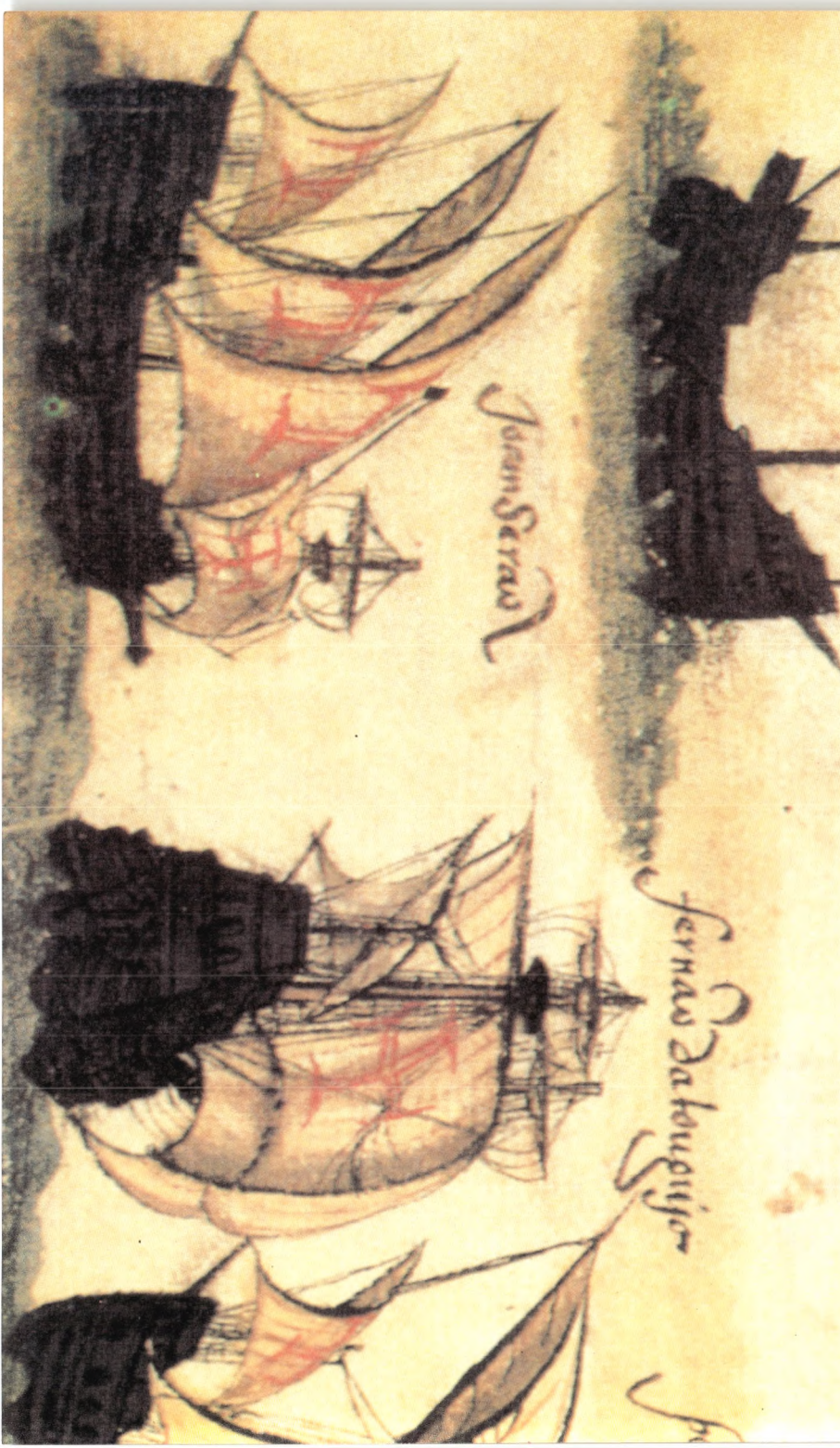
Os preços de exemplar e assinatura estão sujeitos a alteração periódica por razões de mercado.

Editora Universidade de Brasília: Emanuel

Oliveira de Araújo (Diretor)

Universidade de Brasília: Antonio Ibañez Ruiz (Reitor)

- 105** A AMÉRICA ENTRE DOIS CENTENÁRIOS
Jaime de Almeida
- 117** EL PAPEL DE LA CIENCIA Y LA TÉCNICA EN EL DESCUBRIMIENTO
Rafael Ruiz de Lira
- 127** NO TEMPO DAS CARAVELAS: EMBARCAÇÕES, VIDA NOS MARES E MODOS DE NAVEGAR
Janaína Amado
- 139** RENASCIMENTO E DESCOBRIMENTO
Amado Luiz Cervo
- 147** OS MITOS DA DESCOBERTA DO BRASIL
Tânia Navarro
- 165** TESTIGOS SILENCIOSOS EN LAS ROCAS ANDINAS
Roy Querejazu Lewis
- 171** COLOMBO E O ENCANTO DO OURO
Adalberto Marson
- 179** PRECURSORES DE CRISTÓVÃO COLOMBO NO DESCUBRIMENTO DA AMÉRICA
Corcino Medeiros dos Santos
- 187** A CONQUISTA DESNUDA A AMÉRICA
Geralda Dias Aparecida
- 197** ÁFRICA E AMÉRICA: O TRÁFICO NEGREIRO E A GESTAÇÃO DO RACISMO
José Flávio Saraiva e Klaas de Jonge
- 211** HISTÓRIA E PRECONCEITO
Victor Leonardi
- 221** OS NATIVOS EXPLORADOS E HUMILHADOS
José Oscar Beozzo
- 229** AS PRIMEIRAS DESCOBERTAS DOS CERRADOS CENTRAIS
Paulo Bertran
- 239** MIL ANOS DA CIVILIZAÇÃO AMERICANA: A BUSCA DA UTOPIA E AS QUATRO DESCOBERTAS DA AMÉRICA
Cristovam Buarque
- 249** POR UMA ANTROPOLOGIA DOS MODELOS IBÉRICOS DE COLONIZAÇÃO
Luiz Tarlei de Aragão
- 257** CONQUISTA DE LA INDEPENDENCIA POR EL ARTE
Elga Pérez Laborde
- 263** LOS COMBATIENTES DE PAPEL
Elga Pérez Laborde
- 274** PAINEL



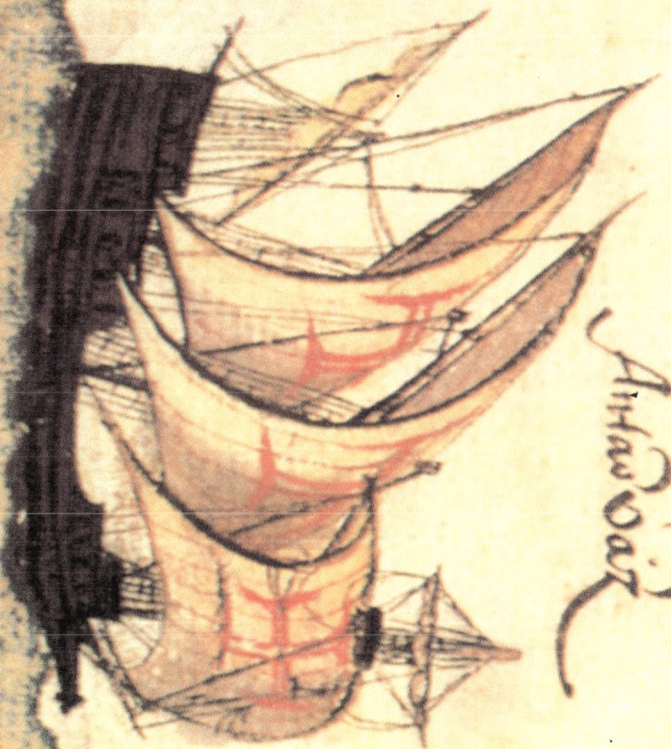
Joan Serrao

Serra da Louçã

Digne f. 27. 2. enello



Andreas



ff

Perdemondancy no farcel Deco fall

A AMÉRICA ENTRE DOIS CENTENÁRIOS



O QUE SE REMEMORA NA COMEMORAÇÃO? QUAL O SENTIDO HISTÓRICO ENVOLVIDO NO ATO DE FESTEJAR O DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA? TAIS INDAGAÇÕES OBJETIVAM UMA ABERTURA COMPREENSIVA QUE DESCORTINE AS PROBLEMÁTICAS PRESENTES NO ENCONTRO ENTRE DOIS CONTINENTES E ENTRE DUAS MENTALIDADES, ENCONTRO ESTE REVIVIDO NAS COMEMORAÇÕES JÁ CENTENÁRIAS.

JAIME DE
ALMEIDA



Na Espanha, a intelectualidade laica propunha a celebração do IV Centenário segundo um espírito secularizador e docente, típico do programa positivista. Em vão Menéndez y Pelayo repetiu as exortações anteriores

As festas, depois de terem sido monopolizadas, primeiro pelos folcloristas, depois pelos cientistas sociais, começam a merecer maior atenção de parte dos historiadores. Uma barreira de mal-estar tende, enfim, a ser superada. Sabíamos que as festas, sobretudo as comemorações, intervêm duplamente sobre o tempo: interrompendo-o, quebrando o fluxo da rotina, e impondo a reflexão sobre o passado e o futuro. Em nossas salas de aula e em nossos textos, onde vivemos a fazer exatamente isso, periodizar e interpretar o tempo, sentíamos que a festa concorre conosco, e o melhor a fazer parecia ser ignorá-la, ou mesmo apontá-la como exemplo negativo – reunião de tudo o que não cabe nos padrões da atividade acadêmica...

O mal-estar desaparece quando, agora muito mais atentos às questões da memória, da cultura, do imaginário, das identidades, do público e do privado, etc., reconhecemos que, justamente na festa, tudo isto se entrelaça e se institui. Descobrimos, por exemplo, que não se trata apenas de estudar como e porque se festeja a cada ano um Sete de Setembro, mas, também, que podemos intervir sobre as próximas comemorações, oferecendo alternativas de forma e conteúdo às fórmulas celebrativas rotinizadas.

Muito, embora talvez ainda não o suficiente, já se escreveu a respeito das múltiplas relações entre a história e a festa. Dentre todas as grandes polêmicas entre especialistas e amadores, sem dúvida a mais recorrente é aquela suscitada pelo binômio festa/revolução. Se tudo é histórico, não faz sentido emascular a festa com abordagens funcionalistas ou estruturalistas que reduzem seu objeto a uma 'coisa' esvaziada de qualquer dinamismo, referida apenas à historicidade genérica da cultura ou da civilização. Por outro lado, tudo é histórico, mas não nos interessa a simples crônica das pequenas variações que se apresentam em cada série de festas de qualquer tipo. Por estas razões é que os historiadores são irresistivelmente atraídos pelos encontros entre a festa e revolução.

Nenhuma razão, no entanto, para unanimidades: estilizado o paradigma da revolução, eis-nos a tecer nossos textos recorrendo ora à urdidura da longa duração, ora à trama das conjunturas, ora ao acaso das descontinuidades, relâmpagos de ruptura. Uma boa alternativa, inspirada em Jean Duvignaud, é a percepção de que em geral a festa não é, de modo algum, a grande subversão da ordem estabelecida. As sociedades estratificadas e policiadas colonizam a festa que, disciplinada e disciplinadora, simula/tolera a suspensão provisória de algumas coordenadas sociais da ordem para, disciplinadamente, reativar o ordenamento. Podemos concebê-las antes como antifestas, reservando às irrupções do novo, daquilo que é radicalmente destrutivo, catártico, (des/re)-sacralizador, a hipotética caracterização de festa, a demonstrar.

Nesta passagem de século e de milênio, é praticamente incontornável a sincronização dos congressos de história com os vários centenários e cinqüentenários (Abolição, Revolução Francesa, Tiradentes, América, Semana de Arte Moderna, Revolução

Federalista, Tordesilhas, Canudos, Guerra Hispano-americana, Vasco da Gama, Cabral...). Os historiadores não são ingênuos e escovam o tempo a contrapêlo, desconstruem as grandes datas da história dos vencedores; sempre que possível, escapam à pressão dos governos e do senso comum, definindo como tema central de seus encontros não a comemoração, mas a intervenção ativa sobre o presente: à época da Constituinte, a Associação Nacional dos Professores de História (ANPUH) promoveu a reflexão crítica sobre a questão terra e poder; em face da decomposição do leste europeu, discute-se reforma e revolução, história e utopias.

Mas há efemérides que se impõem, e não apenas pela demanda do mercado editorial: o V Centenário é uma delas. Não há como omitir-se, pois a América somos nós, com todas as ambigüidades que urram a cada nome que adotemos.

Hoje, além de completar quinhentos anos de um encontro – este é o nome atual –, completam-se cem anos de uma primeira comemoração. Em 1892, pela primeira vez, celebrou-se o descobrimento – o nome então era este –, e realizaram-se as primeiras grandes festas colombianas. O que poderia haver de interessante na comparação dos dois centenários, segundo os eixos festa/história e comemoração/historiografia?

UM PRIMEIRO CENTENÁRIO: 1892¹

A comemoração do IV Centenário do Descobrimento da América teve pouquíssimo entusiasmo no Brasil. A total ausência de entusiasmo e de povo nas festas colombianas explicou-se, à época, pela artificialidade do sistema das festas e símbolos civis imposto pela República; os republicanos radicais, por sua vez, responsabilizaram os monarquistas, denunciando em especial a má-vontade dos católicos. De fato, a imprensa católica minimizou a inauguração da primeira linha de bondes elétricos, ironizando a precariedade de funcionamento dos sistemas elétricos instalados na capital federal. O ponto alto do programa oficial voltado para o grande público, corridas no Hipódromo Nacional com a presença do marechal Floriano Peixoto, foram alvo de uma ácida crítica à jogatina desenfreada no turfe e nas finanças. Também a crônica semanal de Machado de Assis, ignorando a relação entre a inauguração e o centenário, é profundamente cética em face do ufanismo do progresso e da modernidade, discorrendo sobre a sorte dos animais de tração e, por analogia, dos trabalhadores braçais.

Em São Paulo, a efeméride laica ganhou as ruas: cavaleiros, carros com bandeiras e estandartes, bandas de música. Mas predominaram as colônias estrangeiras. O 'elemento nacional' no préstito convocado pela Comissão Italiana de São Paulo reduzia-se a clubes carnavalescos, Grêmio do Comércio e Sociedade de Socorros Mútuos Artes e Ofícios. A liderança da comunidade italiana cuidava ainda de reconciliá-la com a opinião pública, três meses após um conflito iniciado no porto de Santos que culminou quando quatrocentos italianos desfilaram pela rua São João

rasgando a bandeira brasileira, provocando forte reação nacionalista; contramanifestantes tomaram e esfaquearam em represália a bandeira italiana; houve tiros, prisões, etc. Em função do 12 de outubro, mais de cem proprietários, negociantes e moradores daquela rua propuseram à Câmara Municipal que ela se chamasse Cristóvão Colombo, o que certamente ajudaria a eliminar a memória dos distúrbios que estremeceram as relações entre os dois países.

Na Espanha, a intelectualidade laica propunha a celebração do IV Centenário segundo um espírito secularizador e docente, típico do programa positivista. Em vão Menéndez y Pelayo repetiu as exortações feitas alguns anos antes, vésperas do centenário de Calderón de la Barca ("Não fazer dele um ídolo, um manequim ou um fetiche", mas estudar sua obra): o evento apropriou-se das características das grandes cerimônias e práticas religiosas com seus lugares santos de peregrinação, suas concentrações de fiéis perante o altar – das artes ou das ciências –, suas medalhas, escapulários, selos, cartões.

Nos Estados Unidos, a grande Exposição Universal Colombiana de Chicago, em 1893, com 81 hectares, ocupou quase o dobro da superfície da exposição de Paris em 1900 e quase dez vezes a superfície da primeira exposição londrina, de 1851. Em número de visitantes, porém, Chicago, com 27 milhões, ficou aquém dos 32 e 50 milhões que visitaram as feiras parisienses de 1889 e 1900. A desmesura das obras, uma enorme cidade branca erguida sobre os pântanos e manguezais da margem do lago Michigan, evocava o fechamento da fronteira do oeste, anunciado na exposição pelo jovem historiador Frederick Jackson Turner: os americanos passavam a rever seu relacionamento com o tempo e reconsideravam seu lugar no continente e no mundo.

Da Espanha, tumultuada pela direita carlista e pelo anarquismo, uma crônica de Arnaldo Fonseca² evoca a aura da festa. Este *flâneur* português observa a banalização da vida da multidão nas ruas, apenas rompida por um ou outro grupo de rubias em cabelo que ainda afilam os dentes de ratinhas diante de tudo com que esbarram. Vê o rei de Portugal passeando a pé, acosado pelos vendedores das mercadorias do dia. São réplicas de caravelas, jornais liberais, a caveira de Cristóvão Colombo que abre a boca, fecha os olhos e diz papai-mamãe, retratos dos reis de Portugal, "el gordito y su mujer" a seis réis o par: "mira, que monos!..."

Passa agora a *Cabalqata*, aparatoso cortejo colombiano cuja concepção é a mesma das procissões religiosas espanholas. Figuras do século XV, as três caravelas, a rainha Isabel montada à inglesa numa grande horsa branca. Tudo isso desfila sem calor, sem nenhum ímpeto mais franco, nenhum estrépito que a multidão sempre produz, nenhuma gargalhada arpoa as nádegas pintadas de algum figurante da zarzuela fazendo alegoria de selvagem, tal como ocorria em tempos idos.

Visitando a exposição histórico-americana no palácio de Recoletos, o cronista não encontra gente afeita a andar sempre na

rua. Aí se concentram os estrangeiros e os tipos do ofício. A exposição tem o ar de um museu riquíssimo, tudo acabrunhador, pesado e baço. Eis, por acaso, uma família a circular em meio ao amontoado estonteante de opulências: marcham com seus olhares alvares, em passo de procissão, estão a matar o tempo. A festa pânica, a ruptura, estão certamente aguardando o pesquisador em outros espaços, outros textos. Talvez no momento em que os madrilhenhos enfurecidos com as falhas da programação dos festejos destroçaram toda a decoração do Paseo de Recoletos, provocando a demissão do alcaide. E talvez em Granada, dia 3 de novembro, quando a população destruiu todos os sinais da comemoração ao ser informada de que a família real não mais iria à cidade.

Em Chicago, após apreciar um fragmento da fala de Cecil Rhodes no Congresso Auxiliar do Mundo ("O nosso fim deve [ser] manter uma paz universal entre as nações pardas do mundo, civilizar a África e proporcionar e facilitar a propagação das melhores raças humanas, concedendo-lhes a prioridade de ocupação nos terrenos devolutos do mundo inteiro."), um outro narrador³ leva as crianças para observar, depois de os animais do zoo – todos perfeitamente domesticados vivendo em paz e harmonia –, a réplica de uma aldeia do Dahomé, recentemente conquistado por tropas francesas. "Aqui há cerca de sessenta homens e mulheres representando o único reinado africano independente – até o ano passado – e onde as mulheres se exercitam na arte bélica. (...) Felizmente chegamos a tempo de vê-los dançar e saltar contorcendo os corpos da forma mais hedionda e selvagem que se pode imaginar." À noite, 250 mil pares de olhos arregalados vêem 24 baterias de fogos representar a procissão dos últimos 25 séculos da história universal. (Em outra noite, todas as potências do mundo depõem seus troféus aos pés da soberba estátua alegórica de Chicago.)

Há contestação. A 25 de maio, delegações anarquistas de todo o mundo vêm a Chicago inaugurar no cemitério de Walheim o monumento aos cinco trabalhadores que foram executados como responsáveis pela bomba lançada contra uma delegacia de polícia em 1887, em plena campanha pela jornada de oito horas de trabalho. O monumento dialoga com um outro, erigido pela polícia, na praça do Haymarket, em que um policial ergue a mão direita e grita: "Em nome do povo de Illinois, ordeno-vos a paz". Uma mulher, em atitude de desafio, tem uma das mãos sobre o peito e deposita uma coroa de louros sobre a cabeça de um operário morto, estendido ao solo. No pedestal, as últimas palavras de Augusto Spie antes de ser enforcado: "O nosso silêncio será muito mais poderoso do que quantas palavras pudessemos proferir". Algumas semanas antes, os anarquistas invadiram o recinto da exposição, resultando mortos e feridos no choque com a polícia. A imprensa anuncia prisões e teme atentados à dinamite. Alguns meses depois, o presidente Cleveland ordenará a repressão sangrenta da grande greve dos empregados da empresa ferroviária Pullman, de Chicago. Os linchamentos de negros e italianos prosseguem.

A abordagem da iconografia das festas de cem anos atrás tem na *Revista Ilustrada* uma fonte muito especial. As imagens veiculam mortes e violência que exemplificam bem o clima da época: tensões profundas

Onde estava o povo, no Brasil, há cem anos? Se associarmos a noção de povo à de multidão, ele está na Procissão do Desagravo, na primeira sexta-feira de abril, no Rio. A 25 de março, dois protestantes quebraram a porretadas o crucifixo da sala do tribunal do júri. A reação do clero e da quase totalidade da população, respeitada por todas as correntes da imprensa, culmina uma semana depois num cortejo soleníssimo: 150 padres, dezenas de ordens terceiras, centenas de anjos e milhares de fiéis, fenômeno incomparavelmente superior a qualquer festa cívica da época. A multidão segue o ponto de vista do clero ultramontano, culpa o positivismo da República pelo sacrilégio. O triunfo da manifestação católica é bruscamente respondido pela prisão e exílio dos republicanos deodoristas, acusados de conspiração nas sacristias.

Na áspera polêmica travada a propósito das festas entre republicanos jacobinos e católicos ultramontanos, se a razão, em última instância, coubesse a quem mobiliza maior massa de gente, uma leitura serena da imprensa da época encontrará as festas mais populares, como a da Penha, numa terceira posição. Empenhado na defesa de seus interesses imediatos nos bens móveis e imóveis das irmandades leigas e ordens terceiras, consciente de que o Governo Provisório pode a qualquer momento decretar sua desapropriação, a Diocese do Rio de Janeiro impõe sua autoridade sobre aquelas associações, reformando, proibindo e ignorando suas festas. O modelo proposto pelo clero romanizante é ostensivamente distante das tradicionais festas de largo e romarias, sem a presença habitual do álcool e dos jogos de azar, que comprometeriam a inocência dos folguedos populares. Trata-se de forjar uma nova sensibilidade religiosa, estimulam-se novas devoções: as festas do mês de maio, os Sagrados Corações, o mês do rosário, as organizações vicentinas. Atenção especial é dedicada às mulheres e crianças das camadas média e superior da sociedade. O povo, alvo de um discurso de inspiração romântica, tem pouca ou nenhuma autonomia na festa romanizada.

Excetuando os pronunciamentos jacobinos, que não discutem o sentido da festa em função da quantidade, os registros de festas cívicas do período sugerem ou afirmam a ausência de entusiasmo do povo, reduzido à condição passiva de espectador enquanto desfilam os soldados, funcionários públicos e escolares. Não deixa de ser surpreendente a aparição do almirante Custódio José de Melo na mesa diretora da Irmandade do Senhor do Bonfim, introduzida no Rio de Janeiro em janeiro de 1893 com todas as características da religiosidade sincrética baiana e, mesmo assim, aprovada pelo clero que iguala o triunfo da festa inaugural ao da Procissão do Desagravo. Assim podemos entender, na cobertura dada à Revolta da Armada pelo jornal católico *O Apóstolo*, em setembro, a descrição do comportamento popular durante o bombardeio da cidade. Após relatar o pânico da população e a corrida desabalada rumo aos subúrbios, a crônica assinala:

“Uma vez instalados fosse onde fosse, a nota dominante tornava-se de um alvoroço mais festivo que alarmante. (...) Não ficou casa que não recebesse hóspedes (...) muita gente dormiu ao relento sob o arvoredo dos arrebalde, que, apesar de tudo, estavam a apresentar aspecto verdadeiramente festival”.

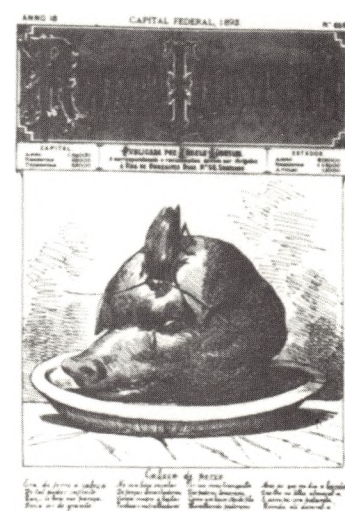
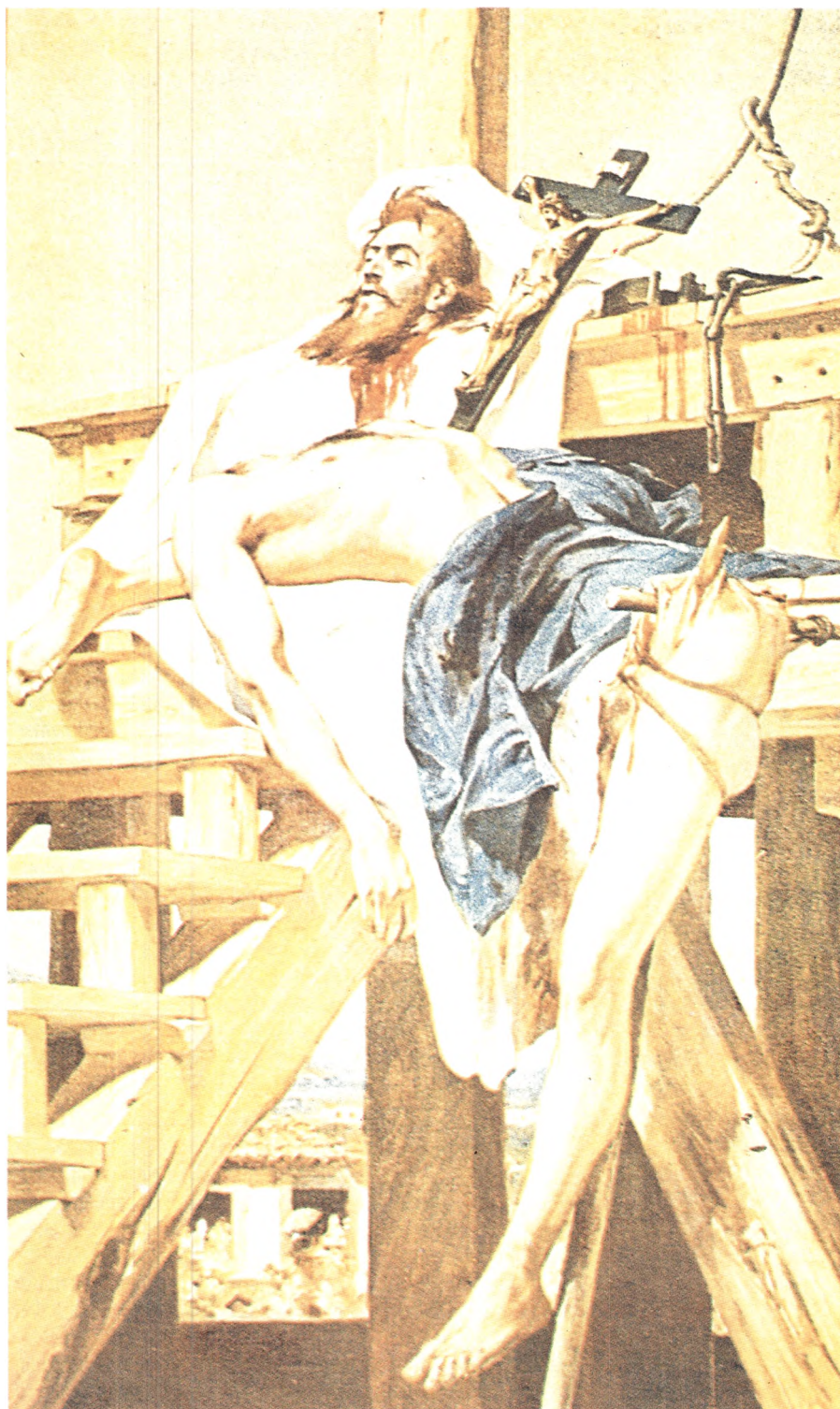
Curiosamente, as memórias de Luiz Edmundo, de família estreitamente ligada ao governo militar, confirmam o sentimento de festa produzido pela atualização dos vínculos fundamentais da vida em comum que a brusca ruptura do cotidiano pela guerra propicia⁴.

Eis aqui a brecha para encontrar o povo na, e através da festa. Jean Duvignaud, assentando a festa em cheio sobre a categoria destruição; Douglas Teixeira Monteiro compreendendo a guerra como abertura para a festa que procura um outro século, no Contestado; Marlyse Meyer e Maria Lúcia Montes descobrindo a capacidade de intervenção dos excluídos, ditando o texto de cada ato quando a sociedade golpeada pela morte, lançada num tempo liminar, busca ritualmente o retorno à normalidade: capacidade forjada na experiência cotidiana de uma vida inteira vivida como situação-limite; todos apontam nesta direção⁵.

Registro de situações-limite, as páginas policiais são fontes inesgotáveis para a história da festa. Lembremos que, ao receber convite do Instituto Histórico e Geográfico para a sessão de comemoração do IV Centenário, o Senado Federal discute a proposta n. 91 da Câmara que decreta a fundação de colônia “para correção, pelo trabalho, dos vadios, vagabundos e capoeiras que forem encontrados [na Capital Federal]; aí se incluem indivíduos de qualquer sexo e qualquer idade [ociosos ou que agem], quer aproveitando o movimento da população em festas e solenidades públicas, quer em manifestações de regozijo e reuniões populares”. Naquela mesma sessão, Américo Lobo afirma, a propósito de competências na legislação e repressão: “A vida começou; o que há é que ela está ainda balbuciente, porque somente agora principiou a gozar da liberdade o povo, que estava durante mais de três séculos subjugado pelo cativoiro”⁶.

A abordagem iconográfica das festas de cem anos atrás tem na *Revista Ilustrada* uma fonte muito especial. Observa-se, no n. 656, o contraste entre o tratamento de gênero *fête galante* ao pic-nic oferecido pela Companhia Cidade da Gávea inaugurando as obras de um loteamento de luxo no Leblon, à página 5, e a terrível natureza-morta da página de rosto. Sobre a bandeja, da cabeça decepada de um porco ainda escorre uma lágrima, atraindo a gula da barata pousada sobre a testa. Finalmente arrasada a famosa Cabeça de Porco no Botafogo, muitas outras famílias são agora vagabundas, condenadas à liberdade do novo século que começa.

Em outubro de 1892, o Rio de Janeiro estarrecido acompanha um pavoroso crime. Em fotos, o tronco mutilado da parda Maria de Macedo, a cabeça e os membros, e seus dois assas-



Revista Ilustrada exemplifica o contexto social da época

Quadro de Pedro Américo mostrando Tiradentes esquartejado

Para o Conselho Mundial dos Povos Indígenas não há o que se comemorar, mas sim reconhecer o fato histórico do descobrimento e as injustiças que o permeiam. É preciso fazer soar uma nova palavra que revelará a dor

sinos, são expostos à porta das redações de jornal. Um artista da *Revista Ilustrada* as reproduz; inserindo tais imagens na série de tentativas de representação não-convencionais de Tiradentes, cujo primeiro centenário se comemorava em 1892, e vendo-as rodeadas por tantas figuras de pessoas simples a morrer sob as rodas de bondes e locomotivas, agonizando sob casebres desabados, apanhando da polícia, fugindo ao recrutamento, sofrendo com o cólera e o encilhamento, é irresistível pensar que a visão do pobre corpo esquartejado de Maria de Macedo é que leva Pedro Américo a iniciar seus estudos para o *Tiradentes esquartejado*, em dezembro de 1892. Estão aí, parece-nos, o desagravo ao Cristo despedaçado, o povo e a festa aguardando esta arqueologia de um símbolo nacional.

O IV Centenário – convocado por uma Espanha envolvida em guerras coloniais, prestes a perder para os Estados Unidos da América (EUA) o que lhe restava do antigo império no Caribe e no Pacífico – atraiu menos de dez intelectuais latino-americanos, excluídos os representantes diplomáticos. Dois anos antes, pela primeira vez, todos os países latino-americanos se reuniam: sob a tutela dos EUA. Era a I Conferência Internacional Americana, onde nasceu o Escritório Comercial das Repúblicas Americanas, logo rebatizado União Panamericana, que em 1948 transformar-se-ia na Organização dos Estados Americanos (OEA), em meio à explosão a que se chamou o *hoqotazo* e que iniciou *La Violencia*.

A historiografia americanista resultante dos congressos de 1892–1893 apresenta nítida renovação, com o esforço secularizador e docente dos intelectuais, muito marcados pelo positivismo. Embora obcecados pela personalidade individual de Colombo, a própria confrontação entre partidários da *Leyenda Negra* e a equipe de historiadores católicos – o próprio chefe de governo Antônio Cánovas, padre Fidel Fita e monsenhor Gerardo Mullé de la Cerda à frente – impôs o padrão da pesquisa em arquivos. Nos Estados Unidos, a influência da tese de Frederick Jackson Turner é decisiva. No Brasil, Rocha Pombo vence um concurso organizado em São Paulo e seu livro, *História da América*, publicado apenas em 1900 no Rio de Janeiro pela editora Laemmert, dirigido aos alunos da Escola Normal; a disciplina história da América não constava dos currículos⁷. Uma questão mereceria aprofundamento: teria a versão católica da história da América reinado soberana em escolas brasileiras? Os positivistas, tão fortemente enquistados nas Escolas Normais, teriam aceito esta versão, ou terão logrado divulgar outros autores, criticando a colonização católica? A polêmica envolve autores como Paulo Prado e Manuel Bonfim: em que medida chegou aos manuais escolares antes de, digamos, 1945?

O 'NOSSO' CENTENÁRIO: 1992⁸

Um século depois, é uma Espanha rejuvenescida com o colapso do franquismo, em plena *movida*, empenhada na unificação social-democrata da Europa, que celebra agora, não mais o

passado, senão o futuro, na Exposição Universal de Sevilha. O embaixador José Luís Crespo de La Vega, divulgando a Expo 92 às autoridades e aos empresários brasileiros, sintetizou: a Espanha completa agora o processo de seis anos de integração à Comunidade Econômica Européia (CEE), e a primeiro de janeiro de 1993, entrará em vigor o Mercado Comum Unificado. “Hoje, a comunidade internacional necessita mais que nunca encontrar-se em um lugar criado para a imaginação. Em 1992, a imaginação do mundo é a Expo 92.”⁹

Na Guatemala, o embaixador Juan Pablo de Laiglesia, dirigindo-se a todo um outro público, distingue didaticamente celebração e comemoração: nada de exaltação histórica, senão reflexão crítica. A Espanha, um dos países mais invadidos da história, não está no entanto interessada em transmitir ao século XXI a obsessão com invasões, conquistas, expulsões e guerras. Trata de enfrentar esse passado encarando o futuro de um país plurinacional, pluricultural, reconciliado consigo mesmo e disposto à solidariedade com os países irmãos e, a seguir, com o resto da comunidade internacional. A Constituição Espanhola de 1978 recuperou o sistema democrático, reconheceu a existência e a autonomia de nacionalidade no interior do Estado espanhol.

O V Centenário não corresponde agora a um único interesse espanhol, já que todos os países ibero-americanos, além de outros como os Estados Unidos, Israel e Japão, também têm suas próprias comissões e programas, apoiados pela Unesco.

Mais além dos clichês, 1992 concebido como uma comemoração – oportunidade de reflexão crítica sobre o passado –, propicia debates em torno da composição étnica dos países ibero-americanos, do grau de integração de suas sociedades, de suas tradições de convivência, ou seja, temas cruciais da política interna de cada país. Praticamente encerrado o ciclo das ditaduras, excetuado algum notável anacronismo (Cuba?), e vislumbrando-se o caminho da pacificação da América Central, o embaixador salienta o grande ponto de convergência da comunidade ibero-americana: o marco político e ético. Assim, 1992 é um ponto de encontro, mas um ponto de partida e não de chegada – opção para a qual as condições estão dadas e que seria lamentável recusar preferindo a alternativa de recorrer ao argumento da diversidade para a divisão e não para a integração¹⁰.

De que integração se trata? O primeiro-ministro da Espanha, Felipe González, resume. Há que se partir da constatação da quase inexistência de uma idéia de relação político-institucional nem de uma cooperação econômica entre a Comunidade Econômica Européia e a região latino-americana. Os acordos existentes privilegiam as relações entre alguns países e suas antigas colônias da África, Ásia e Caribe. Coube à Espanha, contando com alguma sensibilidade de países como a França e a Itália, fazer aprovar, desde 1986, quando o país aderiu à CEE, o estabelecimento de um mecanismo de diálogo com o chamado Grupo do Rio, composto por sete países. Os grandes problemas de fundo, neste diálogo, são as relações comerciais, a ausência de

acordos financeiros e, sobretudo, a crise da dívida externa do continente.

Mas a Espanha, um país de tipo médio, com um nível de renda 25% inferior à média dos seus interlocutores europeus, não tem condições de ser encarada como a ponte entre a CEE e a América Latina. Em sua opinião, o único papel cabível é o de manter sempre à mesa de discussões da CEE a idéia da importância que o desenvolvimento da América Latina pode representar para o futuro daquela comunidade.

Entretanto, o brusco colapso dos regimes do Leste e a inserção desta vasta região na grande economia de mercado atraiu, naturalmente, muito maior interesse das grandes potências (em especial a Alemanha). Com sutileza, Felipe González aponta para duas incógnitas leste-européias: as fórmulas políticas e as fórmulas econômicas em confusa gestação. Não se sabe ao certo em que direção os novos regimes do Leste se estabilizarão, enquanto que os sistemas políticos e econômicos e os valores da América Latina tendem a ser cada vez mais próximos aos da CEE¹¹.

Os esforços da Espanha no sentido de moderar o rigor dos governos e bancos europeus no tratamento da dívida externa latino-americana têm obtido resultados modestos. À guisa de exemplo, o governo 'perdoou' 50% da dívida mexicana junto aos bancos privados espanhóis em julho de 1989. O presidente da CEE, Jacques Delors, admitindo a existência de grandes divergências, afirmou no entanto o consenso de que a dívida externa é mais do que um problema econômico, uma vez que se trata de apoiar e incentivar a democracia na América Latina. Mas o impacto do 'perdão espanhol', que apenas sensibilizou a Itália, Portugal e a Grécia, pode ser avaliado em números: refere-se a nada mais que 1% da dívida externa total do México¹².

Um vasto conjunto de projetos está em execução pela Comissão Nacional do V Centenário, seguindo três grandes eixos: científico e técnico; cultural e educativo; informação, informatização e telemática. Geralmente pouco informados a respeito da Espanha e de nossos vizinhos hispano-americanos, temos aqui uma oportunidade de conhecer algo da trama econômica e política da grande comemoração. Com a palavra os banqueiros.

Um dos vice-presidentes do maior banco espanhol, o Banco Bilbao Vizcaya, explicava no ano passado que, por um lado, a CEE é muito mais cara e difícil do que se pensava, e por outro lado, há mais que indícios de que a grave crise econômica latino-americana, de mais de uma década, está sendo superada por alguns países. É o caso da Venezuela, cuja Bolsa de Valores, segundo o *Wall Street Journal*, registrou uma alta de 572% em 1990. (Aos grandes centros financeiros não interessa muito pensar no custo social desse tipo de êxitos.)

Isto explica, em parte, o repentino interesse de um 'pequeno, mas seletivo' número de empresas públicas espanholas por investimentos na América Latina. Seja apenas por negócios, seja por compromisso político, é certo que esta decisão concorreu não só para o sucesso do processo de privatização das empre-

sas públicas argentinas, mas também para desencadear uma verdadeira 'febre inversora' espanhola. Ibéria, Renfe, Telefónica, Repsol e Endesa fizeram-se acompanhar por capitais privados. É o caso do Citicorp e Banco Río na compra da Entel argentina pela Telefónica espanhola; o Banco Hispanoamericano e o Banesto associaram-se à Ibéria na aquisição de 49% das Aerolíneas Argentinas.

O México, sobretudo desde que se consolidou o projeto de constituição do mercado comum com Estados Unidos e Canadá, é outro grande foco de inversões espanholas. O grupo Hasa está construindo nas proximidades de Cancún um complexo imobiliário no valor de cinquenta bilhões de pesetas e criou no México uma filial que concentra a maior parte de seus negócios no exterior.

Outros países muito atraentes para os investimentos espanhóis são o Uruguai e o Chile. Talvez o sinal mais visível do processo em andamento sejam os negócios da companhia aérea espanhola Ibéria, que já adquiriu 45% das ações da Viasa venezuelana, 35% da Ladeco chilena, e disputa com outras empresas as ações da Aeropostal venezuelana, da Lan chilena e da Dominicana de Aviación¹³.

A Exposição Universal Colombiana de Chicago, de 1893, legitimava antecipadamente a tomada das antigas colônias espanholas pelos Estados Unidos e afirmava a superioridade *wasps* na história. Passados cem anos, a diplomacia espanhola vem tratando a relação com os Estados Unidos com muita cautela e uma certa dose de malícia. Com despedidas amigáveis, os últimos F-16 da Força Aérea dos EUA deixaram a Espanha, transferindo-se para a Alemanha a 24 de março de 1992. Poucos dias antes, Felipe González mantinha contato com George Bush na Casa Branca; ambos afirmaram que as relações bilaterais entre os dois países estão em seu melhor nível em toda a história. Segundo Bush, "há coincidência de pontos de vista em quase todos os assuntos"; sobram ainda elogios e agradecimentos a González por "sua liderança em numerosas questões deste hemisfério". Como se sabe, o socialista espanhol Enrique Barón, à frente do Parlamento Europeu, bem como o embaixador espanhol no Panamá, Tomás Lozano, foram particularmente enérgicos na condenação da intervenção militar norte-americana no Panamá, em dezembro de 1989¹⁴.

Talvez o essencial esteja no próprio interior dos Estados Unidos. A Espanha, contando com o sucesso da unificação europeia, aposta no crescimento da população de origem e fala hispânica nos EUA. Somando-se todos os grupos hispânicos legal ou ilegalmente instalados naquele país, chega-se perto dos 25 milhões, 34% acima dos índices de 1980. Mantida a mesma taxa de crescimento, pode-se prever que em vinte ou trinta anos os hispânicos serão mais numerosos que os negros. Diante da expansão da língua espanhola no país, o senador Hayakawa, de origem japonesa, fundou em 1981 o movimento *English Only*, que já se organiza em pelo menos 16 estados, como Califórnia e Flórida, e conta com grandes estrelas como o escritor Gore Vi-

A historiografia é uma luta contra o esquecimento. As comemorações, ao mesmo tempo que concretizam uma visão tradicional dos fatos, também colocam em circulação contradições da realidade. O tempo é soberano

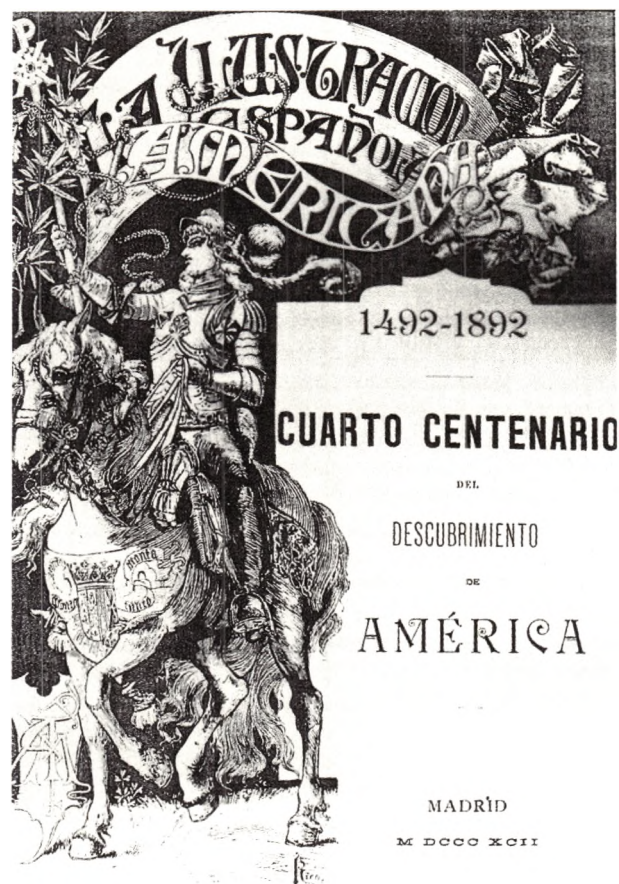
dal e o ator Arnold Schwarzenegger. Apesar das evidências de preconceito, prevalece até agora o cálculo favorável à existência de um 'colchão hispânico' urbano e social amortecendo os contatos diretos entre brancos e negros, que permanecem nos extremos opostos da sociedade norte-americana.

Por outro lado, os bolsões hispânicos permitem tratar as várias 'minorias' de modo genérico, além de oferecer mão-de-obra mais barata. Em 1975 havia 67 estações de rádio transmitindo em língua espanhola. Em fins de 1990, já eram 177, além de 450 emissoras com programação em espanhol variando de uma a 24 horas. Mais de quarenta revistas com tiragem aproximada de 1,4 milhão de exemplares, dez jornais diários e duas cadeias nacionais de televisão (há três cadeias nacionais em língua inglesa) atraem não só os leitores, mas também os anunciantes. Acrescente-se a estes dados o projeto Hispasat, primeiro satélite espanhol de comunicações, com sua *TV-América* cobrindo a costa leste dos Estados Unidos, o México, América Central e toda a América do Sul (exceto o Brasil), com inauguração prevista para breve, e teremos algo mais a refletir a propósito do V Centenário do encontro de dois mundos¹⁵.

A mais delicada missão da diplomacia espanhola, senão de todo o programa das comemorações, é o tratamento da questão indígena. A formulação mais sintética, mais eloquente, é uma anedota – aparentemente verídica – publicada numa importante revista acadêmica: depois de ouvir de um mexicano toda a lista de crimes cometidos pelos espanhóis contra os índios, um espanhol responde que tudo isto sem dúvida é responsabilidade dos antepassados do mexicano, já que os dele permaneceram na Espanha...

O casal real espanhol cuidou de visita: o México em janeiro de 1992. Naquele país, o mais reticente frente às comemorações, cujo embaixador Alfredo Baranda declarava em Madri que "se se falar de conquista, nada temos a celebrar", os reis se encontraram em Teotitlán del Valle com os representantes dos 16 grupos étnicos do estado de Oaxaca. Não podemos tratar aqui da espetacularidade do encontro, nem ousar uma antropologia ou semiótica dos ritos e protocolos buscando um sentido mais profundo desse diálogo tão inédito. Registremos apenas que o rei afirmou que as intenções colonizadoras da Coroa espanhola sempre foram boas, mas não o suficiente para impedir os abusos e desmandos dos representantes e encomendeiros (Cortez foi exatamente o primeiro) que indicaram para aquela região. Diante do governo mexicano, outras palavras: assinatura do Tratado de Cooperação e Amizade, o mais importante de todos os tratados até agora firmados pela Espanha¹⁶.

A disputa pelo sentido maior da comemoração já estava encerrada na VII Conferência Ibero-Americana de Comissões do V Centenário, em julho de 1989, na Guatemala. Naquele país, um dos mais violentos na repressão contra os grupos indígenas, foi aprovado por unanimidade o documento *Presença e significação dos povos indígenas da América*, com dez recomendações que foram consideradas uma "obrigação moral para os



Em publicações europeias, principalmente na Espanha, apesar dos revisionismos históricos, ainda se celebra de bom grado a memória de Colombo



Estados''. Ana Isabel Prera, ministra da Cultura e chefe da delegação guatemalteca, admitiu com franqueza que o tema direitos dos indígenas só começou a aparecer de modo explícito em seu país com a Constituição de 1985; que a assimilação da idéia de uma sociedade multiétnica e multinacional levará algum tempo, sobretudo após tantos anos de centralismo autoritário; a ministra reconheceu ainda que os índios nunca se identificaram com o país, que, como outros, nada mais tem sido que a simples hegemonia de uma nacionalidade sobre as demais.

Donald Rojas Maroto, índio de Costa Rica que preside o Conselho Mundial dos Povos Indígenas, presente à VII Conferência como observador, embora mantendo a posição de que não havia o que se comemorar, constatou que o documento aprovado reflete as principais propostas das comissões indígenas. Foi posteriormente convidado a visitar Madri, onde numa entrevista prontamente divulgada, avançou em alguns pontos, admitindo que, apesar de fortes correntes de opinião contrárias ao V Centenário, há que se reconhecer o fato histórico, sem deixar passar as injustiças cometidas, e buscar o que se pode fazer de positivo na comemoração. Ao ser indagado sobre o documento assinado na Guatemala por 22 países latino-americanos, Portugal e Espanha, reconhecendo que a opressão contra os índios ainda perdura, o presidente do Conselho Mundial dos Povos Indígenas pronunciou a frase tão ansiosamente esperada: "A novidade é que os povos da América já deixam de responsabilizar (apenas) a Espanha pela situação histórica"¹⁷.

Há indícios de que o México – onde se refugia a maior parte dos indígenas que sobrevivem à repressão na Guatemala – tenha sido, em larga medida, o responsável por alguma correção da rota proposta pelas autoridades espanholas. Um dos membros da delegação espanhola admite, ao final da VII Conferência: "Até agora, o enfoque da comemoração era um, que evoluiu pouco a pouco; a partir de agora, pode-se falar de uma nova etapa no significado que todos damos a esta efeméride".

O historiador e embaixador do México perante a Unesco, Miguel León-Portilla, pode ter sido quem melhor conduziu aquela organização a participar do V Centenário, a abrir um fundo especial de financiamento a várias iniciativas e a estabelecer duas primeiras linhas de trabalho: 'Encontros em cadeia' e 'Ameríndia 92', esta assentada especialmente no horizonte de atividades do Instituto Indigenista Interamericano, ligado à OEA, sediado no México. O próprio León-Portilla, divulgando o programa 'Ameríndia 92', após salientar que o enfoque definido pelo nome *Encontro de dois mundos* foi proposto inicialmente pelo México, pela OEA, países latino-americanos e até pela Junta de Extremadura, região paupérrima da Espanha, e indicar os objetivos dos projetos da Unesco, legitima a comemoração:

"Interessa sobretudo propiciar a mais ampla difusão da nova palavra, a daqueles que em verdade poderão hoje festejar a coragem de seus povos, que, apesar das adversidades, mantêm vivas sua identidade, suas línguas e culturas. Esta

palavra revelará seus sofrimentos, as injustiças de que até hoje são vítimas, e também sua decisão de preservar suas línguas e culturas"¹⁸.

Sempre de olhos voltados para os erros e fracassos de 1892, as autoridades espanholas cuidam de reconciliar-se com os judeus, expulsos do país há quinhentos anos e totalmente ignorados no IV Centenário. Exatamente no dia 31 de março, data do edito de expulsão, o casal real se encontrava com o presidente de Israel, Chaim Herzog, na sinagoga de Madri. O programa Sefarad 92 repercute até no Brasil, onde o Congresso Internacional América 92 abrigou uma importante Seção Judaica. Em Sevilha, Herzog assistiu à inauguração do Monumento à Tolerância, visitou a Expo 92, recebeu a réplica da chave hebréia da cidade, do século XIII. Iniciativas análogas contemplam o Marrocos, a diáspora negra da América, e o vizinho Portugal¹⁹.

Tratemos agora de considerar os conflitos internos em que as comemorações espanholas se desenrolam. A prisão de quase toda a cúpula da organização separatista basca ETA pela polícia francesa na região de Biarritz, em março de 1992, resultado da cooperação entre as máquinas policiais dos dois países, foi entusiasticamente exibida como um novo marco na integração europeia, vitória de dois governos socialistas e democráticos. Todos os partidos políticos espanhóis haviam, quatro dias antes da notícia das prisões, aprovado a política de não-negociação com grupos terroristas²⁰.

Quem observou com alguma atenção as transmissões das Olimpíadas de Barcelona percebeu que o processo de afirmação da autonomia das grandes nações que compõem a Espanha ainda não se completou. As escaramuças contra Madri, capital europeia da cultura em 1992, são ora sutis, ora trágicas. As centrais sindicais, descontentes com o corte no auxílio-desemprego, resultado do Plano de Convergência que integra mais a Espanha à Europa neoliberal e provoca desindustrialização, falências e demissões, convocaram à greve geral de quatro horas no dia 28 de maio. A central patronal Ceoe também critica o triunfalismo do Plano de Convergência que ignora por completo as pequenas e médias empresas. Um jornal galego, muito mais interessado no futuro do turismo de Santiago de Compostela, que em breve terá seu Ano Santo e atrairá peregrinos de toda a nova Europa, notícia em primeira página incidentes à véspera da inauguração da Expo 92 em Sevilha: um ferido à bala, 12 policiais hospitalizados e 16 detidos, quando militantes do movimento *Desmascaremos el 92* pichavam o centro da cidade e danificavam carros estacionados.

A revista *Mundo Obrero* divulga enfaticamente o ato de valentia que representou a realização do XIII Congresso do Partido Comunista Espanhol em plena euforia do clima de "vitória dos EUA contra o comunismo" (palavras do presidente Bush), em fins de 1991. Para os comunistas espanhóis, 1992 é o ano do *regresso ao futuro*. Sobre o V Centenário:

"O festejo do 'Encontro' é um instrumento ideológico para celebrar e fortalecer o imperialismo hoje, não só do passado, e afixar a imagem de colaboração entre países, a interdependência entre culturas supostamente iguais. (...) O que está montando a Espanha sobretudo, mas também em menor grau a Itália e os Estados Unidos, tem um caráter completamente político, que se vincula com a penetração do capital e as intervenções militares. Ademais, há um aspecto comercial e cultural; há toda uma gama de inversões e promoções comerciais para ganhar dinheiro por um lado e, por outro, oferecer muito dinheiro aos intelectuais da América Latina para que se metam no circuito e legitimem esta significação do encontro (...) Por outra parte, também é importante ver como toda a propaganda sobre o encontro adquire um caráter muito sutil e muito enganoso, onde se fala das culturas pré-colombianas, mas a idéia subjacente se coloca no mesmo lugar da superioridade e justificação européia".

Fortes palavras de James Petras²¹.

A mesma revista faz um sarcástico balanço da Feira das Vaidades da Expo 92. Tudo começa em 1976, quando Juan Carlos I anuncia na República Dominicana seu desejo de celebrar uma grande exposição na Espanha em 1992. Os habitantes de Sevilha ouvem que um catalão – o arquiteto Ricardo Bofill – é o Comissário Geral de um grande evento; a direita e o andalucismo protestam, mas logo chegam notícias de grandes obras, rios de dinheiro que a ninguém desagrada; as obras começam em 1986 e a população local começa a se dar conta do encarecimento generalizado da vida – a Expo 92 é convite especial para os turistas ricos; cai Ricardo Bofill, substituído por um velho professor conservador da Universidade de Sevilha, Manuel Olivencia. É uma gentileza de seu antigo aluno Felipe González, preocupado em calar a direita andaluza; mas os dirigentes socialistas da região não estão contentes, e há outras fortes personalidades à espera de um pretexto. Duas filosofias: Jacinto Pellón, 'o homem do Partido Socialista' no Conselho da Expo 92, visa o futuro, imagina uma grande feira consagrada à exposição dos últimos avanços tecnológicos. Manuel Olivencia volta-se ao passado, recorre ao discurso do humanismo e denuncia sempre que possível a origem não-sevilhana de Pellón.

Em outubro de 1990, surge o escândalo do preço dos bilhetes de entrada: 4 mil pesetas por pessoa/dia, numa das cidades com a mais elevada taxa de desemprego da Europa; o grande responsável pela fixação do preço é Pellón. Também os custos das obras, que triplicam, tornam-se moeda corrente na campanha eleitoral. O Partido Socialista perde a direção municipal de Sevilha, cidade natal do primeiro-ministro, e também em Madri, e em Córdoba. Em julho, após entrevista com seu velho aluno, o professor Manuel Olivencia é demitido – vingança exigida pelos socialistas sevilhanos. O primeiro-ministro reforça os controles sobre a Expo 92, já que não será mais recebido por um alcaide socialista.

Segue o incêndio do Pavilhão dos Descobrimentos, um dos mais audaciosos da Expo 92, perdendo-se em cinzas cerca de 4,5 bilhões de pesetas. O Conselho de Governo da Andaluzia tem a infeliz idéia de conceder a medalha de ouro da Andaluzia ao 'estrangeiro' Jacinto Pellón, elevando ainda mais o descontentamento popular. Mas, mesmo assim, entre perdas e ganhos, os sevilhanos valorizam as importantes obras de reurbanização, as novas pontes, o trem-bala.

A Expo 92 é a vitrine do capitalismo avançado, da tecnologia de ponta nos novos processos produtivos, da nova ordem econômica mundial estabelecida e redefinida pela Guerra do Golfo Pérsico. A Espanha exhibe sua plena incorporação a esta nova ordem e a Expo 92 é a culminação deste processo, no qual os espanhóis crêem ou são levados a crer.

Para *Mundo Obrero*, é a grande feira das vaidades, numa das regiões mais pobres do país, entorpecida pelo desemprego, trabalho temporário, deterioração da zona rural; e numa Espanha mais e mais xenófoba, agressiva contra os migrantes latino-americanos, grandes alvos da *Ley de Estranjería*. O balanço se completa com o apelo às manifestações contra este exibicionismo de algumas poucas multinacionais e esta forma sutil de buscar assegurar a hegemonia do Estado²².

É cedo ainda para ousar um balanço do impacto das comemorações do V Centenário sobre a historiografia; seria mais prudente o silêncio. Arrisquemo-nos, no entanto, a sugerir algumas pistas, conscientes da impossibilidade de fazer justiça a todos os historiadores, a todas as tendências. Na Venezuela, a Cátedra Pio Tamayo e o Centro de Estudos de História Atual da Universidade Central da Venezuela convocam para outubro o I Congresso Continental dos Não-Descobertos; cartilhas estão sendo distribuídas nas escolas primárias, questionando letra por letra o bê-a-bá da história-que-começa-com-os-grandes-descobrimentos. Qual será a recepção desse movimento pelas novas gerações de venezuelanos? Na Espanha, as correntes católicas direitistas concentram seus esforços no sentido de sistematizar a campanha contra a teologia da libertação, ensaiando uma réplica erudita que já começa a erguer sua voz nas universidades brasileiras. Terão algum êxito?

Da mesma Espanha, chega-nos a notícia mais empolgante: a informatização do *Archivo de Indias*, com nove milhões de páginas copiadas por *scanners* e transferidas para discos óticos já no fim deste ano²³.

OUVINDO AS ESTRELAS

Há cem anos atrás, o orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, comendador José Luís Alves, concluiu seu *Elogio histórico de Cristóvão Colombo*²⁴ com as seguintes palavras:

"As homenagens em honra do IV Centenário da Descoberta da América passam hoje ao domínio da história, para que a

geração contemporânea do V Centenário se esforce para que elas sejam mais imponentes e suntuosas; pois o nome e os feitos de Cristóvão Colombo forçam o respeito e admiração da mais remota posteridade”.

A historiografia é uma luta contra o esquecimento. Com imensa ternura dirigimo-nos a nossos colegas historiadores de 1892, sem receio de recusar sua proposta de celebrar um personagem ilustre, e comemorando à nossa maneira um evento cujo nome lhes soaria estranho, talvez ridículo.

E sem reacear o ridículo, toca-nos agora a vez de dirigirmo-nos à geração que talvez, quem sabe, discutirá se haverá sentido em comemorar um VI Centenário... Digamos-lhes que o IV Centenário contribuiu para o estabelecimento quase universal de um calendário laico, calcado num sistema de numeração de base decimal aplicado à rotação de nosso planeta, a Terra, em torno de uma estrela, nosso Sol; e que no V Centenário, um grande sistema de rastreamento de sinais de vida em outros planetas numa extensão praticamente infinita em relação à nossa imaginação foi colocado em ação; que, neste mesmo dia 12 de outubro de 1992, muitos de nós morríamos de fome enquanto muitos de nós também morríamos de tédio e por consumo excessivo de proteínas.

Jaime de Almeida é professor adjunto de história da América no Departamento de História da UnB.

Notas

1. Ver Salvador Barnabeu, Albert. 1892: *El IV Centenario del Descubrimiento de América en España*. Madri, 1987; Plum, Werner. *Exposiciones mundiales no século XIX: espetáculos da transformação sociocultural*. Bonn, Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979; Schwartz, Hillel. *Fim de século*. São Paulo, Cultura Editores, 1982; Vincent, Bernard. 1492: *descoberta ou invasão?* Rio de Janeiro, Zahar, 1992, cap. 5, 'Comemorações'; Almeida, Jaime. Há cem anos, o quarto centenário: dos horríveis sacrilégios às santas alegrias, in *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 9, 1992, pp. 14-28; Almeida, Jaime. Há cem anos, o quarto centenário: onde estava o povo? Comunicação apresentada no Congresso Internacional América 92, São Paulo e Rio de Janeiro, agosto de 1992.
2. Coisas de Madri (Farrapos d'uma crônica), in *Revista Ilustrada*, Lisboa, n. 60, 1893, pp. 229-232.
3. Ver o romance-folhetim 'A exposição de Chicago. Narrativa de uma viagem à grande exposição colombiana', publicado pelo jornal *Cidade do Rio* entre abril e junho de 1893.
4. *O apóstolo*, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1893, p. 1; Edmundo, Luiz. *De um livro de memórias*, Rio de Janeiro, s/ed., 1958, vol. 2, pp. 359-363.
5. Pela ordem de autores citados: *Festas e Civilizações*. Fortaleza, Rio de Janeiro, Ed. UFC: Tempo Brasileiro, 1983; *Os errantes do novo século*, São Paulo, Duas Cidades, 1974; *Redescobrimdo o Brasil: a festa na política*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1985.
6. *Anais do Senado Federal*, 1892, pp. 181, 183 e 189-191.
7. Meus agradecimentos a Circe Maria Fernandes Bittencourt, por facultar-me o acesso a esta passagem de sua tese de doutora-

mento *Livros didáticos e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*, recém-concluída na Universidade de São Paulo.

8. Agradeço à Cultura Hispânica de Brasília pela oportunidade de consulta a uma série de publicações espanholas relativas ao V Centenário.
9. *Jornal de Espanha*. Rio de Janeiro, ano 9, n. 64, jan. 1992, pp. 6-7.
10. Revista *Encuentro*. Instituto Guatemalteco de Cultura Hispánica, n. 5, nov. 1991, pp. 34-35.
11. Revista *América 92*. Madri, n. 2, set./nov. 1989, pp. 61-64.
12. Idem, p. 66.
13. *América 92*. Madri, n. 2, set./nov. 1989, pp. 20-21.
14. *España 92. Revista de la Oficina de Información Diplomática*, maio 1992, n. 221, p. 3; *América 92*, n. 4, abr./jun. 1990, pp. 18-19.
15. *América 92*, n. 6, out./dez. 1990, pp. 71-81; n. 2, set./nov. 1989, pp. 20-21.
16. *América 92*, n. 4, abr./jun. 1990, pp. 13-15.
17. *América 92*, n. 2, set./nov. 1989, pp. 5-11; n. 4, abr./jun. 1990, p. 17.
18. *América 92*, n. 1, maio 1989, pp. 26-27; n. 2, set./out. 1989, pp. 12-13.
19. *España 92*, maio 1992, n. 221, p. 21.
20. Idem, pp. 4-5.
21. *Mundo Obrero*. Madri, jan. 1992, p. 18.
22. Idem, n. 7, mar. 1992, pp. 12-14.
23. Agradeço a Euripedes Antônio Funes pelas cópias dos textos do movimento *Los no descubertos*: Caturelli, Alberto. *La interpretación inmanentista del descubrimiento, la conquista y la evangelización de América*. Separata de Verbo. Madri, Speiro S.A., série XXIX, n. 287-288; Revista *ABC Cultural*. Madri, 24/24/1992, n. 25, pp. 16-17.
24. Número especial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Sessão Solene* do IBGE celebrada a 12 de outubro de 1892 em comemoração do IV Centenário do Descobrimento da América e homenagem à memória de Cristóvão Colombo. Rio de Janeiro, Companhia Tipográfica do Brasil, 1892, p. 153.

Resumen

AMÉRICA ENTRE DOS CENTENARIOS

¿Qué se rememora en la conmemoración? ¿Cuál es el sentido histórico inserto en el acto de festejar el descubrimiento de América? Tales indagaciones abren un camino para la comprensión que revele las problemáticas presentes en el encuentro entre los dos continentes, entre dos mentalidades, encuentro este revivido en las conmemoraciones ya centenarias.

Abstract

AMERICA BETWEEN TWO CENTENARIES

What does one actually recall in a celebration? What is the historical sense that informs the act of celebrating the discovery of America? Questions of this sort aim to produce a comprehensive broadening of horizons that will unveil the problems smoldering in the encounter between two continents, the clashing of two mentalities. It is this encounter that is revived in our already century celebrations.

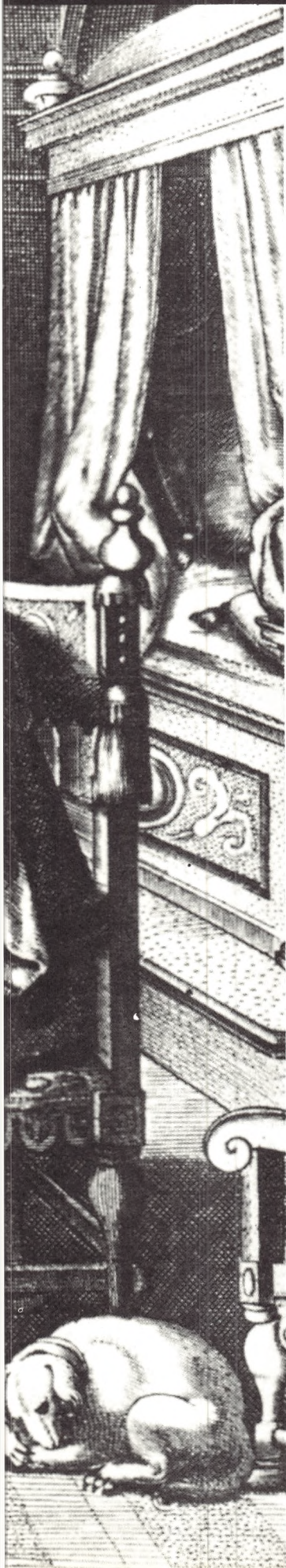


EL PAPEL DE LA CIENCIA Y LA TÉCNICA EN EL DESCUBRIMIENTO



DO LADO EUROPEU, PARA EFETIVAR OS SONHOS E DESEJOS
POR NOVOS MUNDOS, VIERAM OS OBJETOS NÁUTICOS. TODO
UM ESFORÇO PARA CONCRETIZAR AS VIAGENS MARÍTIMAS
FOI ENGENDRADO. BÚSSOLAS E CARAVELAS CONDUZEM A VI-
SÕES DO PARAÍSO. SOB O SIGNO DA TÉCNICA, OS SABERES
SE ORGANIZAM. UM MUNDO DESCONHECIDO SE CURVARÁ AO
MANUSEIO DOS INSTRUMENTOS.

RAFAEL
RUIZ DE
LIRA





Coactado da Spera do
mundo para de latim em lingua portuguesa
Com hũa carta que huũ grãde doutor Zilemam man-
dou a el Rey de Portugal dom Joam ho segundo.

*Frontispício do guia náutico de
Évora (1516)*

A lo largo del siglo XV, el progreso de la ciencia y de la técnica en Europa experimentó un notable cambio y desarrollo. Los estudios humanísticos, la observación de la naturaleza y un nuevo espíritu empírico de investigación van desbordando y paulatinamente rompiendo con la concepción aristotélica y tolemaica del Universo, sentándose las principales bases de la ciencia moderna.

En la Alta Edad Media, la ciencia había permanecido fijada a unos esquemas, no inamovibles, sí faltos de una operatividad práctica y una utilización técnica adecuadas a las necesidades de la sociedad en la que aquélla se desarrollaba. Pero con la transformación de la sociedad feudal en una sociedad mercantilista, regida por la actividad comercial y el trabajo artesanal de los centros urbanos, la ciencia trató de dar una salida a las necesidades económicas, políticas y sociales de la época. La ciencia, a la vez que se veía impelida por las necesidades del mundo bajomedieval, operaba en un movimiento de retroacción, impulsando a su vez el desarrollo de la sociedad europea de los siglos XIV y XV. Durante estas dos centurias, van cayendo gradualmente los supuestos científicos que habían regido la Alta Edad Media, desapareciendo la base teológica, dogmática y casi no operativa de la ciencia, para pasar a los primeros estadios de investigación racional con una eminente base empírica y práctica. La ciencia va dejando de ser un saber abstracto y especulativo para convertirse, paulatinamente, en un conocimiento demostrable y operativo. La ciencia pura rompe su aislamiento teórico, para asociarse íntimamente a una ciencia práctica, con lo que se generan los primeros avances técnicos. Ciencia y tecnología irán, a partir de estos momentos, indisolublemente unidas. La exploración geográfica como la más empírica de todas las formas de investigación, y por tanto como la actividad que requería un mayor grado de tecnología, se constituiría, pues, en la ciencia por antonomasia del siglo XV.

Si en un primer momento los descubrimientos científicos, cuya operatividad práctica era reducida, fueron fortuitos, más tarde se logró ir progresivamente desarrollando el modo de que la especulación teórica sirviera para una utilización práctica. La exploración geográfica y el desarrollo de la náutica y de la cartografía, fueron casi las únicas actividades en las que la ciencia y la técnica estuvieron desde un primer momento unidas. Pero esta asociación fue paulatina y difícil, ya que los conocimientos recibidos constituían tan sólo una pequeña parte de lo que filósofos y científicos estaban empeñados en conseguir.

ARITMÉTICA Y GEOMETRIA: PRIMERAS DISCIPLINAS

La Aritmética y la Geometría fueron las primeras disciplinas que se desarrollaron en la sociedad bajomedieval. El Libro de Aritmética, escrito por Leonardo de Pisa a principios del siglo XIII, era eminentemente práctico, y fue de gran utilidad tanto en el comercio como en las mediciones de los años posteriores. La Cartografía y el cabotaje se fueron desarrollando gradualmente a

La ciencia va dejando de ser un saber abstracto y especulativo para convertirse, paulatinamente, en un conocimiento demostrable y operativo. Ciencia y tecnología irán indisolublemente unidas

lo largo de los siglos XIII y XIV. En estos siglos, ya se conocían cartas y derroteros, si no lo suficientemente exactos, sí útiles para poder navegar con relativa precisión por las rutas comerciales Mediterráneo oriental, mar Negro y costas del Mediterráneo occidental. La cartografía se apoyaba entonces en instrumentos tales como una rudimentaria *brújula*, la *sonda*, el *compás de división* y la *regla*. Todos ellos instrumentos útiles para navegar por unas rutas previamente conocidas y de longitud limitada.

La Cartografía recibió un apoyo tardío de la Aritmética. A lo largo de las rutas, cortas y largas, pero en ambos casos conocidas, eran innecesarios los conocimientos aritméticos. Todavía en el siglo XVI se utilizaban los números romanos para llevar las cuentas de las provisiones de los barcos y de las millas recorridas.

Las Astronomía no tuvo importancia hasta finales del siglo XV. Con anterioridad, tan solo revestía cierta significación de uso práctico la inmovilidad de la estrella polar y el movimiento solar en su manifestación aparente. Habría que esperar hasta el siglo XVI, en que las teorías de Copérnico, Tycho Brahe y Kepler combinaran el rumbo de la astronomía tolemaica, a través de un continuado proceso de investigación empírica, pero cuya aplicación práctica, en el terreno de la ciencia náutica, alcanzaría una escasa relevancia.

A pesar del progresivo avance en los campos de la Aritmética y la Geometría, la Cartografía y el Cabotaje, y de la Astronomía – disciplinas básicas para el desarrollo de la navegación – la mayoría de los navegantes tendían a mantener un actividad reactiva y de distanciamiento ante las ideas científicas. La ciencia náutica permaneció anclada en un cierto inmovilismo y siguió utilizando antiguas técnicas tradicionales, fruto de la experiencia directa de los marineros y navegantes. Tradición y experiencia que, a pesar de su conservadurismo, mantendrían su vigencia y eficacia hasta muy entrado el siglo XVI.

Los conocimientos náuticos de mayor utilidad práctica que habían llegado a la sociedad europea del siglo XV, se encontraban en su mayor parte en los libros y en la tradición marinera mediterránea y noratlántica. Entre las obras que habían llegado a los europeos, figuraban los tratados y las narraciones de viajes. En Europa se tenía considerable información sobre Asia, mucha menos sobre África, y un cierto halo de leyenda acerca de América del Norte y Groenlandia. El resto del mundo era totalmente desconocido para los navegantes y exploradores europeos.

Asia era conocida a través de las fuertes árabes y de los relatos de viajes realizados por este continente. Pero las noticias que, a finales del siglo XV, se tenían acerca de aquellas tierras, eran muy atrasadas, pues databan de los siglos XIII y principios del XIV. El imperio tártaro, al permitir la entrada de comerciantes y exploradores a través de sus dominios, facilitó que los europeos lograran alcanzar el Extremo Oriente en el siglo XIII. En 1256 se conoce la expedición que Niccolò y Maffeo Polo emprendieron hacia la China, llegando hasta Pekín. El 1271, volvieron

de nuevo a aquel país con Marco, hijo de Niccolò Polo. Además, existieron numerosos viajes a Extremo Oriente de frailes y eclesiásticos a lo largo de los siglos XIII y principios del XIV. Juan de Plano, Guillermo de Rusbruck, Andrés de Perugia y Jordán de Severac, fueron, entre otros, conocidos viajeros asiáticos.

MARCO POLO: EL MEJOR INFORMANTE

Pero la mejor descripción de Asia corresponde a Marco Polo. Sus Viajes constituyen un auténtico libro de relatos e informes, basados en la observación directa. La exactitud descriptiva de la que Marco Polo dio prueba en su obra permitiría a los europeos, años después, tener un verdadero conocimiento de Asia. Los Viajes de Marco Polo alcanzaron una gran difusión en Europa durante los siglos XIV y XV. Gran cantidad de informaciones y descripciones dadas por Marco Polo fueron reflejadas y utilizadas para la confección, en 1375, del famoso Atlas Catalán, obra del judío Abraham Cresques. Los Viajes de Marco Polo fueron la única fuente europea sobre Asia, ya que tanto los Viajes de Oederico de Pordenone, como los Viajes de John Mandeville – obra ésta última de relatos fantásticos – gozaban de similar interés y difusión en la Europa del siglo XIV.

Con los intentos de buscar una ruta marítima hacia las Indias, los Viajes de Marco Polo, fueron imponiéndose como fuente menos novelesca e imaginativa y más útil y veraz, desde el punto de vista geográfico y etnográfico. La obra de Marco Polo influyó en todos los comerciantes, viajeros, exploradores y descubridores del siglo XV. Enrique el Navegante y Cristóbal Colón conocían perfectamente los Viajes de Marco Polo. Y, en el caso del descubridor genovés, es posible que las apreciaciones de Polo, situando a Japón muy alejado al Este de la costa china, influyeran de forma decisiva en la creencia de Colón de una mayor proximidad entre Europa y la Indias Orientales.

De todas formas, el conocimiento de las obras de viajes antes citadas no influyó de una manera importante sobre geógrafos, cosmógrafos y cartógrafos de la época. Estos siguieron aferrados a la tradición escolástica, realizando sus trabajos más a partir de la especulación teórica, que del conocimiento práctico. Sin embargo, dos notables geógrafos ayudaron a esclarecer de un modo importante las ideas acerca de la geografía de la Baja Edad Media: Roger Bacon y Pierre d'Ailly. Las obras de ambos están separadas por un largo lapsus de tiempo: siglo y medio, pero las dos conferirían su impronta a los conocimientos geográficos de la época.

LA ESFERICIDAD DE LA TIERRA

En 1269, Roger Bacon, rompiendo con la tradición especulativa aristotélica, escribe la *Opus Majus*, en cuya parte geográfica – netamente influida por obras de escritores árabes –, afirma que Asia y África se prolongaban más allá del Ecuador hacia el



Astrolábios. Mediam o ângulo do sol ou das estrelas acima do horizonte ou simulavam a rotação do firmamento à noite



Sur. En 1410, Pierre d'Ailly escribe el Imago Mundi. A pesar de ser una obra especulativa y no fruto de la experiencia directa de viajeros y descubridores, el Imago Mundi gozó de una gran influencia en el siglo XV. La obra tenía como fuentes a Aristóteles, Estrabón, Plinio y Tolomeo, así como a autores árabes y al mismo Roger Bacon. En ella se exponía y defendía la hipótesis de la esfericidad de la Tierra y se planteaba la posibilidad de llegar a Oriente navegando en dirección occidental. Según Pirenne, d'Ailly creía mucho más próxima Asia de Europa de lo que realmente estaba, así como pensaba que la superficie oceánica era menor que la real. Las repercusiones de la obra de d'Ailly en Europa fueron decisivas para preparar la época de los grandes descubrimientos. A partir del conocimiento de esta obra se empezaron a revalorizar los escritos de la antigüedad clásica. La influencia de esta obra sobre Colón fue muy importante. De ella, el descubridor poseía un ejemplar impreso sobre cuyo margen hizo un gran número de anotaciones.

La revalorización y relectura de los escritos griegos en los siglos XIII, XIV y XV, permitiría descubrir de nuevo a Aristóteles, Estabón, Aristarco de Samos y, sobre todo, a Tolomeo. Tolomeo era un egipcio helenizador que escribió sus dos obras fundamentales, la Geografía y la Astronomía o Almagesto, en el siglo II después de Cristo. Sus obras, fruto de una laboriosa compilación del saber griego – Aristóteles, Marino de Tiro, Posidonio, Hiparco y Estrabón fundamentalmente –, tuvieron un gran prestigio entre los árabes, siendo el Almagesto traducido por Gerardo de Cremona del árabe al latín en 1175. La geocéntrica concepción tolemaica del Universo era fruto más de un pensamiento e imaginación astrológica que de un estudio científico de la geografía y la astronomía. El sistema tolemaico descrito en el Almagesto, fuertemente impregnado del pensamiento aristotélico, concebía unas esferas concéntricas y transparentes en rotación a la Tierra, en las cuales se hallaban los planetas, el Sol y las estrellas, y un complicado sistema de círculos y epiciclos que explicaba los movimientos de los planetas y otros cuerpos celestes con relación a la Tierra inmóvil. Su misma exposición hacía pensar que lo escrito en el Almagesto quedaría restringido a los sabios. Pero no fue así. En el siglo XIII apareció un extracto del Almagesto, De Sphaera Mundi, escrito por Sacrobosco que fue ampliamente difundido por casi todas las universidades europeas. La obra de Sacrobosco, junto a la reaparición de los escritos del griego Aristarco de Samos, contribuyó a defender la idea de la esfericidad de la Tierra, a pesar de que escritores como Cosmas Indicopleustes habrían ejercido, durante varios siglos, una tradicional e importante influencia en el sentido de la planicidad terrestre.

REVOLUCIÓN CIENTÍFICA

La Geografía de Tolomeo, voluminoso diccionario geográfico, ordenado por regiones donde abundan una exposición de medidas y distancias y el uso de coordenadas de longitud y latitud, sería para situar la posición de un punto, así como, entre otras

El sistema tolemaico concebía unas esferas concéntricas y transparentes en rotación a la Tierra, en las cuales se hallaban los planetas, el Sol y las estrellas, y un complicado sistema de círculos e epiciclos

muchas cosas, explicaba el modo de construir un cuadro de paralelos y meridianos para mapas en proyección cónica. La mayoría de los mapas europeos del siglo XV estaban basados en las coordenadas tolemaicas y realizadas según su proyección. La utilización de coordenadas de referencia, así como las medidas y el sistema de proyección de Tolomeo constituyeron un cambio revolucionario para la geografía y cartografía del siglo XV, a pesar de sus notables inexactitudes y de su erróneo cálculo de distancias. Todos los navegantes y descubridores de este siglo, y aún en el siglo posterior, utilizarán la ciencia tolemaica con más frecuencia de lo que nos permitirían hacer pensar sus errores e incorrecciones y su escasa base técnica y práctica.

En la ciencia de la Baja Edad Media europea aún predominaría durante algún tiempo el sistema aristotélico-tolemaico del mundo. Hasta el siglo XVI, con la revolución copernicana, los esquemas mentales y los conocimientos filosóficos medievales mantendrían su tradicional importancia. Ciencia clásica tolemaica y teología escolástica serían los dos pilares en que los filósofos y científicos, de la época previa a los grandes descubrimientos, apoyarían sus avances.

Y, si bien la teología escolástica se situaba en un nivel especulativo teórico, la ciencia tolemaica tuvo una decisiva aplicación práctica en la disciplina que más permitió la tarea descubridora atlántica: la Geografía, en conexión con Aritmética, la Geometría, la Astronomía y la Cartografía como ciencias auxiliares suplementarias.

En la segunda mitad del siglo XV, los viajes de Marco Polo, los escritos de Roger Bacon, Pierre d'Ailly y Tolomeo, y la *Historia rerum ubique gestarum* del papa Pío II — en la que se afirmaba la posibilidad de circunnavegación africana — constituirían la principal base teórica de los navegantes y descubridores. A este sustrato teórico vinieron a unirse una serie de progresos técnicos en la construcción de barcos y en las ciencias geográfica, náutica y cartográfica. Con ello se ponía la tan necesaria base técnica al conocimiento especulativo. Ciencia y Técnica, unidas a la experiencia náutica tradicional, pudieron permitir a los navegantes adentrarse en el Atlántico haciendo posible hace ya 500 años el Descubrimiento español y europeo de América.

VARIADOS TIPOS DE BARCOS

Los avances técnicos y tecnológicos en la construcción naval y en las ciencias náutica y cartográfica durante los siglos XIII, XIV y XV, fueron decisivos para el éxito de la travesía oceánica y del descubrimiento de América. Desde la Antigüedad, la navegación mediterránea había permitido acumular una serie de conocimientos y experiencias referentes a la construcción de barcos, instrumentos náuticos y confección de mapas. Fenicios, griegos, cartagineses y romanos fueron los primeros pueblos que emprendieron una importante navegación comercial y de guerra a lo largo del Mediterráneo. De sus experiencias de navegación se beneficiarían en la Baja Edad Media los marinos de

la Corona de Aragón y de las ciudades italianas, Génova y Venecia fundamentalmente. A finales del medievo, en el Mediterráneo se había desarrollado una activa navegación comercial, cuyos precedentes se remontaban a la larga tradición de construcción naval y experiencia náutica y cartográfica acumuladas por los pueblos de la Edad Antigua: los bizantinos, los musulmanes; y por los reinos y ciudades comerciales medievales del sur y del noroeste de Europa.

A principios del siglo XIV, la arquitectura naval mediterránea experimentó un notable avance con la construcción y perfeccionamiento de la galera comercial y de guerra. Pero no sería hasta el siglo XV, cuando tanto galeras como barcos de vela alcanzarían su más rápido desarrollo. La manera de construcción de barcos permanecería casi invariable durante la Edad Media; siguiendo el modelo de arquitectura naval romana. Sin embargo, no sólo de los romanos aprendieron los marinos mediterráneos a construir sus embarcaciones. Los árabes ejercieron una influencia no desdeñable, sobre todo, en el desarrollo del aparejo latino cuyo máximo exponente fue la vela triangular.

Otra influencia que se suma a la ya recibida de los romanos y árabes es la de los arquitectos navales del noroeste de Europa. Estos proporcionarían al pesado comercio naval mediterráneo unos grandes buques de vela de más fácil y económico manejo. Estos navíos nórdicos se caracterizaban por tener castillos en la proa y la popa y llevar un solo mástil con una enorme vela cuadrada.

Como consecuencia de esta triple influencia (romana, árabe y nórdica) se experimentaría un importante desarrollo en la arquitectura naval del siglo XV. Probablemente fueron la introducción complementaria de un nuevo mástil, que se unía a los dos tradicionalmente existentes; el perfeccionamiento del timón, que pasó de estar situado en los laterales a colocarse en codaste; y el cambio de las velas triangulares latinas en cuadradas, que permitían una mayor velocidad a los barcos, algunos de Edad Media. Adelantos que harían posible pasar, a portugueses y españoles fundamentalmente, de una navegación de cabotaje a una navegación de altura en la segunda mitad del siglo XV.

Como consecuencia de la aceptación, mutua influencia y desarrollo de la construcción naval romana, árabe y nórdica surgieron en Europa, en la segunda mitad del siglo XV, una serie de barcos de construcción mixta. De éstos los dos tipos más extremos por su peso y estructura eran la *carraca* y la *carabela*. La carraca era un pesado navío comercial de gran tamaño, solidez y capacidad. A pesar de ser bastante inadecuado para la exploración oceánica, los portugueses encontrarían la carraca muy útil para la exploración a lo largo de las costas africanas y asiáticas y para el abundante tráfico comercial con Oriente. La carabela era una ligera y pequeña embarcación utilizada para el comercio y la navegación de cabotaje. Las mejores carabelas del siglo XV eran las portuguesas y las andaluzas, debido a su buena construcción, aparejo, velocidad y manejabilidad. A finales del siglo XV, la carabela sólo tenía una cubierta, a veces abierta,

poseía tres mástiles con velas cuadradas o latinas y apenas contaba con camarotes. A pesar de ser un barco bien equipado, de poco calado y relativa manejabilidad, la carabela presentaba serias dificultades para una larga travesía oceánica, debido a su pequeño tamaño que la dejaba a merced de oleajes, corrientes marinas y fuertes vientos. Por otra parte, la carabela no era el navío más apropiado para una empresa comercial o de conquista debido a su escasa capacidad de transporte. Sin embargo, a pesar de todos estos inconvenientes, la carabela se convertiría en el barco más útil y apropiado para los viajes de exploración costera, como quedaría demostrado con el éxito obtenido por este barco en los viajes colombinos.

Un tipo intermedio entre la carraca y la carabela era la *nao*. La nao era un navío semipesado de cien a trescientas toneladas, velas cuadradas y dotado de castillos de proa y popa. Su construcción y aparejo fueron perfeccionándose a lo largo de los siglos XV y XVI. Debido a su excesivo calado, era un navío inadecuado para la exploración de costas, siendo su peso un obstáculo que limitaba la velocidad. Sin embargo, su mayor capacidad y seguridad le convertían en un barco apropiado para largos viajes oceánicos, en los que fuera preciso llevar un mayor número de hombres, armas, pertrechos y mercancías. La nao era, pues, un navío particularmente apropiado para una empresa conquistadora y comercial, pero no para una tarea exploradora y descubridora. Su uso se generalizaría en el siglo XVI, en empresas como las de Magallanes y Vasco de Gama.

Tanto la carraca como la carabela y la nao eran naves exploradoras y comerciales y no militares a pesar de que fueran equipadas militarmente. El desarrollo de la construcción de barcos con fines militares de ataque o defensa — los *galeones* — no se produciría hasta bien entrado el siglo XVI.

Los avances técnicos y tecnológicos náuticos y cartográficos que se desarrollaron a lo largo del siglo XV sirvieron para dar un impulso decisivo a la navegación atlántica. Muchos de los instrumentos náuticos, portulanos y cartas marinas, ya existentes en la Baja Edad Media, se perfeccionaron en el siglo V, debido a un paulatino desarrollo de la investigación empírica y al fruto de la suma de conocimientos extraídos de la tradicional experiencia náutica en el Mediterráneo y en el mar del Norte. Los adelantos en el arte de navegar surgieron paralelamente a la aparición y relectura de obras de viajeros, descubridores y hombres de ciencia; geógrafos, cosmógrafos, cartógrafos, matemáticos y filósofos. La interacción de estos conocimientos teóricos y de la tradicional experiencia práctica en la navegación dieron como resultado el perfeccionamiento de una serie de instrumentos náuticos necesarios para pasar de la navegación de cabotaje mediterránea y nórdica a la navegación de altura oceánica.

NUEVOS INSTRUMENTOS TÉCNICOS DE PRECISIÓN

Entre los conocimientos náuticos y cartográficos que experimentaron un notable perfeccionamiento en la segunda mitad del

siglo XV, aparecen: la brújula, el *cuadrante*, el *astrolabio*, el *escandallo*, la *sondaleza*, el *calculador de derrotas*, las *tablas de diferencia* o *toleta de Marteloio*, los *derroteros* y las *cartas marinas*.

La brújula del siglo XV era producto de la progresiva evolución de la antigua aguja imantada altomedieval. En tiempos de Enrique el Navegante (1394-1460), esta aguja imantada sufrió una modificación al ser montada sobre un pivote en el que giraba libremente. Esta aguja señalaba en el norte magnético sobre una rosa de los vientos de treinta y dos puntas correspondientes a los diversos puntos cardinales. La brújula indicaba la dirección correcta para el gobierno de la nave por el timonel que, dirigido por el oficial de navegación, orientaba y determinaba la ruta a seguir. La utilización de la brújula en el reducido y tranquilo Mediterráneo no ofrecía dificultad, pero en una larga travesía como la atlántica, la brújula presentaba serios inconvenientes debido a la declinación magnética y las continuas corrientes marinas. Ambos fenómenos desviaban constantemente el rumbo de la nave, por lo que timonel y oficial de navegación se veían obligados a hacer frecuentes modificaciones de las derrotas. A finales del siglo XV, la utilización de la brújula presentaba graves imprecisiones e inexactitudes debido a su inadecuada instalación en el barco — que hacía que los continuos movimientos de éste afectaran a la dirección natural de la aguja — y al escaso conocimiento de la lectura en grados de la variación de la aguja y de los distintos treinta y dos rumbos señalados por ésta. Sin embargo, la brújula desempeñaría un importante papel en el proceso de expansión transoceánica europea, por constituir un elemento indispensable para dirigir el rumbo en la navegación de altura.

Otro instrumento tradicional y muy usado por los navegantes del siglo XV, era el *cuadrante*. Consistía en un cuarto de círculo sobre cuya superficie estaba grabada una escala graduada y una plomada situada en el vértice del cuadrante. Para utilizar el cuadrante se establecía una visual con la pínulas hacia el astro cuya distancia se quisiera medir, al tiempo que la plomada, al cortar la escala graduada, permitía leer la altura polar y grados. Esta indicaba la latitud del punto donde se realizaba la medición. Pero, para hallar esta latitud, era preciso hacer una serie de correcciones, basándose en la situación de las estrellas guardas que permitían señalar la distancia circular que separa la Estrella Polar del Polo Norte. Esta serie de operaciones eran complicadas, por lo que pocos marinos sabían medir la latitud en grados. La mayoría de los oficiales de navegación tan sólo sabían extraer del cuadrante la distancia lineal con respecto a su punto de partida, generalmente, su puerto de origen. El inexacto cuadrante daría paso, cuando los marinos aprendieron a medir la altura polar en grados de latitud, a un instrumento más evolucionado como fue el *astrolabio*.

El *astrolabio*, instrumento medieval utilizado para las mediciones astronómicas, era un pequeño disco de metal graduado en cuya superficie se reflejaba en forma de proyección el firma-

La interacción de estos conocimientos teóricos y de la tradicional experiencia práctica en la navegación dieron como resultado el perfeccionamiento de una serie de instrumentos náuticos necesarios



Representação da pesagem do sol com o astrolábio e observação com a balestilha (1557)

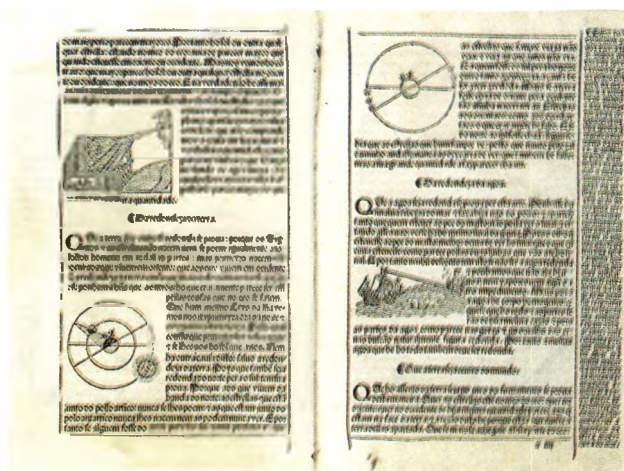
mento conocido. Poseía dos barras giratorias que servían para seguir los movimientos de los cuerpos celestes. Además, contaba con una alidada que se empleaba para dirigir visuales. Por su relativa complejidad, los marinos tan sólo precisaban de la alidada y de la graduación del disco para determinar la altura de los astros más visibles. A pesar del perfeccionamiento del astrolabio a finales del siglo XV, su utilización por los marinos sería reducida, ya que noso solían contar con los conocimientos cosmo-gráficos y matemáticos precisos para su manejo.

El escandallo y la sondaleza eran dos instrumentos complementarios que servían para afectar sondeos sobre la profundidad de las aguas y averiguar la naturaleza de los fondos marinos. El escandallo era un peso o plomada en cuya oquedad inferior, rellena de sebo, se quedaban fijadas piedras, arena, conchas, barro, algas y pequeñas partículas de los fondos marinos. La sondaleza era una cuerda de unas doscientas brazas a la que iba sujeta el escandallo. La sondaleza estaba dividida en una serie de marcas y nudos que servían para conocer la profundidad de las aguas. Escandallo y sondaleza servían, además de delimitar la profundidad y naturaleza del fondo, para fijar la posición del barco. La utilización de estos dos instrumentos sería cons-

tante y constituiría una eficaz ayuda cuando los marinos hubieron de emprender la exploración de las nuevas rutas oceánicas.

El *calculador de derrotas* era un instrumento utilizado para calcular el rumbo y la distancia recorrida por el barco. Consistía en un tablero con una gran náutica de treinta y dos puntas cada una de ellas recorrida por una línea de ocho agujeros. El timonel fijaba el rumbo marcando con una clavija el agujero correspondiente a la dirección seguida por el barco. Posteriormente, anotaba en una pizarra el rumbo seguido en ese momento. A partir de los sucesivos datos de la pizarra, y tras efectuar una serie de correcciones – debido a la acción de las olas, mareas y corrientes, y al abatimiento del rumbo del navío – y calcular a ojo la velocidad del barco, el piloto podía determinar el rumbo y la distancia recorrida.

Los marinos mediterráneos contaban con un instrumento más eficaz y preciso que el calculador de derrotas nórdico: las tablas de diferencia. Éstas, usadas, desde el siglo XIII en el tráfico mediterráneo, se perfeccionaron a lo largo del siglo XV. Consistían en unas tablas en las que constaban los datos necesarios para determinar, a partir de una serie de triángulos rectángulos, el rumbo y la distancia de navegación, representadas



Página do Tratado de Sphera, de Pedro Nunes (1537). Globo terrestre (1492)



por las hipotenusas de dichos triángulos. Estas tablas, adecuadas para la navegación por el tranquilo y conocido Mediterráneo, presentaban serios inconvenientes para la navegación oceánica, en la cual el inexacto cálculo de la velocidad y el escaso conocimiento de la influencia de oleajes y corrientes marinas en el rumbo del barco, hacían difícil la determinación de las derrotas. Por otra parte, la utilización de tablas de diferencia requería unos elementales conocimientos trigonométricos que generalmente eran poco conocidos o usados, dejando la fiabilidad del rumbo y la distancia recorrida a manos de la experiencia y tradicional práctica de los oficiales y pilotos de navegación.

LITERATURA MARINA

Los derroteros eran una serie de libros para pilotos que contenían abundantes descripciones, a veces muy completas, acerca de la profundidad y las características de los fondos marinos, la influencia de las mareas y corrientes en el rumbo de los navíos, etc. Los derroteros eran auténticos compendios referentes a la navegación costera en el norte de Europa. En el Mediterráneo, el equivalente a los derroteros eran los *portulanos*. Estos contenían, si cabe, mayor información que los derroteros, ya que la ciencia náutica en el Mediterráneo se encontraba más desarrollada que en el noroeste de Europa. Los conocimientos náuticos en el Mediterráneo y mar Negro fueron recopilados, a finales del siglo XIII, en el *Compasso da Navigare*, voluminosa y notable síntesis de los conocimientos náuticos bajomedievales. El *Compasso da Navigare* constituiría un libro útil para los pilotos del siglo XV, tanto por contener algunas descripciones de cabotaje aplicadas por éstos a la navegación de altura, como por figurar en él ciertas informaciones de largas travesías.

Paralelamente y en conjunción con las tablas de diferencia, los derroteros y la brújula, las cartas marinas significaron un adelanto para la navegación de altura en la segunda mitad del siglo XV. Ya en el Atlas catalán de Abraham Cresques figuraban una serie de cartas marinas muy útiles para la navegación dentro y fuera del Mediterráneo. Las cartas marinas se confeccionaban a partir de una serie de distancias y medidas con respecto a la costa que eran señaladas mediante la brújula. Así, la carta se componía de una serie de líneas que se cortaban entre sí con relación a una serie de puntos y situadas sobre el mapa. Para fijar la derrota era preciso contar con una regla y un compás con los que se delimitaba la posición del barco. Mientras que los portulanos fueron muy útiles en la navegación de cabotaje, la carta marina significó un gran adelanto para la navegación de altura y, concretamente, para la travesía atlántica.

En general, los avances cartográficos durante la Baja Edad Media fueron notables, a pesar de que la mayoría de mapas derroteros, portulanos y cartas marinas contenían gran número de imprecisiones y errores. Se puede afirmar que, si bien durante el siglo XV fue decisivo el progreso de la geografía descriptiva, la

La carta se componía de una serie de líneas que se cortaban entre sí con relación a una serie de puntos y situadas sobre el mapa. Para fijar límites era preciso contar con una regla y un compás

construcción naval y los instrumentos náuticos, en menor medida lo fue la ciencia cartográfica, ya que ésta seguía anclada en los conocimientos medievales. La Cartografía bajomedieval, basada en la observación de sondeos, distancias y factores alertadores del rumbo, era insuficiente para efectuar una navegación transoceánica. Para esto era preciso una mayor exactitud proyectiva de la superficie terrestre y la utilización de coordenadas para delimitar con precisión latitudes y longitudes, lo que no se conseguiría hasta la segunda mitad del siglo XVI. De todas formas, la Cartografía experimentó un adelanto al aplicar los conocimientos de cabotaje a los de altura, para lo cual hubieron de hacerse continuas correcciones y modificaciones cartográficas. Las principales escuelas de Cartografía estaban situadas en Italia (Génova, Venecia, España (Mallorca), Portugal (Lisboa y Sagres) y en el noroeste europeo. Importantes cartas de navegación fueron el resultado de la actividad de estas escuelas, sobre todo de las españolas y portuguesas, que supieron reflejar en aquéllas la antigua tradición cartográfica medieval y los nuevos avances que se producían a raíz de la experiencia descubridora. Los conocimientos cartográficos medievales habían quedado compilados en los ya citados *Compasso da Navigare* y en el *Atlas catalán*. Ambas obras se referían casi exclusivamente al mundo conocido en los siglos XIII y XIV. Con la ampliación de nuevas rutas, sobre todo a lo largo de la costa central africana, estos conocimientos quedaron desfasados ante las nuevas necesidades que planteaba la navegación atlántica. Ante la exigencia de actualizar y adecuar los conocimientos cartográficos a la nueva situación, surgirían una serie de cartas marinas en las que figuraban la costa occidental e islas atlánticas. Entre estas cartas figuraron la de los italianos Andrea Bianco (1448), Bartolomeo Pareto (1455) y Grazioso Benincasa (1468). La mayoría de estas cartas se basaban en informes portugueses, algunos inexactos, por lo que dejaban mucho que desear en lo referente a la escala, cálculos de medición y situación geográfica de las nuevas tierras descubiertas.

GUTENBERG: UN INNOVADOR

Por último un avance técnico cuya utilización sería decisiva a partir de la segunda mitad del siglo XV, para el desarrollo y difusión de la ciencia, sería la imprenta. En el año 1445, Johannes Gensfleisch, de Maguncia, conocido por el nombre de Gutenberg, creó la imprenta de letra metálicas móviles. Gutenberg probablemente conocía el sistema de imprimir chino, consistente en grabar en relieve las letras, números y dibujos que se quisieran reproducir en una página sobre una tabla de madera, la cual previamente entintada se oprimía sobre el pedazo de seda e pliego de papel que se deseara imprimir. Este procedimiento era muy lento y costoso. La idea de Gutenberg consistió en dedicar un solo trozo de madera, posteriormente sustituido por una aleación de metales, para cada letra, número a grabado, con la que

se consiguió la movilidad de los distintos caracteres gráficos. La imprenta permitió no sólo una mayor rapidez en la confección de libros, sino en la posibilidad de hacer una tirada de ejemplares idénticos unos a otros. Con ello se rompía la larga tradición copista medieval, permitiendo rescatar a la cultura de su anterior aislamiento y ampliando su marco de difusión. Con la invención de la imprenta, la mayor parte de los conocimientos que harían posible, en la segunda mitad del siglo XV, la expansión oceánica, serían difundidos entre filósofos, matemáticos, geógrafos, cosmógrafos, cartógrafos y navegantes de toda Europa. La impresión de todo tipo de documentos y libros sería decisiva para que la ciencia y la cultura se desarrollaran y difundieran por Occidente, impulsando así, hace hoy cinco siglos, el descubrimiento de América y del mundo.

Rafael Ruiz de Lira es historiador y demógrafo, graduado en la Universidad Complutense de Madrid. Ha escrito e investigado sobre historia española y americana moderna y contemporánea. Actualmente es el coordinador de la Cooperación Española en la Embajada de España en Brasil.

Resumen

EL PAPEL DE LA CIENCIA Y DE LA TÉCNICA EN EL DESCUBRIMIENTO DE AMÉRICA

Del lado europeo, para realizar los sueños y deseos por nuevos mundos, aparecieron los objetos náuticos. Todo un esfuerzo se gestó para concretar los viajes marítimos. Brújulas y carabelas conducen las visiones del paraíso. Bajo el signo de la técnica, se organizan los saberes. Un mundo desconocido se curvará al manoseo de los instrumentos.

Abstract

THE ROLE OF SCIENCE AND TECHNOLOGY IN THE DISCOVERY OF THE AMERICAS

Nautical artefacts were forged to bring European dreams and desires for new worlds to the light of day. Tremendous effort and hard labour went into making maritime voyages feasible. Compasses and galleons set the sails of visions of paradise. Knowledge is mustered, organized and anchored under the banner of technology. An unexplored world will bow down to the wielding of instruments.





COTIDIANO

OS MARINHEIROS

SE EXERCITAVAM

DIARIAMENTE

EM VÁRIAS TAREFAS

COM O OBJETIVO

DE SOBREVIVER

EM ÁGUAS MORTAIS



NO TEMPO DAS CARAVELAS: EMBARCAÇÕES, VIDA NOS MARES E MODOS DE NAVEGAR

DIA A DIA, AS CARAVELAS SINGRAVAM NA ROTINA DE UM TRABALHO INTENSO QUE SÓ RATIFICA A CONVIVÊNCIA COM A VIDA E COM A MORTE. DIVIDIDAS AS FUNÇÕES E OS SOLDOS, OS MARINHEIROS OCUPAVAM-SE NO EXERCÍCIO DE UM COTIDIANO RÍGIDO COMO FORMA DE SE RELACIONAREM COM OS IMPREVISTOS DOS MARES. OS MODOS DE VIVER TRANSFORMAM-SE EM PRÁTICAS DE SE PRECAVER CONTRA AS INDEFINIÇÕES DO HORIZONTE NAS ÁGUAS.

**JANAÍNA
AMADO**

Uma das coisas que mais assustaram os indígenas, ao serem pela primeira vez os europeus, foram as caravelas em que chegaram: são 'monstros movendo-se pelo mar' – os índios pensaram, apavorados. Segundo relatos da época, os mais corajosos embarcaram em canoas, rumo às embarcações para:

"Espiar com astúcia, para investigar. [...] E quando estavam bem perto dos espanhóis, na frente deles comeram terra [ritual indicando respeito, que consistia em tocar o chão com os dedos e levá-los aos lábios] no extremo do navio; pensaram que era ele, nosso senhor Quetzalcóatl [o deus máximo dos astecas] que havia chegado" (Baudot e Todorov).

As caravelas, que trouxeram os europeus à América e tanto confundiram os indígenas, foram resultado da fusão entre as antigas tradições náuticas escandinavas e mediterrâneas com as invenções e descobertas marítimas dos ibéricos, principalmente portugueses. No norte da Europa, os vikings, há séculos, dedicavam-se com sucesso à navegação, singrando os mares mais longe do que qualquer outro povo. No século XIV, já possuíam navios robustos, de cascos fortes e grandes velas quadradas, muito bons para transportar cargas e resistentes aos embates do mar. Mas as embarcações nórdicas eram difíceis de manejar e inadequadas para enfrentar ventos contrários.

No sul do continente europeu, a indústria náutica recebeu grande impulso a partir do século XIII, quando o reaquecimento do comércio movimentou novamente o Mediterrâneo. Veneza, Gênova e Florença desenvolveram as galés, que durante mais de duzentos anos circularam entre a península itálica e portos como Túnis e Trípoli (na África), Cádiz e Lisboa (Península Ibérica), Bruges (Bélgica) e Southampton (Inglaterra), tornando-se os próprios símbolos da navegação mediterrânea. Estreitas, compridas e baixas, impulsionadas por muitos remos, as galés destinavam-se ao comércio e à guerra, oferecendo como principais vantagens a agilidade e a velocidade (chegavam a fazer sete nós, isto é, sete milhas marítimas, por hora). Eram construídas em grandes arsenais, por empresas estatais especializadas, que empregavam entre duas e três mil pessoas. As galés representavam excelente meio de transporte para as águas calmas do Mediterrâneo, um mar interno, onde a navegação de cabotagem, junto à costa, permitia trajetos curtos – dizia-se à época que o piloto do Mediterrâneo almoçava em um porto e jantava em outro –, e onde havia poucos ventos, marés e intempéries.

A partir do início do século XV, quando os europeus começaram a navegar regularmente pelo Atlântico, tanto as galés quanto os barcos escandinavos se mostraram inadequados. Essas embarcações apenas com muita dificuldade conseguiam enfrentar as tempestades, ondas, correntes marítimas e ventos contrários, comuns à navegação em mar aberto; não eram estáveis; no caso das galés, não dispunham de espaço suficiente para as provisões das viagens longas e sem garantias de abastecimento; e ainda exigiam tripulações numerosas, caras e difíceis de controlar durante os compridos trajetos atlânticos.

Uma das principais preocupações dos portugueses – os primeiros a iniciar o contorno marítimo da África, para atingir a Ásia – foi a de desenvolver um tipo de embarcação capaz de atender às novas necessidades da navegação atlântica. Não era tarefa fácil, além das dificuldades técnicas, existia o receio, por

parte de monarcas e comerciantes, de investir altas somas na construção de embarcações que poderiam facilmente naufragar, perder-se ou acidentar-se em rotas desconhecidas.

O novo tipo de embarcação começou a materializar-se a partir de 1438, quando o irmão do rei de Portugal, infante d. Henrique, assumiu o comando e o patrocínio da expansão marítima portuguesa. Ele reuniu no promontório de Sagres, na parte mais ocidental de Portugal, "lá onde acaba a terra e começa o mar" (Camões), os maiores especialistas em navegação, cartografia, astronomia, geografia e construção naval, e investiu no empreendimento recursos maciços da Coroa e de ricos particulares.

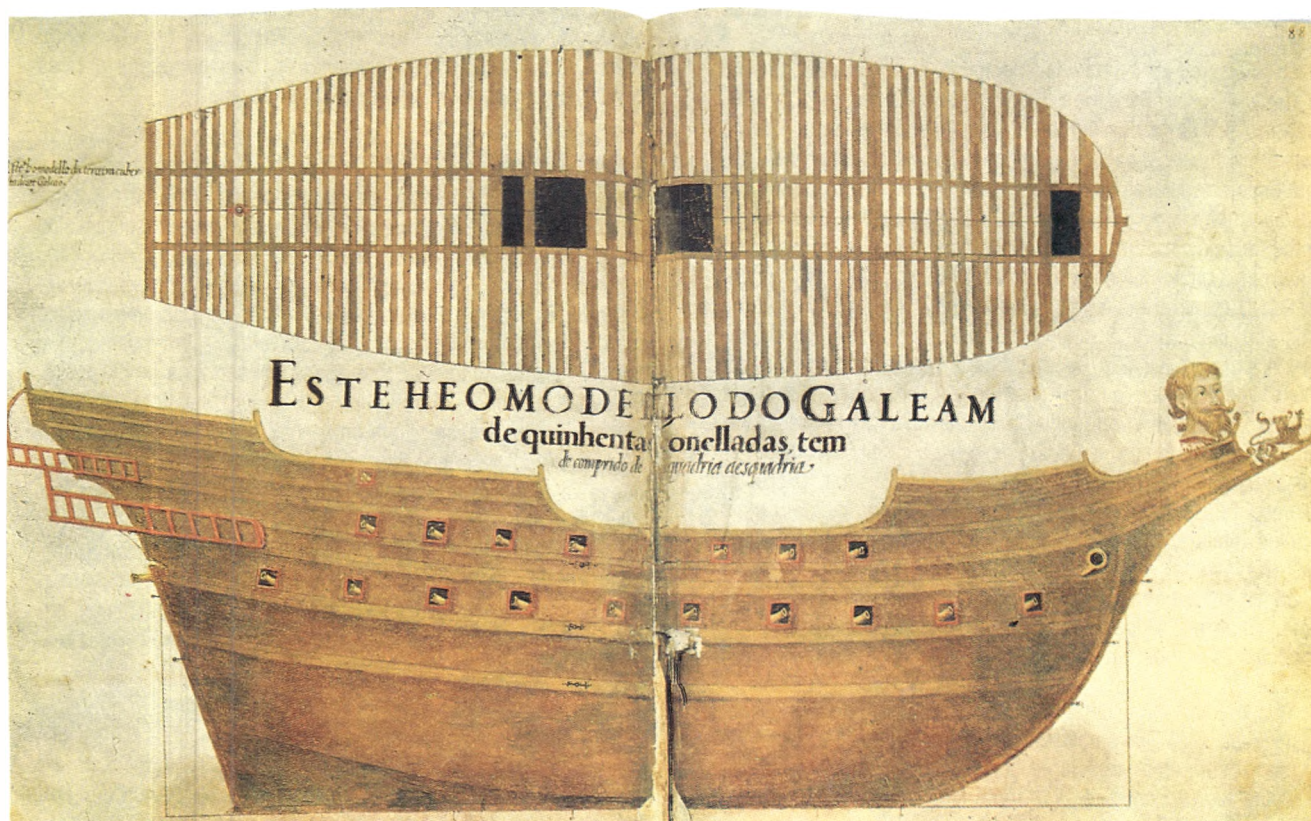
AS CARAVELAS

Um dos resultados desse esforço coletivo em Sagres foi a invenção da caravela. Robustas, para poder enfrentar mar alto e tempo ruim; pequenas, para explorar litorais, capazes de navegar com ventos contrários, dotadas de espaço para carregar suprimentos em longas viagens; rápidas, estáveis e controladas por tripulações não muito grandes, as caravelas transformaram-se na embarcação por excelência das grandes navegações, transportando os europeus aos confins do mundo. A respeito delas atestou o experiente viajante italiano Cadamosto, em 1455:

"Não vejo razão pela qual estes navios não devam ir a qualquer parte do mundo. Pois na minha opinião eles são os melhores veleiros que jamais navegaram em mar alto" (Coker-Petroni).

As caravelas logo foram adotadas por outros povos europeus. As mais perfeitas nasceram nos portos de Portugal e na região de Andaluzia, no sul da Espanha, edificadas sobre grandes pranchas inclinadas, para deslizarem até o mar. A construção das caravelas maiores seguia os desenhos e medidas indicados em projetos arquitetônicos, mas as menores eram edificadas a olho nu mesmo, com base apenas na experiência dos construtores. Todas eram feitas de madeira, material que se dilata ao contato com a água e mantém as partes submersas apertadas umas às outras, tornando a embarcação mais segura. Essa era também a razão para o hábito de molhar regularmente o convés (de uma a cinco vezes por dia). Quando muito seco, o convés encolhia e começava a rachar após alguns dias de exposição ao sol forte.

As caravelas eram velozes e cortavam facilmente as ondas, devido ao formato esguio, ao pequeno tamanho (mediam cerca de vinte metros de comprimento) e ao pouco peso (até oitenta toneladas). (A medida 'tonelada' referia-se, inicialmente, à quantidade de tonéis que uma embarcação podia carregar.) O pequeno calado das caravelas, isto é, sua pouca profundidade, facilitava sua entrada nos portos e angras do litoral, e também a exploração de novas terras. As mais antigas caravelas utilizavam apenas velas quadradas, que eram fáceis de manejar, mas inadequadas para enfrentar ventos fortes, pois, atravessadas sobre a embarcação, contribuíam para desequilibrar o navio. Aos poucos, foram introduzidas velas triangulares – as 'velas latinas' –, de manejo difícil, porém estáveis e seguras para navegar sob ventos fortes e mesmo contra os ventos. De meados do século XV em diante, cada caravela passou a ser equipada



Modelo de galeão (1616)

com velas quadradas e triangulares, o que lhes possibilitava usufruir as vantagens dos dois sistemas. Esse tipo de caravela com velas mistas, muito comum nas grandes navegações, ficou conhecido como 'caravela redonda'. *Pinta* e *Nina*, que trouxeram Colombo à América, foram transformadas em caravelas redondas no início de 1492, meses antes do início da grande viagem.

O espaço das caravelas era exíguo e precisava ser muito bem administrado. Na parte de cima ficavam o castelo da proa — o setor de melhor visibilidade —, e o tombadilho da popa, onde se localizava o camarote do capitão, o único a ter a regalia de um aposento separado. Em nível um pouco mais baixo, estendia-se o convés principal, onde quase toda a vida da caravela transcorria: ali os marinheiros passavam dia e noite, trabalhavam, descansavam, comiam, dormiam. Abaixo desse nível, situava-se o porão de carga, e, na parte mais funda, o lastro de areia e pedra, destinado a estabilizar o navio.

Nessas pequenas embarcações, comprimiam-se durante meses quarenta a sessenta homens e uma impressionante quantidade e variedade de coisas. A tripulação dividia o espaço do convés principal com mastros (no mínimo três), escadas, velas — com seus grossos cabos e cordas —, botes (no mínimo dois), leme, quatro enormes remos, canhões (Fernão de Magalhães carregou quatorze em sua viagem de circunavegação da Terra), peças de artilharia leve, munição, âncoras (até onze âncoras, cada uma destinada a uma função diferente; a principal, conhecida como 'âncora da salvação', ficava junto ao mastro central), mesa da bússola, fogão, barris cheios e vazios (estes

últimos destinavam-se a captar água da chuva), ferramentas de todos os tipos, estoques de madeira, bóias, lampiões, varas de pescar, objetos de uso pessoal (cada marinheiro podia carregar apenas uma cesta, com um metro de comprimento por sessenta centímetros de altura), e ainda galinhas, perus, patos, carneiros e porcos vivos, para serem abatidos durante a viagem!

AS TRIPULAÇÕES

Para que tantos pudessem conviver juntos em tão pouco espaço durante tanto tempo, tornava-se necessário garantir disciplina e organização rígidas. Controlava-se minuciosamente os detalhes do dia-a-dia da vida nas caravelas. A quebra da hierarquia e da ordem era severamente punida, podendo os marinheiros ficarem privados de comida ou serem amarrados, açoitados, mergulhados no mar e até condenados à morte nos casos mais graves, como os de liderança de motins.

A tripulação, toda masculina, e cujo número era proporcional à tonelagem do navio, precisava ser forte para suportar trabalhos pesados e o rigor das travessias. Os comandantes preferiam misturar marinheiros experientes — capazes de enfrentar situações difíceis, mas que também cobravam caro, faziam exigências e podiam chefiar motins — com jovens aprendizes, grumetes até de doze anos de idade, que recebiam pagamentos simbólicos e eram encarregados dos serviços mais simples. Os soldos da tripulação costumavam ser acertados individualmente, metade paga antes da viagem e metade após a volta — se hou-

vesse volta. Os mestres ganhavam o dobro dos marinheiros comuns.

Os viajantes das caravelas compunham-se de dois grupos: os marinheiros e 'os outros'. Estes, merecedores do mais total desprezo por parte dos primeiros, pois desconheciam a vida no mar, eram fidalgos, padres, burocratas, comerciantes, funcionários reais, tradutores, escrivães, médicos, cientistas, pessoas que cumpriam funções específicas nas expedições ou simplesmente desejavam enriquecer nas novas terras e conseguiam embarcar graças às boas relações com cortesãos e comandantes. O número dessas pessoas variou muito, sendo em geral mais alto nas expedições de colonização do que nas de exploração. A primeira viagem de Colombo à América, por exemplo, trouxe apenas dois 'outros' (tradutores), enquanto a segunda viagem, cujo objetivo era iniciar a colonização das terras americanas e retirar delas o máximo possível de metais preciosos, ficou abarrotada de pessoas estranhas à vida do mar. O próprio Colombo registrou: "Não existe nenhum homem, desde o mais simples alfaiate, que não implore para se tornar um descobridor" (Navarrette).

Já os marinheiros constituíam um grupo inteiramente diferente, conforme se depreende desta descrição inglesa do início do século XVII sobre um marinheiro típico:

"Ele é uma lontra, um anfíbio que vive tanto na terra quanto na água. [...] Sua familiaridade com a morte e o perigo armou-o com uma espécie de segurança dissoluta em relação a qualquer encontro. [...] Durante uma tempestade, será ouvido rezando, mas de modo tão pouco metódico, que logo se vê como é pouco versado nessa matéria. [...] Tanto pode dormir sobre um saco de pedras como sobre um travesseiro de penas. Nunca foi muito civilizado; o mar ensinou-lhe outra retórica. Mostra-se muito apegado à sua roupa íntima, raramente lavada. Está há tanto tempo habituado às ressacas do mar, que uma calmaria muito prolongada o deixa nervoso. Não consegue falar baixo, o mar fala tão alto. [...] Já viu a morte de tantos modos, que ela não pode mais assustá-lo" (Morison).

Os marinheiros vestiam, junto ao corpo, camiseta e ceroula de lã que quase nunca tiravam, nem para lavar. Por cima usavam camisa com capuz, feito de tecido grosseiro, e calças largas. Os oficiais costumavam vestir ainda uma jaqueta e usar chapéu, geralmente de ponta. As roupas, muito coloridas, viviam encharcadas e se estragavam com facilidade. No verão, os marujos ficavam descalços ou usavam tamancos e, no inverno, calçavam botas de couro. Até a segunda metade do século XVI, os próprios marujos providenciavam suas roupas; a partir dessa época, começou a se generalizar o hábito das companhias fornecerem as vestimentas, no início apenas uma muda de roupa por viagem.

INSTRUÇÃO

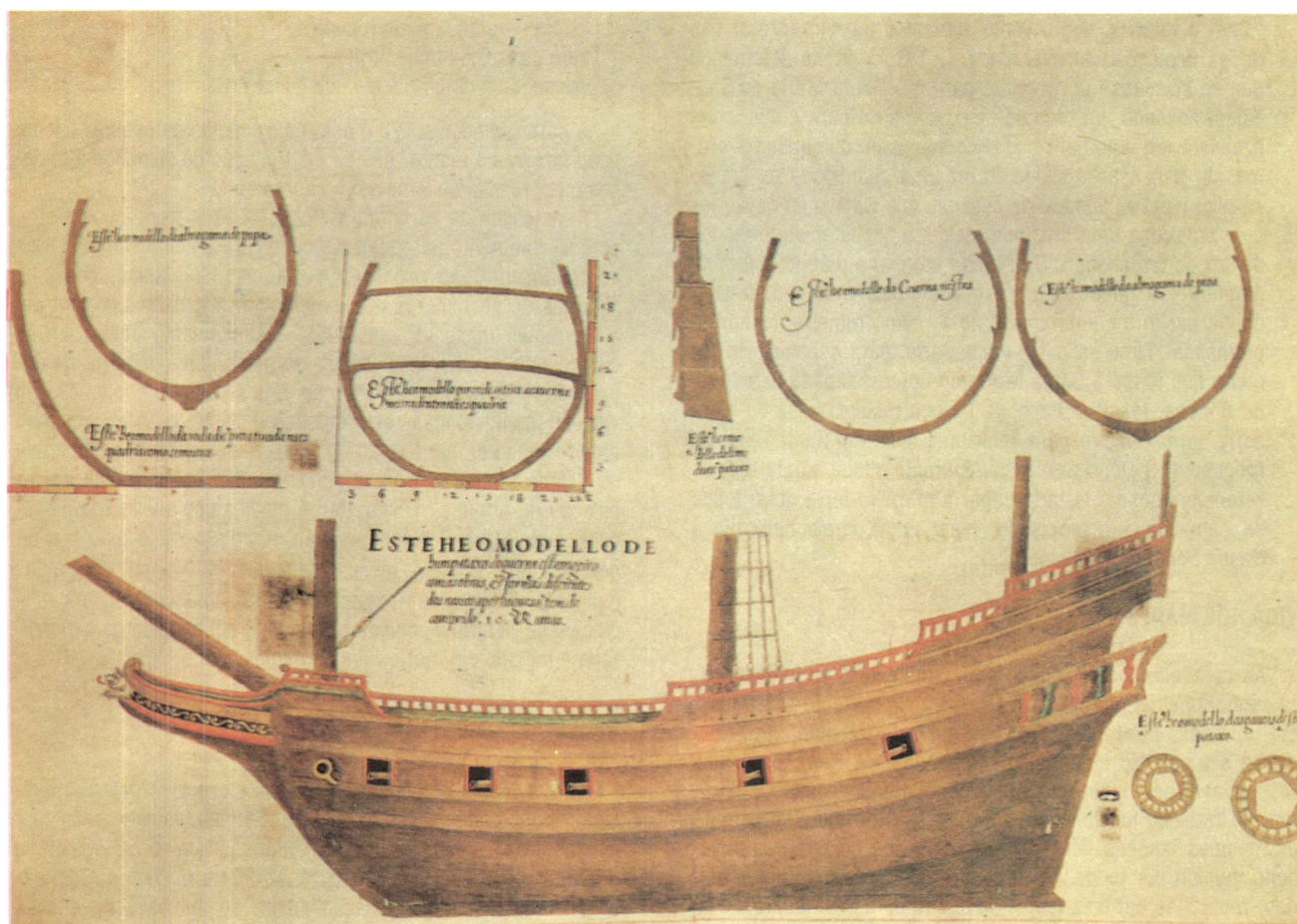
A maioria dos marinheiros era gente muito humilde, em geral analfabeta, cuja vida se passava quase toda no mar. Já os oficiais marinheiros, os que ocupavam postos de comando nas embarcações, embora em sua maioria também de origem mo-

desta, dominavam a leitura e escrita e conheciam rudimentos de geografia, astronomia e matemática. Adquiriam, também, certo verniz social para poder relacionar-se com cortesãos e ricos comerciantes, patrocinadores de suas viagens.

Todos os marinheiros dominavam um tipo de conhecimento, adquirido na prática de suas arriscadas viagens, que era novo, raro e muito necessário à época, e por isso mesmo extremamente valorizado. Na Europa de então, somente esse reduzido grupo de homens tinha intimidade com os segredos do oceano (ventos, marés, influências dos astros, sinais de terra, correntes e tempestades) e experiência em lidar com as novas rotas, com instrumentos náuticos, com caravelas recém-inventadas e com os povos, animais e paisagens encontrados havia pouco. Somente os marinheiros reuniam coragem suficiente para se lançar durante meses, e até anos, nas piores condições possíveis, rumo ao desconhecido, com as cabeças povoadas de lendas a respeito de aterrorizantes monstros marinhos, lindas sireias traiçoeiras, homens deformados que devoravam outros homens, abismos colossais logo após o fim da Terra, zonas tórridas que queimavam os miolos e enegreciam os seres humanos... Somente eles tiveram curiosidade e cobiça suficientes para abandonar suas casas e suas terras e chegar até o outro lado do mundo.

Por isso, os reis, ricos mercadores, armadores e nobres – os patrocinadores das expedições marítimas – ofereciam pagamentos tão altos, tantos títulos, vantagens e recompensas aos navegantes importantes, aos que galgavam os postos de capitão, piloto, mestre ou contramestre. Para assegurar a experiência e os conhecimentos desses marujos graduados é que as Coroas fundaram centros náuticos como a Escola de Sagres ou a Casa de Contratación, em Sevilha. Esta última, reuniu pilotos do porte de Juan de la Cosa, Américo Vespúcio e Vicente Yañez Pinzón, expandindo os interesses espanhóis mundo afora. Nestes centros publicaram-se os primeiros tratados a respeito da navegação oceânica, como a *Suma geográfica que trata longamente sobre a arte de navegar*, do espanhol Martín Fernández de Enciso, publicado em 1519, ou o *Tratado da esfera e da arte de navegar* (1535), do português Francisco Faleiro, que compilavam o saber existente sobre náutica e ajudavam a popularizar a arte da navegação nos oceanos.

Em terra, muitos oficiais chegavam a ser pagos por comerciantes e reis para se recolherem a locais distantes, fora do alcance dos concorrentes. Os grandes navegadores – homens como Colombo, Vasco da Gama, Cabral, Fernão de Magalhães ou Jacques Cartier – viam na navegação oceânica o único caminho possível para a fama, o enriquecimento e o enobrecimento rápidos. Talvez isto ajude a explicar por que todos fizeram tantas viagens em tão poucos anos, e por que foram mercenários, trabalhando ao longo da vida para diferentes reis e nações em troca do melhor pagamento, sem se importar com os objetivos desses reis e com o fato de muitos deles serem inimigos entre si ou da terra natal do navegador. Isto ajuda também a explicar (mas não justifica) por que esses navegantes se lançaram sobre as terras e povos encontrados com uma ganância e violência poucas vezes conhecidas na história, não hesitando em submeter e assassinar populações inteiras e em saquear e extorquir tesouros pertencentes a outros povos e civilizações.



Reprodução de uma nau esquematizada em seus constituintes (1616)

RELIGIOSIDADE

Provavelmente devido à proximidade com os perigos e a morte, os marinheiros dos séculos XV e XVI eram muito religiosos. Praticavam um tipo de religião popular em que os conhecimentos teológicos eram mínimos e as superstições muitas. Entre estas, figuravam o medo de zarpar numa sexta-feira (dava azar), de rasgar páginas impressas (ainda pouco comuns, pois a invenção da imprensa era recente), de olhar fixamente para o mar à meia-noite (corria-se o sério risco de ficar encantado por uma sereia) e, até o século XV, de se aproximar demais da agulha imantada da bússola, à qual eram atribuídos poderes mágicos. Cristóvão Colombo, talvez o mais religioso entre todos os navegantes:

"Em cada coisa que fazia ou dizia ou queria começar a fazer, sempre antepunha: 'Em nome da Santíssima Trindade farei isto'. [...] Jejuava todos os jejuns da Igreja; confessava muitas vezes e comungava; rezava todas as horas canônicas como os eclesiásticos e religiosos; inimigo de blasfêmias e juramentos; ...a cada hora dizia que lhe havia feito Deus grandes mercês, como a David" (Las Casas).

Nos navios, que não raro transportavam padres, promoviam-se rezas coletivas várias vezes ao dia e, nos fins de semana, serviços especiais. A chegada da madrugada era saudada por

um grumete com as seguintes palavras, gritadas bem alto para que toda a tripulação ouvisse:

"Bendita seja a luz
e a Santa Veracruz
e o Senhor da Verdade
e a Santa Trindade;
bendita seja a alma,
e o Senhor que a manda;
bendito seja o dia
e o Senhor que a envia" (Morison).

Seguiam-se vários padres-nossos e ave-marias, arrematados com estas palavras:

"Deus nos dê bons dias; boa viagem; boa passagem para a nau, para o senhor Capitão e mestre e boa companhia, amém; faça boa viagem, faça; muitos bons dias dê Deus a vossas mercês, senhores de popa e proa" (Morison).

Outra expressão da religiosidade dos marinheiros eram as constantes promessas aos santos, individuais ou coletivas. As promessas era renovadas durante as situações dramáticas, como mostra o documento seguinte sobre o comportamento da tripulação durante a terrível tempestade enfrentada pela esquadra de Colombo em 1493, no caminho de volta à Europa:

“Com o raiar do dia, o vento aumentou e o entrecruzar das ondas ficou mais terrível ainda. [...] O Almirante determinou que se sorteasse um romeiro para ir à Santa Maria de Guadalupe levando um círio de cinco libras de cera e que todos fizessem um voto para que o contemplado cumprisse a promessa; para isso mandou trazer uma quantidade de grãos-de-bico igual ao número de pessoas que viajava no navio, fez com uma faca uma cruz num deles, e depois misturou todos dentro de um chapéu. O primeiro a enfiar a mão foi o próprio Almirante, a quem coube o grão-de-bico marcado, recaindo-lhe assim o compromisso de ir, como romeiro, cumprir a promessa. Tirou-se outra vez a sorte, para escolher um romeiro que fosse à Santa Maria de Loreto, situada na marina de Ancona, terra do Papa. [...] Ficou resolvido que se mandaria outro romeiro para velar uma noite em Santa Clara de Moguer. [...] Depois disso, o Almirante e toda a tripulação fizeram promessa de, ao chegar à primeira terra, irem todos de camisola, em procissão, rezar numa igreja dedicada à Nossa Senhora” (Colombo).

VIDA NOS MARES

As caravelas funcionavam como casa e local de trabalho para os marinheiros, que ali passavam grande parte de suas vidas. Era uma casa desconfortável e um lugar de trabalho duro. Dividia-se a tripulação em grupos (geralmente de três), cada qual responsável pelo navio durante o período de trabalho. Os horários de trabalho funcionavam alternados, para que nem sempre os mesmos homens ficassem encarregados do turno da meia-noite, temido por todos. Os grupos trabalhavam oito horas diárias, repartidas em dois turnos de quatro horas, os ‘quartos’. Ao terminar um quarto, o grumete encarregado saía gritando pelo navio, para avisar a todos: “Ao quarto, ao quarto, senhores marinheiros de boa parte, ao quarto, em boa hora da guarda do senhor piloto, que já é hora!” (Morison).

Trabalhava-se muito nas caravelas. A maioria das obrigações requeria força e atenção. O manejo das velas, serviço pesado que exigia vários homens, necessitava ser realizado o tempo todo. O grumete encarregado de vigiar o mar, empoleirado lá no alto, precisava manter-se atento: de hora em hora gritavam-lhe o nome, ao que ele devia responder prontamente, para provar que estava acordado. O aprendiz que vigiava a ampulheta – único meio de medir o tempo, além dos astros no céu – tinha de estar pronto para, a cada meia hora, virar o instrumento e gritar um bordão a plenos pulmões, funcionando como ‘relógio falante’ para todo o navio. Caso fosse pego dormindo ou ‘esquentando’ a ampulheta – isto é, colocando as mãos em volta do vidro, para que o calor fizesse a areia correr mais depressa – era severamente açoitado.

Dirigir o navio era trabalho estafante. O leme ou timão ficava localizado no nível abaixo do convés principal. O timoneiro, tendo como ajuda apenas as ordens gritadas do tombadilho e a orientação da bússola pregada à sua frente, dirigia a caravela às cegas, encharcando-se quando pegava ondulações pela popa. Em caso de tempestade, fazia-se necessário deslocar até doze homens para manter o leme seguro, o que nem sempre se conseguia, como lembrou Camões em *Os Lusíadas*, descrevendo uma tempestade enfrentada por Vasco da Gama:

“Nem os braços mais robustos,
nem os joelhos mais firmes
Conseguem dirigir o leme que guina” (Camões).

A partir do século XVI, o esforço tremendo de segurar o leme ficou um pouco menor, devido à introdução de guinchos e roldanas que prendiam o leme a um cabrestante.

Preenchiam-se as horas de folga no navio com jogos e conversas compridas nas quais se contavam as famosas ‘histórias de marinheiro’, povoadas de aventuras e fantasias, como as histórias de pescadores e caçadores. Os tripulantes pertenciam a diferentes nacionalidades, mas assim mesmo acabavam se entendendo na chamada ‘língua de marinheiro’, mistura de expressões e sotaques retirados de vários dialetos e idiomas. Em viagens muito longas, era impossível evitar o tédio. Foi para tentar atenuá-lo que Fernão de Magalhães ordenou o embarque de “cinco tambores e vinte pandeiretas, para distração da tripulação da armada” (Pigafetta). À medida que a viagem prosseguia, aumentavam a exasperação, a irritação e o mau humor, gerados pelo cansaço, medo e saudades da vida em terra e das mulheres. Nessa fase explodiam as reclamações, as brigas – difíceis de controlar, muitas terminando em pancadaria generalizada e mesmo em mortes – e os motins.

HIGIENE E ALIMENTAÇÃO

As condições de conforto e higiene oferecidas pelas caravelas eram precárias. Os marujos aceitavam se lançar ao mar apenas pelas possibilidades de lucros e aventuras e porque suas condições de vida em terra não eram melhores. Com exceção do capitão, a tripulação inteira se apinhava no convés principal. Ali todos dormiam, a maioria diretamente no chão, outros sobre trouxas, que logo se encharcavam. As redes – invenção americana – demoraram a ser introduzidas nas embarcações. Cada espaço era usado alternadamente por vários marinheiros: enquanto uns dormiam ou descansavam, outros trabalhavam. Um fundo de água poluída espalhava-se por todo o convés. Lavar o convés com frequência não evitava o acúmulo de restos de comida, lixos de toda espécie, baratas, ratos (cada navio levava ao menos um gato), vômitos, urina e fezes. Quando o tempo estava ruim, tomava-se impossível usar as privadas construídas na proa, que ficavam diretamente sobre o mar. Com o passar dos dias, odores fétidos infestavam a embarcação. O lastro de areia e pedras, instalado no nível mais baixo do navio com o objetivo de ajudar a equilibrá-lo, funcionava como fonte de poluição: a areia absorvia a sujeira, transformando-se em viveiro natural para a proliferação de microorganismos, vermes e pequenos animais nocivos.

À época, não se estabeleciam na Europa relações entre falta de higiene e doenças. Ninguém achava que ficaria doente por não se lavar durante meses ou conviver com lixo e restos deteriorados de alimentos. Numa época em que apenas iniciavam-se as dissecações de cadáveres e o princípio da circulação do sangue acabava de ser descoberto, a teoria mais em voga sobre as doenças era a que relacionava suas causas a um sistema geral de circulação de ares e ventos no planeta. Estes seriam responsáveis pelos resfriamentos e esquentamentos que moldavam não apenas a saúde, mas o caráter das pessoas. Os ven-

tos norte, por exemplo, considerados frios e claros, tapavam os poros e retinham o calor do corpo, exercendo influência saudável sobre o organismo e gerando homens altos e bem feitos; já os ventos sul, úmidos e quentes, eram considerados os principais responsáveis pelo aparecimento de homens de baixa estatura, doentios e irascíveis.

Os alimentos, que nas caravelas ficavam trancados e muito bem vigiados, eram servidos em quantidades racionadas. A alimentação náutica dos séculos XV e XVI consistia basicamente de peixe, carne salgada, queijo, feijão, farinha, mel, cebola, alho, azeite e vinagre, e de uma espécie de bolacha salgada, conhecida como 'bolacha de marinho', a base da dieta. Os oficiais levavam também frutas secas e amêndoas. Bebiam-se água e vinho. Por volta das onze horas da manhã, servia-se a única refeição quente do dia, preparada no próprio convés principal, sobre uma caixa de ferro; embaixo desta caixa ficava uma camada de terra e areia, onde a lenha era posta para arder. Mantinham-se areia e água do mar por perto, para o caso do fogo começar a se alastrar pelo navio. Quando ventava muito, o fogão era transportado até uma parte protegida do convés; mas, em caso de tempestade, não se cozinhava, servindo-se apenas comida fria. Em sua primeira viagem à América, Colombo sequer transportou cozinheiros: a tarefa de cozinhar era provavelmente alternada entre os marinheiros. Os oficiais comiam à parte, em uma mesa improvisada, formada pelos baús dos marujos, enquanto o restante da tripulação espalhava-se pelo convés. Comia-se com as mãos.

Era constante a preocupação com o abastecimento dos navios. A primeira obrigação de todo marinheiro, ao chegar em terra, consistia em providenciar comida e bebida. Com o passar do tempo, o estoque dos alimentos ia acabando e deteriorando-se, devido às variações climáticas e más condições de armazenamento e higiene. O filho caçula de Colombo, que acompanhou o pai em sua terceira viagem à América, contou:

"Ora, com o calor e a umidade, as bolachas estavam tão cheias de bicho que, Deus me perdoe, vi muitos esperarem pelo anoitecer para comerem a papa que com elas se fazia para não verem as larvas; e outros, de tão habituados a comê-las, já não se incomodavam em tirá-las, pois, se fossem exigentes, arriscavam-se a ficar sem ceia" (Hernando Colombo).

Antônio Pigafetta, que deu a volta ao mundo na esquadra de Fernão de Magalhães, testemunhou:

"Freqüentemente nossa alimentação ficou reduzida à serra-gem de madeira como única comida, posto que até os ratos, tão repugnantes ao homem, chegaram a ser um manjar tão caro, que se pagava meio ducado por cada um" (Pigafetta).

Jean de Léry relatou, a respeito de sua viagem ao Brasil no século XVI:

"Quando um de nós apanhava um rato, julgava-se possuidor de coisa mais valiosa do que um boi em terra. Vi venderem-se a três e quatro escudos. [...] Tivemos que cozinhar camundongos na água do mar, com intestino e tripas, e dava-se a estas vísceras maior apreço do que ordinariamente damos em terra a lombos de carneiro. [...] Para saciar-nos, até

ossos velhos e outras imundices que os cães tiram dos monturos nos serviam" (Léry).

A água potável também rareava após algum tempo, constituindo-se no mais grave dos problemas. O mesmo Léry escreveu em 1578:

"O sol é fortíssimo e além do calor que padecíamos não tínhamos, fora das parcas refeições, água doce nem outra bebida em quantidade suficiente. Sofríamos assim tão cruelmente a sede, que cheguei a perder a respiração e a ficar sem fala durante mais de uma hora, donde se conclui que o que mais desejam os marinheiros nessas longas viagens é ver o mar convertido em água doce" (Léry).

A prolongada ausência de frutas e verduras na alimentação gerava uma aguda carência de vitamina C, provocando uma doença comum entre os navegantes da época: o escorbuto. A doença caracteriza-se pela queda dos dentes, pelo estado geral de prostração, pelo escurecimento e grande inchaço das gengivas – às vezes impedindo o doente de se alimentar:

"Que tão deformemente ali lhe incharam
As gengivas da boca, que crescia
A carne, e juntamente apodrecia?" (Camões).

Os marinheiros desconheciam a causa da doença, mas sabiam que, em seus estágios iniciais, podia ser combatida com a ingestão de alimentos frescos. Como isto nem sempre era possível, o escorbuto foi a maior causa das mortes durante as primeiras viagens oceânicas. Doenças também comuns nos navios foram a febre amarela e a malária, adquiridas em portos tropicais.

O risco que os marinheiros corriam durante as viagens oceânicas era muito grande. Houve viagens de grande sucesso – a de Colombo, em 1492, não perdeu um único homem –, mas, às vezes, os navios se transformavam em cemitérios ambulantes, como ocorreu com a expedição de Fernão de Magalhães, que partiu com 265 homens e cinco embarcações, mas voltou sem seu comandante e com apenas 18 homens e um navio. Morria-se em decorrência de doenças, fome, sede, acidentes, brigas entre a tripulação, combates com outros povos e naufrágios. O número de naufrágios foi tão alto que marcou o imaginário europeu: no século XVI, floresceu na Europa uma popular 'literatura de naufrágio', que misturava realidade e imaginação para relatar, em prosa e verso, as aventuras e desventuras dos naufragos. Os leitores – europeus situados em terra, bem seguros – identificavam-se com os naufragos, apresentados como vítimas do destino, à mercê de regiões inóspitas e povos cruéis.

MODOS DE NAVEGAR

Como se orientar em alto mar? Hoje, isto é garantido por aparelhos precisos e pela comunicação direta com a terra. Mas, no início do século XV, quando portugueses e espanhóis começaram a lançar-se pelas águas desconhecidas do oceano Atlântico, como conseguir chegar ao destino longínquo e, depois, regressar para casa?

A partir dos últimos anos do século XVI, foram confeccionados os primeiros relógios portáteis, os quais, ao menos em teoria, poderiam solucionar a questão da medição do tempo em alto-mar. Mas, durante quase trezentos anos, essas 'máquinas portáteis do tempo' teimaram em cometer os erros mais grosseiros quando usados em terra firme – imagine-se em meio a turbulentos oceanos!



LONGITUDE E LATITUDE

A precariedade da medição do tempo constituiu a principal dificuldade na delimitação da longitude. Já no século XV os navegadores perceberam com clareza que grandes distâncias percorridas nos oceanos, para leste ou para oeste, provocavam alterações horárias. Mas eles não dispunham de meios para medir essas alterações. O problema tornou-se tão sério que, durante o século XVII, os governos holandeses, espanhóis e franceses ofereceram prêmios polpidos a quem apresentasse soluções. Apenas no século XVIII o inglês John Harrison (1693-1773) conseguiu construir um cronômetro marinho realmente confiável, possibilitando o cálculo preciso da longitude. Mesmo assim, os caros cronômetros marinhos, de construção e manuseio complicados, demoraram a se difundir: em 1833, a Marinha real francesa, apesar de dispor de 250 navios, possuía apenas 44 cronômetros.

A delimitação da latitude foi um problema menos complicado. Desde a Antiguidade os navegadores sabiam que, para determinar a latitude durante o dia, bastava observar a posição do sol e sua altitude em relação ao horizonte. E, desde o século XIII, sabiam que, durante a noite, era preciso observar a posição de certas estrelas, como a estrela Polar. Por isso, os navegantes dos séculos XV e XVI, que viajaram mais longe do que qualquer um, desenvolveram ao máximo a observação dos céus e os conhecimentos astronômicos. Costuma-se lembrar que a época de Colombo foi também a época de Copérnico.

Para observar o sol, os navegadores modernos traçavam duas linhas imaginárias: a primeira ia do marinheiro até o sol, e a segunda, do marinheiro até o horizonte; a medida do ângulo entre essas duas linhas fornecia a latitude. O grande problema era conseguir medir o ângulo com precisão. Considerando-se os conhecimentos do século XVI, isto era tarefa difícil, especialmente quando realizada dentro de um navio, que balançava o tempo todo. Muito esforço foi dedicado para inventar e aperfeiçoar instrumentos que facilitassem essas medições, como explica a seguinte comparação, de 1551, entre os modos de navegar no Mediterrâneo e no Atlântico:

“Toda a ciência da navegação comum [costeira] nada mais é do que conhecer perfeitamente de vista todos os cabos, portos e rios, como eles aparecem vistos do mar, qual a distância entre eles e qual o curso entre um e outro; também conhecer as fases da lua em que ocorrem marés altas e baixas, as vazantes e enchentes das águas, a profundidade, a natureza do fundo. [...] A grande navegação [em alto mar], por outro lado, emprega, além das práticas acima mencionadas, várias outras regras e instrumentos engenhosos derivados da arte da Astronomia e Cosmografia” (Parry).

BÚSSOLA

Alguns instrumentos náuticos, conhecidos desde a Antiguidade, foram legados pelos árabes à Europa e aperfeiçoados pelos navegadores da Época Moderna, como é o caso da bússola, do astrolábio e do quadrante. A bússola, o mais importante instrumento para orientação em alto mar, difundiu-se entre os navegadores europeus a partir do século XIII. Inventada provavel-

mente pelos chineses e popularizada pelos árabes, não servia para medir longitudes ou latitudes, mas possibilitava algo essencial ao navegante: marcar o rumo norte, de dia ou à noite, e assim poder saber em que direção o navio estava se deslocando. Como escreveu Guiot de Provins, testemunho do século XIII:

“Quando a noite é escura, quando não se vêem nem estrela [estrela Polar] nem lua, então eles iluminam a agulha: já não podem enganar-se, visto que a ponta se vira para a estrela. Assim os marinheiros ficam seguros de seguir o caminho certo” (Freitas).

A agulha magnética da bússola, que apontava sempre para o norte, ficava presa a um cartão circular, por onde girava livremente; no cartão estava desenhada uma rosa-dos-ventos, contendo oito direções, divididas em 32 e até em 64 subdireções, para permitir localizações mais precisas. A bússola tinha ainda outra importante função durante as viagens oceânicas: servia para corrigir o tempo marcado pela ampulheta, ajustando-o às variações dos fusos horários. Para conseguir isto, pregava-se um pino alto no centro da bússola; toda vez que, ao meio-dia em ponto, a sombra do pino coincidia exatamente com o norte marcado pela bússola, a ampulheta era virada, passando a marcar a hora certa segundo o fuso horário em que o navio se encontrava.

Guardava-se a bússola dentro de uma caixa de madeira reforçada com tampa de vidro e iluminada por lampiões. Somente o capitão podia mexer nessa caixa, que ficava pregada a uma mesa, por sua vez colada ao chão do convés, em frente ao timoneiro. Todos cuidavam em não deixar objetos de metal (espadas, armaduras) perto da caixa da bússola. Os capitães levavam consigo várias agulhas de bússola. Fernão de Magalhães partiu para sua viagem de volta ao mundo levando 35 agulhas extras, tal a importância que conferia à bússola.

A agulha da bússola, entretanto, não aponta para o norte real, mas para o norte magnético. Esta diferença, chamada ‘variação’, muda inclusive com o passar dos anos. Os navegantes dos séculos XV e XVI perceberam a existência da variação: em seu *Diário de bordo*, Colombo notou que a agulha da sua bússola “nordesteava” ou “nordesteava”. Para corrigir a variação, os pilotos comparavam o norte marcado pela agulha com o norte definido pela estrela Polar. O gesto deles, de levantar a mão, alinhando-a com a estrela Polar, e a seguir abaixá-la até a ponta da agulha da bússola, era tão comum que se tornou conhecido como a ‘bênção do piloto’. Com o tempo, o trabalho ficou um pouco facilitado pelo surgimento de tabelas impressas que continham as medidas de variações nos locais mais freqüentados pelos pilotos.

ESTRELA POLAR

À noite, os navegadores usavam a estrela Polar – também chamada de estrela do Norte, estrela Pólo, ou, em homenagem à sua relação com a náutica, *Stella Maris* (estrela do Mar) – como a mais importante referência celeste para orientação. Apesar de pálida e de poder ser vista apenas do hemisfério norte, a estrela Polar apresentava a vantagem de se localizar exatamente acima do pólo norte. Sem entender a razão, os navegadores aprenderam que, quando a estrela Polar estava no horizonte,

eles estavam no equador; quando ela aparecia a 39 graus, eles se encontravam a uma latitude de 39 graus; quando aparecia a 23 graus, eles se encontravam a uma latitude de 23 graus, e assim por diante. Além disso, a estrela Polar ajudava a determinar as horas, pois em torno dela a constelação da Ursa Menor completa a cada 24 horas um círculo estreito, tal qual os ponteiros de um relógio; para determinar a hora aproximada, portanto, bastava observar a posição de uma das estrelas da Ursa Menor (geralmente de Kochab, a mais brilhante) em relação à estrela Polar.

INSTRUMENTOS NÁUTICOS

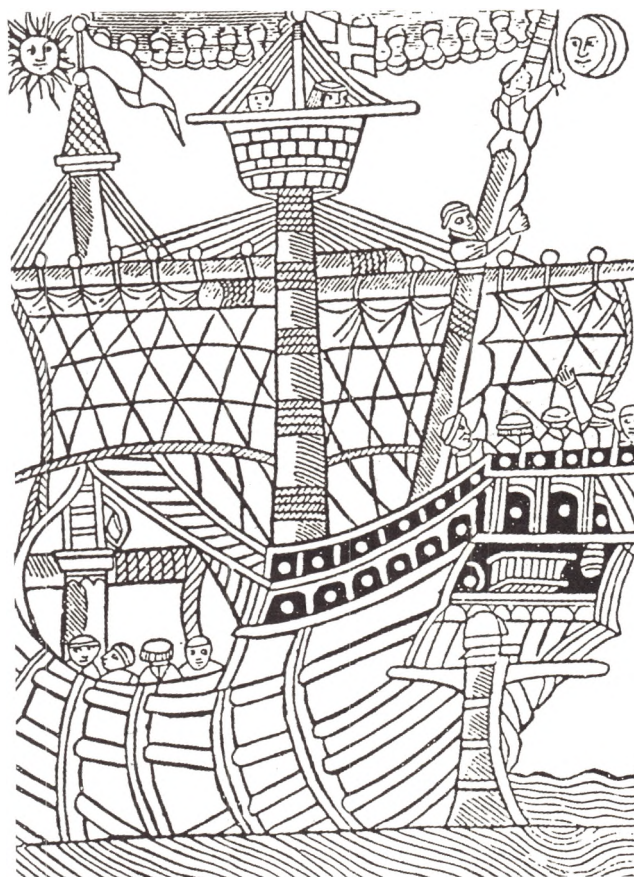
Entre os instrumentos legados pelos árabes aos europeus, destacaram-se, além da bússola, o astrolábio e o quadrante, cujas regras de manejo foram reunidas no *Regimento do astrolábio e do quadrante*, publicado no reinado de d. João II de Portugal (1481-1495). O astrolábio, inventado nos tempos antigos, era de uso difícil; sua utilização no mar foi quase impossível até o surgimento do astrolábio náutico, mais simples e leve, mas que mesmo assim exigia a participação de duas pessoas. Consistia em um grande círculo, por cujo interior corria uma régua; um homem suspendia o astrolábio na altura dos olhos, alinhando a régua com o sol, enquanto o outro lia os graus marcados no círculo. O quadrante era um astrolábio reduzido à quarta parte.

Outros instrumentos foram criados pelos próprios navegadores da Época Moderna, como a balestilha (ou bastão de Jacó), que oferecia a vantagem de poder ser manejada por um único homem. Utilizada a partir do segundo quartel do século XVI, a balestilha constituía-se em uma régua, sobre a qual deslizava, em ângulo reto, uma peça; o navegador posicionava uma das pontas da régua em frente aos olhos e deslizava a peça até esta estar alinhada com o sol, verificando a seguir os graus marcados. Da balestilha desenvolveu-se o sextante, um instrumento menor e mais leve, que também permitia medições mais precisas.

NAVEGAÇÃO ESTIMADA

Os instrumentos náuticos representaram progressos para a navegação oceânica, facilitando a tarefa dos pilotos e aumentando a segurança e confiabilidade das rotas e viagens. Mas não se deve exagerar a sua importância nos séculos XV e XVI. Nessa época, os instrumentos eram imprecisos, de manejo complicado, forneciam apenas indicações aproximadas e exigiam complicados cálculos que muitos pilotos ignoravam. Os marujos comuns incapazes de entender os instrumentos, devotavam-lhes desprezo, ridicularizando-os e valorizando em seu lugar a experiência.

A maioria dos pilotos do início da Época Moderna praticava mesmo a chamada 'navegação estimada', isto é, traçava no mapa uma rota inicial e nela ia marcando correções à medida que a viagem prosseguia. As correções eram feitas conforme a observação das correntes, marés (no século XVI, vários almanaques, como o *Dieppe*, já apresentavam tabelas dos movimentos das marés em trechos mais conhecidos), temperaturas, ventos, fases da lua, posição dos astros, presença de determi-



A bordo de Santa Maria (1502).
Reprodução do frontispício do livro

nados animais e vegetações marinhas, e de uma boa dose de especulação.

A navegação estimada era também ajudada por medições diárias da velocidade da embarcação. A partir do cálculo da velocidade, o piloto podia inferir qual a distância percorrida diariamente e, assim, ter uma idéia do seu deslocamento naquele dia. A velocidade era medida de maneira muito simples: jogava-se no mar a ponta de uma corda, que ia sendo solta à medida em que a embarcação avançava; na corda, estavam amarrados nós, a intervalos regulares; após algum tempo (geralmente meia hora), contava-se quantos nós haviam ficado sob a água. Esta é a origem da medida náutica 'nó' (equivalente a uma milha marítima), até hoje em uso. Cristóvão Colombo, que diariamente media por esse método a velocidade da 'Santa Maria', usou de um artifício para tentar contornar o crescente medo e insatisfação da tripulação: à medida que a esquadra avançava para oeste, anunciava aos homens uma distância bem menor do que a distância real percorrida.

A 'linha de sonda', ainda em uso, foi outro instrumento simples a que os pilotos dos séculos XV e XVI recorreram. Consistia em uma corda com chumbo na ponta, na qual as distâncias eram marcadas. A corda era jogada à frente do navio e retirada ao atingir o fundo do mar, conferindo-se a profundidade do local. Servia também para informar sobre as condições das águas, detectando a presença de rochedos, bancos de areia e outros obstáculos perigosos.

"Os portugueses somos do Ocidente,
Imos buscando as terras do Oriente" (Camões).

Enfrentar os oceanos, para saber o que havia depois deles, sair por diversas rotas desde o Ocidente para alcançar o Oriente foi tarefa demorada. As chamadas 'grandes navegações' prolongaram-se por mais de cem anos, desde a conquista de Ceuta, em 1415. Elas implicaram um número enorme de viagens que, paulatinamente, foram conhecendo e conquistando espaços novos para os europeus.

Enfrentar os oceanos foi tarefa cara. Envolveu grandes capitais, governamentais e particulares, de várias nações européias; capitais que se uniram para construir caravelas e naus, equipá-las com suprimentos, armas, munições e mercadorias, para enfrentar viagens de até mais de dois anos e pagar tripulações numerosas.

Enfrentar os oceanos foi tarefa lucrativa, apesar das perdas humanas e materiais durante as viagens. As terras onde os europeus aportaram, na África, América e Ásia, renderam-lhes riquezas fabulosas, em geral extorquidas à força e graças à exploração do trabalho de outros povos. Os nascentes Estados nacionais europeus e seus segmentos comerciais fortaleceram-se.

Enfrentar os oceanos foi tarefa que exigiu muitos conhecimentos. Dependeu de progressos anteriores na construção náutica, na cartografia, na astronomia, nos primeiros instrumentos náuticos. Dependeu da formação de uma mentalidade moderna, voltada para o conhecimento, a experiência e a valorização da técnica e da ciência, em busca de novos horizontes econômicos e culturais.

Enfrentar os oceanos foi tarefa que gerou muitos conhecimentos. À medida que as viagens se sucediam, as informações sobre diversos aspectos das novas terras, mares e céus se acumulavam, bem como se aprimoravam os instrumentos científicos. Poucos períodos da história assistiram ao surgimento de um número tão grande de novas informações quanto o início da Época Moderna.

Enfrentar os oceanos foi tarefa arriscada. Apesar do avanço dos conhecimentos náuticos, os primeiros navegadores enfrentaram os oceanos sem saber realmente o que encontrariam pela frente e com embarcações e instrumentos aquém de suas necessidades. A experiência acumulada das viagens permitiu aperfeiçoar os modos de navegar e diminuir os riscos.

Enfrentar os oceanos foi tarefa coletiva. Dependeu da conjugação de interesses e esforços, não apenas de reis, grandes senhores e ricos mercadores, mas também de cientistas, cartógrafos, armadores, artesãos, funcionários públicos, pilotos, e, principalmente, dos marinheiros humildes que, durante meses, às vezes anos, abandonavam a segurança de suas casas para aventurar-se, em minúsculas embarcações pelos "mares nunca dantes navegados", imensos oceanos para eles desconhecidos.

Janaina Amado é professora do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás.

Bibliografia

- Barreto, Luís Felipe. *Os descobrimentos e a ordem do saber*. Lisboa: Gradiva, 1989.
Baudot, Georges e Tzvetan Todorov. *Relatos aztecas de la conquista*. México: Editorial Grijalbo, 1990.

- Boorstin, Daniel J. *The discovers*. Nova Iorque: Vintage Books, 1985.
Borgese, Elisabeth M. 'A última fronteira'. *O Correio da Unesco*. 19.10/11 (1991), p. 44-47.
Braithwait, Richard. 'Whimzies, or New Cast of characters'. Inglaterra: 1631. Citado em Morison, S.E. (1978).
Bornlee, Walter. *The first ships round the world*. Londres: Cambridge University Press, 1984, 5. ed.
Camões, Luís Vaz de. *Os lusíadas*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.
Colombo, Cristóvão. *Diários da descoberta da América*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
Colombo, Hernando. *Vida del almirante Don Cristóbal Colón*. México: FCE, 1947.
Coquery-Vidrovitch, Catherine. *A descoberta da África*. Lisboa: Edições 70, 1981.
Duby, George. 'O tempo de trabalho na crise do século XIV: do Tempo Medieval ao Tempo Moderno'. *O maravilhoso no Ocidente Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.
Fraser, J. T. *Time - The familiar strange*. Amherst: The University of Massachusetts Press, 1987.
Freitas, Gustavo de. *900 textos e documentos de história*. Lisboa: Plátano, 1977, volume II.
Giucci, Guillermo. *Viajantes do maravilhoso - O novo mundo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992.
Las Casas, Bartolomé de. *História de las Indias*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1986.
Léry, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo: Martins, 1960, 3. ed.
Lyon, Eugene. '15th-century manuscript yields first look at Niña'. *National Geographic*, 170.5 (1986), p. 601-605.
Martínez, José Luiz. *Pasajeros de Indias*. Madrid: Alianza Universidad, 1989.
Martinière, Guy e Consuelo Varela. *L'État du monde en 1492*. Paris: Éditions de la Découverte, 1992.
Morison, Samuel Eliot. *The great explorers*. Oxford: Oxford University Press, 1978.
Navarrete, Martín Fernández. *Viajes de Colón*. México: Editorial Porrúa, 1986.
Parry, J. H. *The age of reconnaissance*. Berkeley: University of California Press, 1963.
Pigafetta, Antônio. *A primeira viagem ao redor do mundo*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
Priestley, J. B. *Man & time*. Nova Iorque: Crescent Books, 1964.

Resumen

EN EL TIEMPO DE LAS CARABELAS: EMBARCACIONES, VIDA EN LOS MARES Y MODOS DE NAVEGAR

Día a día, las carabelas navegaban en la rutina de un trabajo intenso que sólo ratifica la convivencia con la vida y con la muerte. Divididas las funciones y los sueldos, los marineros se ocupaban en el ejercicio de un cotidiano rígido como forma de relacionarse con los imprevistos de los mares. Los modos de vivir se transforman en prácticas de precaverse contra las indefiniciones del horizonte en las aguas.

Abstract

IN THE DAYS OF GALLEONS: VESSELS, SEAFARING AND FORMS OF NAVIGATION

Day after day, galleons ploughed along in a round of intense labour which merely reflects living at close quarters with life and death. Their duties and dues being clearly distinguished, sailors occupied their time with a rigid routine that helped cope with the unforeseen at sea. Ways of life became seafaring habits, precautions against uncertain horizons on the high seas.



RENASCIMENTO E DESCOBRIMENTO



QUANTAS AMÉRICAS DESEMBARCARAM NAS NOVAS TERRAS?

ANTES DE SER UM ELEMENTO CONSTITUTIVO DO EXPANSIONISMO EUROPEU, A AMÉRICA PERTENCIA AO REINO DO PENSA-
SAMENTO COMO PRODUTO CONDENSADO DAS UTOPIAS RENASCENTISTAS. A AMÉRICA RENASCENTISTA NADA TINHA EM
COMUM COM A COLÔNIA POSTERIOR. A NOÇÃO DE FUTURIDADE DA UTOPIA FOI EXAURIDA PELO IMEDIATISMO ECONÔ-
MICO.

AMADO
LUIZ
CERVO



Vespucci projetava em seus escritos o mundo que desejava ver resultar do humanismo renascentista, com o intuito de transformar a civilização européia e ajustá-la aos paradigmas da nova cultura emergente

Globo celeste de Martin Bylica que utiliza imagens européias e árabicas para representar as constelações (1480).

Quadro de Leonardo da Vinci, intitulado Retrato de uma dama com arminho (1490). Caracteriza o equilíbrio renascentista ao captar as proporções entre fundo e forma, luz e sombra



O conhecimento que circula no Ocidente sobre o descobrimento da América compreende duas perspectivas de interpretação: a primeira expõe e analisa a emergência das duas potências ibéricas como propulsoras das navegações e da busca de novas rotas de comércio planetário; a segunda foi desenvolvida a partir do expansionismo europeu que se procurou explicar com base no progresso técnico e econômico. Em virtude desses pressupostos de conhecimento, os estudos sobre os descobrimentos dos séculos XV e XVI evidenciaram motivações e objetivos que lançaram os europeus por caminhos desconhecidos, na América e alhures: a dominação política, a ampliação da cristandade, a espoliação da riqueza, o comércio, a colonização.

Não pretendemos colocar em dúvida a validade dessa interpretação. Todavia, é lícito propor uma visão distinta do descobrimento da América, não como alternativa para identificar todos os fundamentos culturais do continente, mas como um aditivo à sua compreensão.

O descobrimento da América pode ser perfeitamente vislumbrado de dentro da renascença européia dos séculos XV e XVI. As motivações e os objetivos que esta perspectiva de análise tende a pôr em evidência são outros, e um novo exame da história dos descobrimentos haveria de localizá-los: a vinda de europeus corresponderia à fuga das servidões sociais e feudais, dos constrangimentos morais, das coerções autoritárias sobre o indivíduo, que pesavam como fardos no mínimo incômodos sobre os ombros dos europeus à época do Renascimento e posteriormente.

A conexão das duas linhas de interpretação do descobrimento – a primeira tirada do avanço político-econômico ibero-europeu, e a segunda da revolução cultural renascentista – explica a complexa e singular origem de uma civilização americana, cujas raízes penetram tão bem na sordidez da história – o genocídio, a escravidão, as dominações – quanto no que a história ostenta como o mais nobre fruto do humanismo dos últimos séculos: a busca e a promoção da liberdade e dos valores do indivíduo. As bases da formação cultural americana devem ser procuradas junto a essa complexidade de impulsos e valores.

VESPUCCI, MORE E BRUNO, VIAJANTES DA LIBERDADE

Uma primeira conexão entre o Renascimento e o descobrimento foi estabelecida pela rota dos que podemos chamar de viajantes da liberdade. Desde as grandes navegações do século XIX, começando por aventureiros, conquistadores e sonhadores, críticos, filósofos e literatos, passando por perseguidos de toda sorte, terminando por miseráveis e famintos, a América alimentou as esperanças de vida e foi um refúgio para os anseios de libertação para milhões de pessoas durante quatro séculos. O perfil de três homens do Renascimento, pioneiros dessa aventura, será apontado com a finalidade de ilustrar o argumento, o movimento de fuga para a liberdade, e pouco importa se dois deles jamais tenham posto o pé nas novas terras.



Américo Vespucci, o navegador florentino, ora a serviço dos Medici, ora dos reis de Portugal ou de Espanha, partiu daquela Florença, onde nasceu e de onde se irradiou para o mundo a nova cultura. Descreveu para os europeus, em seus relatos de viagem, o 'mundo novo'. Vespucci foi um produto exemplar do Renascimento italiano e sua visão da América – era o Brasil a América que conheceu – valia mais pela crítica que continha da sociedade, dos valores e costumes europeus, que pela exposição dos americanos. Vespucci projetava, pois, em seus escritos, o mundo que desejava ver resultar do humanismo renascentista, com o intuito de transformar a civilização européia e ajustá-la aos paradigmas da nova cultura¹.

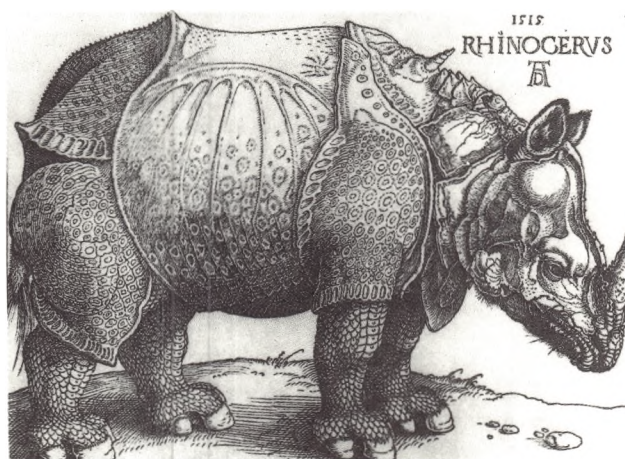
Os efeitos que perseguia na Europa com sua crítica social não vêm ao caso no momento. O que importa, todavia, é o fato de haver Vespucci contribuído para criar a 'visão de fuga', abrindo a rota da liberdade para seus contemporâneos. A literatura da época respondeu-lhe em grande estilo. Las Casas investia contra a destruição das Índias Ocidentais; poetas e escritores, como Ronsard e Montaigne, produziam seus requisiórios contra a colonização, suas apologias nostálgicas de um mundo descrito como paradisíaco, porque livre de Deus, do Rei e da Lei, as três tiranias que restringiam o exercício das liberdades individuais.

Ao publicar sua *Utopia*, em 1516, Tomás More não só introduziu esse gênero literário na teoria política moderna como fê-lo retomando a 'visão de fuga' vespucciana: o renomado humanista inglês, amigo íntimo de Erasmo, o maior de todos os humanistas de seu tempo, inspirou-se nas cartas de Vespucci, que se haviam convertido em *best-seller* no início do século XVI. Acrescentou-lhes o engenhoso depoimento de um marinheiro dentre os que Vespucci havia deixado num forte construído nas costas do Brasil, o qual, após abandoná-lo, fora recolhido por um navio português e viajara por diversas terras, conhecendo a ilha dos utopianos, antes de chegar a Anversa.

A *Utopia* era mais uma crítica renascentista da sociedade européia, desta feita diretamente orientada contra a Inglaterra. Sua inspiração provinha das coisas antigas – Platão e Santo Agostinho –, e das coisas modernas, a vida do bom selvagem. Consistia em descrever alhures, em tom otimista, tudo o que se lamenta onde se vive.

More propunha a reforma das instituições sociais e políticas desde o renascimento interior do homem e o cultivo das virtudes humanistas. Inspirou uma linha de teóricos utopistas, corrente secundária do pensamento político moderno. Agitou, outrossim, a imaginação de seus contemporâneos e concorreu para produzir entre os europeus a imagem da América como uma terra de fuga dos constrangimentos e como terra de liberdade.

Dentre os viajantes da liberdade, Giordano Bruno percorreu um heróico itinerário europeu: Itália, França, Inglaterra, Suíça, Alemanha. Esse peregrino da renascença procurava uma universidade, onde pudesse exercer a independência da razão e da inteligência para compreender a Deus, ao homem e a natureza.



Levantamos a hipótese de uma interpretação complementar da história, entendendo o descobrimento e a formação da América como uma decorrência da civilização renascentista e não apenas como respostas à economia

Apesar de haver trabalhado em inúmeras universidades, onde ensinava e escrevia obras, em nenhuma encontrou o ambiente ideal. Acabou imolando a própria vida na fogueira da inquisição, em 1600, em defesa de convicções de vida que apontavam para a necessidade de um mundo novo, a ser construído pela renovação do velho, pensava ele, ou pela procura de outra terra, pensariam outros. Com efeito, Bruno jamais tocou a América, mas seu percurso intelectual iluminou o caminho que milhões de outros conterrâneos europeus empreenderiam através do Atlântico, mais cedo ou mais tarde².

Os constrangimentos pesavam sobre o homem comum como sobre os espíritos e talentos da renascença. Os intelectuais, italianos em particular, mesmo quando se refugiavam na universidade ou na academia, enfrentavam restrições específicas: dependiam de um *provveditore* e a esses mecenas serviam, distantes do povo e de suas causas, enquadrados na estrutura do poder. A fuga, nesse caso, consistia na procura de valores universalistas, próprios do 'homem em si'. As causas desses intelectuais serão, pois, aquelas da humanidade, seus valores serão 'destilados' do concreto imediato que observavam ao redor³.

A RENASCENÇA COMO TRANSIÇÃO PARA O MUNDO NOVO

Jacob Burckhardt publicou, em 1860, *A cultura do Renascimento na Itália*, considerada pela crítica a primeira dentre as obras clássicas sobre esse período da história. Em sua parte quarta, intitulada 'Descobrimento do mundo e do homem', o historiador alemão associou as viagens dos italianos ao progresso do conhecimento que a ciência moderna, então em seus primórdios, desenvolvia sobre o homem e a natureza.

Livre dos entraves que bloqueavam o progresso geral nos outros países, o espírito dos italianos, segundo Burckhardt, havendo chegado ao mais alto grau de desenvolvimento individual e adestrado ainda no estudo das coisas antigas, lançou-se ao descobrimento do mundo exterior para descrevê-lo. A nova geografia dos italianos, em especial a obra de Eneas Silvío, trouxe à luz um mundo desconhecido, feito de estatísticas, de história, paisagens, costumes, indústrias, riquezas, produtos, política e leis⁴.

Um século mais tarde, o historiador francês Jean Delumeau publicou, em dois volumes, outro clássico, intitulado *A civilização do Renascimento*⁵. Contam-se, entretanto, às dezenas, as obras escritas pelos historiadores sobre as mudanças estruturais do mundo europeu quando transitava da Idade Média para os chamados tempos modernos. Numa perspectiva de história total, tão à moda nos anos 1960, Delumeau definia a civilização do Renascimento como "a promoção do Ocidente numa época em que a civilização da Europa ultrapassa, de modo decisivo, as civilizações que lhe eram paralelas"⁶.

Por trás do conceito do historiador francês, percebe-se a visão eurocêntrica, tão bem arraigada na cultura européia con-

temporânea: O que alguns tomam por preconceito contribuiu sem dúvida para o abandono entre os pesquisadores da 'visão de fuga' elaborada à época do Renascimento. Em seu lugar, desenvolveu-se a 'visão de derivação', uma interpretação da história que vê os progressos, não só técnicos como ainda culturais ou humanísticos, alcançados, alhures, como 'decorrentes' da expansão da superior civilização européia.

Os europeus não podem ser criticados, e tinham mesmo que se vangloriar, pelos progressos alcançados à época do Renascimento. Fizeram recuar as estruturas feudais da sociedade, calcadas num coletivismo inerte, temperado pela tirania eclesiástica sobre o indivíduo. Lançaram os fundamentos do racionalismo, do individualismo, das estruturas de classe e da civilização material que deram início aos tempos modernos. Com o despertar dessas novas forças, nasceu o capitalismo, o Estado moderno, a cultura profana, a reforma da religião, a ciência moderna, o colonialismo.

Essas conquistas da renascença e seus valores arraigaram na mente dos europeus a 'visão de derivação', com que passaram a mirar seu redor até os confins do mundo. Considere-se, pois, um desafio para o historiador recuperar aquela original 'visão de fuga', que se fez presente nos textos e em outras formas de expressão da cultura renascentista. Um bom começo seria a pressuposição, aparentemente objetiva, de que todo o humanismo não foi suficiente para extirpar da sociedade todos os demônios medievais e tampouco para impedir que novos se infiltrassem pelos caminhos da modernidade.

As massas populares permaneciam em sua pobreza, aliás agravada com a alta dos preços no século XVI. A fome coletiva e a subnutrição alastravam-se. O acúmulo da riqueza e os valores da civilização material beneficiavam a uma minoria, que tinha acesso às manufaturas de luxo, às especiarias da cozinha, ao estético, ao erótico e à nova ética. Quando se aliviou sobre a população o peso do absolutismo do senhor feudal e da Igreja, sobre ela recaiu uma nova tirania, a do monarca absoluto. Quando a rigidez do dogma e o ritualismo medievais pareciam em declínio, quando as crenças libertavam-se desses constrangimentos ofuscantes, generalizou-se a intolerância religiosa, que levaria os cristãos a matarem-se em nome do mesmo Deus, nas chamadas guerras de religião. Quando a reforma parecia liberar a razão e a fé, eis que aparece o Santo Ofício, o *Index*, o princípio "cujus regio ejus et religio". Antes mesmo que a carga tributária sobre o camponês fosse aliviada pela decadência do feudalismo, eis que novos impostos devidos ao Rei vinham somar-se aos tributos eclesiásticos e senhoriais⁷.

Compreende-se, nessas condições, a 'visão de fuga' e não será fácil identificá-la nas manifestações da renascença. O mundo novo que se construía na Europa não produzia efeitos de satisfação com a intensidade e a generalidade desejadas. Não subtraía a muitos indivíduos a vontade de fugir para um novo mundo, fugir de velhos e novos constrangimentos sociais.



Quadro de Piero de Cosimo, A construção de um duplo palácio, mostrando os ideais renascentistas de ordem, otimismo e racionalidade

O HUMANISMO E SUA 'VISÃO DE FUGA'

Como se sabe, os estudos deram ênfase às determinações econômicas e políticas na invenção da América e não pretendemos contestá-los. Levantamos, todavia, a hipótese de uma interpretação complementar da história, entendendo o descobrimento e a formação da América como uma decorrência da civilização renascentista e não apenas como resposta a demandas provocadas pelo estágio de evolução das forças econômicas. Essa outra interpretação supõe uma releitura do conteúdo e das realizações concretas da cultura renascentista, que inclui uma força de pressão centrífuga. Trata-se de empreendimento para um belo livro.

Devemos fazer menção ao opúsculo *Descobrimientos e Renascimento*, de Janice Theodoro⁸. A autora ainda relaciona o humanismo renascentista à 'visão de derivação', inscrevendo-se, portanto, na linha da interpretação tradicional das historiografias européia e ibero-americana. Em sua perspectiva, a cultura renascentista teria contribuído, entre outras coisas, para a destruição da cultura indígena. Mais uma vez, sem o espaço para discutir o argumento, apontamos para a perspectiva inversa: a) a destruição das populações e das culturas pré-colombianas resultou de impulsos que provinham de dentro da cristandade em si, assimilada ao Império espanhol em particular, e da sede de riquezas da nova civilização material; b) o humanismo alimentava a propensão ao universal e nesse sentido tendia à valorização do homem e da natureza, à promoção das virtudes naturais, à produção do mito do bom selvagem, um mergulho civilizatório no neolítico; c) é incorreto confundir renascença e cristandade, mesmo porque a primeira veio para negar a segunda; d) não se há de colocar em parceria Vespucci e Las Casas com Cortez e Pizarro; os conquistadores e os peregrinos do *Mayflow-*

er; Carlos V. Tiradentes, Bolívar ou Jefferson. Espera-se, pois, por um livro sobre o assunto: em que medida a América representará, historicamente, um local de fuga das tiranias européias que, em boa medida, dificultavam a aproximação ao ideal de vida renascentista; de que forma, apesar do que representou o descobrimento em termos de demolição histórica, a América se tornou um terreno mais fértil à germinação daquele ideal?

Orientamos o caminho da reflexão pelo que existe de essencial na civilização renascentista, seu humanismo. Em boa medida, deixamos ao leitor a tarefa de apreciar se os elementos tirados do humanismo podem ser localizados nas raízes da civilização americana.

Os humanistas utilizaram duas formas distintas de expressão para revelar os novos valores: a literatura, inibida pelos óbices de diversas censuras, e a criação artística, bem mais desenvolvida.

A literatura humanista começou no século XIV com obras em línguas nacionais: o *Roman de la rose*, de Jean de Meung, a *Divina commedia*, de Dante, o *Decamerone*, de Boccaccio, *Canterbury Tales*, de Chaucer. Seguiu-se, após, um século de paralisação, em que os escritores abandonaram as línguas vivas e passaram a usar o latim, porque pretendiam trazer à nova sociedade leiga uma cultura de configuração autônoma do cristianismo, para satisfazer às expectativas do ideal burguês. Esse intento tornou-se possível com a redescoberta de uma cultura remota encontrada na Antiguidade.

O humanismo desenvolvido, então, correspondeu à estruturação cultural da nova sociedade européia, profana e laica. Continha a valorização de um ideal de homem — puro, desligado do divino, vinculado à vida terrestre, inclinado ao belo e ao prazer, cheio de força viva, um criador, auto-suficiente, destinado à glória desse mundo —, ideal esse encontrado nos antigos. A arte

Trata-se de buscar explicações e compreensão para o passado humano, luzes para o presente. Segundo nossa hipótese, a América teria sido um ponto de fuga, um lugar de realização dos ideais renascentistas

evoluiu para materializar com perfeição as soluções de transição da sociedade eclesiástica para a laica: dimensão individualista, visão antropocêntrica, novo sentido da vida, agora vinculada à glória e à afirmação humanística dos valores éticos e estéticos terrenos. A arte, mais que a literatura, estabelecia uma referência direta e autônoma ao homem e à natureza.

Florença foi o berço da nova cultura leiga. Suas novas formas lá se impunham, nos meados do século XV, para triunfar um século depois sobre todo o Ocidente por meio de um ritmo de difusão extremamente dinâmico. O Renascimento designa, pois, por volta de 1500, momento de gestação da modernidade, os novos aspectos da cultura européia. Coube ao Ocidente o privilégio desse avanço civilizatório.

Um juízo de valor sobre o Renascimento fez com que nele se identificassem apenas elementos positivos. Ora, seus novos valores não eram de consumo das massas e tampouco eliminaram velhos e novos constrangimentos que pesavam sobre quase todos, como já se observou. Os valores do humanismo seriam, antes de tudo, espirituais, artísticos, éticos e literários. O fundamental do humanismo reside na tendência à universalização e na capacidade de promover valores novos para um mundo em mudança, logo incorporados ao patrimônio cultural do Ocidente.

A versatilidade e a funcionalidade do humanismo derivam de suas dimensões e características. A capacidade revolucionária e de difusão decorre da determinação de substituir o sistema mental hierárquico da Idade Média; de introduzir a perspectiva de valorização do indivíduo como expoente máximo e de opor-se, nesse sentido, às desigualdades; de ser uma cultura aberta, livre e dinâmica; de reivindicar a independência da razão e da inteligência para conhecer o homem, a natureza e o universo; de extrair da cultura antiga os ingredientes que compõem o ideal do 'homem em si', válidos para todos os indivíduos. Tais impulsos têm muito a ver com a gênese da modernidade: encontram-se na origem da sociedade liberal burguesa, da expansão técnica e econômica, da ciência moderna, das reformas religiosas, do Estado moderno, da decadência do feudalismo, dos descobrimentos.

Os impulsos para frente não devem, entretanto, fazer esquecer os limites do humanismo, que eram de duas sortes: seus nobres valores, por um lado, somente podiam ser apropriados pela elite aristocrática ou burguesa e, com isso, restringia-se a capacidade de produzir efeitos sociais; por outro lado, mesmo sobre essas elites, e *a fortiori* sobre a coletividade, a apropriação dos valores humanísticos não eliminou certas tiranias que castigarão o cotidiano do homem, seja em nome da religião, seja do Estado, das ideologias ou dos interesses materiais⁹. Dessa forma, apesar das transformações estruturais que a renascença produziu na Europa, o humanismo prosseguia alimentando a 'visão de fuga' dessa mesma sociedade.

Não foi mero acaso o fato de fixar-se na América o espaço dos constrangimentos europeus. O mundo muçulmano que ro-



Bico-de-pena de Dürer representando três orientais (1514)

deava a Europa pelo sul e pelo oeste representava um muro de contenção para a civilização renascentista. A África negra não atraiu nem aos mercadores nem aos curiosos. A Ásia era procurada pelo que oferecia de produtos de troca para o mercado europeu. Restava a América – embora objeto do saque inicial e da colonização lenta, é bem verdade – como terra da vida natural, do continente a ocupar e da liberdade a usufruir.

Muitos viam a América, e mesmo a desejavam, como o fruto da nova civilização, a filha do Renascimento. Mesmo porque, a seu ver, não oferecia resistência ao humanismo, ao contrário, era uma *tabula rasa* cultural, onde tal fruto germinaria, tendo por adubo as sementes da civilização natural dos indígenas.

A história da América aponta para dois fundamentos da cultura renascentista, que nela, ao que parece, desabrocharam de forma mais desimpedida do que na Europa. Em primeiro lugar, a independência dos valores humanísticos, em relação aos particularismos acidentais, ou seja, a promoção de virtudes que no homem são universais e comuns, próprios do 'homem em si', adequadas à boa vida e à boa convivência da espécie. Esse impulso teria determinado, ao longo do tempo, o conagraçamento das raças, senão mesmo o caráter multirracial e miscigenico da América, o encontro entre o branco, o negro e o amarelo. Em segundo lugar, o exercício da liberdade individual, seja na esfera da razão e do pensamento, seja na da escolha de valores que informam o comportamento. Esse outro impulso, que movia os humanistas como se fosse uma paixão, contribuiu para atenuar, na América, as diversas manifestações da intolerância. Tanto na América Latina quanto na saxônica, a sociedade em formação incorporou numa intensidade maior do que na Europa os atributos que a tornaram mais liberal e tolerante, independentemente da expressão liberal ou autoritária do Estado.

Não se trata de julgar ninguém, mesmo porque tal atitude é condenada pela ética que preside o trabalho do historiador. Trata-se de buscar explicações e compreensão para o passado humano, luzes para o presente. Segundo nossa hipótese, a América teria sido um ponto de fuga, um lugar de realização dos ideais renascentistas. Essa imagem do continente recém-descoberto teria sido produzida no século XVI e teria atravessado o tempo. Não somente motivou a vinda de boa parte dos imigrantes ao Novo Mundo. Seu conteúdo real marcou o perfil cultural da sociedade americana. Essa interpretação representa um ponto de partida revisionista para as historiografias européia e latino-americana, que acentuaram o caráter predatório da colonização em detrimento dos dinamismos endógenos valorizados na historiografia norte-americana.

Amado Luiz Cervo é professor titular de história das relações internacionais na Universidade de Brasília. Entre outros trabalhos, publicou em 1992 *História da política exterior do Brasil*, em parceria com Clodoaldo Bueno (São Paulo, Ática) e *Relações históricas entre o Brasil e a Itália*

(Brasília, Editora Universidade de Brasília). Sua tese de doutorado foi publicada pela McGraw-Hill (São Paulo, 1975) com o título *Contato entre civilizações; conquista e colonização espanholas da América*.

Notas

1. Conferências de Riccardo Fontana, Márcio Wernick da Cunha e Silvio Castro, pronunciadas no simpósio 'Civilização italiana' (Universidade de Brasília, setembro de 1992).
2. Mandolfo, Rodolfo. *Figuras e idéias da filosofia do Renascimento*. São Paulo, Mestre Jou, 1967.
3. Romano, Ruggiero e Tenenti, Alberto. O intelectual na sociedade italiana dos séculos XV e XVI. In: *Níveis de cultura e grupos sociais*. Lisboa, Cosmos, 1967, pp. 65-84.
4. Burckhardt, Jacob. *La cultura del renascimento en Italia*. Barcelona, Iberia, 1984.
5. Delumeau, Jean. *A civilização do Renascimento*. Lisboa, Estampa, 1984, 2 v.
6. Idem, v. I, p. 20.
7. Citamos algumas obras fundamentais sobre as transformações do mundo à época do Renascimento e dos descobrimentos: Dobb, M. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977; Kriedte, P. *Feudalismo tardio y capital mercantil*. Barcelona, Critica, 1982; Braudel, F. *Civilização material e capitalismo*. Rio de Janeiro, Cosmos, 1970; Chaunu, P. *Conquête et exploitation des nouveaux mondes*. Paris, PUF, 1969; Anderson, P. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo, Brasiliense, 1985; Faure, P. *La renaissance*. Paris, PUF, 1965; Sichel, F. *O Renascimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1963; Smith, A. G. R. *A evolução científica nos séculos XVI e XVII*. Lisboa, Verbo, 1972; Delumeau, J. *La reforma*. Barcelona, Labor, 1967; Chaunu, P. *Le temps des réformes*. Bruxelas, Complexe, 1984; Romano, R. e Tenenti, A. *Los fundamentos del mundo moderno*. Mexico, Siglo Veintiuno, 1981; Mousnier, R. *O século XVI*. São Paulo, Difel, 1973.
8. Theodoro, J. *Descobrimientos e Renascimento*. São Paulo, Contexto, 1991.
9. Romano, R. e Tenenti, A. *Los fundamentos del mundo moderno*. Mexico, Siglo Veintiuno, 1981, p. 115 e ss.

Resumen

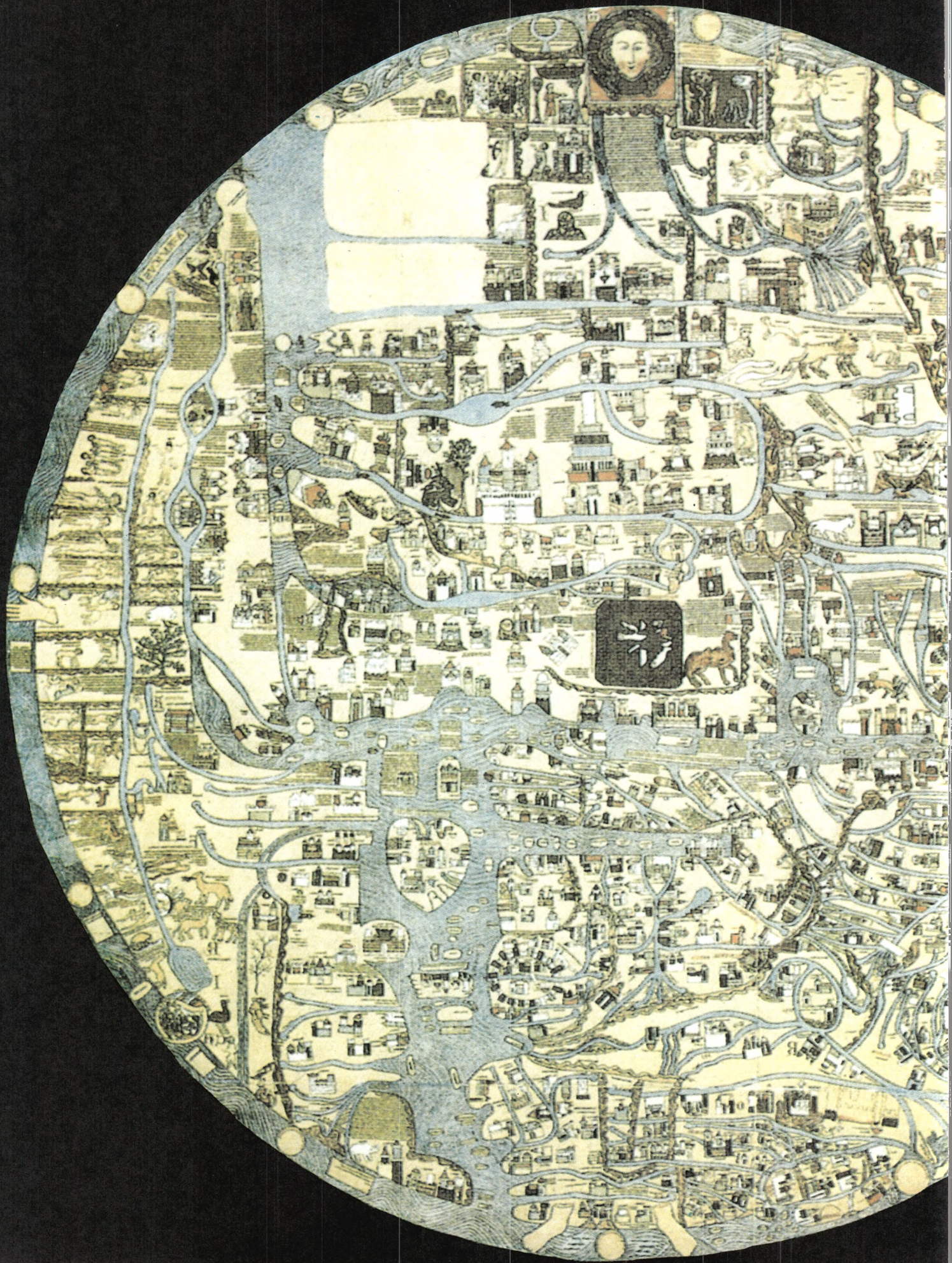
RENACIMIENTO Y "DESCOBERIA"

¿Cuántas Américas desembarcaron en las nuevas tierras? Antes de ser un elemento constitutivo del expansionismo europeo, la América pertenecía al reino del pensamiento como producto condensado de las utopías renascentistas. América renascentista nada tenía en común con la colonia posterior. La noción de futuridad de la utopía fue exprimida por el inmediatismo económico.

Abstract

RENAISSANCE AND DISCOVERY

How many Americas disembarked in the new world? Rather than being the spearhead of European expansionism, America belonged to the realm of thought, the condensed by-product of Renaissance Utopias. Renaissance America had nothing in common with the subsequent colony. The utopian notion of futurity was soon overwhelmed by short-term economic imperatives.





Por mares nunca dantes navegados,
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados
Mais do que prometia a força humana,
e entre gente remota edificaram
novo Reino, que tanto sublimaram.
'Canto Primeiro', Os Lusíadas, Camões

OS MITOS DA DESCOBERTA DO BRASIL

NOS MARES EXISTIRAM CRIATURAS FABULOSAS. NAS TER-
RAS INVADIDAS, SERES CRUÉIS E MONSTRUOSOS. AS INTER-
DIÇÕES E PREJULGAMENTOS QUE INUNDARAM A EUROPA
COMO MITOS DA DESCOBERTA SÓ SERVIRAM PARA FUNDA-
MENTAR O ETNOCENTRISMO. O CONTINENTE CONQUISTADO
ENCENA A SUPERIORIDADE EUROPÉIA, MODALIDADE IDEOLÓ-
GICA QUE NUTRIU O COLONIALISMO E OS NEOCOLONIALIS-
MOS POSTERIORES.

**TÂNIA
NAVARRO**



Animais fabulosos que habitariam o Novo Mundo (fins do século XIV)

Acéfalos e animais fantásticos exemplificando as superstições européias relativas aos mundos desconhecidos e recém-descobertos



O que atrai e leva à aventura, o que faz esquecer o perigo, desprezar a morte?

Nas condições de possibilidade que levaram à descoberta e à conquista do Novo Mundo, o universo mental e material se confundem e se imbricam em um impulso místico/mítico: este fluxo carrega o ser ávido de sonhos, vestido de medos fundamentais, mestre, entretanto, de suas velas e de seu desejo de conhecer, re-conhecer os caminhos de um mundo a ser domesticado.

Perseguido pela opressão da peste e da fome, o homem do século XVI traça sulcos sobre um mar obscuro, encobrendo monstros e abismos, acenando com prazeres e pecados, em caminhos que levam à parte nenhuma, mas também a um mundo melhor. Frágeis navios, cascas de noz, em face de um oceano desconhecido, seria coragem ou loucura, *stultifera navis* habitada pelos alienados do mar?¹

O além significa o espaço onírico, a realização do impossível, a materialização do sonho mítico de abundância, riqueza e liberdade: as viagens marítimas se fazem ao ritmo dos ventos e das tempestades, no medo e na esperança do reencontro consigo mesmo, reinventado em um novo paraíso.

A historiografia indica o poder da reativação religiosa, no esforço/espanto da travessia do Oceano das Trevas na direção de uma Idade do Ouro renovada ou de um Paraíso reencontrado². Estes temas aparecem, implícita ou explicitamente, e se desenvolvem sem cessar nos relatos dos primeiros cronistas. A busca do ouro e seu desdobramento no imaginário, entretanto, é o *implicant mythologique*, o eixo dominante em torno do qual se aglutinam as forças sociais motrizes.

O mito aparece numa dinâmica subjacente à ação social, em nível de arque-sociologia, como nomeia Gilbert Durand³. O *urgrund*, inconsciente coletivo social, que fala através da linguagem mítica, assume ou determina a ação política segundo a vestimenta cultural específica, moldada pelas coordenadas tempo/espço. O mito, assim, não é apenas um indicador fundamental para o observador, mas em um conjunto sistêmico, assume uma posição decisiva para o agente político⁴.

A miragem do ouro pavimentando o fundo dos rios, a visão de uma cidade envolta em um brilho dourado – defendida pelas temidas Amazonas –, montanhas prateadas, lagos de ouro, acooplados à imagem de um paraíso de inocência e sem qualquer coerção, deram aos mitos uma força desconhecida, onde o sagrado e o profano se afastam e se reencontram, em um impulso capaz de exorcizar o medo onipresente no século XVI: o medo do desconhecido, do demônio, dos monstros, do longínquo, do novo.

Mas a busca do ouro mítico, como do ouro filosófico da Idade Média, supõe ritos iniciáticos, pontuados de sofrimentos e de sacrifícios incontornáveis, sem os quais o ouro permanecerá escondido.

Nesta ótica, a história da descoberta e da ocupação do Brasil no século XVI pode ser contemplada em dois movimentos: a travessia do mar e a penetração do sertão, ritos de passagem constantemente renovados. A doença, a fome, as dores, e quantas vezes, a morte, fazem parte destas viagens iniciáticas, cuja recompensa é o retorno ao país de origem – novo homem – enobrecido e transformado pelo contato do ouro espiritual/material.

Jean Delumeau observa as duas visões escatológicas que penetram o mundo ocidental do século XVI: a primeira, baseada na promessa de mil anos de felicidade, o reino dos santos que insufla o ardor da busca à Idade de Ouro mítica; a segunda, imagem terrífica do Julgamento Final, atestando a culpa e a decadência da humanidade. Estas visões aparecem na aproximação do Novo Mundo, em uma concepção bipolar, onde se afrontam o bem e o mal, no conjunto da percepção dos seres e das coisas. A necessidade de sacrifício corresponde ao arrepiro purificador que percorre o século com os reformadores: denúncia da corrupção na Igreja, temor das 'heresias', relaxamento de costumes, movimentos estes ornados pela ação do demônio, o Anticristo que conduziria o mundo à sua perda inexorável.

A descoberta da América e de sua população "foi interpretada pelos religiosos recentemente chegados ao Novo Mundo como o signo, seja que o reino dos santos estava próximo [...] seja que o fim dos tempos não tardaria"⁵. O *Julgamento final* e o *Jardim das delícias*, pinturas de Bosch, ilustram à época estas visões escatológicas⁶. A *nau dos insensatos*, de Brant, "embarca os loucos sem mapa nem bússola, à procura dos países bem-aventurados de Cocagne. Sabe-se com antecipação que irão de perigo em perigo para sossobrar finalmente em plena tempestade", comenta Delumeau⁷.

Foucault sublinha que na paisagem imaginária do Renascimento "a moda está ligada à composição destas naves, nas quais a tripulação, heróis imaginários, modelos éticos ou tipos sociais, embarca para uma grande viagem simbólica que lhe aportará senão a fortuna, ao menos a face de seu destino ou de sua verdade"⁸. Laura de Mello e Souza evoca este mesmo trecho para afirmar a função purificadora da travessia marítima nas formulações europeias sobre o purgatório, à época⁹.

A analogia mostra-se evidente. O aventureiro do século XVI que se dispõe a sulcar mares ignotos em embarcações de fortuna, começa uma viagem altamente iniciática, atravessa a água purificadora e afronta as provas urdidas pelo demônio e seus acólitos.

O MAR INFERNAL

O mar é caprichoso, inconstante: tempestades e calmarias se alternam e transformam, às vezes, estes pequenos berços perdidos sobre as águas em morredouros, castigados pelo escorbuto e por febres desconhecidas. Claude d'Abeville descreve as tramas satânicas durante uma viagem marítima:

"Vencido em terra, incapaz de destruir nosso corajoso projeto, o diabo furibundo atira-se ao mar provocando tempestades e borrascas tão cruéis e perigosas como de há muito não se viam [...] os mais hábeis pilotos e adestrados marujos se viram de mãos amarradas [...] assegurando-nos nunca terem visto tão furiosas tormentas, que em geral duram horas e quando muito um dia, persistiram durante nove dias inteiros"¹⁰.

E as desgraças não se terminam: a chuva, maléfica, provoca oústulas a quem a toma sobre as costas; a água potável, reserva do barco, torna-se pútrida, "a ponto de nela se criarem vermes"¹¹. Pero Lopes de Souza, em seu diário de bordo de 1530,

é infatigável sobre as histórias de tempestades, ventos contrários, velas rasgadas, âncoras perdidas, navios naufragados, corpos e bens desaparecidos¹².

Hans Staden, vítima de um naufrágio, comenta as relações entre a navegação e as forças espirituais, em torno de 1550: "Quando sobreveio certa vez um vento que, desdobrando-se em tempestade, durante muitos dias soprou em contrário [...] Apareceram-nos então sobre o navio muitas luzes azuis [...] Os portugueses disseram que essas luzes eram prenúncio de bom tempo e expressamente mandadas por Deus, para confortar-nos na aflição [...]"¹³.

Fala-nos ainda de morte e de angústia "[...] tempestade era tão forte que não podíamos mais manter-nos [...] em grande angústia navegávamos ao acaso, esperando encontrar o porto [...] Mas quando estávamos perto, nada mais do que a morte se nos deparou"¹⁴. Os ventos são maléficos e pestilenciais, trazendo a deriva e a morte: Pero Lopes de Souza fala de "um vento [...] que não parecia senão fogo [...] disto ficamos mui espantados, que daquele vento fomos todos com febre"¹⁵.

O padre jesuíta Fernão Cardim informa sobre sua viagem: "[...] por cinco ou seis dias tivemos grandes calmarias, trovoadas e chuvinhos tão escuros e medonhos, e tão fortes ventos, que era cousa de espanto e no meio do dia ficamos numa noite mui escura [...] Neste tempo [...] adoeceram muitos dumas febres tão coléricas e agudas que em breve os punham em risco manifesto de vida [...]"¹⁶.

O mar exige, portanto, suas vítimas e Pierre Chaunu estima em 35% a mortalidade dos marinheiros nas longas viagens marítimas, segundo a duração do percurso¹⁷. As condições de navegação eram difíceis e rudimentares e os navios frágeis, nesses mares tempestuosos. O regime dos ventos e das correntes era pouco conhecido, o cálculo da velocidade aproximativo e se os marujos sabiam estimar sua latitude, a longitude ainda era problemática¹⁸.

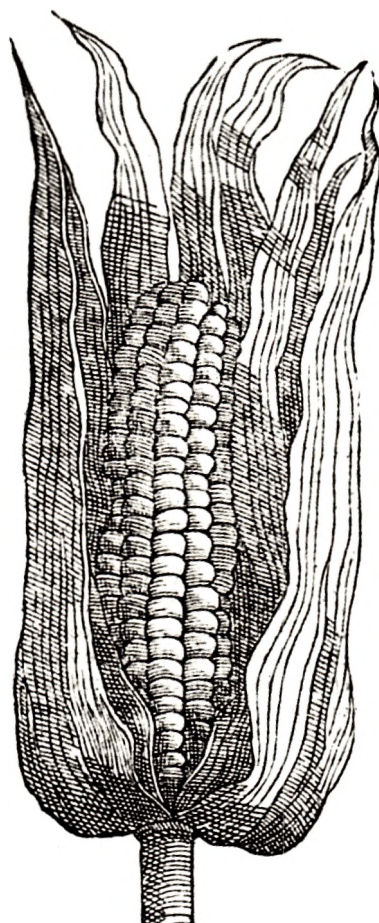
Quem são eles, esses tresloucados do mar, que pagaram muitas vezes com a vida a audácia de desafiar seus medos e atravessar o desconhecido, ordália suprema, da qual ninguém poderia escapar?

A DESORDEM DAS PAIXÕES OU DIONÍSIO RE-ENCONTRADO

Se o empreendimento é português, as tripulações são heteróclitas: ingleses, franceses, alemães são admitidos a bordo. No fim da travessia, ainda o desconhecido: os homens são, muitas vezes, desembarcados voluntariamente ou pela força, sejam eles naufragos, doentes, degredados ou simplesmente aventureiros em busca de uma nova vida. São disseminados pelas costas de um imenso território, de uma beleza selvagem e terrífica: na orla da selva, observam-nos olhos perscrutadores.

A viagem ao fundo de si mesmo termina no encontro e na visão do Outro, o autóctone: um olhar dubio o que se pousa sobre os grupos índios que povoam as costas deste Novo Mundo. Índios belos e nus, semelhantes e, portanto, tão estranhos. As aproximações e os contatos serão diferenciados, orquestrados entretanto, por este olhar de superioridade, onde se mescla a condescendência, a admiração, a repulsa, o desejo, o horror.

Primeira representação de uma espiga de milho (1563)



Na problemática da alteridade, "[...] a relação com o outro não se constitui em uma só dimensão", segundo Todorov¹⁹. Um movimento axiológico que passa da contemplação à avaliação conduz ou à integração – identificação com o Outro – ou à assimilação – do Outro a Mim. Os valores são assim decisivos: eu os aceito ou os imponho.

Durante os três primeiros decênios do século XVI, essas duas atitudes se entrecruzaram: europeus se integram e adotam a vida e os costumes dos índios ou então caçam-nos e procuram domesticá-los para utilizá-los ou vendê-los como escravos.

Pero Vaz de Caminha a d. Manuel, rei de Portugal, escreve em 1500 e a descrição que faz dos autóctones é toda eivada de valores estéticos e morais: "[...] a feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixar de encobrir suas vergonhas do que mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência"²⁰. Essa nudez paradisíaca será duramente combatida pelos jesuítas, considerada um apelo constante ao pecado. A luta, portanto, concentra-se, não em relação ao pecado em si, mas contra o objeto do desejo.

O espanto cede lugar não somente à concupiscência, mas também à atitude comparativa, que busca a similitude, a redução do estranho ao semelhante. Continua Pero Vaz de Caminha: "Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem novinhas e gentis [...]; e suas vergonhas tão altas e tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que de as nós muito bem olharmos, não se envergonhavam [...]. E uma daquelas moças [...] era tão bem feita e tão redonda e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhes tais feições, envergonhara, por não terem as suas como ela"²¹.

Em um século de caça às feiticeiras, a mulher é o Outro absoluto, aquela que, por natureza, evoca o mal, o pecado, a danação. A literatura, a iconografia reproduzem e divulgam os discursos, acerbamente misóginos dos religiosos, da ciência média e dos legisladores, recolhidos por Delumeau²². Transido de desejo e de medo, o europeu olha a índia, pois "fundamentalmente, o mundo selvagem como o mundo diabólico se torna mulher. Ele se declina no feminino", afirma Michel de Certeau²³. Seu olhar é avaliação física, seu julgamento é moral e a classificação imediata: a índia, livre de suas escolhas e de sua sexualidade aparece como uma mulher viciosa, lúbrica e impudica. A alegria do prazer é confundida com o falso riso das prostitutas e suas uniões – índias/europeus – são manchadas pelo desprezo. A índia torna-se rapidamente a fêmea disponível, que se toma pela força ou pela compra. Os europeus criam entre os índios um mercado de mulheres que não existia anteriormente. As noções de inferioridade racial e também de inferioridade 'natural' da mulher transformam o livre encontro entre a índia e o europeu numa relação de poder e de força.

O binômio superioridade/inferioridade, venda/compra é retomado na historiografia: "[...] da parte das índias, a mestiçagem se explica pela ambição de terem filhos pertencentes à raça superior [...]. Além disso, pouca resistência deviam encontrar os milionários que possuíam preciosidades fabulosas como anzóis, pentes, facas, tesouras", reflete maliciosamente Capistrano de Abreu²⁴, inconsciente talvez da própria misoginia de seu discur-



so, que considera natural as mulheres – índias ou outras – venderem-se por miçangas ou dinheiro.

Varnhagen contempla a oposição primitivo/civilizado e atribui às índias valores eminentemente masculinos e ocidentais: a mulher-índia seria para ele “[...] mais sensual que o homem como todos os primitivos [...] dava-se, em seus amores, de preferência ao europeu, talvez por considerações priápicas”²⁵.

A índia tem seu prazer definido e delimitado até mesmo em seus fantasmas pelo olhar do historiador, que ao mesmo tempo, em seus subentendidos, desqualifica o índio em sua sexualidade. Gilberto Freyre, por sua vez, pinta um quadro patético: o homem, acuado, cede, contrariado: “Mesmo se a maior parte dos portugueses não tinha gosto pelas caboclas, teriam sido forçados pelas circunstâncias, a unir-se com as mulheres exóticas, amando-as ou não. [...] Pisando em terra, o europeu caía sobre uma índia nua [...] As mulheres eram as primeiras a se entregar aos brancos, as mais ardentes indo se esfregar nas pernas daqueles que elas supunham ser deuses”²⁶. Os gestos, assim como as palavras são linguagens codificadas: Freyre aqui decifra com seus códigos e valores pessoais. O desprezo é evidente.

O europeu do século XVI está certo de sua superioridade (e o historiador do século XX também) e igualmente convencido de possuir a verdade, que deve impor ao mundo. Os portugueses, mais do que os outros, já estavam habituados a agir como conquistadores, fortes de sua experiência de mais de um século, cruzando e dominando as rotas da África e da Ásia.

No Brasil, durante os três primeiros decênios do século XVI, a presença do europeu se distingue por três posturas diferentes:

a integração à população autóctone; o comércio e as relações amigáveis com os índios, praticadas pelos franceses e, finalmente, o comércio e a guerra/escravidão dos indígenas, atitude dos portugueses. É evidente que este esboço de classificação é fortemente matizado e as relações com os índios modificavam-se de acordo com as tribos e o contexto. Entre os europeus, portugueses e franceses disputavam o comércio, sobretudo do pau-brasil, numa guerra sem trégua, com vítimas numerosas de ambos os lados.

Verificam-se muitos casos de homens integrados aos indígenas, dos quais os mais famosos foram João Ramalho, nas bandas do sul e Diogo Álvares (Caramuru), nas regiões mais setentrionais. Seus nomes foram retidos sobretudo tendo em vista que sua integração e amizade com os índios serviram às necessidades dos portugueses. Foi, portanto, uma assimilação truncada, pois o europeu não esquecera suas origens e seus laços, pronto a ajudar, proteger e mesmo participar das tarefas da colonização. Não aceitavam, entretanto, renunciar aos novos hábitos e liberdades adquiridas, principalmente no domínio da sexualidade²⁷.

Outros se embrenham na floresta e são vislumbrados de vez em quando. Movidos pela fascinação da imagem do paraíso, muitos homens abandonavam os navios e desapareciam no interior das terras; outros eram abandonados por punição ou simplesmente por aí se encontrarem como naufragos. Capistrano de Abreu fala-nos de dois degredados, abandonados em terra, os olhos em lágrimas vendo afastarem-se os navios de Pedro Álvares Cabral; entretanto, no mesmo momento, alguns marujos desembarcavam escondidos, tomando pé na ‘terra prometida’ para lá permanecer. O mesmo historiador explicita que alguns



[...] sucumbiram ao meio, ao ponto de furar lábios e orelhas, matar os prisioneiros segundo os ritos e cevar-se de sua carne”²⁸.

Aqui encontramos a identificação completa ao Outro, seus valores, normas e códigos.

Hans Staden, por sua vez prisioneiro e vivendo entre os índios, preserva sua identidade cultural. Ele não se recusa à alteridade, pois tenta compreender e conhecer a mentalidade dos indígenas e este conhecimento torna-se fonte de poder sobre eles. Conta-nos que:

“Nhaepepopaçu fez-me conduzir à sua cabana e contou-me como todos haviam ficado enfermos. Dizia ele que eu já o soubera de antemão, pois se lembrava ainda que eu lhe havia dito que a lua fitava irada sobre sua cabana. [...] É verdade, ficastes todos doentes porque tu me querias comer, embora eu não seja teu inimigo. Disto vem tua infelicidade”²⁹.

Os franceses adotaram com os índios uma atitude de superioridade e de condescendência, mesmo de proteção: estabeleceram relações amigáveis com o autóctone, sobretudo no grupo dos Tupinambá, uma amizade cheia de paternalismo, mas tolerante. Os franceses não faziam escravos, estavam sobretudo interessados pelo comércio do pau-brasil³⁰.

Abeville reproduz o discurso de um índio, por ocasião da chegada dos franceses à ilha do Maranhão: “Já começávamos a nos aborrecer por não vermos chegar os guerreiros franceses [...] já tínhamos resolvido [...] abandonar esta região com receio dos peró (portugueses) [...]”³¹.

A resposta do comandante francês evoca a proteção de seus corpos contra os portugueses e a salvação de suas almas; fala de tolerância em relação a seus costumes, com exceção do canibalismo, mas também marca sua autoridade: “[...] e enquanto tiverdes vontade de servir e adorar o verdadeiro Deus, de serdes fiéis e obedientes aos franceses, eu não vos abandonarei”³².

Esta atitude indica a submissão do Outro à Mim, a alteridade que não nega a identidade do Outro, fazendo entretanto a separação dos valores, bons e maus, segundo a ótica daquele que se coloca em posição de superioridade.

Os portugueses, por outro lado, adotam uma postura de superioridade absoluta, de aniquilamento do Outro, moralmente e fisicamente. Empregam a esperteza e a traição, exploram a ingenuidade dos indígenas para capturá-los.

Frei Vicente de Salvador comenta que:

“Com esses enganos e algumas dádivas [...] abalavam aldeias inteiras e em chegando à vista do mar, apartavam os filhos dos pais, os irmãos dos irmãos e ainda às vezes a mulher do marido [...] e todos se serviam deles em suas fazendas e alguns os vendiam [...]”³³.

O olhar lúbrico do europeu contempla os indígenas e seus ritos e vê apenas o que deseja ver. É incapaz de perceber o Outro: a índia torna-se prostituta, mulheres e homens transformam-se em objetos de venda ou instrumento de produção. A relação sujeito/sujeito é abolida e instaura-se uma relação sujeito/objeto, que vai ordenar os contatos entre os portugueses e os índios no Brasil.

Outro-Objeto tem como função apaziguar o desejo engendrado no imaginário: o paraíso de abundância, sem trabalho e sem restrições morais, se realiza pela via do assujeitamento do Outro, de seu corpo e de seu trabalho.

Faoro estima que os portugueses inventaram uma América, mas "[...] com o curso do tempo, a imagem do paraíso se esvairá, perdida, com a assimilação do novo mundo pelo velho, na embriaguez mercantil"³⁴.

Entretanto, ao menos durante a primeira metade do século, os europeus viveram no Brasil uma fase dionisíaca, dando livre curso às suas pulsões telúricas, num movimento de aproximação de uma natureza selvagem, desdobramento de sua própria natureza³⁵.

As danças e a embriaguez dos indígenas, o delírio coletivo durante cinco dias antes do sacrifício ritual dos prisioneiros ilustram o espetáculo dionisíaco ao qual se integraram alguns atores europeus. Outros serão apenas espectadores espantados (Cardim) ou invejosos (Lérv) reprimindo seu desejo secreto de perda total do Eu na massa poderosa do Outro³⁶. Voluptuosidade e crueldade "[...] sob o charme de Dionísio, não somente o laço se refaz de homem a homem, mas mesmo a natureza que se nos tornou estrangeira, hostil ou dominada, festeja sua reconciliação com o homem, seu filho pródigo"³⁷.

O 'nascimento da tragédia' opera-se quando a ordem exterior se impõe para domar a desordem interior, onde herói e vítima se alternam no papel do sacrificado. O sacrifício está na ordem do rito de passagem: os europeus morrerão por centenas em sua busca do possível e do impossível; os indígenas, eles, serão exterminados em um ritmo cada vez mais rápido, na guerra, na escravidão e na doença.

O ELDORADO ENGENDRA A MORTE

Neste rito de passagem, que é a descoberta e a conquista do Brasil, um outro movimento se apresenta, o que penetra as terras, o sertão, a floresta desconhecida.

Para Faoro, a conquista do sertão representa igualmente uma travessia, "[...] outro mar ignoto, só devassado pela audácia de novos navegadores, atraídos pelas minas. [...] Ainda na primeira metade do século XVI [...] sob o patrocínio dos governadores e seus agentes, o sertão é atravessado, mas não dominado"³⁸.

Martim Afonso de Souza, em 1530, comanda um grupo de navios que se dirige ao Brasil, sob os auspícios do rei, para 'limpar' as costas e começar o povoamento; na verdade, ele dirige-se rapidamente para o sul, atraído pelos boatos sobre metais preciosos na região do rio da Prata. No Rio de Janeiro desembarca alguns colonos e ordena a construção de algumas habitações rudimentares, cercadas de paliçadas; em seguida, organiza uma expedição para explorar as terras: "Daqui mandou o capitão e quatro homens pela terra adentro; e foram e vieram em dois meses; andaram pela terra 115 léguas [...] e foram até darem com um grande rei [...] e deu novas como no rio de Paraguay havia muito ouro e prata"³⁹, diz o cronista.

As informações fazem brilhar as quimeras e atraem os homens, voluntários para essas viagens, apesar de tão penosas. Pero Lopes de Souza indica que uma outra expedição foi organizada, baseada em dados fornecidos por homens que habitavam

o país há anos: "[...] mandou a Pero Lobo com oitenta homens, que fossem descobrir pela terra adentro; porque o dito Francisco Chaves se obrigava que em dez meses tornaria ao dito porto com quatrocentos escravos carregados de prata e ouro"⁴⁰.

Estes homens não retornaram jamais, vítimas sacrificiais desta travessia do labirinto da floresta de mil perigos e loucas promessas.

Frei Vicente de Salvador observa que "[...] quando vão ao sertão é a buscar índios forros, trazendo-os à força e com enganos para se servirem deles e os venderem com muito encargo de suas consciências; e é tanta a fome que disso levam que, ainda que de caminho achem mostra ou novas de minas, não as cavam nem ainda as vêem ou as demarcam"⁴¹.

A morte orquestra a conquista do sertão, sob o signo da guerra: morte dos portugueses engolidos pela natureza ou crivados de flechas e morte dos índios, massacrados sem contemplação. O espírito cristão, entretanto, procura justificações e estas expedições de caça aos indígenas tinham sempre como pretexto a punição de ataques ou rebeliões. Em 1562, por exemplo, o governador-geral, Mem de Sá, condena à escravidão toda uma tribo (os Caeté), por ter devorado o primeiro bispo do Brasil, naufrago nas costas brasileiras. Mas o jesuíta Manoel da Nóbrega observa com clareza que os verdadeiros responsáveis pelas revoltas e 'crimes' dos indígenas eram os próprios colonos⁴².

Hans Staden indica que "[...] rebentou então, por culpa dos portugueses, uma revolta dos índios que anteriormente se mostravam pacíficos e o chefe da terra pediu-nos pelo amor de Deus, que fôssemos à pressa auxiliar o lugar Igaraçu, distante cinco milhas de Olinda, do qual os indígenas queriam se apoderar"⁴³.

Em 1549 os índios foram colocados sob proteção real, mas unicamente os índios pacíficos, isto é, os que não recusavam a dominação dos portugueses⁴⁴. Para isso, a noção de 'guerra justa' foi criada e o governador recebeu o direito de outorgar licenças especiais para as 'expedições punitivas'. A porta estava assim aberta, e oficialmente, ao massacre e à escravidão.

A guerra total aos índios foi declarada por Mem de Sá, terceiro governador-geral (1556-1570) e seu objetivo era "[...] estabelecer a segurança e a paz da terra, mediante a vitória e a sujeição completa sobre as tribos índias revoltadas ou inimigas e sobre seus aliados, os franceses"⁴⁵. Apenas na região da Bahia foram queimadas mais de trinta aldeias costeiras, abandonadas maciçamente pelos indígenas que buscam refúgio na floresta, onde serão caçados mais tarde⁴⁶.

Holanda observa que o interesse do rei pelas terras interiores coincide com a penetração de Pizarro no Peru e a descoberta do Potosí. O Brasil representava o prolongamento oriental das terras peruanas e a conquista do sertão impunha-se, portanto⁴⁷. Além disso, a força de trabalho indígena era a solução para o desenvolvimento da economia açucareira de exportação, ligando o Brasil ao comércio mundial.

Estas expedições cumpriam duas tarefas: desvelar os segredos da terra a ser explorada e trazer mão-de-obra para as necessidades senhoriais dos portugueses e para o incremento da economia costeira; eram, portanto, fortemente estimuladas pelo governo. As incursões para o interior das terras tiveram o mérito duvidoso de aumentar o território detido pelos portu-
gue-



Os indígenas interpretados em sua
fecundidade e abundância. O homem dourado
(1599)

ses sobre o dos espanhóis. A golpes de massacres. Capistrano de Abreu pergunta: “Compensará tais horrores a consideração de que por favor das bandeiras pertencem agora ao Brasil as terras devastadas?”⁴⁸

Entretanto, no fim do século XVI as miragens de uma paisagem mítica/mágica atraíam ainda as expedições: Gabriel Soares de Souza, um dos mais famosos cronistas da época, não resiste ao chamado do ouro e nesta busca perde sua vida. Segundo escreve:

“[...] e não há dúvida senão que entrando bem pelo sertão desta terra há serras de cristal finíssimo que se enxerga o resplendor delas de muito longe. [...] Dos metais que o mundo faz mais conta que são o ouro e a prata [...] esta terra da Bahia tem deles tanta parte quanto se pode imaginar. [...]”⁴⁹

A busca do Eldorado não abandona esses homens, cujo lado prático, entretanto, dirige suas armas contra os indígenas. Dorita Nouhad observa que o “[...] Eldorado foi portanto, em primeiro lugar, uma realidade histórica, a história de uma ficção criada pelo discurso dos índios, considerada verdadeira pelo desejo dos espanhóis [...]”⁵⁰ ou portugueses, segundo o caso. A contrapartida do Eldorado espanhol poderia ser o reino descrito por Gandavo, cujas ruas eram pavimentadas de ouro e pedras preciosas, ou o Lago Dourado, próximo às cabeceiras do São Francisco, “[...] onde também há muito ouro e mais quantidade, segundo se afirma, que em nenhuma parte desta província”⁵¹.

Estes aventureiros e seus mitos vão povoar o imaginário ocidental, até nossos dias, na trilha de Francisco Orellana e Lope de Aguirre, novos Teseu e Hércules no caminho das Amazonas, em busca do Velocino de Ouro ou do Pomo da Hespérides. A saga de Aguirre revive no cinema: *Aguirre ou a cólera de Deus*, de Werner Herzog; na literatura contemporânea temos, por exemplo, *El camino de El Dorado*, de Arturo Uslar Pietri e *Aguirre, príncipe de la libertad*, de Miguel Otero Silva, entre outros.

Os manuais escolares brasileiros de história retomam ainda o aspecto heróico das peregrinações selvagens dos bandeirantes, onde estes homens aparecem como exemplo de coragem e temeridade. Este gênero de nacionalismo tende a obscurecer a crueldade dos massacres, a violência dos estupros e da escravidão, para apontar apenas o aspecto civilizador da dominação do território. Contra esta corrente, a carnificina realizada pelos portugueses numa aldeia indígena ocupa o centro de um discurso cinematográfico não-eufemizante em *The mission*, de Roland Joffe (1986).

Heróis ou celerados, tornam-se eles próprios mitos: sua sombra persiste no imaginário de nossa época, talvez na esteira de um sonho arquetípico, que leva os seres a correrem em busca do fim do arco-íris, lá onde se encontra o pote de ouro mágico.

A ORDEM DO REI OU O DOMÍNIO DAS APARÊNCIAS

Ao lado do desejo poético da Idade de Ouro, ao lado da Utopia, não-lugar de um mundo ideal, instaura-se a Ordem do Rei, meio seguro de atrair o Novo Mundo às malhas estreitas do Velho, abismo insaciável, onde todo produto torna-se comércio, toque mágico que transforma em realidade o ouro mítico. É um projeto político que se anuncia.

A ordem se instala: o caos deve ser dominado. Em algumas etapas, o poder do rei estabelece um enquadramento administrativo, judiciário e urbano, que tenta limitar o feroz individualismo dos primeiros tempos, numa espécie de domesticação desses homens abandonados à sua própria sorte. O novo movimento que se inicia poderia ser o reverso do primeiro, de liberdades e paixões sem entraves, que chamamos de dionisíaco. Este agora seria uma fase apolínea (no sentido dado por Nietzsche), reino das aparências, onde a ordem estabelecida esconde, sob uma máscara formal, a desordem das paixões.

Com efeito, a Ordem do Rei é tolerante e não impõe a espada para eliminar a injustiça e a violência; ela não protege efetivamente a índia/índio violentados, escravizados; apenas regula, define, delega poderes, estabelece normas e finalmente ordena as forças sociais com o objetivo único de rentabilizar o Brasil dentro dos interesses da Coroa.

A Ordem do Rei instaura sobretudo o princípio de autoridade, de hierarquia e coloca em funcionamento os mecanismos que permitirão um desenvolvimento sob vigilância. Os crimes punidos de pena de morte indicam claramente o tríptico ao qual se atém a Ordem do Rei: a traição, a heresia e a sodomia, ou seja a autoridade real, a submissão espiritual e o enquadramento da vida privada. O discurso do poder controla a ação e o desejo, o individualismo e os costumes. Os grupos devem ser organizados, sua solidariedade estabelecida segundo as normas e os critérios hierarquizados.

Era preciso, para isto, uma organização mais forte, substituindo as feitorias dos primeiros tempos, simples entrepostos cercados de paliçadas frágeis, única proteção contra os índios e os piratas. “O açúcar é o resultado e não a inspiração do novo esquema”, sublinha Faoro⁵².

A instalação de um quadro urbano, mesmo precário, tornou-se necessária e as vilas foram criadas para servir os interesses da Coroa, antes mesmo do povoamento das regiões: era assim, um meio de subordinar a ocupação do território segundo os desígnios do rei, pois a instauração da autoridade supõe o agrupamento do povo. A expedição colonizadora de 1530 representa o primeiro ensaio de dominação real sobre o esboço de sociedade que se anuncia no Brasil. São Vicente é a primeira vila a ser fundada ao sul, e, em seguida, Santo André, no planalto, marca as intenções reais nas terras do interior.

Pero Lopes de Souza detalha este acontecimento:

“Aqui neste forte de Sam Vicente varamos hũa nao em terra. A todos nos pareceu tam bem esta terra [...] o capitam determinou de a povoar e deu a todos os homẽs terra para fazerem fazendas; e fez uma vila na ilha de Sam Vicente e outra nove léguas dentro pelo sertão à borda d’hum rio que se chama Piratininga, e repartiu a gente nestas duas vilas e fez nelas oficiais; e pos tudo em boa obra de justiça do que a gente tomou muita consolaçam, com verem povoar vilas e ter leis e sacrificios, e celebrar matrimonios e viverem em comunicaçam das artes [...]”⁵³.

Este texto demonstra claramente as atribuições do colonizador: estabelecer as aglomerações, doar terras, instaurar a justiça real, nomear os quadros e promover o povoamento, fixando os homens pelo casamento.

O povoamento, entretanto, se fazia sob o signo da guerra e da violência. Os índios respondiam aos ataques e os povoadores viviam num clima de perigo permanente. Hans Staden registra suas experiências: “Uma noite vieram em setenta canoas e atacaram, segundo seu costume, às primeiras horas da madrugada [...] Afinal, os Tupinambá venceram, incendiaram a povoação de Bertioga”⁵⁴.

O perigo cimenta as relações de vizinhança, mas segundo as diretivas reais, um sistema de poder restrito se estabelece; com efeito, o grupo de decisão das vilas (os que votam) é formado pelos ‘vizinhos’, integrado unicamente pelos homens, com a exclusão portanto das mulheres, mas também dos operários, mecânicos, degredados, judeus e estrangeiros.

Cardim constata que em 1583, Rio e Vitória contam com 150 vizinhos cada; São Paulo, 120, “com muita escravaria”; em São Vicente “[...] os padres [...] estão como eremitas, por toda semana não havendo gente e aos domingos, pouca”, em Santos, os vizinhos são por ele avaliados em oitenta e cinquenta em Itanhaém e São Jorge de Ilhéus. Na mesma época, Pernambuco e Bahia conheciam vilas bem maiores. Com seus dois mil vizinhos, Cardim observa que Pernambuco “[...] tem 66 engenhos que cada um é uma boa povoação [...] há homens muito grossos, de quarenta, cinquenta, oitenta mil cruzados de seu [...] Vestem-se e às mulheres e filhos de toda sorte de veludos, damascos e outras sedas, e nisto têm grandes excessos”⁵⁵. A imagem das famílias ricas vestidas de veludo e damasco no calor da Bahia nos dá a medida da inadequação de uma ordem mental/social simplesmente transposta.

Bahia era a grande capital, centro de negócios e administração:

“A Bahia é cidade de El-Rei, e a corte do Brasil; nela residem os senhores bispo, governador, ouvidor-geral, com outros oficiais e justiças de sua majestade. [...] É terra farta de mantimentos [...] tem trinta engenhos, nelles se faz o melhor assúcar de toda costa; [...] terá a cidade com seu termo passante tres mil vizinhos portugueses, oito mil indios christãos e tres ou quatro mil escravos”⁵⁶.

A distribuição, portanto, tanto do povoamento (sobretudo na costa) quanto da riqueza, apresentava uma grande disparidade. No fim do século XVI em São Paulo, a Câmara Municipal não podia pagar suas dívidas, senão em espécie – algodão, cera, couros –, por falta de numerários. Não havia praticamente artesãos e as casas eram cobertas de palha. Taunay comenta os problemas da Câmara Municipal para a construção de sua sede principal: a intriga, a calúnia, a difamação aparecem nas atas da Câmara. A convivência difícil entre os vizinhos é transformada em solidariedade por ocasião das ameaças exteriores, sejam elas oriundas dos indígenas ou da Ordem do Rei.

De fato, São Paulo rebela-se quando as injunções reais atingem seus interesses, sobretudo no que diz respeito à escravização dos indígenas. O isolamento da vila na orla da floresta sombria, de onde espiavam os índios, longe da costa e dos contatos marítimos, tornava seus habitantes desconfiados e amedrontados: até o último decênio do século, os caixeiros-viajantes eram mal recebidos e revistados pelas autoridades. Taunay observa ainda que “ao cair da noite ficava a vila imersa na mais profunda treva ressoando cedo o sino do Colegio com o toque de aba-

Preparo de um homem para o cozimento



Tentativa de caracterizar a violência dos indígenas. Aqui um prisioneiro recebe golpes (1592)

far [...] condenando a população inteira da vila a se encerrar em casa, em torno de alguma luz mortiça e fumarenta [...]”⁵⁷.

Enquanto São Paulo vendia marmelada, Bahia e Pernambuco produziam cada vez mais açúcar, integrando-se à economia mundial. Em 1583, o sul possuía apenas 10% dos moinhos de açúcar no Brasil⁵⁸.

As capitanias hereditárias representaram uma nova etapa da colonização que se inicia em 1583, com a divisão do território em 15 parcelas ao longo da costa. O rei outorgava a terra em plena propriedade, mas sob sua tutela; o proprietário tinha, portanto, uma delegação real para administrar, fazer justiça e ele próprio distribuir parcelas de terra, as sesmarias⁵⁹.

Mas este sistema não consegue abolir o individualismo administrativo e a insubordinação dos colonos; por isso, em 1549, o rei cria um Governo Geral, cuja sede será durante longo tempo a Bahia. Assim, o poder real controla todas as administrações das capitanias, que continuarão a existir.

A Ordem do Rei compreende sua Lei: o domínio do visível e do codificado, regulamentação das relações entre os indivíduos. A justiça real se estende de maneira a atingir todas as camadas da sociedade e visa à domesticação do indivíduo, à orientação de sua conduta, baseadas no respeito à autoridade. Os tentáculos do rei se desdobram em um corpo de funcionários que vão regimentar a vida civil e militar, mas a justiça é tolerante e morosa, as instâncias se imbricam e confundem.

Base da autoridade divina, a Igreja representa o contraponto espiritual da justiça do rei. A heresia e a lesa-majestade eram crimes semelhantes, pois atacavam as fontes do poder, o temporal e o espiritual.

A Igreja vigia o cotidiano, regulamenta os abusos, tece relações de poder que se estendem até os momentos mais íntimos da vida dos indivíduos. No fim do século XVI, chega ao Brasil a Primeira Visitação do Santo Ofício – Inquisição – para julgar os rebeldes à norma. Era preciso culpabilizar os colonos para melhor controlá-los, já que a noção de pecado delimita a liberdade do indivíduo. Vainfas afirma que “corria solto o desrespeito às leis do Estado e da Igreja” e observa a onipresença da discussão sobre o pecado – fantasma que vaga em toda parte, não impedindo nada, mas contribuindo à manutenção das aparências⁶⁰.

A Ordem do Rei exige também a instalação da Família, sustentáculo do edifício de autoridade, que vai do Pai ao Rei e à Deus, no sistema patriarcal-cristão. O casamento apresentou-se como um dos problemas maiores para os religiosos, desde o início da colonização: Nóbrega é obrigado a solicitar permissões especiais de casamentos, tendo em vista o incesto, o concubinato ou a poligamia na qual viviam os portugueses. O casamento foi um dos instrumentos mais poderosos para estabilizar, domar e subjugar as liberdades adquiridas no plano da norma moral.

A partir da organização das capitanias, as mulheres brancas se fazem mais presentes e devem sofrer todos os perigos e sacrifícios de uma travessia marítima ou de penetração nas terras. A viagem de Mencia Calderon, Maria de Bastos e Isabel de Contreras, da qual faziam parte outras cinquenta mulheres foi um protótipo: revolta da tripulação, falta de viveres, ataque de piratas, naufrágio e finalmente a travessia das terras, a pé, até o Paraguai, que tomará cinco meses⁶¹.



Os mais altos cargos administrativos estavam às vezes entre as mãos das mulheres: dona Beatriz de Albuquerque governa Pernambuco na ausência de seu marido, Duarte Coelho; a herdeira universal dos bens do governador-geral Mem de Sá foi sua filha, a condessa de Linhares, e Leonor de Campo herda a capitania de Porto Seguro de seu pai, Pedro de Campo⁶². Segundo Gandavo, dona Jerônima de Albuquerque era a proprietária mais antiga da capitania de Tamaracá e respondia por sua administração⁶³. Dona Maria Affonso, por outro lado, solicita terras em seu nome à Câmara Municipal de São Paulo⁶⁴.

As mulheres, portanto, herdavam de seus pais e maridos, podiam administrar seus bens, participavam das lutas políticas e faziam recursos e demandas em justiça.

Dona Ignez Monteiro de Alvarenga, no século XVII, disputava com o todo-poderoso Fernão Dias Paes a tutela de seus netos. Taunay descreve-a como "[...] símbolo inquebrantável de irreducibilidade política, alma de seu partido e dedicadíssima partidária que se arruinara quase para sustentar a causa comum, [...]"

a quem o governador-geral tivera que pedir que depusesse as armas". Ela entra na justiça pela guarda de seus netos, "[...] pois estava em seu perfeito juízo, governando e administrando sua fazenda [...] por graça de Deus tinha e possuía com que podia passar enquanto vivesse, sem que de outrem necessitasse alguma coisa"⁶⁵.

Mas a justiça do rei só levava em conta as queixas e demandas das mulheres casadas ou casadoiras; as outras eram abandonadas à sua sorte, desqualificadas: as mulheres 'sem proprietário' eram mulheres públicas. Índios e escravos de ambos os sexos eram violentados sem que pessoa alguma se chocasse. Finalmente, desde a antiguidade, uma das funções do escravo, mulher ou homem, era o serviço sexual, o que Euclides da Cunha chama de "amplexo feroz entre o vitorioso e o vencido"⁶⁶.

Órfãs, várias vezes foram enviadas ao Brasil para se casarem e como dote, alguns postos administrativos eram reservados aos felizes noivos. As mulheres, com efeito, estavam desti-

Amstras da belicosidade européia: morrião ou capacete português (século XVI)



nadas ao casamento, e não havia desculpas para disso se fur-
tar. O rei proíbe mesmo a existência de monastérios femininos e
cria um 'Recolhimento de Moças', reservatório de mulheres pa-
ra as necessidades sociais do casamento. Assim, enquadrava
homens e mulheres e fazia da moral social seu melhor aliado.

Taunay tenta esboçar um perfil da mulher da época: "[...] na
monotonia dos deveres caseiros, na sujeição absoluta aos mari-
dos e pais. [...]"⁶⁷ Parece-nos uma imagem bem diversa das
pioneiras que sofreram naufrágios, ataques de índios, marchas
forçadas, que administravam capitanias e enfrentavam grandes
chefes políticos. Essas frágeis criaturas, sem iniciativa e sem
vontade "[...] que aí se casarão com quem lhes der de co-
mer"⁶⁸, são decididamente criadas pelo imaginário masculino,
segundo seus próprios desígnios.

O cronista frei Vicente de Salvador indica um outro tipo de
mulher, manejando armas, por ocasião de um ataque dos ingle-
ses: "Veio uma mulher a cavalo, com lança e adarga de Itapoa,
repreende aos que encontrava porque fugiam de suas ca-
sas..."⁶⁹

Sob a capa da misoginia, havia inúmeras maneiras de se le-
var uma vida com opções e liberdade mais ou menos amplas. A
historiografia recente quebra esta imagem cristalizada da mu-
lher, trazida pelo manierismo das elites: Vainfas e Bellini, entre
outros, analisam os processos da Inquisição no Brasil e apre-
sentam-nos mulheres que escapam aos moldes sociais, no es-
paço público e privado. Relações homossexuais entre mulheres
aparecem julgadas pelos tribunais do Santo Ofício – tão incon-
cebíveis que não existiam palavras para nomeá-las; profissões e
atividades exercidas por mulheres nesta época são trazidas à
luz, fora dos moldes das descrições estereotipadas ou simplifi-
cadas⁷⁰. Aos poucos levanta-se o véu de silêncio sobre a ação
e a presença das mulheres, que passam assim a existir: aquilo
que a história não diz, é como se nunca tivesse acontecido.

Entretanto, a desordem sobrevive sob o domínio das aparên-
cias. Se a Ordem do Rei consegue diminuir as atividades guer-
reiras dos indígenas, pelo massacre e escravização organiza-
dos, a guerra subterrânea dos micropoderes persiste, incansa-
velmente reproduzida nas relações cotidianas, pois, como subli-
nha Foucault, o poder não se concede, ele se exerce⁷¹.

A implantação da Ordem do Rei, projeto político e econômico
é também uma história de guerra pelo Poder, contra os poderes.

A descoberta de um novo mundo, de uma população desco-
nhcida, engendra no europeu um movimento de exclusão e de
integração.

De um lado temos a Utopia, lugar ideal fixado no imaginário e
re-encontrado na exuberância da natureza, na inocência dos in-
dígenas; de outro, esta mesma natureza, selvagem e brutal, que
abriga a alteridade absoluta, a índia nua, a antropofagia, uma or-
ganização material espantosa.

Laura de Mello e Souza estabelece dois pólos neste encon-
tro: a sublimação da natureza e a satanização dos homens⁷²;
esta divisão, entretanto, é cheia de nuances e o maravilhoso é
matizado de horror. Gandavo afirma que:

"[...] he esta Provincia [...] a melhor para a vida do homem
por ser [...] de bons ares e fertilissima [...]"'. Mas "[...] nam
he de se espantar que haja nela muita diversidade de animais
e bichos feros e venenosos [...] onde os climas e qualidades

dos ares terrestres nam sao menos dispostos para os gerarem que a terra em si pelos muitos matos que digo, acomoda para os criar”⁷³.

A terra é também povoada de monstros aquáticos, verdadeiros minotauros brasileiros, seres híbridos que atacam os homens nos labirintos dos pântanos, comendo-lhes os olhos, o nariz, o sexo e o coração, símbolos dos sentidos mais estimados pelos cronistas⁷⁴.

A diferença é constantemente observada: “[...] todo o país e as árvores estão cobertos de aves. Não há entretanto uma só dessas espécies que nos seja comum. São todas diferentes tanto na beleza quanto na utilidade”⁷⁵.

Mas se as diferenças são notadas, é para melhor encontrar as similitudes: “Este Brasil já he outro Portugal”, dizia Cardim, “por ter bons pastos e que se parecem com os de Portugal [...]”⁷⁶.

Com efeito, a busca do semelhante não é senão a tentativa de dar um sentido, uma significação ao Outro. Assim, o maravilhoso decodificado, dirige o Outro para o Mesmo; descrever é dar ordem ao caos, daí a necessidade taxonômica dos cronistas. O mundo parece um espaço de similitudes, cujo sentido está escondido: o conhecimento seria então, a interpretação e pela mesma via, a apropriação do Outro⁷⁷.

A perspectiva do Mesmo (nós) é autocentrada e supõe um olhar descritivo já embebido de valores: a hermenêutica do Outro (eles) levará assim a um processo de exclusão ou de integração, duplicados de estratégias diferenciadas, caso se trate de colonos ou de missionários. O historiador não deixará, por sua vez, de interpretar segundo seu próprio ponto de vista, como temos visto.

A aproximação do autóctone obedecerá igualmente a uma dupla percepção: seres maléficos, agentes de Satã ou anjos de candura, filhos da inocência, próximos de Deus. Gandavo comenta: “[...] São estes índios mui deshumanos e cruéis [...] vivem como brutos animais sem ordem nem concerto de homem”. Cardim, por outro lado, considera que eles “[...] são como bichos do mato, porque entrão pelo sertão a caçar despidos e descalços sem medo e sem temor algum” mas também “[...] são candidíssimos e vivem com muito menos pecado que os portugueses”⁷⁸.

Sua maneira de viver em comunidade, dividindo todos os bens e a comida, sem ambição de ouro ou dinheiro, é motivo de grande espanto e admiração: “[...] porque nam possuem nenhuma fazenda, nem procuram adquiri-la como os outros homens e assim vivem livres de toda cobiça e desejo desordenado de riquezas, [...] porque todos, como digo, sam iguais e em tudo tem conformes nas condições que ainda nesta parte vivem justamente e conforme à lei da natureza”⁷⁹.

A antropofagia representa o horror supremo: “Huma das cousas em que estes indios mais repugnam o ser da natureza humana [...] he nas grandes e excessivas crueldades que executam em qualquer pessoa [...] porque nam tam somente lhe dam cruel morte, mas ainda, depois disso [...] he comem toda a carne usando nesta parte de cruezas maisabolicas que ainda nellas excedam aos brutos animais que nam tem uso da razam nem foram nascidos para obrar clemência”⁸⁰.

Mas a antropofagia é um importante ritual de organização social e de transformação: o Outro, digerido, transforma o Mesmo e outorga-lhe um novo lugar na sociedade. Entretanto, a repulsa que isto provoca entre os portugueses dá margem à exclusão mais brutal e justifica a escravidão. Com efeito, o mal deve ser domado e Manoel da Nóbrega, um dos mais prestigiosos missionários do Brasil, escrevia sobre os índios: “Mas são tão carnicheiros de corpos humanos, que sem exceção de pessoas, a todos matam e comem [...] Este gentio é de qualidade que não se quer por bem, senão por temor e sujeição e por isso, se Sua Alteza os quer todos convertidos, mande-os sujeitar”⁸¹.

Neste caso, o horror toma o lugar do maravilhoso que, na concepção de Michel de Certeau é “marca visível de alteridade, não serve para propor outras verdades ou um outro discurso, serve para fundar uma linguagem operatória de dirigir a exterioridade para o mesmo”⁸².

A antropofagia funda um discurso único sobre o índio, de um eterno confronto entre o superior/inferior, civilizado/selvagem. O olhar etnocêntrico prolonga-se na historiografia: Thomas, por exemplo, estima que “o nível cultural relativamente inferior de todas as tribos do país, seus costumes bárbaros e a sua pequena capacidade intelectual tiveram uma influência decisiva na formação da mentalidade dos portugueses”⁸³. Freyre observa que “[...] sob a pressão técnica e moral da civilização avançada, desaba a do povo retardatário”⁸⁴.

A escravidão foi, portanto, pregada com o fim de ‘salvar’ o indígena e tirá-lo do abismo da diferença. Evidentemente os interesses econômicos estavam implícitos no conceito de ‘civilização’.

A hermenêutica do Outro prossegue quando se trata da análise da organização social dos indígenas. O eixo de observação gira em torno da guerra e da poligamia, considerados, pelos que interpretam, como os valores básicos daquela sociedade; o diagnóstico é o de uma sociedade de dominação masculina, o que supõe uma relação de poder entre os sexos. Mas esta questão não é aprofundada na historiografia, tratada como um dado natural.

Na verdade, não existia entre os índios poderes institucionalizados (nem lei, nem fé, nem rei, como diziam os cronistas) e os micropoderes difusos das relações sociais eram partilhados entre mulheres e homens. Como indica Gandavo: “Todos seguiam muito o conselho das velhas, o que ellas lhes dizem, fazem e tem-no por muito certo”⁸⁵.

O prazer poderia ser o valor determinante dessas sociedades, se quisermos lê-la sob outra perspectiva, segundo os dados dos próprios cronistas⁸⁶. O prazer, principalmente sexual, era assegurado a mulheres e homens de idade e condições diferentes (de acordo com certas normas) e a liberdade de escolha dos parceiros/as muito extensa. O esquema ‘o pai dá sua filha’ não correspondia a nada para os indígenas, pois ambos os genitores, e sobretudo a mãe, devem consentir a união mulher/homem, mas deixando a decisão final aos interessados. Quanto à separação, dava-se pela iniciativa da mulher ou do homem, não existindo figuras sociais de repúdio ou similares, típicas de sociedades que inferiorizam ou subordinam as mulheres⁸⁷. Nada de virgindade a ser preservada, as moças eram livres de seu desejo, o que tanto espantou os europeus⁸⁸. As festas com a duração de dias inteiros – danças, música, cantos,

Escultura em bronze de um soldado português



embriaguez geral e total – eram consideradas o maior de todos os prazeres, com grande escândalo para os portugueses. O prazer de viver, a liberdade sem peias, sem riquezas materiais a proteger, talvez fosse o eixo da organização social dos indígenas.

A poligamia fez correr muita tinta, mas a questão foi, em nosso entender, mal colocada: não era o mais prestigioso/rico índio que teria a possibilidade de possuir muitas mulheres; ao contrário, pela sua coragem e audácia, um homem poderia esperar que várias mulheres se interessassem por ele, fazendo-o rico e respeitado pela comunidade, já que nas mãos das mulheres estava a organização e a produção de alimentos e bens. A maioria dos homens vivia com uma só mulher e a preocupação social em relação ao prazer poderia engendrar a poligamia como meio de assimilação de mulheres sóas.

A guerra periódica era para os homens um rito de passagem para o mundo das mulheres: eles não podiam se casar sem antes ter feito um prisioneiro, matando-o em seguida. Verdadeira transformação do indivíduo, mudavam de nome e podiam então integrar-se à organização social da tribo como membro efetivo e adulto⁸⁹.

Os cronistas falam muito das 'casas dos homens' e de suas reuniões, mas a organização das mulheres, das quais dependia essencialmente a vida material da comunidade, é deixada na obscuridade, envolta em silêncio, como se não tivesse importância⁹⁰. Historiadores e cronistas apenas podem ver o que lhes sugere suas próprias condições de produção e estas não permitem pensar uma organização social sem a dominância masculina.

A guerra era o campo onde o Principal (o índio mais respeitado) exercia uma espécie de poder de organização e exortação. O verdadeiro poder, catalisador das massas, era o dos pajés, função que era exercida por ambos os sexos. Os pajés – mulheres ou homens – eram profetas, músicos, curandeiros: elas/eles decifravam os sonhos, anunciavam os presságios, pronunciavam-se sobre as decisões a serem tomadas pela comunidade. Segundo seu prestígio, seu raio de influência podia atingir várias tribos⁹¹.

Mas se a guerra é a atividade cultural masculina entre os Tupinambá e outras tribos de mesmos costumes, entre os Aimoré, por exemplo, as mulheres eram guerreiras e participavam ao lado dos homens das expedições⁹².

Gandavo indica que "[...] algumas índias ha que tambem entre elles determinam de ser castas, as quaes nam conhecem homem algum de nenhuma qualidade nem o consentirão ainda que por isso as matem. Estas deixam todo exercicio de mulheres [...] e vão à guerra com seus arcos e flechas e à caça, perseverando sempre na companhia dos homens e cada uma tem uma mulher que a serve com quem diz que he casada e assi comunicam e conversam como marido e mulher"⁹³. As categorias culturais relativas ao sexo são portanto permeáveis, pois estas mulheres são consideradas efetivamente como homens e não imitações ou simulacros. Com os homens acontecia o mesmo. Entre os indígenas, portanto, não se nasce homem ou mulher, escolhe-se o gênero, segundo as aptidões; ou seja, o cultural não é necessariamente natural.

O homossexualismo é, aliás, bastante comum entre os dois sexos, e Lévi-Strauss ainda pôde observar este fato no século



XX. Gilberto Freyre, por sua vez, pergunta se este não é um feito congênito... (sic)⁹⁴.

Os europeus não viam o que não queriam ver: muitas vezes foram percebidas mulheres em armas, mas em seguida sempre negaram este fato, afirmando serem homens⁹⁵. Assim, categorias ou fatos excepcionais eram negados, pois não encontravam lugar em seu imaginário ou em seu raciocínio.

Mulheres guerreiras, vivendo entre elas em comunidades separadas dos homens são evocadas constantemente pelos cronistas, de acordo com as descrições dos índios⁹⁶. Frei Gaspar de Carvajal conta a respeito das lutas dos espanhóis contra essas mulheres, inconcebíveis em sua realidade, logo rapidamente relegadas ao domínio do imaginário mítico. As mulheres guerreiras brasileiras, das quais os índios não cessam de falar, são transformadas em Amazonas gregas e imediatamente localizadas em território mítico, dimensão segura.

A historiografia retoma este tema enquanto mito – domínio das impossibilidades –, pois o impossível cultural torna-se o impossível por definição. Paul Veyne observa que “[...] sabemos apenas o que nos deixam saber. [...]”⁹⁷ Geneviève Pastre afirma a este respeito que “[...] em lugar de ser estocada, a informação não foi mais disponível, foi excluída, e chamou-se produção do imaginário e combinações fantásticas e irreais o que sem dú-

vida existiu. [...]”⁹⁸ Nada prova que não existiram essas mulheres guerreiras – as novas Amazonas – das quais falava Carvajal e a mitificação neste caso não passa de uma tentativa de obscurcimento em relação a uma realidade possível e indesejável para o sistema.

Se os procedimentos de exclusão levam à escravização, a integração das sociedades autóctones conduz à apropriação do Outro, em uma forma de desagregação social e cultural. Este é o caso da ação dos jesuítas no Brasil.

Missionários intrépidos, chegados já em 1549, os jesuítas partem à ‘conquista’ dos índios, de suas almas, embebidos em um espírito de sacrifício total, mesmo do martírio. Seu objetivo é transformar, tirar da lama do pecado estas comunidades e colocá-las no bom caminho, do qual detêm o segredo.

Sua ação vai chocar-se sem cessar à fome escravagista dos colonos, mas eles defenderão seus protegidos à custa de suas vidas. Os séculos XVI e XVII vão ser o teatro de discussões jurídicas sobre a liberdade dos índios e verão a elaboração de um florilégio de leis e decretos promulgados pela Coroa, nunca respeitados, entretanto. Vagas sucessivas e selvagens de ataques caíam sobre os indígenas, sejam eles cristãos ou não e as aldeias, organizadas e administradas pelos jesuítas, tornaram-se rapidamente a única proteção contra os traficantes de escravos.

Ainda que protegendo-os fisicamente, os jesuítas trazem, porém, transformações radicais entre os índios. Impõem uma moral e valores estranhos, noções de autoridade, de obediência, culpabilidade, remorso. Além disso, instauram uma nova divisão de trabalho, e através do casamento cristão, uma outra relação entre os sexos, hierarquizada, com seu corolário de inferiorização e interdições para as mulheres.

Os jesuítas procedem portanto, a uma apropriação social do discurso, na medida em que a tradução e a utilização da língua indígena servirão para estabelecer um discurso de verdade. Eles roubam as palavras, usam as palavras na constituição de um saber de exclusão, privilégio daquele que fala, que domina o discurso e seu sentido e decide sobre o verdadeiro e o falso, o bem e o mal. O saber é assim distribuído, atribuído, estabelecido sobre a autoridade daquele que fala; as palavras tornam-se um instrumento de poder que desqualifica todo saber outro e todo outro ser. Às práticas pedagógicas dos jesuítas, poderiam ser atribuídos os comentários de Foucault: "Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação do discurso, com os saberes e poderes que carregam consigo"⁹⁹.

Assim, o conhecimento do Outro, privado de sua palavra, de seus sentidos, torna-se dominação. A assimilação praticada pelos jesuítas não passa de uma outra forma de exclusão, pois é imperativo que o Outro torne-se o Mesmo, no paradigma etnocêntrico.

Neste caso, a apropriação da palavra e a penetração no mundo do Outro levam a seu desaparecimento, enquanto sujeito de seu discurso e de sua ação, no sentido dado por Foucault, de uma prática singular em suas formas de encadeamento e formação¹⁰⁰. A desorganização do mundo material e imaginário dos indígenas mergulha-os numa dimensão obscura, onde a identidade se transforma em identificação.

"Eu sou o Outro" significa aqui a perda do Outro.

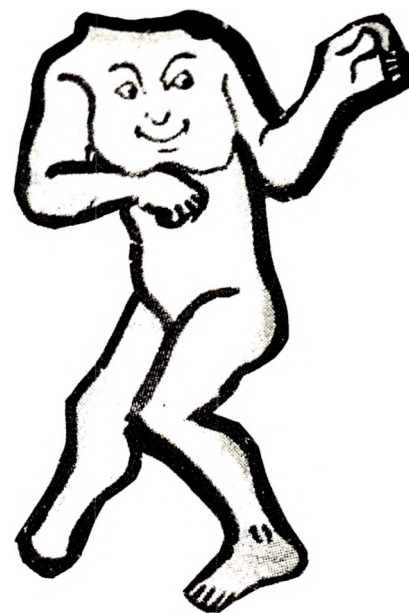
A descoberta e a ocupação do Brasil no século XVI poderia ser esquematizada em procedimentos de exclusão e integração da população autóctone, alternando o pacto, a transgressão e a guerra, num sopro de violência e de sonho, de sacrifício e de prazer, ordenado pelo maravilhoso, pela ambição e pela morte. Neste país onde, segundo Cardim, as borboletas se transformam em colibris¹⁰¹, os heróis morrem para dar nascimento à tragédia.

Tânia Navarro é professora do Departamento de História da Universidade de Brasília.

Notas

1. Michel Foucault. *Histoire de la folie à l'Âge Classique*, Paris, Gallimard, 1972, p. 22.
2. Ver, a este respeito, por exemplo: Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do paraíso*, São Paulo, NAC/USP, 1969 e Laura de Mello e Souza, *O diabo e a terra de Santa Cruz*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
3. Gilberto Durand. 'Le renouveau de l'enchantement', *Questions de mythe et histoire*, 59, Paris, Albin Michel, s/d, p. 99.
4. Idem, ibidem, pp. 96-97.
5. Jean Delumeau. *La peur en Occident. XIVème/XVIIème siècle*. Paris, Fayard, 1979, cap. IV.
6. Jerome Aeken Bosch, pintor holandês (1457-1521).

Iluminura do século XIV mostrando um acéfal



7. Jean Delumeau, op. cit., p. 236. A referência diz respeito a Sebastian Brant, poeta satírico nascido em Estrasburgo (1457-1521).
8. Michel Foucault, op. cit., p. 75.
9. Laura de Mello e Souza, op. cit., p. 75.
10. Claude d'Abeville. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*, São Paulo, Martins Fontes, 1945, pp. 28-29.
11. Idem, ibidem, p. 32.
12. Pero Lopes de Souza. *Diário de navegação*, São Paulo, Obelisco, 1964, pp. 45, 46, 48, 64.
13. Hans Staden. *Duas viagens ao Brasil*, São Paulo, Soc. H. Staden, 1942, pp. 43-45.
14. Idem, ibidem, p. 69.
15. Pero Lopes de Souza, op. cit., p. 38.
16. Fernão Cardim. *Tratado da terra e gente do Brasil*, São Paulo, Nacional, 1978, p. 172.
17. Pierre Chaunu. *Conquista e exploração dos novos mundos (séc. XVI)*, São Paulo, Pioneira/USP, 1964, p. 311.
18. Frédéric Mauro. *Le Brésil du XVème au XVIIème siècle*, Paris, SEDES, 1977, p. 109.
19. Tzvetan Todorov. *La conquête de l'Amérique*, Paris, Seuil, 1982, p. 191.
20. Citação em J. F. Prado. *Primeiros povoadores do Brasil 1500-1530*, São Paulo, Nacional, 1966, p. 142.
21. Idem, ibidem, pp. 143-144.
22. Jean Delumeau, op. cit., capítulo X, principalmente pp. 317-323.
23. Michel de Certeau. *A escrita da história*, Rio de Janeiro, Forense, 1982, p. 232.
24. Capistrano de Abreu. *Capítulos da história colonial, 1500-1800*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 59.
25. Ver em Gilberto Freyre. *Maîtres et esclaves*, Paris, Gallimard, 1974, p. 97.
26. Gilberto Freyre, op. cit., pp. 97-99.
27. Ver, a este respeito, J. F. Prado, op. cit., pp. 65-95 e 102-108.
28. Capistrano de Abreu, op. cit., pp. 60-62.
29. Hans Staden, op. cit., p. 107.

30. Capistrano de Abreu. *O descobrimento do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 52.
31. Claude d'Abeville, op. cit., pp. 59-60.
32. Idem, ibidem, p. 62.
33. Frei Vicente de Salvador. *História do Brasil 1500-1627*, São Paulo, Melhoramentos, 1954, p. 197.
34. R. Faoro. *Os donos do poder*, Porto Alegre, Globo, 1977, p. 103.
35. Ver a respeito da noção de dionísio, Nietzsche, *La naissance da la tragédie*, Paris, Gallimard, 1978.
36. Ver a este respeito, a análise de Michel de Certeau, op. cit., pp. 226-230.
37. Nietzsche, op. cit., p. 26.
38. Faoro, op. cit., p. 154.
39. Pero Lopes de Souza, op. cit., p. 36.
40. Idem, ibidem, p. 40.
41. Frei Vicente de Salvador, op. cit., p. 52.
42. G. Thomas. *Política indigenista dos portugueses no Brasil 1500-1640*, São Paulo, 1982, pp. 76-80.
43. Hans Staden, op. cit., p. 46.
44. G. Thomas, op. cit., p. 60.
45. Idem, ibidem, p. 74.
46. Florestan Fernandes. *Organização social dos Tupinambás*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1963, p. 36.
47. Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., pp. 80-90.
48. Capistrano de Abreu, op. cit., p. 110.
49. Gabriel Soares de Souza. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, São Paulo, Nacional, 1987, pp. 350-351.
50. Dorita Nouhad. 'Eldorado', in P. Brunel (dir.) *Dictionnaire des mythes littéraires*, Paris, Ed. Rocher, 1988, p. 558.
51. Pero M. Gandavo. *Tratado da terra do Brasil, História da província de Santa Cruz*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1980, pp. 144-145.
52. R. Faoro, op. cit., p. 109.
53. Pero Lopes de Souza, op. cit., pp. 74-75.
54. Hans Staden, op. cit., pp. 74-75.
55. Fernão Cardim, op. cit., pp. 201, 207-210, 214-215.
56. Idem, ibidem, p. 175.
57. Ver, a esse respeito, Alphonse d'E. Taunay, *São Paulo nos primeiros anos (1554-1601)*, Tours, Imprimeur de E. Arrault et Cie., 1920, pp. 35, 77-79, 116-117.
58. Frédéric Mauro, op. cit., p. 56.
59. Ver, a esse respeito, R. Faoro, op. cit., p. 118, e também F. Mauro, op. cit., e Capistrano de Abreu, op. cit., nos capítulos correspondentes, entre outros.
60. R. Vainfas. *Trópico dos pecados*, Rio de Janeiro, Campus, 1989, p. 53.
61. Ver em Hans Staden, op. cit., a introdução de Francisco Assis Franco.
62. Frei Vicente de Salvador, op. cit., pp. 126-191, e Gabriel Soares de Souza, op. cit., p. 84.
63. P. M. Gandavo, op. cit., p. 25.
64. A. d'E. Taunay, op. cit., p. 107.
65. Alphonse d'E. Taunay. *História seiscentista da vila de São Paulo*, São Paulo, 1924, pp. 16-17.
66. Euclides da Cunha. *Os sertões*, p. 72.
67. Alphonse d'E. Taunay. *São Paulo*, op. cit., p. 101.
68. Hans Staden, op. cit., p. 9.
69. Frei Vicente de Salvador, op. cit., p. 273.
70. Ver, a este respeito, Vainfas, op. cit., e Ligia Bellini. *A coisa obscura*, São Paulo, Brasiliense, 1987.
71. Michel Foucault. *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1988.
72. Laura de Mello e Souza, op. cit., p. 32 e seguintes e p. 72 e seguintes, no que concerne a esta dupla identificação.
73. Pero Magalhães Gandavo, op. cit., pp. 81-102, respectivamente.
74. Sobre os monstros, ver Vicente de Salvador, op. cit., p. 68, G. S. Souza, op. cit., p. 278; F. Cardim, op. cit., p. 57; P. M. Gandavo, op. cit., pp. 119-120.
75. Claude d'Abeville, op. cit., p. 159.
76. Fernão Cardim, op. cit., pp. 66-68.
77. Ver a este respeito, Michel de Certeau, op. cit., cap. V e Michel Foucault, *As palavras e as coisas*, São Paulo, Martins Fontes, 1987, cap. II e III.
78. M. Gandavo, op. cit., p. 57 e F. Cardim, op. cit., pp. 113-184.
79. M. Gandavo, op. cit., pp. 128-129.
80. Idem, ibidem, p. 136.
81. Citado por R. Faoro, op. cit., pp. 199-200.
82. Michel de Certeau, op. cit., p. 227.
83. G. Thomas, op. cit., p. 20.
84. G. Freyre, op. cit., p. 116.
85. M. Gandavo, op. cit., p. 58.
86. Idem, ibidem, p. 128 e Abeville, op. cit., pp. 235-236.
87. Ver a este respeito Abeville, op. cit., p. 223 e F. Fernandes, op. cit., pp. 56 e 162-163.
88. Ver A. Métraux, *A religião dos Tupinambás*, São Paulo, Nacional/USP, 1979, pp. 120-122; F. Cardim, op. cit., pp. 110-111; C. Abeville, op. cit., pp. 235-236.
89. A. Métraux, op. cit., p. 145 e F. Cardim, op. cit., p. 103.
90. Ver a este respeito, F. Fernandes, op. cit., p. 129; Abeville, op. cit., pp. 222-223 e A. Thévet. *Singularidades da França Antártica*. São Paulo, Nacional, 1944, p. 253.
91. Ver sobre este assunto A. Thévet, op. cit., pp. 214-220 e 278; P. M. Gandavo, op. cit., pp. 52-54; Métraux, op. cit., pp. 67-76, entre outros.
92. P. M. Gandavo, op. cit., pp. 34 e 140-141 e A. Thévet, op. cit., pp. 229 e 235.
93. P. M. Gandavo, op. cit., pp. 58 e 128.
94. Gabriel S. Souza, op. cit., p. 308; Lévy-Strauss, *Tristes Tropiques*, Paris, Plon, 1955, p. 361, e G. Freyre, op. cit., p. 130.
95. Ver a este respeito, J. F. Prado, op. cit., p. 147.
96. Ver, por exemplo, Thévet, op. cit., pp. 372-379 e as notas.
97. Paul Veyne. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 107.
98. Geneviève Pastre. *Athènes et le péril saphique*, Paris, Libr. Les mots à la bouche, 1987, p. 44.
99. Michel Foucault. *L'ordre du discours*, Paris, Gallimard, 1971, p. 46.
100. Idem, *Arqueologia do saber*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987, p. 193.
101. F. Cardim, op. cit., p. 36. É assim que o cronista descreve, poeticamente, o nascimento do beija-flor.

Resumen

LOS MITOS DEL DESCUBRIMIENTO EN BRASIL: SIGLO XVI

En los mares existían criaturas fabulosas. En las tierras invadidas, seres crueles y monstruosos. Las prohibiciones y prejuicios que invadieron Europa como mitos del descubrimiento sólo sirvieron para fundamentar el etnocentrismo. El continente conquistado ostenta la superioridad europea, modalidad ideológica que alimentó el colonialismo y los neocolonialismos posteriores.

Abstract

MYTHS OF THE DISCOVERY OF BRAZIL: XVIth CENTURY

The oceans braved were peopled with fabulous creatures; the lands with cruel, monstrous beings. The interdicts and prejudgments that flooded Europe as myths of the discovery merely served to buttress ethnocentrism. The conquered continent is the stage on which to play the pageant of European superiority, the ideological mould that cast colonialism and later species of neocolonialism.



TESTIGOS SILENCIOSOS EN LAS ROCAS ANDINAS.



ROY
QUEREJAZU
LEWIS

A ARTE RUPESTRE NA BOLÍVIA, AO MESMO TEMPO QUE ETERNIZA DIVERSOS ASPECTOS DAS CULTURAS PRÉ-COLOMBIANAS, ILUSTRA A CHEGADA DOS INVASORES NA AMÉRICA. PROGRESSIVAMENTE, NOVAS IMAGENS BROTAM NAS ROCHAS, CONFIGURANDO CERTO ECLETISMO ENTRE AS CRENÇAS NATIVAS E A RELIGIOSIDADE EUROPÉIA.

La conquista y la colonización de América del Sur, y más concretamente del territorio de la actual República de Bolivia, fue obra en un principio de iniciativas privadas con el patrocinio de los Reyes de Castilla. A medida que fue consolidándose la conquista y comenzó a surgir la riqueza aurífera y argentífera del continente, la Corona empezó a tomar parte más activa en la consolidación, el control y la administración de los nuevos reinos de "Indias". Durante toda esta "empresa de Indias" participaron los conquistadores, los colonizadores llegados desde la Península, las autoridades representantes de la Corona y principalmente la Iglesia.

Con la fundación en 1552 de una nueva diócesis en el Alto Perú (hoy Bolivia) con sede en La Plata (hoy Sucre), se dio inicio oficial a la catequización de la población indígena de la región, que había sido comenzada anteriormente por varias órdenes religiosas. Desde un comienzo, la cristianización de América, y sobre todo de la región andina, se vio dificultada por una religiosidad popular de fuerte y sólida raigambre ancestral. El indígena del Collasuyo acababa de sobrevivir las imposiciones del poderoso imperio incaico. Los incas adoraban al sol, pero habían respetado las creencias y deidades anteriores. Desde las épocas del imperio de Tiahuanaco, el panteón andino incluía al dios Wiracocha como deidad máxima, además del sol, la luna, las estrellas, el trueno, la Madre Tierra (Pachamama) y finalmente una diversidad de huacas (cosas y lugares sagrados). Las apachetas (montículos artificiales de piedras que se encuentran en determinados lugares de las sendas, especialmente en las encrucijadas de altura y en las cumbres), como también algunos sitios con arte rupestre, eran considerados como huacas.

De esta manera, las achachilas (espíritus ancestrales, divinidades encarnadas en las montañas), la Pachamama, las apachetas y algunos sitios con arte rupestre formaban parte de esa religiosidad popular andina de origen prehispánico.

LA HISTORIA EN PIEDRA

Con la llegada de los españoles se alteró el contexto ritual y ceremonial del arte rupestre andino. En muchos casos, su carácter sagrado fue reemplazado por las impresiones e imágenes que le proporcionaba al indígena la llegada de los hombres peninsulares con sus barbas, trajes característicos, armas, animales extraños y embarcaciones diferentes. Esta variedad de arte rupestre, más conocida como "arte rupestre narrativo", puede encontrarse en la zona del Altiplano boliviano encerrada entre la cordillera oriental y occidental de los Andes.

Sin duda, OR-002-4, en las formaciones rocosas de la altipampa del departamento de Oruro, posee las manifestaciones parietales de tipo narrativo que más llaman la atención. (La citada referencia numérica y las que siguen son tomadas del Índice de lugares del SIARB, Sociedad de Investigación de Arte Rupestre de Bolivia. De acuerdo con los reglamentos, no se puede hacer referencia a los nombres de los lugares con arte rupestre).

El sitio presenta tres aleros con pinturas rupestres precolombianas y coloniales. Las pinturas precolombinas representan mayormente aves, entre las que se destaca el cóndor, pintado en blanco y negro. En el alero 1, las pinturas rupestres coloniales incluyen figuras antropomorfas, algunas sosteniendo "picas" (lanzas) y llevando la vestimenta típica de la época (los greñescos, pantalones anchos y acuchillados que se ceñían a la

mitad del muslo), un jinete, la cruz cristiana y otros motivos no figurativos. Anne Helsley escribe en una publicación de la SIARB que este sitio incluye la representación de lo que podría ser una iglesia. Lo que más impresiona, sin embargo, es una escena con tres personajes españoles, donde el de la derecha dispara su arma en dirección a otros dos individuos, de los cuales uno yace tendido con sus brazos y piernas extendidos. El otro personaje está en actitud de huir, llevándose consigo un objeto (tesoro) que al parecer es el motivo de la riña.

Otro de los aleros presenta mayor difusión de motivos precolombinos y coloniales, entre los que se destaca una nao que parece responder a un galeón, de cuerpo alto y corto, que incluye el bauprés, mástiles, bandera, palos horizontales, cuerdas y cubierta corta con la parte posterior más elevada. El panel también incluye un jinete con una alabarda, otro jinete en clara actitud de frenar el ímpetu del animal, además de otros motivos, entre los que se destaca el cóndor. Estas pinturas fueron ejecutadas con una especie de hollín o carbón denominado "negro de humo" por algunos investigadores.

Otro singular sitio en arte rupestre colonial de características narrativas es OR 006, ubicado también en la altipampa del departamento de Oruro, constituido por dos pintorescos paneles formando un ángulo recto en la cima de un cerro.

En ambos paneles se observan cruces, personajes a pie y a caballo, con sombreros y disparando arcabuces. Se distinguen además unas especies de rectángulos con el extremo superior curvo, que muestran una cruz cristiana por dentro. A primera vista, las formas rectangulares parecerían representar templos cristianos. Sin embargo, un análisis más detallado tiende a indicar que se trataría de las tiendas de campaña utilizadas durante el siglo XVI.

El arte rupestre colonial narrativo no se limita solamente al primer período colonial (que corresponde al siglo XVI), sino que se extiende también hasta principios del siglo XIX. Un ejemplo singular es el arte rupestre ubicado en dos sitios que están detrás del pico del Tunari, que sobresale majestuoso encima del templado valle de Cochabamba.

El primero de ellos (CB 004), un abrigo de roca dura con grano fino con vista al norte, está situado a 4.410 metros sobre el nivel del mar, al pie de un enorme peñasco conocido localmente como Roca Falsuri. Este notable sitio contiene pinturas rojizas en la parte interna protegida por un alero natural de la roca.

Las pinturas representan figuras antropomorfas de singular factura, algunas a pie sujetando largas lanzas y otras a caballo. Uno de los personajes sostiene en una mano una lanza y en la otra un escudo rectangular, en cuyo interior se aprecian dos líneas oblicuas que partiendo de cada esquina se cruzan en el centro. Otras dos figuras antropomorfas (una de ellas con dos líneas que parten de la cabeza hacia arriba, a manera de antenas) muestran estos "escudos" sobre el tórax. La mejor conservada de estas figuras, que parece sujetar una lanza en cada mano y lleva el doble escudo en el pecho, mide 19,5 centímetros de altura.

El segundo sitio, ubicado detrás de la cumbre de la cordillera del Tunari (CB 005), comprende un largo alero con vista al sudeste, a una altura de 4.230 metros sobre el nivel del mar. Tiene la particularidad de incluir arte parietal correspondiente a las



Nas mesmas rochas, como sinal de um fato irreversível, convivem espanhóis e nativos, num eterno conflito entre a colonização e a autonomia



épocas precolombina, colonial y republicana, lo que denota una continuidad en las prácticas pictóricas. Los motivos prehispánicos se basan en figuras zoomorfas (aves, felinos y arquénidos). En cambio, los supuestamente coloniales (pintados en negro) contienen jinetes y una singular figura antropomorfa de tórax rectangular, sosteniendo un objeto en su mano derecha extendida. Los motivos más recientes (pertenecientes al período de la República) contienen números, palabras escritas, rayas rapadas sobre arte rupestre precolombino, una asa con techo y dos aguas y una pareja bailando, dibujados con carbón o con tiza.

Ambos sitios, particularmente Falsuri Roca, revisten suma importancia dentro del estudio del arte rupestre colonial de Bolivia por su posible relación directa con sucesos históricos.

Durante la Guerra de la Independencia, en el Alto Perú se organizaron ocho “republiquetas”, denominación que se daba a los focos subversivos formados por fuerzas guerrilleras que combatían al ejército realista. Una de ellas fue la republiqueta de Ayopaya, que desde 1821 fue comandada por José Miguel Lanza. El escritor Charles W. Arnade, refiriéndose a estas “republiquetas”, nos aclara: “en el centro, dos republiquetas medianamente extensas, se hallaban igual que dos embolias en el corazón del Alto Perú, poniendo a su merced las comunicaciones entre las seis principales ciudades. Una estaba bajo la dirección del célebre Arenales, con su centro en Mizque y Vallegrande. Amenazaba y frecuentemente cortaba los caminos que conectaban Cochabamba, Chuquisaca y Santa Cruz. La otra fue la república guerrillera de Ayopaya en el centro de la región montañosa de Bolivia. Desde sus confines la fuerzas de los guerrilleros podían dominar los caminos entre Oruro, La Paz y Cochabamba. La republiqueta de Ayopaya, en la frontera oriental, se perdía en las densas selvas de Mojos”.

El escritor Mariano Baptista G. también describe este período de la historia boliviana: “las partidas guerrilleras fueron el antecedente básico de la creación del Estado boliviano... “y fue justamente José Miguel Lanza quien mantuvo (cuando las otras republiquetas habían sido ya derrotadas) “la republiqueta de Ayopaya como bastión inconquistable de la revolución”. El historiador Carlos Montenegro, al referirse al mismo episodio, describe la manera en que se realizaban los ataques guerrilleros y algunas de las características del páramo: “...los montoneros se descolgaban de las cumbres metálicas, cayendo sobre los ejércitos del rey igual que un ventarrón de la cordillera. Los cuchillos traían la frigidez buida y cortante del ábrego filtrado en los pulmones de la nieve y agotaban con su hálito cada nuevo germinar del poderío hispánico. Lanza tornaba después a su fortaleza del gran macizo. Las moles de roca parecían ocultarlo, abriendo para él sus senos recónditos. Vagaba entre las grietas azules de los ventisqueros, y sobre el felpudo blanco de los nevado, dormía en cuevas inaccesibles y soñaba con la libertad contemplando el vuelo de los cóndores”.

La descripción anterior se adapta asombrosamente al paraje situado detrás del pico del Tunari, donde se encuentran los dos sitios con arte rupestre colonial. CB 005 contiene una pequeña cueva debajo del alero y otra, algo más profunda, en su extremo superior derecho. En cuanto al otro sitio, Roca Falsuri, la coincidencia con los sucesos guerrilleros en la zona es más precisa aún. Cabe señalar que Ayopaya es el nombre que recibe la región (y la actual provincia) situada hacia el noroeste. La zona

que nos concierne era, y aún lo es, el pasaje obligado entre el valle y ciudad de Cochabamba y la región montañosa de Ayopaya.

En agosto de 1821, el general Lanza, que había estado reforzando el ejército del general Santa Cruz que combatía con la división española del general Valdés, tuvo que replegarse al valle de Cochabamba. El 23 de octubre Lanza se enfrentó en sangrienta batalla con las tropas realistas del general Olañeta en las llanuras y Falsuri, debajo del pico del Tunari. Los pocos sobrevivientes, incluyendo el propio Lanza, debieron huir y refugiarse en Palca.

Si bien la Roca Falsuri, donde se encuentran las pinturas coloniales, está situada al otro lado del pico del Tunari, todo tiende a indicar que dichas representaciones parietales evocan las contiendas bélicas y aquella época. Por otro lado, el singular nombre que ahora lleva el peñasco con estas representaciones rupestres coincide con el nombre de la batalla en que se dobló al guerrillero que tanto había recorrido y utilizado los ventisqueros, senderos, peñas y cuevas de este majestuoso páramo andino.

La segunda variedad de arte rupestre colonial se relaciona con el aspecto *iconoclasta*. Si bien la conquista material de América estaba llevándose a cabo con resultados satisfactorios para los conquistadores, la conquista espiritual encontraba una resistencia, pasiva pero tenaz. Con el fin de debilitar y quebrantar dicha resistencia se procedió a aplicar una política de erradicación de idolatrías, que provenía sobre todo de los decretos del Concilio Provincial que se celebró en la Ciudad de los Reyes (ahora Lia) en el año 1567. Como resultado se destruyeron las huacas (consideradas como ídolos por los españoles). Los misioneros trataron de modificar el arte nativo realizando una serie de grabados y rasguños con puntas metálicas o bien grabando a veces una serie de cruces en lugares altos y prominentes de los paneles que contenían el arte parietal precolombino, como otro medio de imponer la religión católica y poner en evidencia su superioridad. Con ello se procuró acabar con los dioses, ritos e idolatrías de las diferentes naciones, tanto andinas como orientales y amazónicas.

Un sitio representativo de este tipo de modificación de paneles con arte parietal es SC 001, ubicado en un cañadón de las estribaciones andinas que descienden hacia los llanos orientales del departamento de Santa Cruz. Se trata de un enorme peñasco con vista al norte que contiene arte parietal prehispánico (pinturas y grabados) esparcido a lo largo de unos 25 metros del alero. Las pinturas precolombinas están compuestas mayormente por figuras zoomorfas muy estilizadas y esquemáticas en colores crema y rojo. Los pocos grabados prehispánicos corresponden a la técnica de rotación y consisten en unos cuantos puntos (pequeños orificios) alineados y una figura zoomorfa parecida a las figuras pintadas.

Casi todas las pinturas precolombianas han sido dañadas por raspaduras, y en algunos lugares se aprecian cruces rayadas con énfasis e inclusive, al parecer, con rabia. Una de las figuras ha sido completamente borrada “raspándola a tal punto, que sólo quedan diminutos trozos de pigmento”. En el extremo izquierdo del panel se encuentran varias cruces grabadas con bastante esmero. Entre ellas se aprecia una cruz latina, la de Malta y la de Jerusalén.

El tercer tipo de arte rupestre colonial está representado por pinturas que contienen un *concepto religioso*. En ellas se advierte la fusión del cristianismo con las creencias religiosas populares de origen prehispánico. Cabe también indicar que existen pinturas religiosas cuya inspiración es exclusivamente de origen europeo, pero su ejecución no corresponde al período que estamos tratando, sino al de la República.

Un notable sitio con arte rupestre colonial que denota la fusión de conceptos cristianos y prehispánicos es LP 020-21, cerca de la ciudad de la Paz, en pleno Altiplano. El boliviano Freddy Taboada T. ha compilado una excelente documentación del lugar. Sus cuidadosas investigaciones, con la complementación de material etnográfico, han puesto de manifiesto, entre las pinturas del período colonial y republicano, la existencia de representaciones de danzas, peregrinaciones, árboles, iglesias, escenas militares, escenas rurales y de caza.

Las danzas están representadas con notable fidelidad en escenas complejas y de gran dinamismo, seguramente relacionadas con ritos propiciatorios agrícolas de origen prehispánico y al introducirse el calendario gregoriano, circunscritas a las fiestas patronales.

La fusión o sincretismo religioso puede observarse en las iglesias donde, en las palabras de Taboada, se aprecian "torres fitomorfosadas de abundante follaje saturado de animales, danzarines, elementos procesionales mezclados con personajes posiblemente chamánicos, míticos, etc." En efecto, las representaciones pictóricas de iglesias cristianas en las rocas y pequeños aleros de LP 020-21 combinan iglesias con una profusión de motivos geométricos, fitomorfos, antropomorfos y zoomorfos de inspiración prehispánica. Dentro de una de las iglesias se divisan tres series de pequeñas rayas verticales asentadas sobre tres rayas horizontales, que podrían tener relación con la escritura jeroglífica indígena utilizada por los misioneros españoles para catequizar a la población nativa.

Lo sorprendente de este tipo de arte rupestre es que tiene su paralelo en la arquitectura religiosa de estilo mestizo que se inicia a fines del siglo XVII y se prolonga hasta el siglo XIX, como lo atestigua la portada de la iglesia de Huarina en el departamento de La Paz, que data de 1861. Los soportes que decoraban la arquitectura eclesiástica de este período, especialmente en la zona altiplánica de las actuales Repúblicas de Perú y Bolivia, fueron las portadas, los tímpanos y las columnas de las iglesias. Un típico ejemplo de esta arquitectura mestiza es la portada de la iglesia de Santo Tomás de Chumbivilcas en el Perú. En ella se aprecian aves, chinchillas, un pez antropomorfo, un mono, una sirena, la Trinidad, un músico, el sol, una luna, y una profusa ornamentación fitomorfa que la cubre íntegramente.

Los eposos Teresa Gisbert y José de Mesa han profundizado la investigación de este tema, dando a conocer la existencia de numerosas plantas, monos, loros, felinos, águilas bicéfalas y otros seres en varias iglesias de arquitectura virreinal en el territorio andino de ambos países. Gisbert y Mesa sostienen que el mono era "considerado como uno de los elementos característicos de la decoración mestiza". Mencionan al cronista José de Arriaga en su libro "Extirpación de la idolatría en el Perú", quien hace referencia a los padres Dávila y Cuevas, que al iniciar la campaña de erradicación de idolatrías en Huarochiri observaron la presencia del mono en las iglesias y, sobre todo, su contenido

idolátrico: "en las ventanas de una iglesia echamos de ver muy acaso, que estaban dos micos de madera, y sospechando lo que era, se averiguó que los reverenciaban, porque sustentasen el edificio, y tenían sobre ello una larga fábula". En otro acápite de la misma página, Gisbert y Mesa añaden: "nacido el mono en la arquitectura virreinal como una supervivencia precolombina, persiste en ella hasta el siglo XVIII, mimetizándose con la flora y la fauna tropical que decora los templos mestizos".

Quizá la misma ubicación de las pinturas rupestres de LP 020-21 sintetice a cabalidad la esencia de este sincretismo, pues hacia el Poniente se encuentra el Santuario de Copacabana — que desde el siglo XVI tiene una profunda raigambre occidental — y por el Naciente se ubica una de las principales huacas del ámbito lacustre altiplánico, el majestuoso pico nevado del Huayna Potosí, que sigue ejerciendo influencia sobre las creencias mitológicas y religiosas de los pobladores de la región.

Roy Querejazu Lewis, especialista en arte rupestre, es presidente de la sociedad de Investigación del Arte Rupestre de Bolivia (SIARB).

* Originalmente publicado en *Americas*, revista bimestral da Secretaria Geral da OEA, V. 44, n. 1, 1992.

Resumen

TESTIGOS SILENCIOSOS EN LAS ROCAS ANDINAS

El arte rupestre en Bolivia, al mismo tiempo que eterniza diversos aspectos de las culturas precolombinas, ilustra la llegada de los invasores a América. Progresivamente, nuevas imágenes brotan en las rocas, configurando cierto eclecticismo entre las creencias nativas y la religiosidad europea.

Abstract

SILENT WITNESSES IN THE ANDEAN ROCKS

Besides registering for posterity different aspects of pre-Columbian cultures, cave paintings in Bolivia also portray the arrival in America of the invaders. Gradually, new images are depicted in the rocks, signalling a degree of eclecticism between native beliefs and European creed.

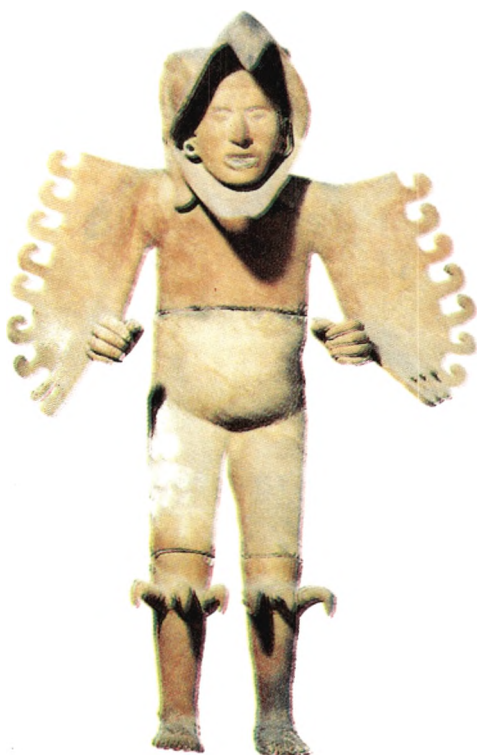


A EMPRESA DE COLOMBO E SEUS SEGUIDORES FOI MARCADA POR CEGO METALISMO

**ADALBERTO
MARSON**

*Provisão real ordenando preparar caravelas
para Cristóvão Colombo (1492)*

*Escultura em tamanho natural de um
guerreiro-águia, soldado da elite na sociedade
asteca*



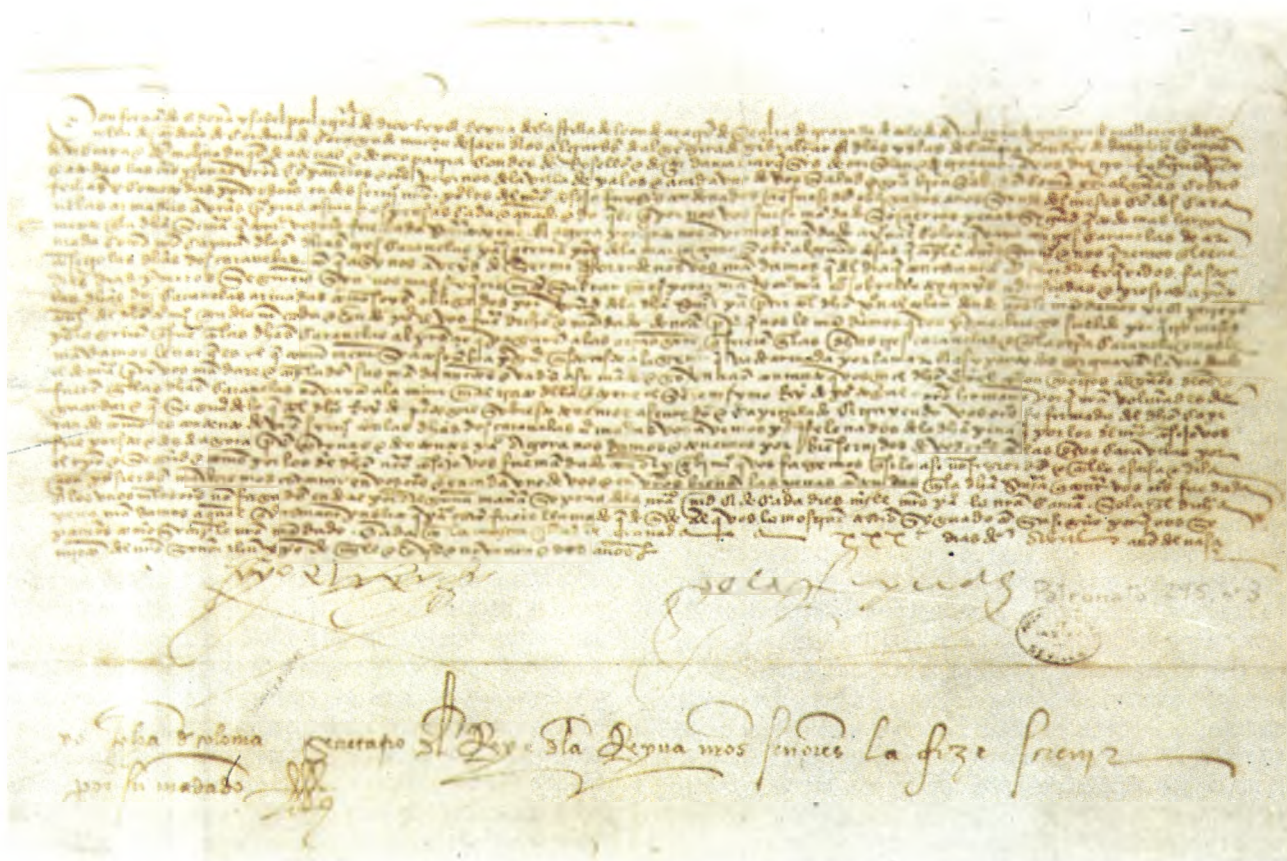
Sábado, 13 de outubro de 1492. Um dia após seu primeiro contato com a terra e a gente do Novo Mundo, os espanhóis avistaram um grupo de nativos da ilha de Guanahani, remando em suas velozes *almadías* (as pirogas dos índios brasileiros), a se aproximarem da nau Santa Maria. Colombo anotou em seu diário:

“Eles traziam novelos de fios de algodão, papagaios, lanças e outras quinquilharias que seria cansativo descrever, e dão tudo em troca de qualquer coisa que se dê a eles. Eu estava atento e me esforcei para saber se havia algum ouro, e vi que alguns deles usavam uma pequena peça pendurada de algo parecido com um buraco de agulha que têm no nariz; por meio de sinais, consegui entender que, indo para o sul ou contornando a ilha nessa direção, havia um rei que possuía vasos de ouro, e em grande quantidade. Insisti com eles para irem até lá, mas depois vi que eles não estavam dispostos a essa jornada. Decidi aguardar até a tarde do dia seguinte e, então, partir rumo ao sudoeste, pois muitos deles me informaram que devia existir terra ao sul, sudoeste e noroeste e que os habitantes do noroeste costumavam vir muitas vezes de lá para combatê-los; e assim decidi também rumar para o sudoeste em busca de ouro e de pedras preciosas”¹.

Quantas obras de história, arte e filosofia já não se produziram a propósito dessa “busca de ouro e pedras preciosas” que levou Colombo e tantos europeus a enfrentarem as incertezas de mares “nunca dantes navegados”? O que haveria ainda a ser lembrado sobre este e outros relatos, se as próprias comemorações do Descobrimento da América parecem alimentadas por decorrências supostamente oriundas desses primeiros ‘encontros’ de civilizações?

Um pouco à semelhança do que ocorre na memória individual, a história é um ato contínuo de lembrar, que refaz, a cada momento, o que se viveu num tempo outro. Também o historiador move-se no passado, em busca do que permaneceu e do que mudou naquilo que é lembrado. Lembra-se e comemora-se determinado evento que, de algum modo, exerce alguma atualidade no presente. Assim como outras datas eloquentes, 1492 suscita controvérsias, porque se considera que um grande fato, Descobrimento da América, está na origem de problemas não de todo solucionados neste final do século XX.

É plausível, então, verificarmos inicialmente as permanências que o feito de Colombo teriam deixado ao longo desses quinhentos anos. Certas semelhanças de imediato se destacam. O olhar atento com que ele examina os nativos muito se parece com uma antiquíssima ‘fome maldita de ouro’, a mesma que ainda hoje provoca tantas fortunas e tantas catástrofes. Quantas pessoas, nos dias atuais, não continuam procurando nas barras de ouro (ou nas moedas de lastro forte) um refúgio para suas riquezas, contra a inflação, o confisco e outras ameaças? E o que não dizer da alta febril de preços e da convulsão nos padrões monetários, quando o ouro e a prata entram a circular em proporções elevadas nos fluxos da produção e do consumo? Sintomas dessa vertigem monetária, que os médicos da economia do século XX chamariam de ‘hiperinflação’ não demoraram muito a se manifestar na vida econômica do século XVI, à medida que o Império Espanhol e outras partes da Europa se viram



inundados pelo extraordinário afluxo de metais oriundos da América².

Contudo, registradas as semelhanças mais notórias, certas diferenças parecem intransponíveis. O que restou dos formidáveis tesouros amealhados pelos conquistadores europeus depois de Colombo? A primeira vista, não parece irrelevante querer aproximar duas épocas tão distintas, a do capitalismo de hoje em dia, acionado por instantâneas operações em dinheiro no 'eletrônico', e a daquele capitalismo tão primitivo, em que os cabedais eram avaliados conforme quantidades visíveis e palpáveis de peças metálicas?

Desde pelo menos os meados do século XIX, a circulação monetária vem oferecendo às pessoas que vivem o seu dia-a-dia um fenômeno paradoxal. Enquanto as moedas antigas obtêm cotações altíssimas e são avidamente disputadas por colecionadores, as moedinhas recém-emitidas perdem rapidamente seu poder de compra, rebaixadas a valores tão irrisórios que muitas são desprezadas ou eliminadas por seus portadores. Um cidadão brasileiro que convive, há um bom tempo, açoitado pela inflação e pelo arrocho da dívida externa, pode com alguma razão pensar que tal desigualdade se deva à inexistência de metal nobre (ouro e prata, especialmente). No entanto, uma das lições elementares da numismática nos ensina que a valorização de uma moeda de coleção não depende diretamente do teor nem da quantidade de metais utilizados na cunhagem. Outros elementos,

como raridade, beleza, formato, algum sinal peculiar, mesmo que um defeito, contribuem tanto ou mais que os quilates, para garantir a uma moeda posição privilegiada nos mercados dos colecionadores.

Dada a grande variedade de tipos já inventados, a multiplicidade de suas funções e a oscilação de seu poder de compra (conforme a situação da economia e as necessidades dos tesouros nacionais), a moeda sempre exerceu uma especial influência no comportamento humano, e seu papel em mudanças decisivas na história não deve ser desprezado. O fenômeno monetário nunca foi assunto exclusivo de cambistas, numismatas e peritos em finanças. Dele também se ocuparam filósofos, artistas, psicólogos, historiadores, teólogos e todos quantos procuram entender por que e de que modo as riquezas são conquistadas, acumuladas e reproduzidas.

Ao refletirem sobre a moeda, os investigadores constatarem que seu valor exprime um conjunto complexo de relações econômicas e culturais, que mudam substancialmente no tempo e no espaço. A primazia do ouro e da prata nos padrões monetários tem uma historicidade própria. Antes de empregarem ligas metálicas, os grupos humanos recorreram aos mais diversos e estranhos objetos para servirem de instrumentos de troca. Daí a necessidade de evitarmos o anacronismo, procurando entender o valor monetário das sociedades por seus próprios padrões, e

não de acordo com os critérios de nossa época, que está asentada na circulação da moeda-papel³.

Uma das razões da preferência por metais nobres se deve às suas propriedades intrínsecas (sobretudo por serem dúcteis, maleáveis e resistentes à oxidação), além da relativa escassez de jazidas minerais. Sua primazia, porém, somente se consolida historicamente quando a moeda, instituída oficialmente nos limites de um determinado Estado, adquire a função de uma mercadoria universal, em troca da qual todas as demais mercadorias podem ser vendidas ou compradas. A partir desse momento, que tem um percurso demorado, a ânsia de metal precioso desencadeia um movimento inexorável e duplo: saques e conquistas, de um lado, mas também pacíficos intercâmbios lucrativos.

Os relatos de Colombo constituem um testemunho exemplar desse momento em que a primazia do ouro e da prata estava iniciando um período de ascensão, cujo triunfo será alcançado nos grandes impérios europeus constituídos no século XVI. Desde os primórdios do século XV, a fome de metais preciosos havia mobilizado alguns reinos europeus para uma expansão externa. O crescimento do comércio e o aumento da produção haviam agravado a necessidade de meio circulante para atender ao ritmo dos negócios. Como os recursos minerais dentro da Europa eram insuficientes, novas fontes auríferas foram buscadas. Em toda a orla do Mediterrâneo, os mercadores europeus estavam habituados a fazer transações com os árabes, que traziam pequenas quantidades de metais preciosos vindos de reinos situados no interior do continente africano. Os reinos ibéricos, Portugal mais especialmente, equacionaram os objetivos do empreendimento marítimo dentro dessas circunstâncias. Tratava-se de conquistar as praças e as rotas onde o ouro circulava. Para isso tinham que deslocar os intermediários árabes e negociar diretamente com os povos locais. Paulatinamente, os objetivos da expansão foram ampliando-se em direção ao Oriente e em última análise, a descoberta de Colombo, embora numa direção oposta prendia-se ao mesmo movimento de ampliação⁴.

Na origem, portanto, a busca de metais preciosos fora motivada sobretudo para alimentar as operações de compra e venda de mercadorias. Uma vez conquistados os tesouros na América, uma diversificação sem precedente multiplicou as atividades ge-

radoras de lucro. O desenvolvimento mercantil foi acompanhado de grande expansão nas operações bancárias e nos negócios envolvendo empréstimos de dinheiro a juros elevadíssimos, o que levou à atuação de sólidas empresas individuais ou de grupos financeiros em vários reinos europeus e no além-mar. Como os empreendimentos dentro e fora da Europa exigiam somas elevadas para o investimento inicial e como os próprios metais, em função da demanda, subiam cada vez mais de preço, os capitalistas trataram de entesourar quantidades maiores de metais em forma de barras, moedas, jóias e inúmeros objetos incrustados de pedras valiosas. Uma diferença notável passou, então, a ressaltar-se entre uma riqueza e outra. Enquanto os mercadores vendiam coisas palpáveis e produzidas em algum lugar, os donos do dinheiro vendiam algo intangível, o tempo pelo qual o seu dinheiro ficava na posse de outrem.

Havia nos reinos cristãos uma tradição muito forte de crítica ao artificialismo dos vendedores do tempo, que recrudescera no momento em que os grandes impérios formados após os descobrimentos modificaram sensivelmente os hábitos econômicos e as concepções de vida. "Ó glória de mandar! Ó vã cobiça desta vaidade a quem chamamos fama!" Na conhecida passagem do canto IV de *Os Lusíadas*, Camões fez do velho do Restelo o porta-voz de alguns segmentos da sociedade portuguesa que se opunham à empresa de conquista de terras e de submissão de povos, porque esgotaria os recursos materiais e humanos do reino. Na sentença que o velho lançou, como maldição, sobre a viagem de Vasco da Gama, ecoavam receios que não eram exclusivos dos portugueses. O velho condenou as "promessas de reinos e de minas de ouro", porque, atraídos por elas, os homens se entregariam a um enriquecimento artificial, baseado na guerra, predatório e estéril.

Os europeus do século XVI, cuja vida continuava pautada na religião e nas normas da Igreja⁵, não haviam de todo abandonado as antigas prescrições teológicas que condenavam os lucros advindos de empréstimos a juro por serem uma forma estéril de riqueza. Muitos artistas do Renascimento, não obstante dependessem do sustento financeiro de ricos protetores e tivessem suas obras bem cotadas num mercado que ensaiava seus primeiros passos, representaram o vendedor do tempo segundo



estigmas deformadores que persistem até hoje. Nas telas e nos textos renascentistas, é comum caracterizar-se a pessoa do usurário, do agiota e do avaro, quase sempre pelo estereótipo do judeu, como um explorador cruel e inexorável, que tira proveito de pessoas honradas e produtivas, em situações de premência.

É interessante lembrar que até um século antes, os cristãos atribuíam ao ouro um valor metafórico como símbolo da eterna presença do sagrado. A cor dourada aparece com frequência nas auréolas, nos trajes e nos cenários dos afrescos pintados por Cimabue, Giotto e Fra Angelico, continuadores de uma concepção bizantina. No entanto, à medida que foram abandonando a monocromia dourada pelas tonalidades e formas variadas da natureza e da vida, os artistas parece que aumentaram seus escrúpulos contra o dinheiro e os homens endinheirados, tal a preocupação de mostrar que, na voragem das ambições humanas, o ouro despertava o lado maldito dos homens.

Numa de suas comédias, escrita provavelmente em 1594 ou 1596, *O mercador de Veneza*, Shakespeare explorou genialmente as situações de ambivalência criadas com a difusão da nova riqueza monetária propiciada pelos Descobrimentos.

Os quatro personagens principais (Antônio, Bassânio, Shylock e Pórcia) enredam-se num intrincado jogo de inversões, que se desenrola em duas tramas simultâneas. Num primeiro plano, estão Bassânio e Antônio, virtuosos e unidos por estreita amizade, que contrastam com Shylock, personificação da usura e da ganância pelo dinheiro. Para socorrer o amigo Bassânio (que precisa de elevada soma para destacar-se entre os pretendentes de Pórcia), Antônio assina um contrato com Shylock, que estipula não exatamente uma cobrança acrescida de juros, mas uma punição estranha. Caso a soma não seja paga na data combinada, Shylock terá direito a retirar uma libra da carne de Antônio, da parte do corpo que for de seu agrado. Mercador rico e prestigiado, Antônio não se abala, confiante nos carregamentos que chegarão do mar, por seus navios que virão de "Típoli, do México, da Inglaterra, de Lisboa, da Barbária, das Índias".

Num segundo plano, está Pórcia, bela e rica herdeira, às voltas com uma indecisão: qual a melhor maneira de escolher o melhor pretendente? Resolve submetê-los a uma espécie de

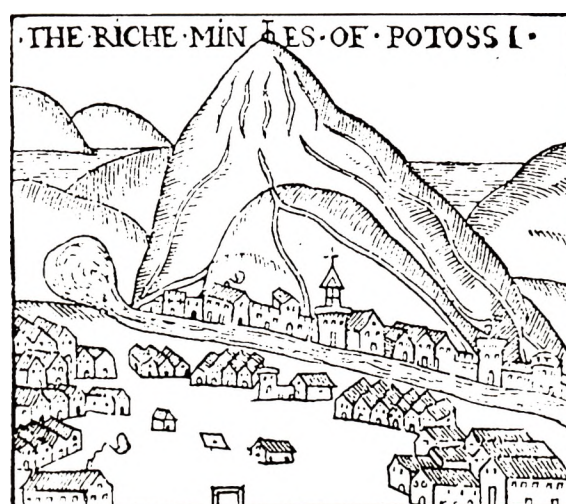
teste de personalidade. Cada um se verá diante de três escrínios (um de ouro, um de prata e um de chumbo), e no interior de cada um está uma mensagem que definirá o vencedor, e o seu caráter dependerá do metal que tiver escolhido. No final do jogo, contrariando o mais esperado, vence aquele que optou pelo metal menos atraente. Sem saber previamente que a palidez do chumbo escondia a imagem viva do desejo, Bassânio, o menos contagiado pela cobiça e pela vulgar sedução argentária, é premiado com a posse da noiva e seu valioso dote.

As duas tramas conduzem a um desfecho que é o clímax das inversões⁶. Como seus empreendimentos estão sujeitos a muitos riscos, a riqueza de Antônio é frágil. Basta chegar uma notícia (no final, desconfirmada) de que um de seus navios importantes naufragara, para que ele perca seu crédito na praça de Veneza e se veja à mercê do implacável usurário e sua cruel punição. Contudo, quando a "vingança" de Shylock parece irremediavelmente consumada, intervém uma força inesperada: a astúcia de Pórcia. Sabendo também da notícia, ao contrário do noivo Bassânio, que corre afoito a levantar dinheiro para salvar o amigo, Pórcia monta em sigilo um plano ardiloso. Disfarça-se de homem (um juiz aguardado para solucionar o caso) e, valendo-se da sapiência de um "jovem doutor", consegue apanhar Shylock numa armadilha jurídica que lhe impõe humilhação e derrota fulminante. A artimanha consistiu em, num primeiro momento, respeitar o contrato ao pé da letra. Para júbilo de Shylock, ele poderá retirar sua libra de carne. Em seguida, para confusão de Shylock e surpresa do demais presentes no tribunal, Pórcia adverte que, não estando no contrato nada dito além da carne, Shylock não poderá derramar uma só gota de sangue, caso contrário incorrerá nas severas penas da República de Veneza contra aqueles que derramarem sangue de um cristão. As habilidades da astúcia destroem os planos malignos da cobiça.

Dividindo a riqueza em duas formas distintas, o juro e o lucro, Shakespeare consagrou nessa obra um antagonismo próprio de seu tempo, a que corresponderiam éticas e espertezas opostas. O confronto em Veneza continua insolúvel até hoje: como conciliar as regras do dinheiro com as regras da moral? As polarizações em que se digladiam os personagens (Antônio x Shylock, Pórcia x seus pretendentes, e depois Pórcia x Shyl-

Utilização de índios na mineração

Primeira representação de Potosi





Berloque de homem-morcego, em liga dourada de ouro-cobre fundido, simbolizando a fertilidade feminina

Ilustração de Giovanni Batista Ramusio. Vista sobre Tenochtitlán. Ilustração de Giovanni Ramusio (1565)

Extração de minérios feita por nativos escravizados. Note-se a cruzeira e primitividade dos métodos empregados pelos colonizadores

lock) expressam as conturbações de uma Europa onde a ostentação e a prepotência tomavam conta das instituições e das pessoas ricas. A força da habilidade de Pórcia, que restaura o equilíbrio mediante uma combinação de astúcia com fiel cumprimento da lei, seguramente pode ser vista como uma alusão apologética de Shakespeare ao monarca absoluto. Porém, não se deve esquecer que a superioridade de Pórcia, assim como sua beleza e sua mente cultivada, provém de uma sólida riqueza, superior à fragilidade mercantil de Antônio. Ela representaria o ideal renascentista de uma síntese de poder, riqueza e sabedoria, capaz de superar as reações emotivas da amizade, o ímpeto conquistador movido pelo brilho fácil do ouro (que caracteriza o primeiro pretendente, um bravateiro Príncipe Mouro) e a sanha vingativa e 'talmúdica' do usurário Shylock.

Esse ideal superior combinava-se com a posição da Europa na época dos Descobrimentos, centro dos grandes impérios que se estendiam por mares, territórios e populações. Sem exagero, pode-se dizer que, desde os primeiros contatos com os povos desconhecidos, os europeus começaram a experimentar situações comparáveis àquelas da trama shakespeariana. O que Colombo nos narra a respeito do encontro de sua tripulação com os nativos de Guanahani não deixa também de ser um jogo de astúcias, que tem no ouro seu principal elemento de ligação (sem desmerecer, obviamente, outras preocupações religiosas e políticas presentes nas buscas de Colombo). Duas culturas tão

separadas entre si conseguem estabelecer uma linguagem mínima, porque ambas valorizam o ouro. Por meio de sinais, os nativos asseguram a existência de um reino com uma profusão de vasos de ouro, mas, para decepção de Colombo, eles se recusam a ir até lá, e mais adiante Colombo diz no *Diário* que suspeita que a informação seja uma vaga alusão. Essa maneira astuta de enfrentar forasteiros provavelmente mais poderosos seria utilizada muitas vezes pelos povos da América. Satisfaziam as ambições dos conquistadores com alusões a mananciais de riquezas, que tanto podiam resumir-se a puras lendas quanto originar-se de relatos parcialmente derivados de algum de seus mitos (a mais fantástica delas foi certamente a lenda do Eldorado).

Depois de Colombo, os espanhóis não demoraram muito para encontrar, nos impérios ameríndios do Peru e do México, tesouros formidáveis. Tantos e requintados objetos de ouro não eram simplesmente para adorno (a exemplo dos toscos penduricalhos de nariz observados por Colombo) ou para uso em rituais; em seu brilho e em sua matéria, o ouro aludia à veneração da divindade solar, uma sacralidade equivalente àquela da tradição cristã. Os conquistadores, evidentemente, não haviam cruzado o oceano em busca desse elo sagrado: saquearam, escravizaram e exterminaram. O encontro de culturas, levemente vislumbrado nos primeiros contatos de Colombo, não seria mais possível. A fome de metais separou as civilizações européias e ameríndias, sem nenhum outro meio de ligação senão o da linguagem profana da mercadoria, do dinheiro e do poder.

Os impérios que construíram sua supremacia com o ouro e a prata tiveram sua história. A partir do final do século XVIII, outros impérios os sobrepujaram, vindo com eles uma primazia gradativa do papel-moeda. As gloriosas moedas de ouro e prata dos impérios desmantelados converteram-se em peças de valor numismático, devidamente catalogados.

Quanto a Shylock não é difícil reconhecer os traços de sua personalidade no miúdo e no grande capitalista, de tal modo suas práticas se disseminaram, se legalizaram e até se valorizaram nas sociedades contemporâneas. O Shylock de Shakespeare, "entregue à ilusão da onipotência e realizando um pobre e miúdo, tragicômico poder, perde-se irremediavelmente"⁷. Se fosse hoje, ele teria muito mais chance de triunfar, amparado em sentenças de juízes que nem sempre se pautam no equilíbrio e na sabedoria de uma Pórcia. O que são hoje as artimanhas individuais de Shylock perto das façanhas de gigantescos consórcios de empresários e investidores, cujos contratos sugam riquezas de povos e nações inteiras, como não conseguiria o mais feroz leão de Veneza?

Muitos desses consórcios já se preparam para a exploração do espaço extraterrestre. Apesar de toda a inovação conseguida por sofisticadas tecnologias, as imagens que se projetam para esse futuro continuam apegadas às conquistas do passado. A julgar pelas obras de ficção científica, cujas narrativas retiram seu encanto de arquétipos dos impérios coloniais, deverão surgir novos Colombos e novos Antônio (e talvez outros personagens shakespearianos) à frente das epopéias espaciais. Se assim for, não é descabido perguntar: continuará o ouro o alvo principal da busca de riqueza e de poder? Surgirá outra matéria tão capaz de simbolizar os valores contraditórios do caráter humano?



Notas

1. Morison, S. E. (ed. e trad.). *Journals and other documents on the life and voyages of Christopher Columbus*. Nova Iorque, The Heritage Press, 1963, p. 67; Colombo, C. *Diários da descoberta da América*, 5. ed., Porto Alegre, L&PM, 1991, p. 46.
2. Há uma vasta bibliografia de história econômica sobre a 'revolução dos preços' no século XVI. Uma boa síntese encontra-se em P. Vilar. *Ouro e moeda na história (1450-1920)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
3. Essas breves considerações numismáticas foram extraídas de enciclopédias e das obras de: Alain Costilhes, *O que é numismática*. São Paulo, Brasiliense, 1985; e Izabel Andrade, Marson, *Moedas e história no Brasil, 1500-1889*. São Paulo, Empresa das Artes, 1989.
4. A expansão marítima é assunto amplamente estudado; limito-me aqui a indicar a obra fundamental de Vitorino Magalhães Godinho, *A economia dos descobrimentos henriquinos*. Lisboa, Sá da Costa, 1962.
5. Refiro-me à "la prise insidieuse et totale de la religion sur les hommes", demonstrada na obra magistral de L. Febvre, *Le problème de l'incroyance au XVI siècle la religion de Rabelais*, 2. ed., Paris, Albin Michel, 1962.
6. As inversões também se manifestam pelo ângulo da sexualidade. A astúcia, uma virtude feminina, manipula as paixões masculinas. O fundo sexual insinua-se na amizade de Antônio e Bassânio e aparece claramente nos disfarces ("mulher que vira homem") e nas simulações cômicas armadas por Pórcia e sua criada no jogo dos anéis (a infidelidade conjugal e os desejos, por parte de um dos maridos, de "ir para a cama com o ajudante do doutor").
7. Retomo palavras de M. Sylvia de Carvalho Franco, na conclusão do seu artigo, 'Teologia, adeus' (*Folhetim*, 08.06.1986); "Se o Fausto do poeta, entregue à ilusão da onipotência e realizando um pobre e miúdo, tragicômico poder, perde-se irremediavelmente, o cientista de Bacon salva-se, triunfante".

Adalberto Marson é professor no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

Resumen

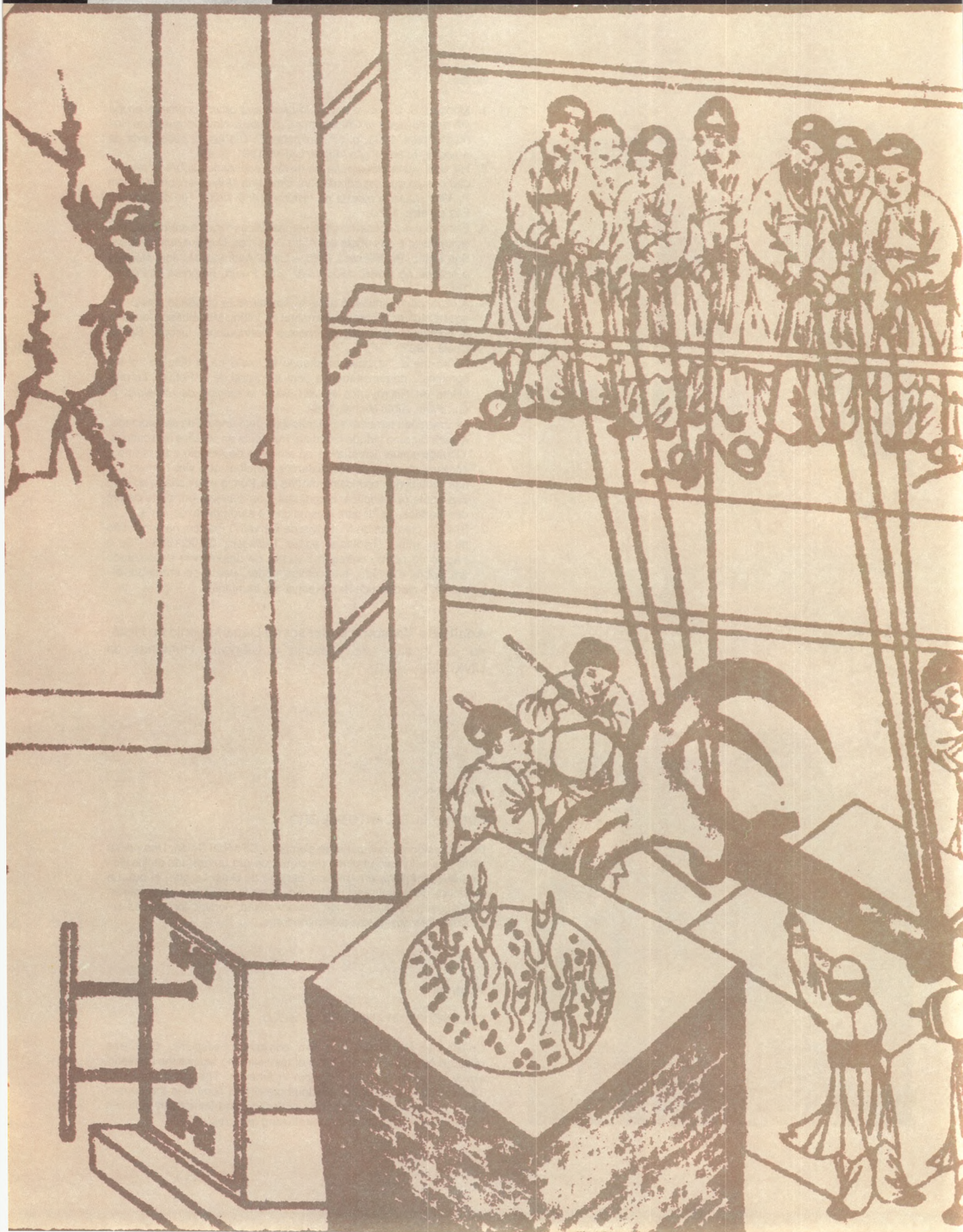
COLÓN Y EL ENCANTO DEL ORO

Dos obsesiones acompañaron siempre a Cristóbal Colón. Una era su fanatismo religioso, al punto de creer que era un enviado de los cielos para actualizar, en América, el reino de Dios. La otra, el oro. La simbólica del metal precioso, que conjuga lo sensible e inteligible en la búsqueda de la perfección e inmortalidad, dominó los ideales del descubridor y sus gestos exterminadores.

Abstract

COLUMBUS AND THE LURE OF GOLD

Christopher Columbus had two constant obsessions. One was religious fanaticism, to the point of his believing himself the heavens' envoy in founding God's kingdom in America. The other was gold. The symbolic aura of the precious metal that combines the senses and the intellect in the quest for perfection and immortality suffused the discoverer's ideals and exterminating gestures.

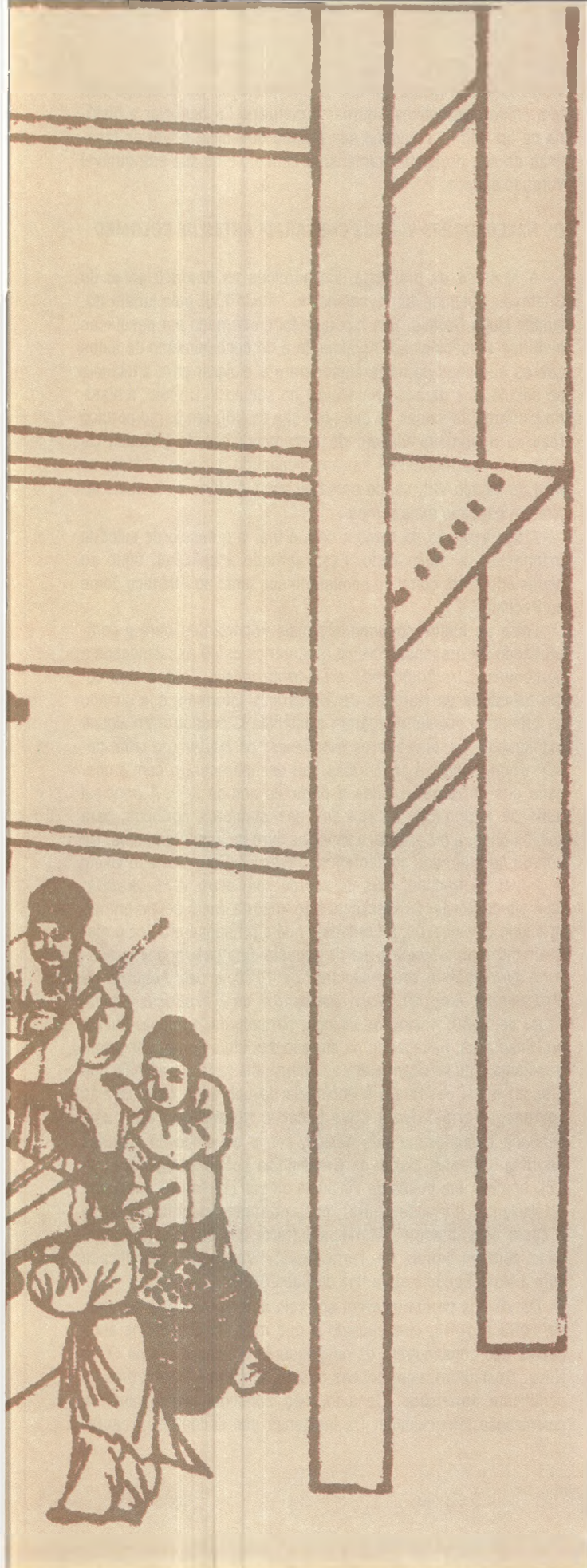


PRECURSORES DE CRISTÓVÃO COLOMBO NO DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA



E SE A AMÉRICA NÃO FOI DESCOBERTA? AO SE QUESTIONAR A PRIMORDIALIDADE DA EMPRESA DE COLOMBO, INSTALA-SE UM CERTO REVISIONISMO HISTÓRICO. ANTES DAS CARAVELAS IBÉRICAS, OUTROS POVOS APORTARAM NA AMÉRICA. UM EXEMPLO POUCO COMENTADO É O CASO DAS NAVEGAÇÕES CHINESAS. VÁRIOS DOCUMENTOS DÃO INFORMAÇÕES DE GRANDES EXPEDIÇÕES MARÍTIMAS ORIENTAIS. OS CHINESES CHEGARAM ANTES, MAS NÃO DESCOBRIRAM NEM COLONIZARAM – TRISTE IRONIA DA HISTÓRIA.

CORCINO
MEDEIROS
DOS SANTOS



Ao chegar a uma pequena ilha, em 12 de outubro de 1492, Colombo acreditava que estava chegando a um arquipélago anexo ao Japão. E o mais impressionante é que teria morrido acreditando ter chegado à Ásia. Isto foi o que realmente aconteceu, mas não é isto o que agora dizemos.

Este questionamento revela que quando os historiadores afirmam ter sido a América descoberta por Colombo, não descrevem o fato em si mesmo, mas a maneira que, segundo eles, deve ser entendido. Segundo Edmundo O'Gorman, chegar a uma ilha que se acredita próxima ao Japão não é o mesmo que revelar a existência de um continente do qual, por outro lado, ninguém podia ter a menor suspeita¹. E continua E. O'Gorman:

"En suma, se ve que no se trata de lo que se sabe documentalmente que aconteció, sino de una idea acerca de lo que se sabe que aconteció. Dicho de otro modo, que, cuando se nos asegura que Colón descubrió la América no se trata de un hecho, sino meramente de la interpretación de un hecho"².

O que O'Gorman questiona não é se foi ou não Colombo quem descobriu a América, já que isto pressuporia a idéia de que a América foi descoberta. O problema levantado pelo autor é anterior e mais profundo. É o de se saber se com esta idéia se consegue ou não explicar a totalidade do fenômeno histórico de que se trata. Se a América não foi descoberta, então como surgiu a idéia do descobrimento e qual a origem dela? Colombo não foi responsável por ela.

A idéia de que a viagem de 1492 foi uma empresa de descobrimento produziu-se a partir de um rumor popular que os eruditos chamaram a "Leyenda del piloto anónimo", recorrendo a Bartolomé de las Casas. O'Gorman informa que os primeiros colonos da Ilha Española (Haiti) estavam convencidos de que o motivo determinante da travessia oceânica teria sido o desejo de mostrar a existência de umas terras desconhecidas de que se tinha notícia pelo aviso de um piloto, cujo barco havia sido atirado a suas praias. Com este fato, pode-se supor que a idéia de que a viagem de 1492, concebida como empresa de descobrimento, apareceu pela primeira vez em 1494. Em lugar de admitir o verdadeiro propósito de Cristóvão Colombo, que era chegar ao extremo oriental da Ásia, se disse que sua finalidade foi revelar umas terras desconhecidas.

É claro que essa maneira de entender a lenda foi contestada, mas O'Gorman acompanha a origem e evolução da idéia do descobrimento da América por Colombo através dos seguintes cronistas: a) Gonzalo Fernández de Oviedo – *Sumário de la natural historia de las Indias e Historia general e natural de las Indias*, México, 1950; b) Francisco López de Gómara – *Historia general de las Indias*, Zaragoza, 1522-1953; c) Fernando Colón – *Vida del almirante don Cristóbal*, México, 1947; d) Bartolomé de las Casas – *Historia de las Indias*, 1527-1560, publicada em Madri, 1875-1876.

Para O'Gorman, Colombo atua no âmbito de um mundo em que a América não estava prevista. O projeto que submeteu aos reis de Espanha não se referia à América e tampouco às suas quatro famosas viagens. Logo é equívoco supor que ainda que ele o ignorasse, "em realidade cruzou o oceano em busca da América e que foi em suas praias onde na realidade chegou"³. As viagens de Cristóvão Colombo não foram e não podiam ser

viagens à América, porque a interpretação do passado não tem efeitos retroativos. Afirmar o contrário "é despojar a história da luz com que ilumina seu próprio devenir e privar as façanhas de seu profundo dramatismo humano e de sua entranhável verdade pessoal"⁴.

OS NAVEGADORES VIKINGS CHEGARAM ANTES DE COLOMBO

A hipótese da presença dos nórdicos na América antes de Cristóvão Colombo foi levantada no século XVII pelo jurista holandês Hugo Grotius. Sua hipótese foi confirmada por pesquisas histórico-arqueológicas. Atualmente é do conhecimento de todos que os europeus do norte começaram a emigrar para a Islândia no século IX e para a Groenlândia no século X. De fato, a história confirma as lendas de que por volta de 860 um barco nórdico realizou a primeira viagem de circunavegação da Islândia. Os *curachs* dos irlandeses haviam alcançado a costa sudeste no final do século VIII, sendo provável que a história da Islândia tenha um passado mais remoto.

A familiaridade do homem com o mar e o desejo de sulcá-lo manifestou-se muito cedo. Essa verdade é aplicável tanto ao hemisfério norte como ao hemisfério sul, tanto ao Atlântico como ao Pacífico.

Entre as fontes documentais mais importantes para a comprovação da presença nórdica na América estão as islandesas e norueguesas, *Islendingbók* e *Landnámabók*. Tanto estas como a história da Noruega de Theodricus informam que quando os primeiros vikings chegaram à Islândia lá encontraram alguns irlandeses⁵. Os povoadores irlandeses, os *papar* (do latim papa), eram monjes e anacoretas que desapareceram com a chegada dos nórdicos ocorrida a partir do ano de 860. A principal fonte de informação acerca dos descobridores nórdicos, para Gwyn Jones, é o *Landnámabók*, ou livro de assentamentos. De acordo com um dos comentários, o *Sturlubók*, o primeiro viking a chegar foi Naddod, mas de acordo com outro, o *Hauksbók*, foi o sueco Gardar Svavarsson. Não importa quem seja o primeiro viking que chegou, a verdade é que a presença nórdica é efetivamente comprovada a partir daquela data pela anônima *Historia Norwegiae*, provavelmente de 1170, e pela *Historia de Antiquitate Regum Norwagiensium* de Theodricus Monachus, de 1180. Assim, os vikings, partindo da Noruega, Suécia ou Dinamarca, navegando na direção das Ilhas Feroe, chegaram à Islândia e de lá alcançaram a Groenlândia (a famosa Thule dos gregos) e daí passaram à península do Labrador, golfo de São Lourenço, Terra Nova e Nova Escócia. No ano de 1003, uma pequena esquadra de três navios, sob o comando do islandês Thorfinn Karlsefni, partiu da Groenlândia com uma tripulação de 160 homens em busca da Vinlândia de Leif Eriksson e descobriu "Helluland" (terra de pedra), posteriormente identificada como a costa do Labrador; "Markland" (terra dos bosques), identificada com os litorais da Terra Nova; "Vinlandia", identificada com a Nova Escócia até a Ilha do Cabo Bretão⁶.

Os vikings permaneceram em solo americano entre os anos de 1003 e 1006, conseguindo o que mais de quinhentos anos depois não conseguiram os navegadores e pescadores de Terra Nova. Resistiram, com poucas baixas, durante três invernos no continente americano. Contudo, não conseguiram implantar a colonização intencionada. Os indígenas que encontraram apre-

sentaram grande resistência à presença dos vikings. De fato, todo o litoral do Labrador até o estreito de Belle-Isle era território de caça e pesca dos esquimós, de onde saíam para pisar a Terra Nova. Desse modo, os vikings chegaram disputando com os índios em sua viagem à Vinlândia. A força defensiva, o espírito guerreiro e a belicosidade selvagem dos índios, tiraram dos vikings todo o desejo e possibilidade de fundar uma colônia permanente como o haviam feito na Groenlândia.

Sem haver tomado maiores medidas contra estes selvagens (Skrálings), regressaram a Eiriksford na primavera de 1006⁷. As incursões continuaram, mas sem promover a fixação em caráter definitivo. Assim, as viagens de descobrimento e colonização dos vikings via Islândia e Groenlândia representam a continuação das expedições marítimas dos mesmos vikings à Inglaterra, à França, à Espanha e à Itália, e até ao interior do Mediterrâneo e à Rússia meridional⁸.

Junto com Leif Eriksson, o descobridor da terra firme americana, começou a cristianização do Novo Mundo. Por volta de 1124 veio para a Groenlândia um bispo da Noruega. A influência da Igreja foi grande e logo começaram os atritos entre os líderes religiosos e os colonizadores. Assim, deixaram de atender as necessidades dos governos e não estabeleceram missão entre os esquimós. Estes, com os quais os vikings haviam entrado em contato tardiamente, pouco a pouco foram avançando para o sul e ao largo do litoral ocidental da Groenlândia. Dada a crescente debilidade dos povoados normandos, os nativos se tornaram perigosos para estes e de um modo ou de outro, foram sendo dizimados.

Entretanto, outra versão afirma que as colônias de vikings não foram destruídas por ataques dos pacíficos esquimós, mas se extinguíram por sua própria debilidade interior. E, neste caso, estão entre as causas as grandes baixas provocadas pela peste que em 1349 fez grandes estragos na Noruega, o crescente isolamento em relação à Europa, e a monopolização do comércio pela mãe pátria. Somente o barco real estava autorizado a realizar viagem à Groenlândia, e estas se tornavam cada vez mais raras, e finalmente se interromperam por completo em consequência da catástrofe da peste e das condições políticas da Escandinávia. Neste primeiro encontro das culturas européia e americana, a americana, em seu ramo esquimó, saiu vencedora perante uma minoria de europeus totalmente isolados do mundo exterior e abandonados à sua própria sorte⁹.

OS CHINESES CHEGARAM ANTES DOS VIKINGS

Alguns livros antigos informam que os chineses realizaram viagens a um lugar muito distante. Com o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas, chegou-se à conclusão de que esse lugar distante era a América.

Entre os livros antigos que fazem referência ao descobrimento, um dos mais conhecidos chama-se *Shi-Ji* (*Registros históricos*), escrito por Shima Qian entre os anos 145 e 120 a.C. Este autor tem o cognome de Shisheng, que significa pai da história. Seu papel corresponde ao de Heródoto para os ocidentais.

Nessa obra, Shima Qian informa que o primeiro imperador da dinastia Qin mandou o navegador Xu Fu para o mar ao encontro

do deus do paraíso. De acordo com a opinião dos eruditos chineses, emitida no livro *Seis páginas de Yi Chu*, o destino da expedição de Xu Fu teria sido o Japão, mas outros opinam que ele passou ao oceano Pacífico e alcançou o México.

Outro registro antigo de grande importância é *Dao Tshan* (*Sutra do taoísmo*). Esta fonte informa que no período denominado *primavera e outono* (770 a 476 a.C.) foram fabricados navios equipados para a realização de uma grande expedição de exploração marítima. Essa expedição teria conduzido 240 mil pessoas, das quais cinquenta mil teriam se desgarrado e chegado a um lugar desconhecido a uma distância de cem mil li¹⁰ da China. Qual foi o lugar alcançado? Esta foi uma questão que inquietou os investigadores até que Wei Juxian, de Taiwan, publicou um livro intitulado *Resumo das matérias mais importantes sobre o descobrimento da América pelos chineses*. Neste livro, ele explica que os cinquenta mil da expedição preparada pelo 1º imperador Qin chegaram ao México, e seu chefe, Xu Fu, tornou-se um deus no Novo Mundo. Na América, Xu Fu publicou uma ordem do imperador recomendando a prática da fraternidade, boas relações com os nativos e a realização de casamentos inter-raciais. Acredita, então, que a maioria dos índios americanos é descendentes dos chineses¹¹.

Noutro livro antigo, denominado *Primavera e outono*, escrito entre 722 e 481 a.C., há um verso assim: "a ave Liu Yi atravessa a capital voando para trás". Por outro lado, no livro *Novo Tang*, volume Arte e Cultura, há um artigo escrito por Guo Xian da dinastia Han Este no qual escreve o seguinte: "No ano 5º do calendário Yanfon de Han (106 a.C.), o país Rupe mandou como tributo de fidelidade, pequenas e finas aves. Dentro de uma caixa de diamantes chegaram centenas de aves tão pequenas como moscas e coloridas como papagaios". De acordo com os estudiosos não havia na Ásia ave que voava em marcha à ré. Assim, as aves mandadas em tributo seriam os colibris da América, provavelmente do Peru.

Em 1752, o sinólogo francês De Guignes escreveu uma carta a seu colega padre em Pequim, na qual dizia estar convencido, pela leitura do livro *Documentos históricos universais*, volume 327 – *País de Fu Shang*, que no século V (A.D.) os monges chineses já haviam chegado ao país Fu Shang. Esse país para ele era o México.

Em 1761 De Guignes publicou, na Academia Francesa de História, um artigo no qual reafirma suas convicções de que os chineses chegaram à América mil anos antes de Cristóvão Colombo. Essa afirmação despertou muito interesse e discussão nos meios acadêmicos, principalmente da Europa. De Guignes estudou apenas *Documentos históricos universais*, mas, entre os antigos escritos chineses, talvez o mais importante para o estudo dessa questão seja a *História da dinastia Liang*, escrita por Yao Shilian. Trata-se do primeiro a fazer referência ao país Fu Shang.

Neste livro, volume 54, expressa: "Antes ninguém sabia coisa alguma sobre o país Fu Shang, mas, na dinastia Liang, calendário Putun (250 a 526 A.D.), veio um monge de Fu Shang e deu muitas informações sobre aquele país, por isso vou anotar". Entre as anotações que faz, diz que no ano primeiro do calendário Yun Yuan da dinastia Qi, um monge de Fu Shang chamado Hui Sheng veio ao distrito de Jinzhou e disse que aquele país ficava a este do país Da Han, a uma distância de vinte mil li, tam-

bém a este da China. Lá se cultivava muito Fu Shang e por isso o país recebeu este nome.

As folhas de Fu Shang se pareciam com o cobre e seus frutos, no início, com brotos de bambu. Era comestível e de cor avermelhada. De suas cascas podia-se confeccionar vestimentas e também eram empregadas como papel. Efetivamente, parece tratar-se, pela descrição, do milho, já conhecido e muito utilizado por algumas populações do México e da América Central. Alguns investigadores são de opinião que esse vegetal, tão importante na vida dos nativos, era mesmo o milho e o tal país Fu Shang era algum lugar da América Central ou do México. Para outros, no entanto, pode tratar-se da palmeira maguei do México.

Estas semelhanças teriam ocorrido por mera coincidência? Acreditamos que não. A seguir demonstraremos que os chineses estavam tecnologicamente preparados para as travessias oceânicas muito tempo antes dos ocidentais.

As navegações chinesas começaram na última etapa do neolítico. Por volta de 3000 a.C., a China já possuía rotas de navegação regular para Coréia, Japão, Indochina, Tailândia, Indonésia, etc. Mas a arqueologia naval descobriu peças que provam que os chineses já estavam bastante avançados na tecnologia de navegação marítima e construção naval bem antes daquela data. Os arqueólogos descobriram lemes que teriam sido usados há sete mil anos atrás. Entre os antigos registros, nos livros *Zhou Yi* (Mutações de Zhou) e *Zhou Su Ji Nian* (Anais sobre o bambu), encontramos as primeiras referências sobre a navegação e a pesca em alto mar dos antigos chineses. De acordo com essas informações, um rei de Xia chamado Hou Huan, acompanhou uma expedição de pesca em alto mar e apanhou um grande peixe (provavelmente uma baleia). Por outro lado, no período da dinastia Qin e Han (221 a.C. a 280 A.D.), havia muitos barcos e pescadores profissionais, sobretudo no sul da China.

Na época da dinastia Shong (século XVI a XI a.C.), os chineses já fabricavam barcos com andares, e na seguinte, a Zhou do Oeste, apareceu um barco denominado *fang*, palavra que significa junção de vários barcos; um barco de maior estabilidade e maior capacidade de carga. Somente o *fang* real era de vários barcos. Os filhos e irmãos do rei podiam usar o *fang* de quatro barcos, os ministros e notários da corte o de dois barcos. Os demais funcionários e o povo só podiam usar o *fang* de um barco.

Entre os antigos escritos chineses que fazem referências a viagens marítimas que teriam alcançado o continente americano, os mais consultados, pela ordem, são os seguintes: a) *História da dinastia Liang*, escrito por Yao Shi Nian (557 a 637 A.D.); b) *História das dinastias do Sul*, concluído no ano 641 por Li Yanxou; c) *Código universal*, volume 183, escrito por Du You entre 766 e 801; d) *Documentos históricos universais*, volume 327, escrito por Ma Dualing; e) *Notas universais*, volume 194, cuja escrita foi concluída no ano 1161 por autor anônimo.

INDÍCIOS DA PRESENÇA CHINESA NA AMÉRICA

Em dezembro de 1985, foi encontrada no litoral sul da Califórnia uma âncora de pedra que chamou a atenção dos antropólogos James R. Mariarty e Larry F. Pierson da Universidade de

San Diego. Levaram-na para a Universidade de Minnesota e mandaram alguns pedaços para a Universidade de Pequim, a fim de se estudar suas origens. A primeira conclusão foi de que aquela espécie de pedra não existia nos Estados Unidos, mas no sul da China. A segunda conclusão, pelo estudo da espessura da camada de magnésio, foi que aquela pedra estava no fundo do mar há aproximadamente 2.500 anos. Concluíram ainda, que aquela peça valiosa teria sido deixada por um antigo barco chinês. Assim os chineses teriam chegado ao continente americano muito antes de Colombo.

Esse fato despertou grande interesse dos eruditos chineses, que o associaram a um registro dos livros antigos, o qual assinala a emigração dos Yins (dinastia vencida) para o mar leste no século XI a.C. Esse período, por outro lado, coincide com o desenvolvimento da cultura olmec no México, cujo desenvolvimento tem relação com algum contato exterior, possivelmente com os chineses que teriam desembarcado na América Central e se dispersado pelo continente.

O calendário asteca e o calendário lunar chinês são semelhantes. Tanto lá como cá parece terem tomado por base o movimento da lua em volta da terra. Na China e na América (astecas e maias) o ano astrológico leva nome de animais e cada mês estava relacionado com uma atividade agrícola.

O uso de urnas funerárias com o corpo em posição fetal também é outro traço encontrado na antiga China e entre alguns grupos indígenas americanos. Do mesmo modo, a confecção e decoração das mesmas urnas são semelhantes.

No que diz respeito às línguas indígenas e o chinês, qualquer estudo comparado pode comprovar, sem dificuldades, a presença de vocábulos chineses nestas. Isso ocorre tanto no quichua como no tupi-guarani.

Outro traço comum: na China antiga os imperadores nomeavam cronistas oficiais para registrar toda a história do país. Esses cronistas tinham privilégios, segredos e *status* social que transferiam por herança. Entre os incas também ocorria comportamento semelhante. Os quipomaia eram cronistas nomeados, exerciam unicamente essa tarefa, tinham reconhecimento social e eram responsáveis pela guarda dos 'quipomayoc' (biblioteca) que correspondem aos *Anais e memórias* dos chineses. Por outro lado, a origem da escrita chinesa é a corda com a qual fazendo nós e amarras diferentes deixaram os fatos registrados. De fato, o antigo manuscrito denominado *Yi* (mudança) afirma que em tempos remotos os chineses usavam cordas para registrar os acontecimentos, datas, calendários, etc. Xu Scheng, funcionário da dinastia Han do Leste (25 a 220 A.D.), escreveu o *Shou Wen Zhi Xu* (o significado da escrita). Este escrito informa que no início da China (período mitológico), Shen Nong, seu primeiro homem, usava a corda como registro para facilitar a administração e esse sistema de registro foi usado até a época do imperador amarelo, quando seu escriba Chang Zie inventou a escrita. Enfim, há ainda muitos outros elementos culturais comuns a indígenas americanos e antigos chineses, tais como, instrumentos musicais, danças, máscaras para rituais, estatuetas, etc.

Um outro elemento comum às antigas culturas da China e algumas regiões do continente americano são as construções de templos em forma piramidal. Tanto lá como cá serviam para atividades litúrgico-religiosas, para observações astronômicas e



para revistas de tropas. Tanto nas pirâmides do México, do Peru, como nas da China antiga (encontradas na cidade de Xiang Yang, capital da dinastia Qin e na província de Sichuan, no sul da China) há traços comuns: a construção em degraus, a forma quadrangular e o ápice cortado. Outro detalhe é que na América a pirâmide se chama 'teo' (teocalli) e na China se chama 'tan'.

Na civilização olmeca os sacerdotes executavam seus rituais diante de um espelho côncavo, o mesmo que ocorria na China.

Por volta do ano 1200 a.C. havia na China uma civilização que dominava uma técnica especial de construção em argila, adotada tanto para os templos como para as tumbas e estátuas. Verificou-se depois que era igual à que se desenvolveu na América do Norte entre os séculos I e II. Restos dessa cultura têm sido encontrados a leste da montanha Rocky, nas margens do Mississipi, e também perto da cidade de Zhangjia Kou ao norte da China. Uma enxada de pedra utilizada para o cultivo do solo, encontrada nas ilhas do Pacífico e no Equador, era idêntica à usada pela cultura Yue do sul da China, da tribo Bei Yue. Daí a afirmação do arqueólogo Lin Hui Xian que todos os povos que confeccionavam e usavam essas enxadas de pedra pertenciam a um mesmo ramo marítimo dos mongóis. Levanta a hipótese da existência de uma rota de navegação entre a China e o continente americano através do Pacífico há dois ou três mil anos atrás. Por outro lado, o arqueólogo norte-americano Robert Heine-Galdern afirma que há sete séculos antes de Cristo os chineses já navegavam o oceano Pacífico, numa expansão marítima semelhante à comandada pelo infante d. Henrique, no Atlântico mais tarde.

No período chamado *primavera e outono*, nos reinos que ficavam no sul da China, apareceram estaleiros que fabricavam especialmente navios de guerra. De acordo com o antigo escrito *Wu Yuan*, nestes estaleiros eram fabricados três tipos de navios: os de maior porte eram estreitos e tinham trinta metros de comprimento, recebiam uma equipagem de noventa soldados e eram impulsionados por muitos remeiros, o que lhe dava grande velocidade. O segundo tamanho, tinha vinte metros de comprimento por quatro de largura, e o terceiro tamanho era de dezoito metros de comprimento por três de largura. Eram navios que já navegavam em alto mar.

Shima Qian informa, em *Shi-Ji* (Registros históricos), que no ano 221 a.C. Qin Shi Huang unificou toda a China, fez muitas viagens por todo o país e na sua quinta expedição, composta de muitos navios, saiu para o alto mar e demorou vários meses. Essa expedição contava com vários instrumentos de navegação como bússola, quadrante, carta de marear, etc., o que possibilitou o regresso depois de uma longa permanência no mar.

Na dinastia seguinte, Han do Oeste (25 a 220 A.D.), já se fabricava o Lu Tshuan (navio de três andares). Este fato demonstra que os chineses já dominavam uma técnica bastante avançada, pois esse barco de andares possuía vinte metros de altura, vários mastros, cordoaria, quilha, leme e timão. Era estável e para a movimentação associava o uso da vela e do remo.

Em 1974 descobriu-se na cidade de Guang Zhou um antigo estaleiro com bases paralelas para a fabricação de vários barcos ao mesmo tempo. Os barcos que se fabricavam ali podiam deslocar cinquenta a sessenta toneladas cada um. Mas o livro antigo *Yan Shi Jia Xun* (Princípios e comportamentos da família Yan) informa que no século V já se fabricava no sul da China

navios com capacidade para deslocamento de mil toneladas. Há notícias de que um dos reis da dinastia Song (860 a 1279) mandou uma embaixada à Coreia numa embarcação de fabricação nacional, cuja capacidade de carga era de 1.500 toneladas, coisa realmente espantosa, considerando que os europeus só chegaram a esse nível no século XVIII.

Nessa época já dominavam a técnica da construção em vê e a proporção entre a superfície e o fundo do casco do navio era de dez por um. A quantidade de navios em construção e em movimento era grande, pois no início da dinastia Tang, só na província de Jiang Su havia dez estaleiros e na dinastia Song, já referida, apareceram mais estaleiros nas províncias marítimas. Nos estaleiros Wong Zhou construíram sessenta navios por ano e nos de Ji Zhou a produção superava esse número. Já empregavam pregos e parafusos, bem como arcos metálicos para a junção das tábuas na fabricação dos barcos¹².

Na dinastia Ming as técnicas de construção naval alcançaram níveis ainda mais elevados (1368 a 1644), pois os estaleiros eram tão grandes que havia um com três mil operários. Por outro lado, nesta fase já dominavam técnicas de medição das profundidades do mar, orientavam-se por cartas marítimas, possuíam um aparelho que através da fixação dos pontos cardeais (compasso de navegação) permitia o direcionamento do navio para 24 rumos. Na dinastia Song esse aparelho já estava aperfeiçoado para a orientação de 48 rumos diferentes. Só duzentos anos mais tarde os europeus dominaram essa tecnologia, mas seu aparelho só permitia a orientação em 32 rumos diferentes. Além do mais, os chineses já mediam a altura dos astros para a determinação das latitudes e longitudes, com o que podiam determinar a exata localização do barco em alto mar.

No livro *Ping Zhou Ke Tan*, da dinastia Tang, há a seguinte frase: "...os marinheiros conhecem geografia; de noite eles se orientam pelas estrelas, de dia pelo sol e nos dias escuros se orientam pela bússola". Esse é o primeiro registro do emprego da bússola como instrumento de navegação no mundo.

Quando o infante d. Henrique mandava seus navios descerem a costa ocidental africana, do outro lado do planeta os navegadores chineses possuíam uma frota naval sem paralelo em número, perícia e tecnologia. Sua grande frota já havia navegado além do mar da China e à volta do Índico afro-asiático, tendo já chegado às proximidades do cabo da Boa Esperança e ilha de Madagascar, como se fosse ao encontro dos europeus que vinham pela costa ocidental.

O primeiro imperador da dinastia Ming fez um enorme esforço de modernização do país e, após sua morte, assumiu seu tio Youngle (1359-1424) através de um golpe palaciano. Youngle não tardou a mandar expedições de sua grandeza para todos os mares circundantes, para comandá-las escolheu Sheng He. Essas expedições (1405-1433) tinham tripulações que atingiam 37 mil homens, em frotas que chegavam a contar com 370 navios. Essas frotas visitaram quase todas as terras habitadas das margens do mar da China e do oceano Índico. Havia pelo menos quinhentos anos, desde o renascimento da dinastia Tang, que os chineses faziam comércio ultramarino com o mundo islâmico. Tinham acrescentado a seus mapas o Nilo, o Sudão, Zanzibar e até alguns lugares do Mediterrâneo. As expedições de Sheng He eram ocupadas com chineses que falavam as línguas de todos

aqueles lugares visitados, o que prova a longa experiência chinesa nas relações ultramarinas.

Com a morte do imperador Youngle, seu sucessor apoiou a facção antimarítima. Sheng He realizou a sua sétima e última expedição transportando 27.500 oficiais e marinheiros e ao regressar em 1433 havia estabelecido relações com mais de vinte reinos.

Os chineses não estabeleceram bases permanentes de ocupação nos estados tributários. Esperavam transformar todo o mundo em admirador do único centro de civilização – a China. Somente a China era verdadeiramente soberana. A China, o Reino Central (Oikoumene), não precisava de nada de ninguém, não havia nada a aprender com ninguém e por isso não se interessava pelos produtos correntes de outros países. O seu interesse se concentrava em raridades e curiosidades.

Na época de Sheng He, a Grande Muralha exprimiu o grande isolamento chinês. O imperador proibiu seus súditos de irem ao estrangeiro. Assim, o regresso da última expedição de Sheng He em 1433 assinalou o fim das aventuras e explorações marítimas dos chineses. Um édito imperial do mesmo ano e outros que se seguiram impunham castigos cada vez mais severos aos chineses que se aventurassem a navegar para o estrangeiro. Por ironia do destino, decorridos 15 anos após o regresso da última expedição, o mesmo imperador que proibiu a continuação das navegações foi aprisionado por exércitos tártaros e mongóis. Em 1464 a esquadra principal de quatrocentos navios de guerra já estava reduzida a 140. Os estaleiros de construção naval se desintegravam e os marinheiros desertavam. Como se não bastasse, a proibição de viagens marítimas ao estrangeiro foi estendida também à navegação costeira e em poucos anos não havia mais nenhum barco no mar¹³. Desse modo, quando os europeus avançavam através do *Mar Oceano*, os chineses estavam elaborando leis para suprimir toda a navegação marítima. A China recolhia-se dentro de si mesma. Como os imperadores Ming eram filhos do céu, eram por definição soberanos supremos e superiores a todos os outros povos da terra.

Não menos extraordinária que as expedições marítimas de Sheng He foi sua súbita interrupção. Se esse famoso almirante chinês tivesse sido seguido por um cortejo de Vespúcios, Balboas, Magalhães, Cortezes e Pizarros chineses a história do mundo poderia ter sido diferente.

As informações sobre a construção naval, os barcos e as navegações dos chineses que acabamos de apresentar têm a finalidade de demonstrar que as possibilidades de terem os chineses visitado o continente americano muito antes de Colombo são reais. Por outro lado, fica evidente também que, em termos de tecnologias ligadas ao setor, os chineses estavam, na pior das hipóteses, duzentos anos à frente dos ocidentais.

Se os chineses chegaram realmente ao continente americano muito antes de Cristóvão Colombo, como o demonstram as evidências, por que não se fixaram e colonizaram a América? Se possuíam tecnologia superior aos ocidentais então o que faltou aos chineses? *A Folha de S. Paulo*, de 11 de outubro de 1992, publicou o trabalho 'Marinheiros chineses quase trombaram com Colombo', assinado por Ricardo Bonalume Neto, no qual apresenta respostas às questões levantadas. Citando o professor K. C. Liu, da Universidade da Califórnia, ele afirma que faltou aos chineses o capitalismo. Concordamos plenamente

com essa afirmação. Na época das viagens ou dos descobrimentos marítimos dos chineses, não havia naquele país (centro do mundo) o expansionismo comercial que caracterizou a expansão ultramarina dos europeus no início dos tempos modernos.

"Dois fatores tiveram um papel de vital importância: os príncipes e mercadores da Europa Ocidental tinham o desejo de expansão e eles desenvolveram um meio superior para arrebentar com a oposição."¹⁴ Com os chineses isto não aconteceu, porquanto a própria inexistência do espírito capitalista na gênese dos empreendimentos marítimos impediu o aparecimento de mecanismos capazes de anular qualquer resistência. Por isso, logo que se levantou a primeira barreira, dentro do próprio sistema, todo o programa desmoronou.

Corcino Medeiros dos Santos é professor do Departamento de História da Universidade de Brasília.

Notas

1. Edmundo O'Gorman, *La invención de América*. México, Fondo de Cultura Económica, 1977.
2. E. O'Gorman, op. cit., p. 16.
3. E. O'Gorman, op. cit., p. 79.
4. Idem.
5. Gwyn Jones, *El primer descubrimiento de América*. Barcelona, Occidente, 1965, p. 29.
6. M. Thórdarson, *The vinland voyages*. New York, 1930; Georg Friederici, *El carácter del descubrimiento y de la conquista de América*. México, Fondo de Cultura Económica, 1988.
7. Georg Friederici, op. cit., p. 62.
8. Georg Friederici, op. cit., p. 63.
9. Georg Friederici, op. cit., pp. 66-67.
10. Li é uma medida linear chinesa ainda utilizada na atualidade e equivale a quinhentos metros. Mas seu comprimento, de acordo com estudiosos chineses, nem sempre foi o mesmo. Essa incerteza tem criado problemas para os investigadores.
11. Estas informações e as que seguem estão contidas em Zhou Shixiu e Corcino Medeiros dos Santos: *O descobrimento da América pelos chineses*. Porto Alegre, EDIPURS/Centro de Estudos Ibero-Americanos, 1992.
12. Zhou Shixiu e Corcino Medeiros dos Santos, op. cit., p. 65.
13. Daniel J. Boorstin, *Os descobridores*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989, p. 190.
14. Paul Kennedy, *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

Resumen

PRECURSORES DE CRISTÓBAL COLÓN EN EL DESCUBRIMIENTO DE AMÉRICA

¿Y si América no fue descubierta? Al cuestionarse la primordialidad de la empresa de Colón, se plantea un cierto revisionismo histórico. Antes de las carabelas ibéricas, otros pueblos, se instalaron en América. Un ejemplo poco comentado es el caso de las navegaciones chinas. Varios documentos dan informaciones de grandes expediciones marítimas orientales. Los chinos llegaron antes pero no descubrieron ni colonizaron. Triste ironía de la historia.

Abstract

PRECURSORS OF COLUMBUS IN THE DISCOVERY OF THE AMERICAS

What if America was not actually discovered? Questioning the primordiality of Columbus' enterprise institutes a degree of historical revisionism. Other people came ashore in the Americas before the Iberian galleons ever ventured westwards. One little commented example is the voyages of Chinese navigators. Several documents contain accounts of large-scale oriental maritime expeditions. The Chinese landed first but they neither discovered nor colonized – sad irony of history.



A CONQUISTA DESNUDA A AMÉRICA



A MARCHA SOBRE O CONTINENTE RECÉM-DESCOBERTO RESULTOU EM DIVERSAS TENTATIVAS DE POVOAMENTO. PROGRESSIVAMENTE, A AMÉRICA FOI SENDO CONHECIDA. DO EXTERIOR PARA O INTERIOR, AS FRONTEIRAS TROCAM-SE PELOS APARELHOS IDEOLÓGICOS DA CONQUISTA. UMA NOVA SOCIEDADE NASCE, MARCADA PELA INSTABILIDADE E COERÇÃO INSTITUCIONAL. O MOMENTO E O PODER PERTENCEM À METRÓPOLE.

GERALDA
DÍAS
APARECIDA

Fotos: Mita Petrillo



É natural que a figura de Cristóvão Colombo seja colocada em evidência no momento em que sua chegada, no que hoje chamamos América, completa seus quinhentos anos. Sua primazia em revelar à Europa a possibilidade da existência de um outro mundo que não se encontrava ao alcance do saber europeu seria suficiente para que ele passasse ao registro da história. Mas, a história desta primeira viagem de Colombo, em 1492, só ganha impacto quando a possibilidade da existência do outro mundo transformou-se em realidade e a América começou de fato a ser descoberta. Uma descoberta que não só dava a conhecer pela primeira vez algo que estava oculto, mas no sentido de desnudar, retirar o véu de um 'ser' diferente que existia neste continente.

Este desnudamento concretiza-se através do fenômeno da *conquista*. Da mesma forma que o termo *descobrimientos* foi utilizado pela historiografia para caracterizar a expansão planetária da Europa nos séculos XV e XVI, o termo *conquista* acabou sendo incorporado pela história americana para determinar um momento específico, que parte da viagem de Colombo e se esgota em meados do século XVI, quando já se encontrava delimitado o espaço da Espanha na América. Tomada esta dimensão temporal, a conquista é vista como um fenômeno essencialmente espanhol e, portanto, não abrange o espaço português no continente. Embora o Brasil tenha sido palco também de conquista, em momento diferente, a historiografia tende a separar as duas vertentes ibéricas.

Colombo, além das viagens de descobertas, é também um protagonista da história da conquista. Durante dez anos foi ator da expansão espanhola no Caribe, contribuindo não só para que os europeus admitissem a existência de um outro mundo, mas como um dos primeiros introdutores das instituições que marcaria a trajetória da Espanha na América.

Esta conquista tem sido um dos principais temas estudados pela produção historiográfica sobre os trezentos anos de dominação colonial espanhola na América. Seu conhecimento começou a ser elaborado pelos cronistas do século XVI e alguns de seus próprios protagonistas polemizaram sobre a sua legitimidade. Um dos principais expoentes desta polêmica foi o dominicano frei Bartolomeu Las Casas que, vinte anos após a chegada de Colombo, defendeu a idéia de que a conquista era uma "empresa de roubo e violência" contrastando com aquela primordial de "cruzada cristã" estabelecida pelos conquistadores. Las Casas plasmou, também, a visão idílica do índio em seu mundo de inocência que havia sido substituído por um outro de crueldade. Isto obrigou os intelectuais espanhóis a enfrentar a discussão sobre a natureza do índio em relação aos europeus. Eles seriam iguais ou inferiores?

Os opositores ou defensores do império espanhol sempre tiveram como ponto de partida esta polêmica do século XVI e ela renova-se em momentos históricos diferentes. Assim, logo após a independência dos países da América hispânica o tema foi ideologizado e marcou o surgimento de duas correntes históricas no pensamento americano: uma, dos colonialistas e tradicionalistas, exaltando e propondo a manutenção das formas culturais espanholas como substância da nacionalidade e, a outra, liberal e revolucionária, que pretendia romper com a tradição hispânica, valorizando as raízes indígenas da cultura americana.

Ao interpretar este fenômeno, Hector Hernán Bruit afirma que a "historiografia do continente, pelo menos uma parte considerável dela, parece ter vivido atormentada pela idéia da conquista, da derrota, do atraso, da inferioridade, da exploração e da tortura". Acrescenta que "tudo parece como se a conquista do século XVI e a mudança do século XX nos tivesse privado para sempre da sensação vital de ter feito e de estar fazendo nossa própria história". Que "talvez seja por isso que nossa sombra seja sempre uma interrogação: O que somos? europeus? mestiços? índios? latinos?". O autor não nega a destruição e o genocídio da população, mas chama atenção para a imagem distorcida do índio, criado pelos seus próprios defensores no século XVI e que depois será a do latino-americano "é a abdicação, a resignação, a conformidade, é idéia do homem cordial"¹. A historiografia contemporânea tem procurado responder a algumas destas questões desenvolvendo uma linha de pesquisa em que a ênfase é dada à resistência indígena no processo de conquista e colonização.

A conquista é um complexo que abarca desde a criação do espaço geográfico dos europeus na América, passando pela conquista espiritual que materializou-se na evangelização e hispanização dos povos indígenas até a sua resistência a estas formas de dominação. Sua associação com os descobrimientos é o que possibilita a presença da América na história universal.

A 'QUARTA PARTE DO MUNDO'. A IDÉIA DE AMÉRICA

Colombo e seu grupo de marinheiros ao regressarem à Espanha, em fevereiro de 1493, após uma longa viagem iniciada em agosto do ano anterior, puderam considerar-se como homens vitoriosos. Afinal, conheceram algumas ilhas que não se encontravam identificadas nos mapas da época, mas voltaram com a certeza de que elas faziam parte das Índias. Para os castelhanos isto representava a possibilidade de ingressar no centro do tão sonhado comércio com o Oriente. A revelação daquelas ilhas confirmaria não só a velha tese tripartite do *orbis terrarum* – a idéia de um 'mundo único' constituído de três partes: Europa, Ásia e África – como seria também a comprovação da nova tese de que o Oriente poderia ser ligado à Europa por uma rota que tomasse a direção do Ocidente. O oceano já não seria um empecilho e sim um instrumento de poder mundial.

O 12 de outubro de 1492, quando a expedição de Colombo desembarcou na ilha de Guanaani, é o ponto de partida da história da presença dos europeus em outro continente, a futura América. Mas como observa Pierre Chaunu, o surgimento da América só foi possível com a conquista do território continental, momento em que ela foi "medida, agarrada, compreendida, dominada e virada para o espaço atlântico"². Há que agregar a esta afirmação o fato de que antes dos europeus definirem seu espaço no continente houve um período de quase trinta anos em que a *corrida marítima* e a presença dos espanhóis nas Antilhas possibilitaram a formação da idéia de América, a posse jurídica e a de fato em algumas regiões. Entre a viagem de Colombo e a de Fernão de Magalhães e Sebastião Elcano, que fizeram a primeira viagem de circunavegação ao mundo, em 1519, a América foi sendo definida mentalmente pelos europeus e iniciou-se o período de declínio da sociedade multicultural que se desenvolvia no Caribe.

O reconhecimento da dimensão continental da América foi acelerado a partir da terceira viagem de Colombo, em 1498. Nesta viagem ele chegou à foz do rio Orenoco no litoral venezuelano e levantou a possibilidade da existência de terras contínuas na região. Nos cinco anos seguintes houve uma verdadeira corrida marítima em direção às novas terras. O ano de 1499 é exemplar. Da Espanha partiram cinco expedições que reconheceram o litoral que hoje se conhece como a costa atlântica setentrional da América do Sul, do Panamá até o extremo oriental do território brasileiro. Portugal logo depois participaria desse movimento de exploração do novo continente, a partir de 1500, quando tomou posse do litoral do Brasil. Até 1503 outras sete expedições foram organizadas, sendo duas sob bandeira portuguesa, que reconheceram todo o contorno atlântico da América do Sul até o rio da Prata. Um novo surto de viagens verificou-se após a descoberta da passagem centro-americana para o Pacífico, em 1513, culminando com a viagem de circunavegação.

Este movimento marítimo foi obra de uma geração de exploradores que buscavam, sob a tutela oficial dos países ibéricos, principalmente, a passagem ocidental para as Índias. Era um pequeno grupo que se tornou especializado, aparecendo a figura do 'explorador profissional', caracterizado por John H. Parry como "um grupo de homens que não se importava com a lealdade nacional, competentes e desejosos de empreender explorações em favor de qualquer monarca que os empregasse. Constituíam a contrapartida marítima da grande legião de soldados mercenários que convertiam a guerra em profissão, no território europeu"³. Tornaram-se internacionalistas reconhecendo novas terras e coletando informações que romperam os paradigmas do conhecimento existente no 'mundo único' dos europeus.

A partir dessas viagens, a América começou a ser delineada fisicamente como um 'ser' diferente da Europa. Apesar disso, a aceitação da idéia de um mundo distinto daquele consagrado pelos europeus levou alguns anos. Edmundo O'Gorman, ao discutir a história da idéia do descobrimento da América, elabora uma construção interessante sobre as dificuldades que os europeus tiveram para aceitar a natureza do continente americano⁴. Afirma que a América não foi descoberta e sim inventada. Colombo foi responsável por estabelecer a dúvida. Em sua terceira viagem encontrou a foz do rio Orenoco e, ao constatar a grande massa de água doce, levantou a suspeita de que ela só poderia corresponder a um território maior do que as simples ilhas conhecidas anteriormente. Daí duas alternativas: as novas terras compreenderiam 'grande terra firme', um 'outro mundo' ou ele estaria diante do 'Paraíso Terrestre', que segundo imaginavam os europeus, encontrava-se no fim do Oriente.

A primeira hipótese seria absurda diante do conhecimento europeu. Um *orbis alternus* viria a confirmar a idéia dos pagãos e era condenada pelo pensamento católico. A segunda, a do 'Paraíso Terrestre', seria a mais viável. Segundo O'Gorman esta dúvida começaria a se desfazer com a quarta viagem de Colombo em 1502 e a que contou com a participação de Américo Vespúcio, em 1501, esta última contornando o litoral brasileiro até o Prata. Colombo teria partido da Espanha pensando em comprovar a existência de 'dois mundos' e regressado com a certeza de que tudo era um mundo só. Vespúcio, ao contrário, partiu pa-

ra comprovar que era um só e voltou com a idéia de que eram dois.

No caso de Colombo, o reconhecimento de parte do litoral cubano, em suas viagens anteriores, permitiu-lhe levantar a hipótese de que ali encontrava-se uma terra contínua ligada à Ásia. Mas se fosse contínua não haveria possibilidade de encontrar a passagem marítima ao oceano Índico e suas idéias iniciais cairiam por terra. Na sua quarta viagem tentou justamente dissipar esta dúvida e para isso percorreu o litoral da América Central. Ao não encontrar a passagem para o oceano Índico foi confirmada sua tese sobre Cuba, e concluiu que realmente as novas terras pertenciam ao litoral da Ásia. Dessa forma, manteve-se a idéia do *orbis terrarum*.

Américo Vespúcio já havia percorrido o litoral norte da América do Sul em viagem anterior, patrocinada pelos espanhóis. Em 1501, passou a prestar serviços a Portugal e participou da expedição de Gaspar de Lemos que percorreu a costa brasileira até o Prata. Logo depois escreveu a Lourenço de Médici, comerciante italiano, com quem trabalhou como seu representante na Espanha, e pela primeira vez afirmou que o percurso que havia feito lhe dava certeza de que se tratava de "uma quarta parte do mundo" e poderia ser considerada como um "Novo Mundo". Entretanto, em uma carta denominada 'Lettera', atribuída a ele, e escrita posteriormente, Vespúcio já não mencionava a existência do Novo Mundo, mas também não colocava estas terras como parte do *orbis terrarum*. Continuava a idéia de uma ilha e o dilema não estava resolvido.

Depois de 15 anos da primeira viagem de Colombo e um de sua morte, em 1507, a América apareceria individualizada em um mapa. Nessa época os alemães e italianos mantinham um interesse sobre os descobrimentos e publicavam livros sobre estes acontecimentos. Um dos mais famosos foi um folheto da Academia de Saint-Dié, de Lorena, denominado 'Cosmographie introductio' que publicou a versão latina da 'Lettera', atribuída a Vespúcio, assumindo que tratava-se de um mundo diferente. Afirmava que tradicionalmente a "ilha da terra" era dividida em três partes, mas diante das últimas explorações havia aparecido uma "quarta parte" e como a concepção era de Vespúcio, nada impedia que fosse denominada de "Terra de Américo" ou "América", nome feminino como as demais partes do mundo existente.

O mapa mundi do geógrafo alemão Martin Waldeemüller, de 1507, foi ilustrado com o novo conceito de Saint-Dié e, segundo O'Gorman, nesse momento o 'ser' da América estava estabelecido e a sua idéia inventada. Mas a assimilação deste fato não foi imediata. Durante muito tempo os mapas europeus ocultavam esta realidade. J. H. Elliot comenta que esta revelação gradual da América, desligada da Ásia, constituiu um "desafio a toda uma gama de presunções, crenças e atitudes. A enormidade deste desafio explica em grande parte um dos fatores mais notáveis da história intelectual do século XVI – a aparente lentidão em fazer os ajustamentos mentais requeridos para incorporar a América no seu campo de visão"⁵. A Espanha continuou a chamar este continente de Índias ou Novo Mundo e somente no século XVIII o termo América começou a ser popularizado.

Em um tempo histórico relativamente curto, mais ou menos sessenta ou setenta anos, a Espanha conseguiu definir seu espaço na América. Tratou-se, na verdade, de uma invasão que vi-

ria alterar de modo definitivo a lógica de desenvolvimento dos vários povos que aqui habitavam. Entre a última década do século XV e meados do XVI, os habitantes do que se convencionou a chamar de Novo Mundo, Índias, América e hoje Américas, sofreram os efeitos de uma grande epopéia, do ponto de vista europeu ou de uma catástrofe do ponto de vista dos povos que aqui habitavam.

Descobrimientos, conquistas e colonização de territórios fora do espaço europeu percorriam o imaginário de muitas pessoas e faziam parte de projetos oficiais no final do século XV. Esta postura foi expressa por Colombo em seus escritos referentes à primeira viagem que fez ao novo continente. Relembrava aos reis católicos suas promessas quando deixou a Espanha:

“... Mandaram Vossas Majestades que eu me dirigisse, com suficiente frota, às referidas regiões da Índia; e para tanto me concederam mercês e me enobreceram para que daí por diante me intitulasse ‘dom’ e fosse almirante-mor do Mar e Oceano, vice-rei e governador perpétuo de todas as ilhas e terra firme que descobrisse e conquistasse no Mar Oceano... além de escrever cada noite o que suceder de dia e de dia o que navegar durante a noite, tenho intenção de traçar nova carta de navegação, na qual colocarei todo o mar e terras do Mar Oceano nos seus devidos lugares ...cumpre muito que esqueça o sono e me empenhe em navegar, porque assim é preciso, o que me dará grande trabalho”⁶.

Colombo, ao imaginar que iria traçar uma nova carta de navegação, estava também colocando a certeza e o seu desejo de encontrar as Índias, sonho de todos aqueles que participavam direta ou indiretamente da aventura. Esta confiança acabou permitindo uma mudança de rumos da história da Europa e dos povos da futura América. Esta carta seria um dos instrumentos da modernidade europeia e considerada como parte de um dos capítulos de sua história dos descobrimientos e expansão. Para os povos americanos, agora transformados em ‘índios’, significou a perda de um desenvolvimento autônomo, passaram a ser objeto de conquista e ao mesmo tempo construtores coadjuvantes de impérios europeus em seu território. A conquista contou com a empresa privada, o poder público, a Igreja e vários setores sociais que se articularam e direcionaram uma sociedade que rompeu com os parâmetros daqueles que seriam, a partir daí, os antigos moradores do Novo Mundo. O choque entre ‘dois mundos’ gerou uma outra entidade que seria a América.

Dos sessenta ou setenta anos de enfrentamento da conquista militar, cerca de 25 foram concentrados nas Antilhas. Somente em 1519 começaria a ser delineado o segundo espaço espanhol no continente, com a entrada dos conquistadores no México. Nesse momento, terminava uma fase de experimentação das mais variadas formas de controle da população caribenha e do desenho das instituições que seriam básicas em todo o processo de conquista e colonização. Eram já visíveis as mudanças ecológicas, em função dos métodos predatórios na utilização dos recursos naturais, principalmente com a extinção de animais que faziam parte da dieta alimentar da população. Também o processo de dizimação desta população estava praticamente concluído na ilha ‘hispaniola’ – Haiti e República Dominicana –, centro de operações dos conquistadores.

Da ‘Hispaniola’ o movimento de conquista se estendeu às demais ilhas, litoral da América Central e litoral dos atuais territórios da Colômbia e Venezuela. Esta expansão intensificou-se à medida que a mão-de-obra da ilha-matriz mostrava sinais de declínio. Em 1508 foi autorizada a importação de índios de outras ilhas, medida geradora de um comércio que beneficiou aos conquistadores e colonos, que passaram a organizar companhias especializadas no tráfico. A estimativa é de que em cinco anos foram importados cerca de quarenta mil índios para a ‘Hispaniola’.

Em menos de trinta anos as Antilhas foram totalmente controladas pelos espanhóis. O litoral centro-americano foi denominado de Castela do Ouro, após a descoberta do Pacífico por Balboa, em 1513, e a fundação de núcleos que seriam bases estratégicas para a penetração ao continente. Com a fundação da cidade do Panamá, em 1519, a região do istmo passou a abrigar um número cada vez maior de conquistadores e aventureiros que se dirigiram à América do Sul e à toda América Central.

A etapa antilhana da conquista, além de servir de adaptação dos espanhóis ao meio ambiente, definiu a forma de seu relacionamento posterior com os povos vencidos e entre os próprios espanhóis que redimensionaram as bases sociais do Novo Mundo. Nas Antilhas formou-se uma verdadeira fábrica de conquistadores. À medida que avançava o controle sobre o território tornava-se mais visível a necessidade de encontrar os caminhos para promover o assentamento definitivo. A mineração foi instalada poucos anos depois da chegada de Colombo. Para ser viabilizada, a terra e a liberação da mão-de-obra passaram a ser as principais reivindicações dos conquistadores e colonos que ingressaram na corrente emigratória para a América. A colonização foi se impondo paralelamente ao movimento expansionista territorial.

A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA SOCIEDADE

Aos poucos fixa-se uma sociedade que mantém como característica a instabilidade própria do movimento conquistador e da atividade mineradora. O governo espanhol procurou desde o primeiro momento minar o poder dos interesses particulares que dominavam nesta etapa, com a criação de órgãos públicos e limitação dos privilégios iniciais. Porém a realidade determinava os rumos dessa sociedade e ao governo cabia contemporizar e, logo, usufruir da nova empresa, através do sistema fiscal.

Na maior parte desse período, os imigrantes concentraram-se na ‘Hispaniola’. De acordo com os registros oficiais as Antilhas receberam 5.480 espanhóis até 1520. Este número, na verdade, deve ser muito inferior ao daquelas pessoas que chegaram à região. Desde o início as saídas clandestinas da Espanha foram muito importantes para o povoamento das colônias. Quanto à população indígena da ‘Hispaniola’ os dados são muito incompletos. Os mais confiáveis registram a existência de trezentas a quinhentas mil pessoas no momento da chegada de Colombo. Alguns autores chegam até a cifra de oito milhões. Em 1520, a dizimação da população já era visível, já que a ilha contava apenas com 16 mil indígenas, número que deve considerar a importação de escravos indígenas de outras ilhas⁷.

Apesar da instabilidade social, os primeiros conquistadores e colonos criaram mecanismos que lhes permitiram estruturar as



instituições que seriam modelares na implantação das colônias espanholas. Entre elas destaca-se a escravidão como primeira forma de relacionamento entre europeu e índio. Tolerada inicialmente pelo governo, institucionalizou-se com a liberdade de importação de escravos das ilhas incorporadas. As formas de obtenção dos escravos estiveram ligadas à guerra, ao resgate, ao tributo e à condenação. A guerra se implantou desde o início na 'Hispaniola' e a venda de escravos despontou como alternativa econômica e controle político. Revestida do princípio da 'guerra justa' foi admitida praticamente sem restrições no período antilhano.

A escravidão era uma prática utilizada por alguns grupos indígenas antes da chegada dos espanhóis. Este fato foi aproveitado para instituir uma segunda forma de obtenção de escravos: o resgate. Os escravos que pertenciam aos chefes indígenas passaram a ser objeto de comércio e posteriormente recebidos através da forma de tributos. Muitos chefes indígenas articularam com o tráfico e passaram a apresar índios exclusivamente para venda, modificando a lógica que havia anteriormente na prática da escravidão indígena, ligada a algumas situações de guerra e formas sociais que não tinham como eixo o comércio.

O tributo seria outra maneira de adquirir a mão-de-obra escrava. Inicialmente instituído com o pagamento em ouro, resultou em grande fracasso como sistema permanente. Em 1496 Colombo já admitia a impossibilidade de obter ouro através desta prática. O escravo foi uma das alternativas para sua manutenção. Além do tributo, a condenação por delitos também se transformou em instrumento de escravidão. Ao serem aplicadas as leis espanholas de forma generalizada, os indígenas passaram a ser o setor social mais vulnerável na punição de delitos. As penas eram transformadas em escravidão temporária ou permanente.

Ao lado da escravidão, implantou-se desde cedo outras formas de trabalho compulsório. Colombo, para atender as reivindicações de um grupo de conquistadores que participaram de uma rebelião e que terminaram por colocar seu poder em perigo, fez o primeiro *repartimiento* de índios entre os espanhóis. O índio era considerado livre, mas com obrigações de prestação de serviços pessoais. Na fase antilhana não houve muita diferença entre esta prática e a da escravidão. Essa distribuição da mão-de-obra indígena entre os conquistadores tornou-se uma prática permanente através da *encomienda*, instituição que seria fundamental durante o período de conquista e o assentamento colonial. Consistia em atribuir um certo número de índios a um *encomendero* que utilizava seus serviços em troca da cristianização dos mesmos.

Nas Antilhas o *repartimiento* de índios foi também utilizado como forma de complementação de rendas de determinados funcionários públicos. A *encomienda* serviu para formar uma elite de poder entre os conquistadores. À medida que o poder público se estabelecia, procurava restringir o direito de *encomienda* dos colonos, sendo agraciados aqueles que atendessem a certas condições, como a de possuir terras ou um certo grau de nobreza. Posteriormente, esta instituição sofreria algumas modificações como a substituição do trabalho pessoal por tributo em espécie ou dinheiro.

A legitimidade destas formas de trabalho compulsório foi questionada, a partir de 1511, por um grupo de missionários

dominicanos sob a liderança de frei Antonio Montesinos. Sua pregação pública repercutiu entre colonos com seus interesses contrariados que procuraram a proteção oficial. Em consequência surgiu a primeira sistematização da política da conquista, através das Leis de Burgos, de 1512. Apesar das denúncias dos missionários, as *encomiendas* foram mantidas e justificadas como forma de cristianização e hispanização dos indígenas.

No final da conquista da etapa antilhana, a 'Hispaniola' encontrava-se em crise econômica, com escasseamento de metais, com a emigração de espanhóis para outras regiões e, principalmente, uma grave crise demográfica com o desaparecimento dos indígenas, que além de doenças sofreram o grande peso da escravidão e da *encomienda*.

A MARCHA SOBRE O CONTINENTE

O ano de 1519 marcou o início da segunda etapa da conquista, quando o 'quarto mundo' se completaria para os espanhóis. Colombo, em sua primeira viagem, havia passado à Europa uma imagem, sobre a natureza e os habitantes das Antilhas, de um mundo paradisíaco e uma população pacífica. Esta idéia alimentou utopias e teorias sociais que ainda ecoam em nosso tempo. Esta imagem anula-se ante a invasão daquela descrita por Hernán Cortez, em sua entrada na cidade de Tenochtitlán, onde hoje encontra-se a Cidade do México. Em uma carta enviada a Carlos V, em 1522, Cortez descreveu um mundo urbano, completamente diferente daquele encontrado nas Antilhas.

A cidade descrita, sede do poder dos Mexica ou Asteca, de acordo com estudos mais recentes, abrigava uma população em torno de trezentos mil habitantes. A Espanha não contava com nenhuma cidade desse porte. Tenochtitlán era o símbolo de um império em constituição política. Havia mais de oitenta anos que os Asteca, através de sua hegemonia em uma confederação de cidades no centro do atual território mexicano, vinham ampliando e dominando um espaço que se estendia ao sul até os limites da Guatemala e leste e oeste do México.

Os Asteca mantinham a dominação sobre outros povos através de um sistema de tributação. Em geral, não controlavam fisicamente os territórios conquistados, com exceção daqueles que resistiam à incorporação tributária. Nestas condições mantinham uma organização extremamente vulnerável, com algumas guarnições militares em lugares mais hostis. O contato com os povos tributários se fazia através de uma rede de cobradores de tributos e de comerciantes. Estes funcionavam também como uma rede de espíões que mantinha o centro informado sobre as condições políticas dos dominados e daqueles que ainda se encontravam fora de seus domínios.

No momento da invasão espanhola vários povos submetidos encontravam-se descontentes com esta dominação e isto tornou-se importante para as futuras alianças dos espanhóis no combate aos Asteca. Durante dois anos, de 1519 a 1521, o centro do México foi palco de uma violenta guerra. Em seu final, a cidade de Tenochtitlán foi sitiada e sua queda significou praticamente a conquista dos domínios Asteca. De uma expedição organizada dentro dos padrões antilhanos, contando com mais ou menos seiscentos homens, Cortez conseguiu formar um ver-

dadeiro exército de indígenas, além de reforços do Caribe, e com ele destruir a cidade.

Imediatamente após a queda de Tenochtitlán os conquistadores reiniciaram a expansão territorial, controlando os antigos tributários dos Asteca e alargando suas fronteiras sobre outros povos. Para o oeste, na costa pacífica, dominaram o reino Tarasco que também se encontrava em processo de expansão territorial, e os demais povos foram submetidos em um espaço de dez anos. No leste, na costa atlântica, a conquista foi organizada pelo próprio Cortez e em dois anos já estava fixada a fronteira noroeste. O maior esforço foi em direção ao sul – América Central – e sudeste em territórios Maia onde os espanhóis tiveram grandes dificuldades. O interior do espaço Maia só seria submetido no final do século XVII.

Enquanto se processava a conquista do interior mexicano e as expedições caminhavam em direção à América Central, encontrava-se em marcha uma corrente conquistadora que partindo do Panamá alcançou a América do Sul. Assim é que dez anos depois da queda do México seria conquistado o grande império dos Inca, em 1532, através das expedições comandadas por Francisco Pizarro e Diego Almagro. Ao contrário da Confederação Mexica, os Inca mantinham um império centralizado e consolidado. Dominavam praticamente todos os povos dos atuais territórios do Peru, Bolívia, noroeste argentino, norte chileno e Equador.

O movimento dos conquistadores na área andina seguiu mais ou menos o esquema da conquista mexicana. Depois de controlada a cidade de Cuzco, sede do império, organizaram expedições para outros domínios Inca. Em direção ao sul as conquistas chegaram ao Chile onde a empresa fracassou frente à resistência dos Araucano. Ao norte alcançaram o reino dos Chibcha, na atual Colômbia, onde a corrente conquistadora enlaçou-se com outra que havia partido do Panamá. Nos meados do século XVI estava praticamente delimitado o território espanhol na América do Sul, que teve como centro propulsor o império Inca.

Fora desses centros as populações apresentavam uma organização social menos complexa e os métodos da conquista foram os tradicionais da etapa antilhana.

Entretanto estes povos resistiram mais habilmente à conquista militar, principalmente devido à maior mobilidade que apresentavam, não constituindo centros urbanos de referência fixa e exércitos organizados. O atual território da Venezuela conheceu dois momentos diferentes no processo de conquista. No primeiro, seu litoral e ilhas próximas estiveram ligados à expansão dirigida desde a 'Hispaniola', fornecendo escravos para a economia antilhana. No segundo, a direção da conquista do interior esteve fora do controle dos conquistadores espanhóis. O território foi cedido a uma casa de comércio alemã, a dos Welser, que atuou até meados do século XVI. Os métodos foram os mesmos e nos dez anos iniciais a conquista foi considerada como um verdadeiro fracasso. A resistência de vários povos, genericamente denominados pelos espanhóis como caraibas, impediu a organização permanente dos colonizadores. Como em outras regiões que não apresentavam forte densidade populacional, um dos principais inimigos dos conquistadores era a fome.

No sudeste da América do Sul, na região platina, a conquista seria feita mais tarde. Houve algumas tentativas iniciais, mas os

espanhóis não conseguiram o domínio dos territórios indígenas, exceto o núcleo de Assunção, no atual Paraguai, que a partir do final da década de 1530 seria, por cinquenta anos, a base principal dos conquistadores na região. Durante todo o século XVI seus pontos de apoio eram marginais, as fronteiras precárias e sem grande significado econômico.

Nos meados do século XVI grande parte do território americano contava com numerosos núcleos espanhóis que asseguraram a unidade do império espanhol até o século XIX. Entre 1519 e 1556 o governo de Carlos V incorporou quase dois milhões de quilômetros quadrados de território. A conquista de novas fronteiras perdeu seu ritmo a partir do momento que aparecem as primeiras descobertas de minas de prata no México e em Potosí, no atual território boliviano. A sociedade conquistada passou então a receber maior controle do Estado espanhol e foi ampliada sua política colonial na América.

CONQUISTADORES: LEIGOS, RELIGIOSOS E BUROCRATAS

A conquista foi uma empresa de controle territorial, material e espiritual marcada pela ação dos conquistadores particulares, Estado e Igreja, que direcionaram a construção do império espanhol na América. A ação militar, em geral, era organizada e financiada pela iniciativa privada que determinava os rumos da expansão territorial e domínio da população. Paralelamente o Estado e a Igreja regulamentavam as formas de constituição da nova sociedade dos conquistadores, caracterizada em sua origem pela violência, onde as diferenças eram resolvidas através das armas. A regulamentação procurava atingir não só os vencidos mas, também, os vencedores que deveriam ser disciplinados para a garantia do funcionamento da nova sociedade que surgia.

A política espanhola da conquista sofreu variações à medida que o continente era desnudado. No primeiro momento importava ampliar seu raio de ação e aumentar seu espaço para a cristianização e hispanização dos povos vencidos. Eram infiéis e deveriam ser convertidos. Para seus fins foram utilizados vários instrumentos que iam da persuasão à força. Os primeiros documentos que continham as diretrizes para a política da conquista foram as capitulações – documentos contratuais – firmados com Colombo. Entre elas a principal era a incorporação de novos territórios à fé católica. Esta determinação foi dada antes de conhecer estes territórios que deveriam ser incorporados. À medida que os conquistados foram sendo conhecidos, criaram-se os instrumentos para colocar em prática a determinação inicial.

Novos documentos oficiais foram emitidos para direcionar a incorporação dos povos vencidos, entre eles, dois foram fundamentais: o *requerimiento* que justificava a 'guerra justa' e as Leis de Burgos que regulamentavam as *encomiendas*. Os dois encontravam sua justificativa na cristianização e hispanização dos índios. O *requerimiento* foi utilizado pela primeira vez por Pedrarias Dávila na conquista de regiões da América Central, a partir das capitulações firmadas com a Coroa em 1512. Reduzia os índios a duas categorias: livres, os que o acatassem, e escravos, se o combatessem.

O *requerimiento* devia ser lido pelo conquistador antes de entrar em confronto armado. Recomendava a Coroa que o índio não poderia ser forçado a converter-se ao cristianismo, mas

a forma que o documento foi aplicado não deixava dúvida quanto ao seu caráter instrumental da conquista. Os que o aceitassem teriam alguns privilégios, os demais perderiam sua liberdade. Dizia o documento:

“...Certifico-os com a ajuda de Deus que eu estarei, poderosamente, contra vós e lhes farei guerra por todas as partes e maneiras que eu puder e lhes sujeitarei o jugo e obediência da Igreja e de suas altezas e lhes farei, como também às suas mulheres e filhos, escravos, e nesta condição os venderei e tomarei seus bens, lhes farei todos os males e danos que puder, como a vassallos que não obedecem, nem querem receber a seu senhor e resistem e contradizem. Afirmo que as mortes e danos que possam ser causados a culpa não será de sua Alteza, nem minha, nem destes cavalheiros que me acompanham”⁸.

Ao lado da ‘guerra justa’ outros mecanismos da conquista encontravam sua justificação na conversão religiosa, como as *encomiendas* e as ‘reduções de índios’. Estas procuravam isolar setores da população indígena da dominação do poder dos conquistadores. As *encomiendas*, teoricamente, deveriam ser instrumentos de cristianização e também de disciplina dos conquistados. A idéia de que os índios eram indolentes, pouco afetos ao trabalho e resistentes ao contato com os espanhóis foi generalizada. Nesse sentido eles deveriam ser *encomendados* para que recebessem doutrinação e se integrassem ao convívio da nova sociedade.

Também nesta etapa fez parte da política da conquista a ação missionária, sistema utilizado como uma das principais armas para a integração indígena à sociedade dos conquistadores. A principal característica deste trabalho é que foi realizado por ordens religiosas, sobressaindo os franciscanos e dominicanos, e seus participantes puderam agir de maneira mais livre, sem a interferência direta da hierarquia da Igreja. Muitos dos missionários tornaram-se os principais críticos da política espanhola e da ação dos conquistadores quanto aos métodos da incorporação dos vencidos ao império espanhol. Essa forma de atuação da Igreja foi alterada nos meados do século, quando foi instalada a hierarquia através dos bispados. O espírito de resgate do indígena à fé cristã, presente entre os primeiros missionários, foi substituído pela ação da Igreja mais ligada ao Estado.

O Estado procurou desde o início controlar a sociedade dos conquistadores que tendia a ser mais livre, e seus membros dispostos a defender os privilégios iniciais da conquista. Aos poucos conseguiu impor uma estrutura social rígida, desigual e discriminatória. Eram os conquistadores, em geral, jovens e solteiros. Um bom número morreu em combates e alguns passaram a vida em expedições. A maioria deles caiu no anonimato e tornaram-se os primeiros colonos.

Cada região conquistada e divulgada na Espanha impulsionava uma nova corrente de imigrantes que se juntavam aos conquistadores e organizavam a colonização. Entre 1520 e 1539 os registros de passageiros informam sobre a saída de 22.538 pessoas para toda a América. Com estimativas que consideram a grande quantidade de clandestinos, George Baudot calcula que durante o século XVI as Índias teriam recebido em torno de 250 mil pessoas⁹. O movimento sempre foi constante e crescente, principalmente depois das descobertas de minas de prata no

México e em Potosí, no atual território da Bolívia, nos meados do século XVI.

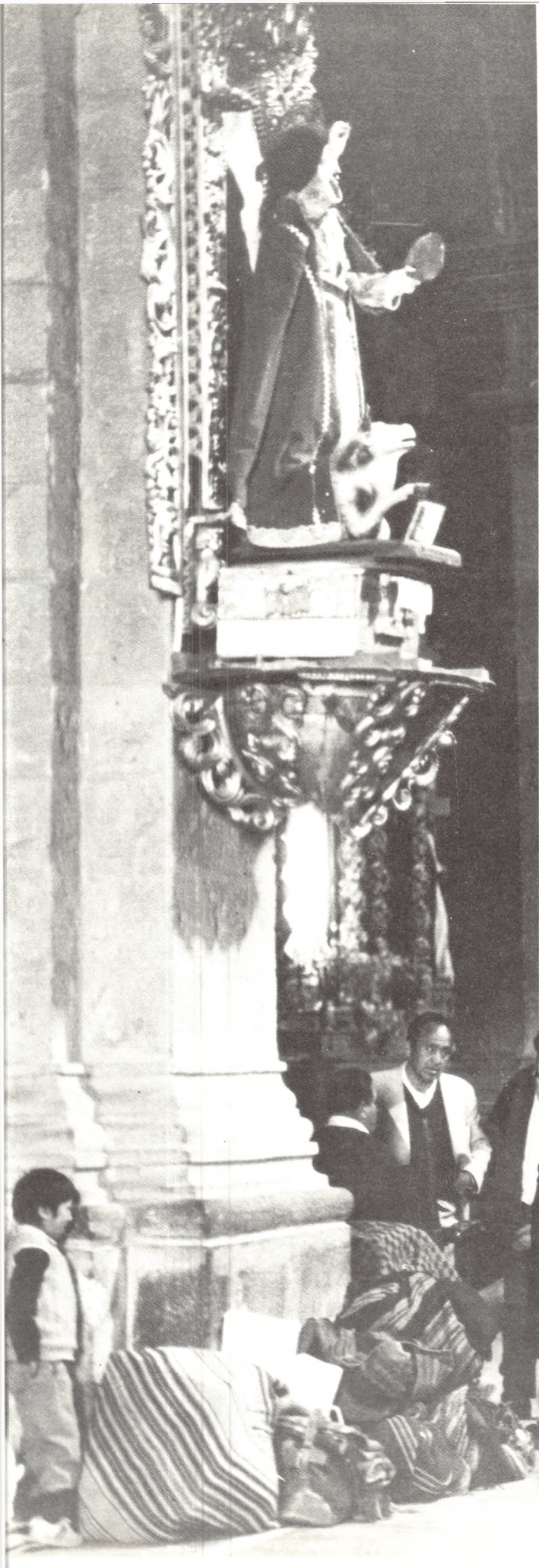
Entre 1509 e 1529 foi registrada a saída de 3.092 indivíduos da Espanha. Após a conquista do México, entre 1533 e 1539, foram oito mil pessoas e, a partir de 1540, a corrente migratória dirigiu-se ao Peru, só retornando ao México na década de 1550, com o início da atividade mineradora. À medida que aumentava a população de origem européia, diminuía a indígena. Calcula-se que no momento da chegada dos conquistadores ao planalto mexicano, em 1519, a população nesta área seria de 25 milhões de habitantes. Na América do Sul, o império Inca teria cerca de oito a dez milhões e o núcleo dos Chibcha, de três a quatro milhões¹⁰.

O caso do México demonstra o grande desastre demográfico. Em 1532, quando o movimento de colonos começou a aumentar a população indígena havia diminuído em 65%, caindo de 25 para 16 milhões em um espaço de 13 anos. Em 1548, quando a mineração entrou em funcionamento, ela já estava em torno de seis milhões. Até o início do século XVI o ritmo de mortandade foi muito grande. Dos seis milhões de 1548 passou a dois milhões e 650 mil em 1568, a um milhão e novecentos mil em 1580, chegando em 1605 com um milhão e 75 pessoas¹¹.

Os sinais de que esta etapa da conquista se esgotava eram visíveis em todos os setores nos meados do século XVI. Em relação aos índios as chamadas Leis Novas, de 1542, seriam o símbolo destas mudanças. Redefiniam a política vigente com a restrição do direito dos espanhóis a declarar a guerra, negava a escravidão e repudiava o sistema de *encomiendas*. As expedições já não seriam mais definidas como de conquista e sim de ‘pacificação’. Naturalmente estas diretrizes entravam em choque com os interesses dos colonos. A reação foi imediata, sendo impossível aplicar estas leis logo após sua promulgação. As colônias já contavam com uma geração constituída pelos filhos dos primeiros conquistadores que procuravam herdar seus privilégios, e o enfrentamento se materializou em rebeliões e pleitos judiciais.

A ‘quarta parte do mundo’ foi aos poucos levada a identificar-se com os valores culturais ocidentais. A América havia sido descoberta no sentido de perder a sua identidade anterior. No confronto, que na realidade não foi simplesmente o ‘encontro dos dois mundos’, o conquistador impôs a direção ao que mais tarde seria a ‘América Latina’. O que o império espanhol não conseguiu, embora tivesse tentado, através de várias instituições, foi a uniformidade dessa sociedade. Os indígenas resistiram permanentemente à perda total de seus valores e formas culturais. A partir do século XVIII houve uma importante recuperação desta população e ela ainda mantinha importantes laços de coesão.

Apesar da tentativa de dar homogeneidade à cultura americana, o relacionamento do europeu e indígena tomou formas próprias nos núcleos desenvolvidos pela conquista, criando identidades diferentes. Após trezentos anos de conquista e colonização estes núcleos caminharam no sentido da autonomia, no novo movimento histórico contemporâneo, engendrando a formação dos atuais Estados nacionais. No imaginário de muitos latino-americanos, de hoje, perpassa a idéia de transformar o ‘Novo Mundo’ de Colombo e de Américo Vespúcio em uma enti-



dade que logre estabelecer a unidade na diversidade que caracteriza a América Latina.

Geralda Dias Aparecida é professora do Departamento de História da Universidade de Brasília.

Notas

1. Bruit, Hector Hernán 'América Latina: quinhentos anos entre a resistência e a revolução', in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, n. 20, mar./ago., 1990, pp. 147-171.
2. Chaunu, Pierre. *A América e as Américas*, Lisboa/Rio de Janeiro, Cosmos, 1969, p. 57.
3. Parry, John H. *Europa y la expansión del mundo 1415-1715*, México, 2. ed., Fondo de Cultura Económica (Breviarios, 60), 1988, p. 74.
4. O'Gorman, Edmundo. *La invención de América. Investigación acerca de la estructura histórica del Nuevo Mundo e del sentido de su devenir*, 2. ed., México, Fondo de Cultura Económica (Col. Tierra Firme), 1977.
5. Elliot, J. H. *O Velho Mundo e o Novo 1492-1650*, Lisboa, Editorial Quercus, 1984, p. 18.
6. Colombo, Cristóvão. *Diários da descoberta da América*, 2. ed., Porto Alegre, L&PM Editores, 1984, p. 31.
7. Moya Pons, Frank. *Después de Colón. Trabajo, sociedad y política en la economía del oro*, Madrid, Alianza Editorial, 1986, pp. 181-189.
8. Ramos Perez, Demetrio. *Historia de la colonización española en América*, Madrid, Ediciones Pegaso, 1947, p. 270.
9. Baudot, Georges. *La vida cotidiana en América Española en tiempos de Felipe II. Siglo XVI*, México, Fondo de Cultura Económica, 1983, p. 16.
10. Chaunu, Pierre. *Ibid.*, p. 68.
11. Moreno T., Alejandra. 'El siglo de la conquista' in Cosío Villegas, Daniel (coord.), *Historia general del México*, 2. ed., México, El Colegio de México, 1977, v. II, p. 62.

Resumen

LA CONQUISTA DESNUDA DE AMÉRICA

La marcha sobre el continente recién descuberto resultó en diversas tentativas de poblamiento. Progresivamente, América fue siendo conocida. Del exterior para el interior, las fronteras se cambian por los aparatos ideológicos de la conquista. Una nueva sociedad nace, marcada por la inestabilidad y coerción institucional. El momento y el poder pertenecen a la metrópoli.

Abstract

CONQUEST LAYS AMERICA BARE

The march on the newly-discovered continent produced several attempts at settlement. America was explored by degrees – from outside in. Frontiers were replaced by the ideological apparatus of conquest. A new society is born, one fraught with instability and institutional coercion. The moment and might are in the hands of the metropolis.





ÁFRICA E AMÉRICA: O TRÁFICO NEGREIRO E A GESTAÇÃO DO RACISMO



**OS PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO
SUBJUGAM TANTO OS POVOS NATIVOS
QUE ATÉ A HISTÓRIA SE FALSIFICA**

SEMPRE QUE SE FALA DA COLONIZAÇÃO AMERICANA, DOMINAM IMAGENS RELACIONADAS COM O SOFRIMENTO DOS ÍNDIOS. OS NEGROS NÃO SÃO TÃO LEMBRADOS. ESTE SILÊNCIO REITERA UMA ESTRATÉGICA DESPREOCUPAÇÃO QUE IMPREGNA DE RACISMO A HISTÓRIA. COMUNICA-SE MAIS O IRREFLETIDO TORPOR ANTE A DOR DOS NATIVOS QUE O ABUSO ECONÔMICO E PREDATÓRIO DO QUAL O TRÁFICO NEGREIRO FALA COM MAIOR NITIDEZ.

JOSÉ FLÁVIO
SOMBRA SARAIVA
KLAAS DE JONGE



Expressões artísticas e costumes populares de escravos angolanos (1680)



A comemoração do V Centenário do Descobrimento da América tem ensejado um profícuo debate nos dois lados do Atlântico. Até a imprensa jornalística tem recebido dos especialistas um produto acadêmico polêmico do que vem sendo chamado de "Encontro de Dois Mundos"¹. Os que enfatizam o 'encontro' procuram, de uma forma ou outra, mostrar a dimensão positiva e natural do expansionismo mercantil dos séculos XV e XVI e que culminou com a chegada dos europeus ao continente americano. Os mais críticos procuram evitar a noção de 'encontro' em favor da perspectiva da dominação política e cultural que a violência metropolitana instaurou na América.

Talvez a violência maior seja a de não ver incluída em grande parte das discussões um 'Outro Mundo' que contribuiu à formação histórica americana, ou seja, o 'Mundo Africano'². Poder-se-iam estudar as razões do silêncio. Mas não será esse o objetivo do presente artigo. Ele visa, primordialmente, incluir a África na discussão do V Centenário do Descobrimento da América através da conexão do tráfico atlântico de escravos com a gestação do racismo contra os negros na América.

Na verdade, a forma particular de inclusão africana na formação histórica do continente americano foi o tráfico de homens e seu corolário, a escravidão. Paradoxalmente, tal forma de inclusão parece ser mais uma exclusão do papel da África. Para aqueles que falam em 'encontro' de duas culturas, como quer a história apologética e comemorativa do V Centenário do Descobrimento da América, parece não haver lugar para o espetáculo da escravidão africana. Esta forma de inclusão trágica da África na América é também a matriz do racismo contra os descendentes de africanos que se espalhou pelo continente americano.

O presente artigo pretende, assim, contribuir para o debate em torno dessa "dramática forma de tragédia", como bem definiu recentemente Patrick Manning³.

A GÊNESE DO TRÁFICO E SEU IMPACTO NAS SOCIEDADES AFRICANAS E AMERICANAS

Embora o tráfico de homens através do Atlântico não tenha sido uma novidade histórica, há uma magnitude qualitativa própria que permite distinguir o tráfico gerado no início dos Tempos Modernos dos anteriores. Ele associou-se a outros eventos como a descoberta do ouro e prata na América, a cruzada de extermínio e escravização das populações pré-colombianas, o início da conquista e do saque das Índias Orientais. No fundo, a conversão do continente africano em um campo de caça de escravos está, como os outros processos citados, profundamente vinculado ao movimento de acumulação do capital⁴ e na base da formação dos Estados modernos europeus.

Certamente, o caráter global do tráfico é o primeiro traço que lhe confere uma nova dimensão. Basta dizer que na ótica das idéias e práticas mercantilistas, as colônias americanas deveriam existir única e exclusivamente em função do mercado internacional que integrava a América à Europa e África. Os aparelhos produtivos coloniais voltaram-se, assim, para as regras do "exclusivo" colonial⁵.

Nesse sentido, a reordenação dos sistemas produtivos aborígenes na América e na África deveriam ser construídos na ótica do proveito metropolitano. Mas a reordenação também obrigava a que as metrópoles se adaptassem às diversas caracte-

ísticas específicas de cada uma das diferentes formações sociais encontradas pelos conquistadores da América. Onde se encontravam sociedades com um alto nível de desenvolvimento demográfico e econômico, como no caso dos Impérios Asteca e Inca, as metrópoles introduziram sistemas de produção baseados na utilização da força de trabalho nativa.

Mas nas regiões onde a 'oferta' de força de trabalho não conseguia suprir as demandas mercantilistas a expansão europeia deu-se em duas etapas. A primeira caracterizava-se pela utilização massiva da pouca força de trabalho local, praticamente até o limite do extermínio, como no caso das ilhas do Caribe entre 1492 e 1503. A segunda etapa deu-se com a introdução da força de trabalho africana, quase sempre associada à existência de latifúndios agroexportadores, as *plantations*, pela via do trabalho compulsório.

Aqui se faz necessária a postulação de uma questão capital, como fez Eric Wolf⁶ em seu livro recente. Por que a África foi a fonte principal de escravos para a Europa ocidental, ou seja, para a própria América? Em outras palavras, por que não foram criadas mais plantações escravistas na própria África? Por que foi necessária a diáspora africana em direção à América? Não há dúvida que os teóricos e historiadores da escola da dependência ajudaram a entender a importância do valor de troca do escravo para o nascente capitalismo mercantil. Há ainda a tese de Manning de que a preferência pelo africano em detrimento do indígena americano se relacionaria com a relativa imunidade às doenças, aos baixos custos do transporte e aos baixos preços de compra⁷.

Mas nos parece ainda mais convincente, pelo menos como uma hipótese extremamente útil para o estudo das relações da África com a América nos Tempos Modernos, a resposta de J. Suret-Canale⁸. No seu clássico artigo, lembra-nos o historiador que, especialmente no Sudão ocidental e em certas regiões do Congo e do Golfo da Guiné, forças sociais existentes em níveis bastante organizados impediram, ou pelo menos tornaram mais difícil, uma ação direta europeia nos mesmos níveis que o da conquista americana.

A resposta está longe de ser única⁹. Historicamente, a escravidão não era nova. Desde o primeiro milênio d.C., a Europa fornecia escravos aos muçulmanos e aos bizantinos. Durante as Cruzadas, os muçulmanos escravizaram cristãos e cristãos escravizaram muçulmanos. A mesma norma persistiu na península ibérica até finais do século XV. No século XIII os genoveses e venesianos começaram a importar escravos turcos e mongóis que lhes chegavam por Tana, no Mar Negro, de forma que a maioria dos escravos importados para a Europa no século XIV eram escravos eslavos e gregos. Durante os séculos XIV e XV, os escravos procedentes de tais regiões se constituíram em parte importante da população de Toscana e Catalunha. Na Escócia, os mineiros de carvão e os trabalhadores das salinas seguiram sendo escravos durante os séculos XVII e XVIII.

De qualquer forma, nenhum desses tipos de escravidão assemelhou-se à escravidão americana de africanos nos Tempos Modernos. No contexto do Novo Mundo, a distinção entre europeus submetidos à servidão por tempo limitado e escravos africanos vitalícios separou brancos de negros em muitos aspectos legais, sociais e ideológicos. Ao mesmo tempo, a escravidão indígena terminou sendo considerada uma escravidão indesejada,

combatida pela tese da igualdade dos nativos aos europeus. Por volta de 1720, os africanos já valiam mais que os índios escravizados nas colônias inglesas na América¹⁰.

Assim, há uma especificidade na escravidão africana. O tráfico atlântico ocupou um papel central e definidor na transformação da África no campo de caça de escravos. No início do tráfico atlântico, calcula-se a população africana da região da África ocidental, que se inicia no Senegal e termina na atual Nigéria, em torno de 11 milhões de habitantes. A África central austral (em especial no atual Zaire e Angola) teria cerca de oito milhões de habitantes.

A primeira curiosidade da especificidade do tráfico é que a população estimada no início do século XIX para as duas regiões citadas acima, que foram as mais afetadas pelo comércio de homens para a América, seria de vinte e dez milhões respectivamente. Apesar da violência do tráfico, a introdução, na África, de plantas alimentícias americanas como o milho e a mandioca teria sido de extrema importância para a continuação do crescimento populacional daquele continente.

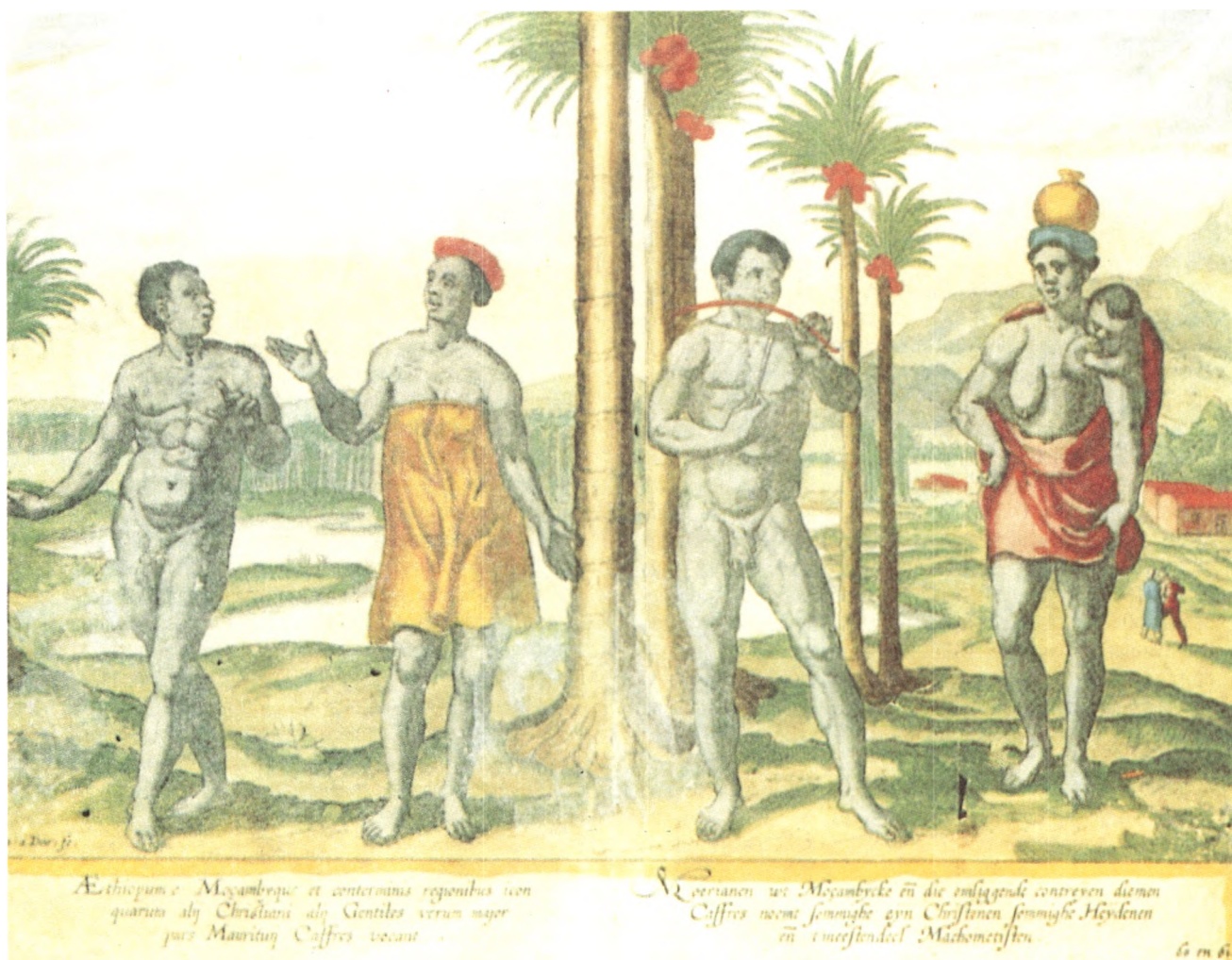
O mais surpreendente é a enorme capacidade africana em sustentar um comércio de pessoas em grande escala. Pasma também o rápido desenvolvimento do sistema de entrega que ligou a demanda europeia e americana com a oferta africana. O desenvolvimento desse verdadeiro sistema levou a uma colaboração africana com os europeus. Estes organizavam e financiavam o comércio enquanto os africanos se encarregaram da captura, entrega, controle e manutenção dos cativos na espera do transporte marítimo. Finalmente, o transporte e a venda dos cativos nos pontos de recepção da América ficavam com os europeus.

Mas o que encontrou o europeu na África? Há uma série de respostas mirabolantes e marcadas pelo exotismo que se espraiou pela historiografia do tráfico. O preconceito que tipificou a África como o continente das 'sociedades atrasadas' e 'sem história', bem como a redução de tantas realidades diversas africanas a uma única história linear impediram, durante algum tempo, uma compreensão mais apurada do contexto africano que recebeu os influxos do tráfico atlântico de escravos.

As respostas colonialistas à dependência econômica e ao subdesenvolvimento da África subsaariana¹¹ custaram a sair da esfera paternalista ocidental da consideração da inferioridade racial dos chamados povos 'primitivos'. Entretanto, a reconstrução historiográfica africana, nascida da própria luta de libertação nacional, e o avanço epistemológico da história no Ocidente têm levado a uma revisão dos paradigmas e das visões simplistas sobre a evolução das sociedades africanas antes, durante e depois do tráfico atlântico de escravos.

Sem nenhuma margem de dúvida, uma explicação precisa sobre o funcionamento das sociedades africanas pré-coloniais agredidas pelo tráfico atlântico de escravos constitui elemento fundamental na própria análise das formas de dominação externa e das novas contradições engendradas no interior do continente africano. É um esforço delicado de reconstrução, particularmente na África Negra, uma vez que tais sociedades foram substancialmente transformadas pela imperiosa presença do mercador de escravos.

A publicação de uma série de trabalhos nas últimas duas décadas, principalmente sobre a África subsaariana ocidental¹²,



evidencia o esforço de superação das dificuldades. Iniciou-se um novo resgate da historicidade dessas sociedades e do papel jogado por elas no próprio relacionamento com a América ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.

Até o século XVI, a África subsaariana, seguindo sua própria via de evolução, já tinha produzido uma gama de sociedades estruturadas e evoluídas. Desde o século X, com a formação do Reino de Gana, na África ocidental, e de outros reinos mais ao sul do continente, como o Congo ou Monomotapa, é inquestionável um significativo desenvolvimento das estruturas produtivas e da organização política na África. Este desenvolvimento vinculava-se também à crescente estratificação social, ao aparecimento do controle de minorias aristocráticas, guerreiras ou de mercadores das cidades sobre as massas camponesas¹³.

As dificuldades na reconstrução dessa história passam por vários problemas, desde os provenientes da qualificação dos modelos e conceitos até os originários da polêmica em torno das fontes históricas. No caso das fontes, as mais trabalhadas descrições de viajantes trazem a limitação da falta de compreensão da estrutura interna das sociedades africanas, da complexa rede de relações sociais, da ramificação das obrigações mútuas e

das razões mais profundas para atitudes e comportamentos históricos¹⁴.

Tornou-se cada vez mais necessário romper tais dificuldades e aprender a enfrentar a chamada "lacuna histórica"¹⁵ do período, em função de uma abertura a novas possibilidades, como as tradições orais. Estas, fontes por excelência da memória africana, tornaram-se imprescindíveis para a reconstrução da história de períodos ligeiramente anteriores ao tráfico atlântico de escravos africanos para a América¹⁶.

De qualquer forma, o mais importante na reconstrução de tais histórias prévias está na necessidade de imbricá-las com a presença européia na África a partir da chegada dos mercadores de escravos para a América. O contato com os europeus afetou em dois pontos o sistema piramidal das sociedades africanas atingidas pelo tráfico a partir do século XVI. Em primeiro lugar, houve alteração na circulação de bens que regia as alianças matrimoniais e o sistema de descendências. Em segundo lugar, houve também alterações na situação das elites tradicionais, que já tinham poderes concentrados e controlavam o comércio de longa distância que há muito existia no interior do continente.

Mas é curioso constatar que a expansão européia sobre a África também coincidiu com circuitos econômicos que já existiam antes do tráfico atlântico de escravos. E isso ocorreu sem alterar a estrutura básica do comércio que já existia, tendo sido simplesmente incluídas as novas 'mercadorias' atlânticas.

Outra significativa constatação que as novas fontes mostram para as costas africanas ao longo dos séculos do tráfico é que os europeus se interessaram inicialmente pelo ouro e outros produtos como a pimenta. Nos primeiros tempos, a questão da escravidão era secundária. Mas, com a evolução da demanda de homens em troca de produtos americanos e europeus, como metais, pólvora, têxteis, rum e tabaco, a natureza das relações de produção nas costas africanas alterou-se profundamente.

Obviamente, a expansão da empresa da escravidão trouxe repercussões na ordem política na África, em particular nas áreas de abastecimento de escravos. O primeiro dado do assunto vem do fato de que os europeus raramente se dedicaram à caça direta de escravos. Detiveram-se, na verdade, a uma intensa colaboração com os reinos existentes, que ficaram fortalecidos. Ao mesmo tempo, tal mecanismo de colaboração serviu de base para a formação de novos Estados em regiões onde não existiam Estados pré-coloniais.

Houve pelo menos duas grandes regiões na África que desempenharam um papel determinante nas relações com a América no período do tráfico atlântico de escravos. Ambas já existiam previamente e simplesmente se acoplaram ao novo sistema internacional. A primeira era a África ocidental, mais especificamente o reino do Benin, no sul da atual Nigéria. Seus governantes, como dos Estados posteriores de Oyo e Daomé (e que também floresceram na mesma região), remontavam suas origens genealógicas à cidade sagrada ioruba de Ilê-Ifê, que talvez tivesse tido vínculos com a região do Níger, situada mais ao norte.

A segunda região estava na África central e austral, mais especificamente no reino do Congo. Imagina-se sua fundação em torno da segunda metade do século XIV quando vários grupos hierarquizados pelo sistema de parentesco do norte do rio Congo dominaram as populações menos estruturadas ao sul do rio.

Em outras regiões que se incluíram no tráfico atlântico, a formação de Estados foi posterior à chegada dos europeus. Uma delas tinha seu centro político em torno do lago Kisale, no alto rio Congo, e que, ao longo do século XVII, era o núcleo de expansão luba-lunda. Essa região teria sido desenvolvida pelo estímulo econômico dado pela abertura econômica portuguesa na região mais litorânea de Luanda e Benguela, ou seja Angola¹⁷. A outra região de Estados posteriores ao contato europeu foi a Costa do Ouro, onde um bom número de pequenas entidades políticas deu lugar ao crescimento do poder dos ashantes no final do século XVII.

Quais foram os impactos mais profundos provocados pelo tráfico no interior dessas sociedades africanas? Como lembraram Walter Rodney e David Birmingham, tão pouco havia em comum e tanto havia de contrastante entre as duas sociedades (européia e africana) que foi inevitável, no encontro de uma com a outra, um dramático impacto¹⁸. O mesmo se diria para o 'encontro' dos africanos com o mundo americano.



Representação de cafres, negros da África austral (1638)



Através das demandas de produtos agrícolas e de escravos, o nascente mercado europeu dominava todas as relações comerciais no Atlântico durante vários séculos. Para Rodney, os europeus obtiveram escravos na África através do estímulo da demanda por bens manufaturados que eles tinham para oferecer. Ao mesmo tempo, os europeus souberam explorar as divisões tribais, religiosas e de uma incipiente contradição de classes de tais sociedades¹⁹. Esses aspectos seriam partes intrínsecas dos pactos estabelecidos com os setores governantes das várias sociedades da costa ocidental africana.

As consequências do tráfico de escravos para as relações intertribais e interestatais, ainda segundo Rodney, deveriam ser discutidas em suas relações com o papel das guerras no interior do continente africano. É bem verdade que as guerras não foram implantadas como o tráfico atlântico. Havia também em várias sociedades da África ocidental a figura do cativo de guerra convertido à escravidão, como uma instituição anterior à presença europeia.

Assim, barcos europeus obtiveram escravos na África como um produto incidental de guerras internas africanas, particularmente durante os primeiros anos do tráfico. No entanto, o sistema de guerra foi aperfeiçoado com a evolução do tráfico de homens para a América. Velhas tensões foram ampliadas e novas guerras foram instauradas em um sistema de hostilidades que só poderia ser creditada à presença dos mercadores de escravos.

Deve também ser sublinhado que no momento mais expressivo do tráfico atlântico, no século XVIII, a procura de cativos para a venda foi a motivação principal para uma sucessão interminável de conflitos intergrupais na costa ocidental da África. Ocasionalmente, os modelos do poder político foram decisivamente afetados pela influência do tráfico. O reino do Congo-Angola é o clássico exemplo de um Estado da região centro-austral africana em que suas estruturas foram destruídas pela intensidade do tráfico comandado pelos portugueses e mercenários 'mulatos' locais. A chamada 'federação política' dos iorubas também foi desintegrada pelas incursões de captura de escravos dos seus vizinhos.

Por outro lado, Estados como os do Daomé, Ashante e Futa Djalon aumentaram seus poderes enquanto atuavam como agentes do tráfico. Assim, o tráfico de escravos influenciou diferentes áreas em formas diferenciadas.

Além disso, as formas de captura dos africanos também implicavam distintas consequências para os diferentes grupos sociais. Para a maioria da população atingida pelo tráfico, ele representava medo e insegurança. Emboscadas e seqüestros eram comandados por caçadores profissionais e sob a supervisão dos grupos governantes locais. A violência provocava fugas das cidades para as selvas e bosques, além de ter gerado um movimento populacional para áreas que muitas vezes não ofereciam condições mínimas para a agricultura. Eram verdadeiros suicídios coletivos que foram bem definidos por Manning como "dramáticas formas de tragédias"²⁰.

No entanto, um setor das sociedades africanas permaneceu genericamente imune aos perigos do tráfico: os setores governantes. Muitos estavam comprometidos com a repartição e exploração ao lado dos europeus e, muitas vezes, protegiam-se da captura através da remessa de outros africanos aos mercado-

res de escravos. Isso era garantido por suas próprias autoridades legais e pelo poder de declarar e classificar os outros grupos sociais. Assim, no período do tráfico, muitos crimes triviais eram drasticamente punidos com a venda aos 'negreiros'.

Por outro lado, é importante ter em conta que os aliados africanos dos mercadores europeus não foram os mesmos durante todos os séculos do tráfico. Nem mesmo as tradicionais classes governantes escaparam de ser elas mesmas capturadas. Por não estarem devidamente equipadas comercialmente para garantir cativos para os mercadores, eram muitas vezes trocadas por um novo grupo governante que garantisse a provisão de escravos para a América. Em certos casos, esse novo grupo governante emergia da própria sociedade local, como no caso do delta do Níger e da Costa do Ouro. Entretanto, era mais frequente, com a evolução do tráfico através dos séculos XVIII e XIX, que essa nova classe estivesse composta pelos originalmente dedicados ao tráfico atlântico: afro-portugueses, afro-ingleses ou afro-brasileiros.

Outra importante transformação que se pode observar na costa ocidental africana foi a nítida crise do *status* dos setores dominados. Ainda que antes do tráfico atlântico seja inquestionável a estratificação social existente, o tráfico implicou ampliação dos extratos servís no interior das sociedades africanas.

Ainda deve ser dito que, ao contrário do que ocorreu na Europa e na América, os efeitos do comércio atlântico levaram a uma certa deterioração nas condições da produção agrícola. Apesar da introdução das já referidas plantas americanas, certo estancamento produtivo ocorreu na África, ao lado da drenagem provocada pelo tráfico.

No caso do tráfico português na região centro-austral da África, pode-se ver, desde o século XV até o início do século XIX, uma cadeia de influências provocadas pela drenagem de homens para a América. No século XVI, o tráfico estimulou o fortalecimento do reino de Angola. Entretanto, no século XVII, Angola declinou em importância enquanto Kasanje e Matamba floresciam no interior. Na última fase do crescimento do tráfico atlântico de escravos, durante o século XVIII, Kasanje e Matamba foram gradualmente decaindo em favor do imenso império Lunda, que terminou suplantando o poder econômico dos anteriores, em particular no que tange às relações com os mercados de escravos na região²¹.

O exemplo acima mostra que não se pode entender a cadeia de crises, bem como o nascimento e morte de reinos na referida região, sem examinar contatos e pactos assumidos pelos setores dominantes dos reinos africanos com os europeus. Tais pactos foram, em certa maneira, definidores na formação de muitos reinos africanos especialmente dedicados ao comércio de escravos para a América.

Outro aspecto fundamental nas relações da África com a América no período do tráfico é o da resistência. Há uma recente preocupação com esse tema a partir de obras como a de Nazi Boni²². Sobre esse tema vale reconhecer que ele tem provocado um debate bastante vivo e importante para a moderna historiografia africana. Na base do estudo das resistências reside a resposta à indagação proposta por Suret-Canale sobre os motivos que levaram os europeus a não estabelecer um sistema de colonização nos moldes da *plantation* americana na África. As resistências africanas desempenharam um papel crucial na

resistência à implantação direta do sistema americano de plantações na África.

Mas o tema das resistências também integra a história africana à americana nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. A resistência à escravidão ocorreu concomitantemente na África e na América, como oportunamente lembrou Ouruno D. Lara²³. O africano transportado para a América e seu descendente afro-americano nunca aceitaram viver como escravos, ao contrário do que numerosos analistas da história colonial americana defenderam²⁴.

Alejo Carpentier, ao falar do mar das Antilhas, insiste que o negro sempre recusou submeter-se ao sistema escravista. Toda a história do tráfico e da escravidão é marcada por revoltas. Ainda no caso das Antilhas, o estudo dos chamados negros 'marrons' assume grande relevância para a compreensão dos aspectos econômicos e sociais do sistema escravista e da violência do tráfico atlântico. Como lembra Lara, uma problemática centrada nos negros 'marrons' e nas revoltas escravas tem a vantagem de permitir abarcar todo o espaço do modo de exploração escravista sem se perder nos labirintos da análise setorial²⁵. No fundo, uma problemática centrada no negro que recusa o sistema escravista, como ator de um longo processo que se iniciou no final do século XV e continua até hoje, lança os próprios fundamentos de uma nova antropologia histórica.

Para a África, é importante lembrar que o tema das resistências também está vinculado aos diferentes aspectos culturais e socioeconômicos específicos de cada área que recebeu os influxos do tráfico. As formas de resistência da Alta Guiné e da Costa do Ouro não foram as mesmas para a área do Congo, onde também as formas de atuação dos 'negreiros' se diferenciavam. Além disso, determinadas sociedades africanas reagiram e resistiram através da luta direta contra os europeus, lutando contra seus vizinhos que tentavam a captura, ou ainda fugindo para as áreas mais internas do continente. Essa última forma, por exemplo, ficou clara na história dos Mossi, no delta do rio Níger²⁶.

Em síntese, a tentativa de sistematização do tema das resistências africanas ao tráfico atlântico de escravos deve procurar distinguir pelo menos dois grandes momentos em que tal resistência realizou-se, ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Em primeiro lugar, houve a resistência africana no momento da captura, expressada pelas lutas de guerreiros e tribos contra a condição de escravidão. Ngola Kilvanaje, o famoso guerreiro ambundo que em 1575 lidera uma grande revolta contra o tráfico português em Angola, é um bom exemplo desse tipo de resistência.

Em segundo lugar, houve a resistência africana contra a condição de escravo propriamente. Essa forma foi traduzida pelas lutas nos portos africanos e americanos, nas poucas *plantations* africanas, mas principalmente nas revoltas dos quilombos e 'chimarronos' americanos. Há, assim, uma longa história de rebeliões americanas negras, desde as resistências através das fugas e guerras contra os feitores dos engenhos do Nordeste açucareiro no Brasil dos séculos XVI e XVII até as rebeliões radicais dos negros haitianos que, no final do século XVIII, implantam uma verdadeira república negra libertária no Caribe.

ASPECTOS QUANTITATIVOS DO TRÁFICO ATLÂNTICO DE ESCRAVOS

Por que a análise quantitativa do tráfico pode ser relevante? Deve-se ter em conta vários elementos. Em primeiro lugar, o caráter aparentemente novo do deslocamento de homens pelo Atlântico através de uma espetacular diáspora que o mundo parece nunca ter visto antes, pelo menos nos termos quantitativos. Em segundo lugar, a reprodução ampliada de escravos em um tempo bastante prolongado (pelo menos quatro séculos), o que leva imediatamente à questão de como foi possível manter a 'quantidade' de homens transplantados compulsoriamente da África para a América. Em terceiro lugar, permanece a questão de quais as consequências demográficas que o deslocamento humano provocou na África.

Com segurança, o trabalho mais amplo quanto à consideração quantitativa do tráfico atlântico é o de Philip D. Curtin²⁷. De qualquer forma, há muitos estudos e uma grande polêmica em torno dos números do tráfico. A fonte mais comum a todos os autores é a consideração da quantidade de africanos chegados à América na condição de escravos. Mas houve também um tráfico em direção à Europa (Portugal, Espanha, Itália), ilhas atlânticas (Madeira, Cabo Verde, Canárias) e São Tomé, que ficou em torno de 175 mil escravos²⁸.

Os números aumentam consideravelmente quando se considera o tráfico em direção à América hispânica. O total sugerido por Curtin é de um milhão e 552 mil transportados da África e distribuídos geograficamente da seguinte forma: Cuba, 702 mil; Porto Rico, 77 mil; México, duzentos mil; Venezuela, 121 mil; Peru, 95 mil; Rio da Prata e Bolívia, cem mil; Chile, seis mil; Santo Domingo, trinta mil; Colômbia, Panamá e Equador, duzentos mil; América Central, 21 mil²⁹.

As fontes fundamentais utilizadas para se chegar a tais números, além do clássico trabalho de Noel Deer³⁰, foram as análises dos 'asientos'³¹, fonte que também apresenta problemas para ser analisada. O primeiro é que suas anotações seguem uma série somente entre 1595 e 1773. Para o período anterior a 1595 as evidências são poucas e trabalha-se principalmente com conjecturas. Entre 1551 e 1595 recorre-se normalmente ao trabalho de Pierre e Hugette Chaunu³², que estudaram a quantidade de barcos autorizados por Sevilha para transportar escravos. Depois eles extrapolam quantidades para o período anterior (1521-1551).

Outro tema conflitivo é o da mortalidade. Para cada escravo posto na América outra quantidade de gente morria em distintas circunstâncias. Entre as causas da alta mortalidade estavam desde as guerras, passando pela violência do traslado, às condições de habitações na espera do traslado, em particular nos 'barracões' portuários, até o deslocamento na América, nos mercados e marchas, até chegar ao seu destino final nas *plantations* e minas.

Neste caso, as maiores notícias de morte ocorrem no caso das viagens em direção à América. Alguns autores chegam a falar em 25% para os barcos franceses e 17% para os barcos

holandeses e ingleses. Os portugueses ficariam em torno de 15%. Mais do que os maus tratos, as doenças seriam as causas principais das mortes nas viagens. Esse fator da mortalidade trouxe, assim, uma enorme ambigüidade para os cálculos gerais do tráfico.

Outro método sugerido para a avaliação quantitativa do tráfico é o do número de embarcações e tonelagem dos mesmos, para se inferir a quantidade de escravos transportados. Segundo alguns estudos, para cada tonelada de carga nos barcos dedicados ao tráfico havia 2,5 pessoas. Isso levaria a uma média de 285 escravos por barco que cruzava o Atlântico³³. Esse cálculo não parece muito exagerado se levado em conta que outros estudiosos, como Leslie Rout Jr., têm apontado até sete escravos para uma tonelada nos barcos³⁴.

Ainda no caso da América hispânica, vale lembrar que, a partir de 1773 (o ano em que terminam as anotações seriais dos 'asientos') aparecem outras evidências quantitativas que têm sido exploradas pelos pesquisadores, como por exemplo, as compras feitas pelos espanhóis às colônias britânicas e que foram cuidadosamente registradas pelos administradores de tais colônias. A Jamaica oferece um bom exemplo deste caso, evidenciando-se a utilidade do cruzamento das fontes e métodos para o estudo quantitativo do tráfico.

Há ainda fontes baseadas em censos demográficos que embora precários ajudam a preencher as lacunas para o final do século XVIII e todo o século XIX. Mas aqui também há problemas relativos à reprodução de africanos na América, que variou muito de região para região. Também pode trazer problemas ao não computar a mortalidade na viagem para a América e outras limitações ideológicas e raciais incluídas nos dados dos censos produzidos no período.

Seguindo a apresentação dos dados numéricos, a mais importante constatação é a de que o Brasil foi o campeão americano na importação de africanos do século XVI ao XIX. As opiniões são muito diversas, mas se podem produzir alguns números relevantes: Calógenas mencionara 15 milhões, Pedro Calmon falara entre seis e oito milhões, Edward Dunbar mencionou cinco milhões e setecentos mil. A maioria dos autores mais consistentes em suas pesquisas sobre os números do Brasil (Roberto

Simonsen, Alfredo Gómez, Maurício Goulart) coincidem entre 3,5 e 3,7 milhões. Philip Curtin apresenta a cifra de três milhões e 646 mil para o caso brasileiro³⁵.

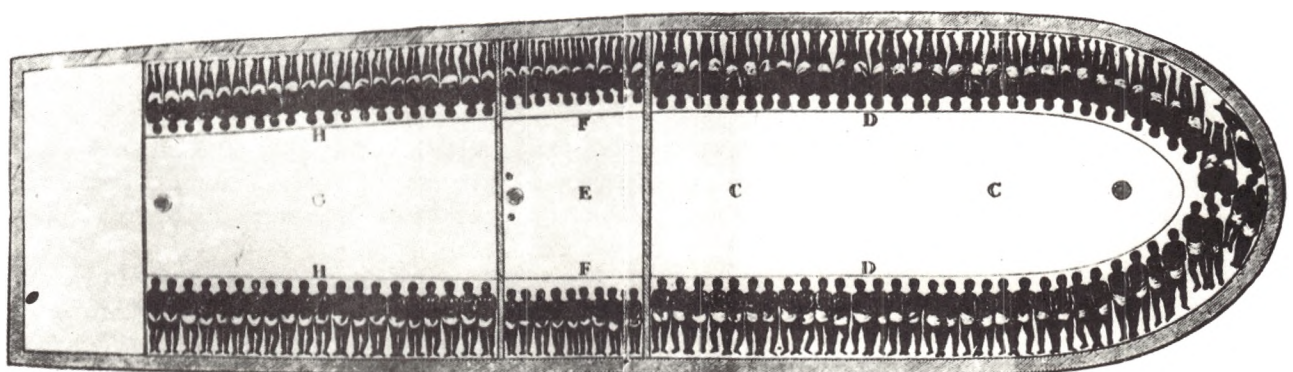
Para o caso das colônias européias no Caribe, o número total pode ter chegado a cerca de quatro milhões. No caso das ilhas britânicas, o número teria alcançado um milhão e 665 mil homens, onde quase setenta por cento ficaram distribuídos entre a Jamaica e Barbados. Mas é importante lembrar que Cuba e a ilha de Santo Domingo foram os grandes receptores de africanos transportados para o Caribe ao longo os séculos do tráfico. As colônias francesas no Caribe teriam recebido um milhão e seiscentos mil africanos ao longo dos séculos do tráfico, enquanto as holandesas teriam atingido o número de quinhentos mil homens importados da África.

Os Estados Unidos se constituem em um verdadeiro contraste no que se refere à contabilidade do tráfico. As estimativas de Noel Deer estabelecem número bastante elevado de um milhão e quinhentos mil escravos importados enquanto Curtin fala em 399 mil³⁶. Philip Curtin acusa Noel Deer de ter cometido um grave erro ao comparar os Estados Unidos com as demais colônias inglesas. Deer não levou em conta o crescimento e a reprodução local de mão-de-obra que havia nos Estados Unidos. Os padrões caribenhos não se aplicariam aos dados demográficos dos Estados Unidos uma vez que a reprodução foi uma das características centrais da escravidão nas 13 colônias inglesas na América.

Concluindo, são os seguintes os números aproximados dos africanos transportados para a América ao longo dos séculos do tráfico: para a América do Norte e Central, 651 mil; para as ilhas do Caribe, quatro milhões; e para a América do Sul, quatro milhões e setecentos mil. Assim, incluindo-se o número relativamente baixo de escravos africanos levados para a Europa (em torno de 175 mil), o número de africanos transplantados para fora do continente pela violência do tráfico aproxima-se dos dez milhões.

Mas a maior curiosidade desse número é que ele é relativamente aproximado ao número de africanos que foram levados para fora da África, também como escravos, através do tráfico transaariano. Ralph Austen argumenta que do século VII até o fi-

Disposição interna de um navio negreiro



nal do século XIX, cerca de nove milhões e quatrocentos mil africanos foram objeto desse comércio. I. Baba-Kake fala que o número de africanos transportados da África negra para os países muçulmanos chegou a ser maior que 14 milhões. Joseph Inikori chega a calcular um total em torno de dez milhões, onde seis milhões teriam sido transportados através do tráfico transaariano no mesmo período do tráfico atlântico para a América³⁷.

RACISMO: A HERANÇA DO TRÁFICO E DA ESCRAVIDÃO

Nessa segunda parte deseja-se explorar os efeitos ideológicos do tráfico negreiro e da escravidão 'moderna'. As interações entre a escravidão e o racismo são tão complexas e sutis que permanecem objeto de debates contínuos. Muitos militantes têm certeza que nunca foi totalmente permitido aos negros jogar fora as algemas que seus antepassados usaram no tempo de escravidão e que a escravidão, portanto, é a fonte de muitas desigualdades atuais. Muitos acadêmicos também acham que as relações raciais de nosso tempo são o produto da expansão européia e da exploração do trabalho negro. O historiador norte-americano Patrick Manning³⁸ considera que o racismo é a herança mais penetrante e persistente da escravidão. Ele resultou dessa escravidão e das condições econômicas únicas que concentraram o impacto da escravidão moderna no povo negro. Para o antropólogo francês Meillassoux³⁹, a escravidão não só gera a alienação dos explorados, mas também a dos exploradores: conduz à negação da humanidade dos homens e das mulheres, ao desprezo e ao ódio. A escravidão, segundo esse autor, incita ao racismo, ao arbitrário, às sevícias e aos assassinatos purificadores, armas cruéis, características desse tipo de lutas de classe.

Pode ser que a escravidão tenha contribuído para algum progresso material fora da África, mas ela também nos legou teorias racistas como a do conde de Gobineau, as dos darwinistas sociais e as de seus adeptos brasileiros no fim do século passado e do início do século XX.

Segundo Gobineau (no seu *Ensaio* de 1853-1855), a história das civilizações é uma história da dinâmica das raças. Todas as civilizações derivam da raça branca (da família ariana), a raça superior. Para Gobineau, os negros ficaram fora da história, e

graças ao sangue negro, eles seriam sempre negros. Como resultado da conquista e da expansão da raça ativa branca, as raças se misturaram, causando uma degeneração. Sua preocupação é essa decadência da civilização branca atribuída à mestiçagem das raças superiores e inferiores. Para ele, o Brasil foi um exemplo dessa degeneração e inferioridade causada pela miscigenação de sua população, "totalmente mulata". Ele influenciou as teorias racistas no Brasil (Sílvia Romero, Nina Rodrigues, Oliveira Viana, etc.). Mas, paradoxalmente, esses autores afirmam que da mestiçagem de três raças (o branqueamento) resulta um povo e uma nação de grande futuro.

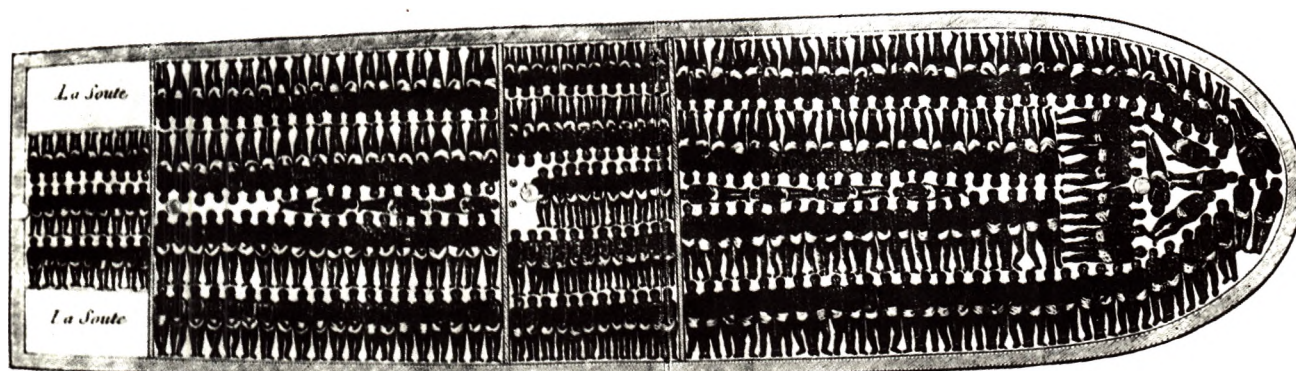
Para os darwinistas sociais, a evolução para formas superiores de vida natural resulta numa luta de sobrevivência dos mais aptos e fortes, numa competição de diferentes espécies e variedades. Segundo eles as diferentes nações e raças humanas têm passado por processo evolutivo semelhante. E, nesse processo histórico-evolutivo, as raças brancas, superiores e civilizadas predominaram sobre as raças inferiores, atrasadas e selvagens, como a negra, vista como uma espécie incipiente. Quase todos os pensadores sociais brasileiros foram adeptos dessa escola.

Mas o fato de a América ter uma tradição de pensamento racista não quer dizer que a discriminação e os preconceitos atuais sejam só consequência dessa tradição. Essas ideologias racistas não causam práticas racistas, mas as medeiam, na medida em que as tornam compreensíveis. Discriminação racial é uma característica da sociedade atual, onde 'raça' é um dos instrumentos sociais para excluir os negros da cidadania completa.

RAÇA, RACISMO E IDEOLOGIA

Parte-se da observação de que a *classificação da raça* é essencialista e, portanto, constrói identidades sociais que são entendidas como dadas pela natureza, universais e imutáveis. Hoje, a categoria 'negro' não é mais utilizada no interior da teoria sociológica para indicar uma condição essencial resultante da biologia.

Quase todos os cientistas sociais só usam 'raça' como uma categoria social, quando se referem a um grupo social definido por *visibilidade somática* (como a cor da pele, a textura do cabelo, a forma do nariz, etc.). Mas, algumas pessoas, a fim de evitar a ambigüidade, usam 'raça social'. Há cientistas sociais



que não querem utilizar o termo *raça* e põem todas as questões raciais na categoria de questões étnicas (leia-se culturais). Mas características biológicas (reais ou atribuídas) podem tornar-se características que identifiquem um grupo alvo do racismo. Concorde-se com Verena Stolcke⁴¹ que diz que “uma mudança de terminologia não transforma a realidade nem as maneiras de percebê-la”. Intelectualmente nós podemos negar a existência das raças, mas o problema é que foi o racismo que inventou a ‘raça’.

É importante enfatizar que qualquer semelhança que este significado tenha com o conceito biológico de *raça* – uma população de indivíduos que difere *genotipicamente* de todas as outras com as quais é comparada – é mera coincidência. Por exemplo, embora os ‘negros’ da África do Sul e os ‘negros’ da Austrália ocupem posições sociais semelhantes, geneticamente eles são tão pouco semelhantes entre si mesmos quanto se comparados aos ‘brancos’. Até em instâncias onde existe alguma descendência em comum (por exemplo, entre as populações afro-americanas do Brasil e dos Estados Unidos, ambas com predominância de origem na África ocidental e que se miscigenaram com europeus), a mesma classificação social pode cobrir vários tipos diferentes de ancestralidade. Enquanto no Brasil o termo ‘negro’ refere-se a uma pessoa predominantemente de descendência africana, nos Estados Unidos o mesmo termo é usado para descrever pessoas predominantemente européias, que no Brasil seriam chamadas de ‘brancas’⁴².

Como o conceito ‘raça’, o termo *racismo* é usado em vários sentidos diferentes. Baseando-nos no trabalho de Memmi⁴³, pensa-se ver o racismo principalmente *como uma ideologia*, como a valorização negativa, das diferenças ‘naturais’ (reais ou imaginárias), atribuídas a um grupo particular, para justificar um tratamento desigual do grupo definido.

Nessa definição, dominação, hierarquia e racismo são relacionadas. Pode-se mesmo considerar o racismo como “uma parte da cultura de dominação”⁴⁴. Se bem que uma ideologia racista tem o poder de reproduzir relações sociais de *raça*, não achamos que o racismo cause essas relações, mas ele torna uma hierarquia racial compreensível e legítima. O racismo também não resulta de um cálculo imediatamente premeditado, mas é, sem dúvida, um instrumento de que as pessoas dispõem habitualmente para agirem⁴⁵.

Durante os primeiros contatos entre grupos ou povos ‘estrangeiros’ surgiram em geral sentimentos de *etnocentrismo*: um termo que descreve o fenômeno de arrogância cultural e de pensar, sentir ou julgar a partir do “próprio grupo étnico”, considerado justo e normal. O elemento de dominação e de hierarquia é, nesse caso, muito menos presente que no racismo.

Na história humana houve muitas experiências de encontros de membros de um grupo com outros grupos ou povos, à primeira vista somaticamente diferentes e, muitas vezes, mostrando também diferenças culturais e comportamentais. Em cada um desses grupos existiu, em geral, uma percepção da excepcionalidade coletiva, da centralidade do próprio grupo no universo físico e moral e de uma atitude de superioridade com respeito aos outros, excluindo, de forma mais ou menos explícita, os estranhos. Mesmo no caso de um encontro com uma civilização tecnologicamente ou politicamente mais avançada.

Uma forma um pouco diferente de racismo surgiu depois que a experiência nazista tomou ilegítimo exprimirem-se idéias racistas explícitas. A mesma estrutura de pensamento hoje não mais se exprime através das diferenças biológicas, mas através da naturalização das diferenças culturais. Barker⁴⁶ fala do “novo racismo” como um *culturalismo pseudo-biológico* que pode ser resumido como: eles (negros ou ‘estrangeiros’ em geral) não são inferiores mas diferentes e, decorrente da natureza humana, despertam os sentimentos de antagonismo dos autóctones contra os alóctones. Segundo esse pensamento cada povo deve ficar no seu lugar: negros na África, semitas no Oriente Médio, nordestinos no Nordeste, etc. Numa palavra: *apartheid* no nível mundial.

As ideologias de *raça* são estruturadas por *interesses econômicos e políticos*. Concorde-se, por exemplo, com Eric Wolf⁴⁷, quando ele escreve que o capitalismo mercantil não inventou as distinções raciais, mas atribuiu valor à expressão “o negro” de modo a utilizá-la com o fim de transformar várias populações africanas numa única massa de trabalhadores disponíveis e subjugados, modelada para fazer o trabalho não-qualificado, sujo e duro.

O grau do racismo e os meios de justificá-lo também mudaram significativamente no tempo. Para facilitar a compreensão vamos tratar, brevemente, algumas fases históricas nas relações entre brancos e negros, focalizando as mudanças nas ideologias de *raça* no caso americano.

A GESTAÇÃO DO RACISMO NA AMÉRICA E NA ÁFRICA

Houve preconceitos racistas antes da escravidão africana, mas, a *primeira fase* (1450-1550) dos encontros dos europeus e africanos, foi principalmente caracterizada por atitudes etnocêntricas dos dois lados. As diferenças de *raça* não impediram a manutenção de boas relações comerciais, como mostra um velho relato holandês sobre o império de Benim (Nigéria): “Este povo não é inferior em limpeza aos holandeses” – que naquela época era provavelmente o povo mais limpo da Europa. “Eles lavam e varrem as casas tão bem que ficam polidas e brilhantes como um espelho.” E referindo-se à hospitalidade de Benim: “Esta gente tem boas leis e uma polícia bem organizada. As pessoas mantêm boas relações conosco, holandeses, e com outros estrangeiros mercadores e mostram-nos mil sinais de amizade”. Ocasionalmente os visitantes brancos conseguiam ter a honra de serem recebidos pelo rei. “Ali, na presença de três importantes nobres, eu vi e falei” com o rei que estava “sentado num banco de marfim, tendo por cima um dossel de seda indiana.” A princípio este holandês foi obrigado, pelas regras do costume cortesão, a guardar trinta passos em relação ao trono real. “Mas eu perguntei se me podia aproximar mais para o observar melhor e ele, a rir-se, concordou.”⁴⁸

Os contatos entre representantes dos dois grupos ficaram contudo distantes. Negros e brancos não participaram numa mesma sociedade global, e para um branco desse período um africano livre é um *negro distante*, longe da vida normal destes brancos. Esse africano, membro de sua própria sociedade, é um ‘outro’ na igualdade. Tanto mais por que a distinção social entre pessoas baseava-se, nesse tempo, menos na *raça* que no *status*.



Transporte de uma leva de negros

tus (livre *versus* escravo). Mas, em relação aos escravos africanos, a situação era completamente diferente.

Houve uma articulação de interesses de mercadores europeus com chefes de alguns estados africanos, que tradicionalmente dominavam o comércio a longa distância (de sal, têxteis, marfim, ouro e, também, escravos). O novo tráfico de escravos tornou-se a forma mais importante de 'comércio' entre esses mercadores europeus e os africanos. Mas, como escreveu Walter Rodney⁴⁹, no seu conjunto, o processo pelo qual obtinham prisioneiros no solo africano não era comercial. Era através da guerra de pilhagem, do banditismo e do rapto.

Durante uma *segunda fase*, a da expansão do tráfico negreiro, houve uma articulação entre a diferença de raça e a escravidão, essa extrema forma de desigualdade de classe. E, a partir desse momento (ainda no século XVI), os escravos adquiriram pela primeira vez uma cor, a cor negra.

Na *próxima fase* a noção de raça tornou-se uma idéia política, ligada às estruturas políticas e econômicas da sociedade escravista e sob a influência do Iluminismo. A partir do século XVIII, o pensamento social enfatizou a noção do progresso humano, da igualdade humana e da possibilidade de uma evolução para a perfectibilidade, mas também, segundo a mesma lógica, a noção do retardamento humano. Uma forma de classificação dos tipos raciais foi desenvolvida, incluindo todos os povos do mundo em categorias raciais. Os negros foram identificados como a raça inferior nessa ordem humana.

O pensamento racista no Brasil e nas Américas em geral nasceu do racismo europeu. A essência do discurso⁵⁰ europeu

sobre o negro (e sobre a África) foi a distinção entre a superioridade ocidental e do homem branco e a inferioridade africana e do negro. Essa desigualdade foi ideologicamente 'naturalizada', ou seja, vista como uma diferença da natureza. Pela própria natureza dos negros, eles foram considerados inadequados para cargos de importância, e apenas aptos a serem subjugados. Esse discurso tinha duas versões operando simultaneamente: o lado bom, a imagem do bom selvagem, adequado para o trabalho físico, para cantar ou tocar, além de leal e puro, o 'pai Tomás'; e seu contraponto, o lado mau, uma 'imagem refletida' sobre os negros como bárbaros, semi-homens, mentirosos, sujos e esturpadores. Mas as imagens sobre o negro – como amigável–hostil, inocente–depravado, nobre–ignóbil – foram baseadas em estereótipos e relacionadas sistematicamente.

Esse discurso sobre o negro influencia as práticas sociais e, especificamente, as políticas de raça que podiam satisfazer determinados interesses. No Brasil, a forte proporção de negros foi apresentada como uma ameaça para o desenvolvimento do país e, em consequência, contra os interesses nacionais. Este tipo de significação ideológica (muitos negros = ameaça) estimulava os homens políticos a buscar estratégias para diminuir o número de negros através de projetos migratórios.

Discursos não são sistemas fechados. O discurso sobre o negro ficou ligado a outros, como ao cristianismo, ao nacionalismo, ao darwinismo social e ao sexismo (a representação da mulher negra como sensual, disponível e bestial)⁵¹. Um discurso nunca é inocente. O discurso sobre o negro tem tudo a ver com desigualdade no poder. O Ocidente e os brancos são os poderes

dominantes e esse fato influencia as imagens dos brancos sobre outros países e povos ou raças. O discurso racista sobre o negro é hegemônico e a cultura ocidental ganhou força e identidade posicionando-se perante outras culturas, como as africanas.

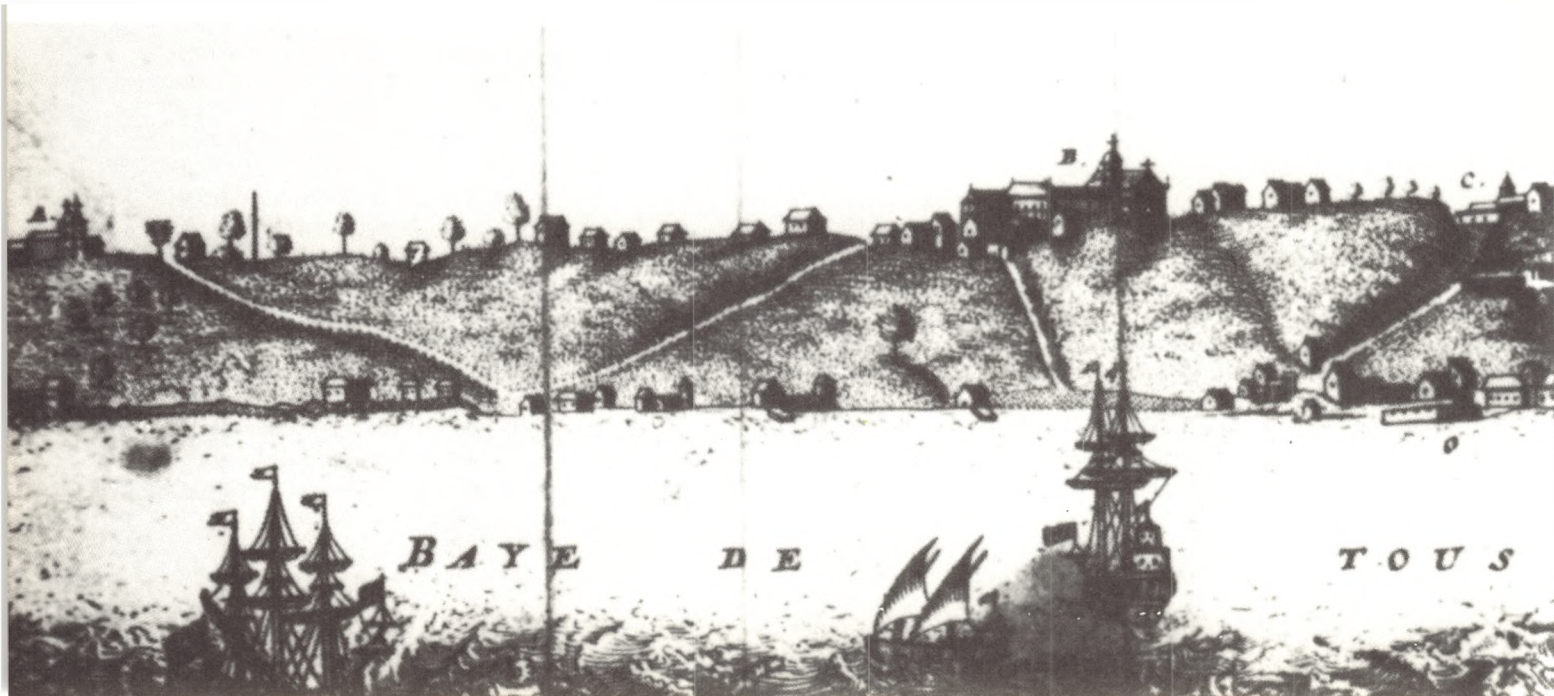
José Flávio Sombra Saraiva é chefe do Departamento de História da Universidade de Brasília, e PhD pela Universidade de Birmingham, Inglaterra.

Klaas de Jonge é pesquisador sênior do CNPq, vinculado ao Departamento de História da Universidade de Brasília.

Notas

1. Ver, por exemplo, o suplemento especial 'Correio Internacional' do *Correio Braziliense*, publicado em 5 de outubro do corrente ano. A ênfase nos temas clássicos como a deflagração do colonialismo americano, os tratados diplomáticos entre Portugal e Espanha, a confluência de culturas européias e americanas, o papel histórico de Cristóvão Colombo, entre outros temas, mostra como o assunto saiu da academia para o âmbito maior dos jornais, cinema, televisão, debates parlamentares, comemorações diplomáticas, indústria turística, etc.
2. Ver o mesmo suplemento referido na nota 1. Em oito páginas especialmente dedicadas ao tema do V Centenário do Descobrimento da América inexistem referências à chamada contribuição africana à formação histórica do continente americano.
3. Patrick Manning, *Slavery and African Life*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, p. 1-8.
4. Karl Marx, *El Capital*, México, Fondo de Cultura Económica, 1946, p. 638.
5. Essas grandes teses já foram exaustivamente desenvolvidas por clássicos da historiografia como Eric Williams, *Capitalismo e escravidão*, Rio de Janeiro, Americana, 1975; Immanuel Wallerstein, *The modern world system*, New York, Academic Press, 1974; e no Brasil, principalmente por Fernando Novais, *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*, São Paulo, Brasiliense/CEBRAP, 1977.
6. Eric R. Wolf, *Europa y la agente sin historia*, México, Fondo de Cultura Económica, 1987, p. 247.
7. Patrick Manning, op. cit., p. 21.
8. Jean Suret-Canale, 'Contexte et consequences sociales de la traite africaine', *Presence Africaine*, 50 (1964), p. 127-150.
9. Eric R. Wolf, op. cit., p. 247-248.

10. C.f. Theda Perdue, *Slavery and the evolution of Cherokee society, 1540-1866*, Knoxville, University of Tennessee Press, 1979, p. 152.
11. O termo África subsaariana está aqui entendido a partir de critérios geoculturais e procura delimitar todo o continente ao sul do deserto do Saara, pela sua problemática específica que a separa da chamada África do norte. É também usualmente chamada de África negra.
12. Ver, por exemplo, os clássicos trabalhos de Claude Meillassoux, *L'esclavage en Afrique précoloniale, dix-sept études présentées*, Paris, Maspéro, 1975; e Amady Dieng, *Formations Sociales et commerce à longue distance en Afrique de l'Ouest*, Dakar, Université de Dakar, 1975.
13. Várias sínteses históricas da África apontam essas características ricas e complexas das sociedades africanas anteriores à chegada dos mercadores de escravos. Ver, por exemplo, Jean Suret-Canale, *Afrique noire, géographie, civilisations, histoire*, Paris, Ed. Sociales, 1961; e J. Ki-Zerbo, *História da África negra*, Lisboa, Europa-América, 1972.
14. I. Hibeek, 'As fontes escritas a partir do século XV' in Unesco, *História Geral da África*, v. 1, São Paulo, Ática/Unesco, 1982, p. 144.
15. Michael Timowski, 'L'economie et la société dans le bassin du Moyen Niger. Fin du XVI-XVII siècles', *Africana Buletina*, 18, 1973, p. 9-10.
16. Ver o caso da reconstrução histórica feita quase que exclusivamente com base na coleção de tradições orais feitas por Madina Ly-Tall, *L'empire du Mali (XIII-XVI siècles)*, Dakar - Abidjan, Les Nouvelles Editions Africaines, 1977.
17. Roland Oliver e John Fage, *A short history of Africa*, New York, New York University Press, 1962, p. 129.
18. Ver Walter Rodney, 'The impact of the Atlantic Slave Trade' e David Birmingham, 'Central Africa and the Atlantic Slave Trade' in Roland Oliver, *The middle age of African history*, New York, London, Oxford University Press, 1967.
19. Walter Rodney, op. cit., p. 35.
20. Patrick Manning, op. cit., p. 1-8.
21. David Birmingham, op. cit., p. 62.
22. Nazi Boni, *Histoire synthétique de l'Afrique résistante*, Paris, Présence Africaine, 1971.
23. Oruno D. Lara, 'Resistência e escravatura: da África às Américas negras' in Unesco, *O tráfico de escravos negros, séculos XV-XIX*, Lisboa, Edições 70, 1979, p. 129-151.
24. Ver, por exemplo, as teses da harmonia racial de Gilberto Freyre, que insistiu no seu clássico *Casa grande e senzala* que o negro comia melhor que o branco e se divertia no trabalho dos campos e casa do senhor. Ora, nunca houve escravidão 'dócil'.
25. Oruno D. Lara, op. cit., p. 131.



26. Ibrahim Baba-Kake, 'La civilisation de la Bouche du Niger du XI au XVI siècle', *Presence Africaine*, 89, p. 75-100.
27. Philip D. Curtin, *The Atlantic slave trade: a census*, Madison, University of Wisconsin Press, 1969.
28. Idem, p. 20.
29. Idem, p. 46.
30. Noel Deer, *The history of sugar*, 2 volumes, London, s/e, 1949-1950.
31. Os 'asientos' eram as concessões formais outorgadas pela Coroa da Espanha para particulares (principalmente portugueses, holandeses, franceses e ingleses) que se comprometessem a comerciar escravos africanos para suas colônias americanas.
32. Pierre e Hugette Chaunu, *Seville et l'Atlantique (1504-1650)*, 8 volumes, Paris, s/e, 1955-1960.
33. Ver Rolando Mellafe, *Negro slavery in Latin America*, Los Angeles e Berkeley, University of California Press, 1975, p. 71-72.
34. Leslie Rout Jr, *The African experience in Spanish America, 1502 to the present day*, London, Cambridge University Press, 1976, p. 62.
35. Philip Curtin, op. cit., p. 49.
36. Idem, p. 72-75.
37. Joseph Inikori, 'The slave trade and the Atlantic economies, 1451-1870' e I. Baba-Kake, 'The slave trade and the population drain from Black Africa to North Africa and the Middle East' in Unesco, *The African slave trade from the fifteenth to the nineteenth century*, New York, 1979, p. 58-70.
38. Patrick Manning, op. cit., p. 24.
39. Claude Meillassoux, *Antropologie de l'esclavage. Le ventre de fer et d'argent*, Paris, Presses Universitaires de France, 1986, p. 321.
40. Ver o *Projeto de pesquisa integrado* submetido ao CEAM: 'Categorias de raça e de gênero e as práticas institucionais e comunitárias no Brasil', de Mireya Suarez e Klaas de Jonge, UnB, 1992.
41. Verena Stolcke, 'Sexo está para gênero, assim como raça para etnicidade?', *Estudos Afro-Asiáticos*, 20, junho de 1991.
42. Ver Ashley Montagu, 'O conceito de raça e o mecanismo da formação das raças humanas', in G. Mussolini (org.), *Evolução, raça e cultura*, São Paulo, Nacional, 1978 e, E. Ellis Cashmore, *Dictionary of race and ethnic relations*, London, Routledge, 1988.
43. Albert Memmi, *Le racisme*, Paris, Gallimard, 1982.
44. Jan Nederveen Pieterse, *Empire & emancipation*, London, Pluto Press, 1989.
45. A esse respeito, Bourdieu tem sublinhado que o *habitus* que produz práticas específicas está imediatamente inscrito no presente.
46. Martin Barker, *The new racism*, London, Junction Books, 1982.
47. Eric Wolf, op. cit., p. 460.
48. Basil Davidson, *A descoberta do passado de África*, Lisboa, Sá da Costa, 1981, p. 127-132.
49. Walter Rodney, *Como a Europa subdesenvolveu a África*, Lisboa, Sera Nova, 1981, p. 134. Segundo esse autor, o tráfico de escravos europeu foi o fator básico do subdesenvolvimento africano.
50. Discurso, conforme Foucault, é um conjunto de afirmações que formam uma "formação discursiva". As afirmações de um discurso sobre o mundo social, político e moral não são simplesmente verdadeiras ou falsas. Por exemplo, para Sartre, a negritude de Senghor e outros é um racismo anti-racista porque "...o negro refere-se com altivez às próprias características que a ideologia colonialista e racista lhe fixava como taras". Trata-se dos mesmos elementos essencialistas, mas de discursos diferentes.
51. Ver Gilberto Freyre, *Casa grande & senzala*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1946.

Resumen

AFRICA Y AMÉRICA: EL TRÁFICO NEGRERO Y LA GESTACIÓN DEL RACISMO

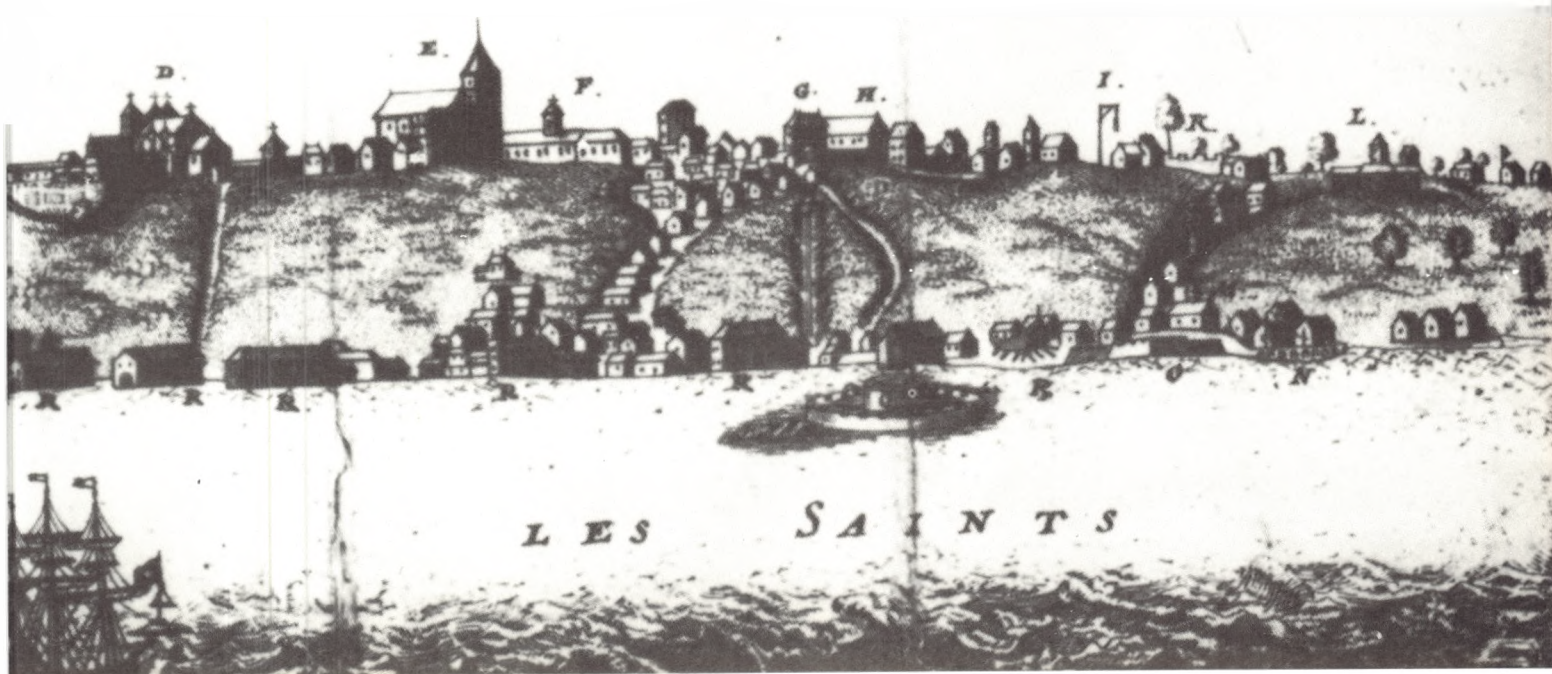
Siempre que se habla de la colonización americana, dominan imágenes relacionadas con el sufrimiento de los indios. Los negros no son tan recordados. Este silencio reitera una estrategia despreocupación que impregna de racismo la historia. Se comunica más la impensada indiferencia frente al dolor de los nativos que el abuso económico y predatorio del cual el tráfico negrero habla con mayor claridad.

Abstract

AFRICA AND AMERICA: THE SLAVE TRADE AND THE GESTATION OF RACISM

Whenever the subject of the colonization of the Americas is raised, images of the suffering inflicted on the Amerinds come to the fore. The negroes are less often remembered. This silence reiterates a strategic indifference that impregnates History with racism. Unthinking torpor at the distress of native Indians is more often communicated than the predatory economic abuse the negro slave trade depicts with blunter clarity.

Vista geral da Bahia, em 1696





HISTÓRIA E PRECONCEITO



DE VEZ QUE A AMÉRICA NÃO É UMA SÓ, A SUA HISTÓRIA NARRA-SE NO PLURAL. SUA ESCRITA DEPENDE DE SEUS PRESSUPOSTOS. COM O PASSAR DOS ANOS MUDAM-SE AS CONOTAÇÕES DOS EVENTOS. TRANSFORMAM-SE OS CONCEITOS EM FUNÇÃO DE SEUS VETORES DE COMPREENSÃO. É O CASO DO INDÍGENA. PROGRESSIVAMENTE FOI ASSIMILADO PELA HISTORIOGRAFIA PARA CONFIRMAR A EFICÁCIA DA COLONIZAÇÃO. AO SE DESVALORIZAR SUA IMAGEM, O NATIVO PERDEU SUA AUTENTICIDADE E A HISTÓRIA, A RAZÃO DE SER.

**VICTOR
LEONARDI**



Georg Thomas¹, depois de ter passado pela Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, que possui uma grande quantidade de livros sobre a questão indigenista no Brasil, bem como pelos arquivos de Évora, Simancas e Sevilha, apresenta muito bem a concepção que se tinha dos índios na literatura portuguesa dos séculos XVI e XVII. Por incrível que pareça, essa mentalidade não mudou muito nos últimos trezentos anos. A visão que o resto da Europa teve dos indígenas brasileiros, no período anterior à Revolução Industrial, evoluiu de forma diversa daquela que existiu em territórios lusitanos. Portugal e Brasil de um lado, e o resto da Europa, de outro, construíram visões diferentes do homem americano. Enquanto na Itália, na França e demais países, graças principalmente às cartas de Américo Vespúcio, a terra recém-descoberta e seus habitantes pareciam algo belo e agradável (avançando daí até a concepção do 'bom selvagem', que tanta influência teve no pensamento europeu do século XVIII), em Portugal e no Brasil essas idéias quase não tiveram difusão. Segundo Georg Thomas, chama a atenção o fato de que, na literatura portuguesa, não se encontre representada nenhuma corrente significativa indianófila, e também que o indianismo nunca tenha exercido um papel importante. No próprio Brasil, o entusiasmo pelo bom homem natural só encontrou uma expressão mais forte na literatura romântica do século XIX. Nos séculos anteriores predominaram juízos ultranegativos sobre os índios.

Pero de Magalhães Gândavo, no seu *Tratado da terra no Brasil*, escrito no final do século XVI, constrói uma imagem terrível dos seus primeiros habitantes que, segundo ele, seriam desumanos e cruéis, vivendo como animais, sem ordem e sem sociedade. Desonestos, luxuriosos, entregam-se aos vícios como se não tivessem razão humana, afirmava ele. No *Diálogo das grandezas do Brasil*, escrito em 1618 por Ambrósio Fernandes Brandão, um dos parceiros do diálogo, Alviano, não via nenhuma diferença entre os índios e as feras. Já Simão de Vasconcelos escreve que, quando Gaspar de Lemos chegou a Portugal, em 1500, com a notícia da descoberta do Brasil, levando consigo um índio, a população lisboeta considerou o viajante tupi "semelhante às cabras, ou a um fauno, um daqueles monstros da Antiguidade".

Lendo Maurício de Heriarte, um dos companheiros de Pedro Teixeira, encontramos preconceitos semelhantes no que se refere aos indígenas do século XVII, na sua *Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas*:

"Todos os índios, assim estes como os de São Luís, e todos quantos há, são falsos, covardes, traidores, carniceiros, cruéis, amigos de novidades. Seu Deus é a gula e a luxúria. São homicidas, mentirosos, aleivosos, gente de pouco crédito e de nenhuma caridade, sem conhecimento da fé. (...) Têm muito pouca vergonha, e muita malícia e maldade. São inimigos do trabalho"².

J. H. Elliot reconhece que a visão que a maioria dos europeus tinha dos indígenas americanos era bem diferente dessa imagem negativa que predominava entre os conquistadores ibéricos e seus descendentes na América. No entanto, observa ele, "a visão do índio inocente foi mantida pelos europeus que nunca tinham visto nenhum, mas os que haviam mantido com eles um contato prolongado eram propensos a cair no pólo oposto"³. Em apoio a esta observação, cita ele o relato do dr. Chancas, com-

panheiro de Colombo em sua segunda viagem, que escreveu a respeito dos ameríndios pensamentos muito negativos, chegando a afirmar que a bestialidade dos índios ultrapassa a de qualquer animal. Menciona também as opiniões de frei Tomás de Mercado e Fernandez Oviedo. O primeiro chama os negros e índios de bárbaros, porque nunca eram movidos pela razão, mas tão-somente pela paixão. Para o segundo, os índios eram declaradamente seres inferiores, naturalmente preguiçosos e dados aos vícios, decorrendo esta inferioridade, segundo ele, do tamanho e formato de seus crânios⁴.

Essa imagem negativa não foi adotada pelos escritores românticos brasileiros do século XIX, que se mostravam favoráveis e simpáticos aos índios. Mas, apesar do interesse desses autores pelos estudos históricos (muitos deles participaram da fundação de institutos históricos e geográficos, tendo Gonçalves de Magalhães escrito um ensaio intitulado 'Os indígenas do Brasil perante a história', três anos depois da publicação de seu poema 'Confederação dos tambois'), seus textos literários quase sempre se limitam a uma idealização do passado. Analisando, por exemplo, os romances *Iracema* e *Ubirajara*, de José de Alencar, caracterizados, pelo próprio autor, como lendas tupis, José Veríssimo encontra neles "as mais flagrantes inverossimilhanças etnológicas e históricas"⁵.

Por ser assunto vastíssimo, que por si só exigiria um livro, não me estenderei na análise do indianismo na ficção brasileira. Assinalo apenas a existência de alguns trabalhos interessantes, referentes a outros países da América do Sul, que mostram uma situação semelhante à brasileira. Rubén Bareiro Saguier, por exemplo, em seu texto 'El mundo indígena y la literatura latinoamericana contemporánea'⁶, apresentado numa conferência internacional realizada pela Unesco, em 1978, sobre o tema cultura e sociedade, mostra como resulta quase caricaturesca a idealização do índio feita pelos indianistas paraguaios.

Francisco Adolfo de Varnhagen, em 1854, assim se referia à questão da violência contra os povos indígenas, em sua *História geral do Brasil* (na segunda edição, de 1877, "muito aumentada e melhorada pelo autor", os mesmos argumentos foram mantidos):

"Foi a experiência, e não o arbítrio ou a tirania, quem ensinou o verdadeiro modo de levar os bárbaros, impondo-lhes à força a necessária tutela, para aceitarem o cristianismo e adotarem hábitos civilizados"⁷.

Quando se recorda que Varnhagen foi um dos expoentes máximos da chamada historiografia brasileira tradicional, percebe-se a que ponto esses preconceitos em relação aos índios seriam reproduzidos nas gerações seguintes. Preconceitos claramente enunciados por ele, sem disfarces: "Tem-se clamado injustamente contra as tendências dos primitivos colonos de levarem a ferro e fogo os bárbaros da terra, agrilhoando-os, matando-os ou escravizando-os"⁸.

Por terem sido publicadas num momento em que estava se formando uma consciência histórica nacional, as posições de Varnhagen são ainda mais merecedoras de nossa atenção. José Honório Rodrigues assim situa a obra de Varnhagen:

"Antes dele, faltava ao Brasil a consciência da sua história, no mais largo período da sua formação. A consciência histó-

rica, que inspira e estimula a consciência nacional, não é, como ensinou Eduard Spranger, meramente reprodutiva. Muito mais do que isso, o grande historiador constrói o mundo espiritual que começa nele de modo indissolúvel. A vida de cuja compreensão ele se apropriou, torna-se imediatamente uma força presente e formadora do futuro"⁹.

Pois bem, e qual foi então a compreensão que o autor da *História geral do Brasil* teve das relações dos luso-brasileiros com os povos indígenas? O próprio Varnhagen responde:

"Acerca da liberdade dos índios, ainda não se sabe o que mais convém. Uma longa experiência ensina que a sujeição é necessária aos que, quando privados de senhores e tutores, voltam a seus antigos usos e idolatrias"¹⁰.

O grande erro do crítico contemporâneo seria o de introduzir idéias atuais na discussão da época. Só que no período colonial houve quem criticasse as atrocidades cometidas contra os índios, como Antônio Vieira por exemplo. Varnhagen sabia disso (sua erudição era enorme), mas seu oficialismo e seu respeito pelas razões de Estado mantiveram-no sempre coerente na defesa dos métodos coercitivos. Diz ele, em sua *História*:

"As providências de mal-entendida filantropia, decretadas pela piedade dos reis, e sustentadas pela política dos jesuítas, foram a causa de que os índios comessem pouco a pouco a serem unicamente chamados à civilização pelos demorados meios da catequese, e que ainda restem (sic) tantos nos sertões, devorando-se uns aos outros, vexando o país e degradando a humanidade"¹¹.

A crueza de suas frases tem sido assinalada por vários autores brasileiros. Principalmente quando ele, Varnhagen, apóia-se no exemplo dado pelo colonialismo francês na Argélia para defender a necessidade da guerra contra os povos brasileiros.

"Longe de condenarmos o emprego da força para civilizar índios... é forçoso convir que não havia algum outro meio para isso. Nós mesmos, hoje em dia, havemos de recorrer a ele, quer em benefício do país, que necessita de braços, quer para desafrontar a dignidade humana, envergonhada de tanta degradação, quer finalmente a benefício desses mesmos infelizes que, ainda quando reduzidos à condição dos africanos escravos na nossa sociedade, logriam uma vida mais tranqüila e segura do que aquela que proporciona a medonha e perigosa liberdade de seus bosques. Empregue-se a guerra, se tanto for mister, para conseguirmos estes fins. Em geral a guerra tem sido um grande meio civilizador entre os homens. Exemplo recente temos na Argélia, submetida ao domínio civilizador da cristianíssima França"¹².

Afonso de E. Taunay, em sua *História das bandeiras paulistas*, evita fazer uma caracterização do papel sinistro dessas guerras contra os povos indígenas, sob a alegação de que essas violências foram também praticadas por outros povos europeus, e não apenas por portugueses e espanhóis. São coisas da época, diz ele, apoiando-se nos versos de um poeta hispano-americano, Quintana, segundo os quais: "Su atroz codícia, su inclemente saña/Crimen fueron del tiempo y no de España". Embora reconhecendo que nos primeiros séculos de vida da América a



escravidão de negros e índios foi acompanhada de um cortejo de injustiças, violências e crueldades, Taunay acaba tratando de forma ufanista as proezas armadas do bandeirismo de apresamento. Chega inclusive a dizer que são “ínúteis e ridículas”¹³ as tentativas daqueles que tentam obscurecer o vulto dos feitos épicos dos bandeirantes contrapondo-lhes a crueldade da conquista, pois o regime do *homo homini lupus* está em vigor até hoje. Graças a esse raciocínio simplista, a violência cometida por outros europeus (Taunay cita pilhagens coloniais cometidas por franceses, ingleses, holandeses e dinamarqueses) contrabalançaria a violência que os portugueses cometeram. Ou seja, a guerra justifica a guerra e o historiador não pode nunca julgar. Ou melhor, não pode criticar, pois pode enaltecer os feitos épicos do colonialismo como acontece na *História das bandeiras paulistas*.

O raciocínio de Taunay é, às vezes, de um cinismo tão grande que o leva a ironizar em cima de questões gravíssimas. Diante de uma apreciação crítica como a de Handelman, sobre o ciclo da preia ao índio, Taunay subestima a violência em nome de violências maiores, como se uma pudesse compensar a outra. Diz ele:

“O regimento do *homo homini lupus* floresce até hoje e durante a segunda conflagração mundial teve dias sobremodo ‘gloriosos’, como talvez jamais os contou, com o extermínio de milhões de criaturas. (...) Grande coisa, pois, que no Brasil dos primeiros séculos haja existido este ciclo da preia ao índio que Handelman chama uma das mais negras manchas da história brasileira e para a qual não há nenhuma desculpa”¹⁴.

Estas reflexões de Taunay foram feitas já no final de sua vida, em 1951, quando saiu a primeira edição da obra acima citada, síntese feita por ele próprio, em três volumes, de sua monumental *História geral das bandeiras paulistas*, em onze volumes, publicada entre 1924 e 1950. Estamos citando a edição de 1951 para mostrar como até datas relativamente recentes a historiografia tradicional manteve seus pontos de vista etnocentristas em relação aos índios. Affonso de E. Taunay, pesquisador de erudição notável, ainda estava dizendo, em 1951, coisas parecidas com o que dissera frei Vicente do Salvador trezentos anos antes, em sua *História do Brasil*. Embora só tenha se tornado conhecida no final do século XIX, esta obra data do início do século XVII, e é considerada a primeira história do Brasil escrita por um brasileiro. Falando dos índios, frei Vicente do Salvador faz a seguinte afirmação, em tom pejorativo, que hoje se tornou famosa: “e o pior é que também carecem de fé, de lei e de rei”¹⁵. Para ele os índios só se distinguiam “em serem uns mais bárbaros que outros (posto que todos o são assaz)”¹⁶.

Rocha Pombo, no segundo volume de sua *História do Brasil*, dedicado ao regime colonial, refere-se aos indígenas do Norte e Nordeste como matilhas de depredadores, dificilmente subjugáveis. Sua conclusão refletia a mentalidade dominante no Brasil da época: “A violência se tornou o único recurso de arranjo entre as duas raças”¹⁷. Durante muitas décadas seus livros foram amplamente utilizados como textos didáticos nas escolas e universidades. Daí a importância de se perceber os efeitos multiplicadores da visão social de mundo que eles

transmitem. Falando da escravização de indígenas, na época do bandeirismo de apresamento, diz ele:

“É esse instinto de façanha, essa cruel despiquidade com o gentio, esse espírito depredador, que vão fazer na América, em prol da monarquia portuguesa, o que não se tinha conseguido por astúcia, ou por legítimo esforço diplomático, fazer em Tordesilhas”¹⁸.

Estas não são frases secundárias no conjunto de sua obra. Rocha Pombo teorizou sobre a razão dos vencedores e a inutilidade dos belos ideais de justiça, no que diz respeito à questão indígena. Diz ele:

“Na história (nunca é demais repeti-lo), temos que ver, antes de tudo, os grandes lances que interessam à civilização do mundo, ou das nações, sem muito inquirir dos impulsos que agitam os atores, sem a preocupação de controverter os processos mediante os quais triunfaram, e que é preciso supor sempre os únicos possíveis, consentâneos com a índole do homem no seu tempo, e com a natureza da obra a realizar. Sem aquela segunda classe de indivíduos – a dos aventureiros – não se teria feito certamente a conquista do interior, que foi na América um ciclo admirável, que não teve símile em ponto algum outro do continente. Para aquela função excepcional, só mesmo homens que fossem de ténpera ainda mais dura, resistente e tremenda do que a daqueles que primeiro haviam posto pé nas novas terras. Criaturas normais, afeitas ao trabalho pacífico e profundo, levadas de impulsos generosos, ou pios intentos, dirigidas de algum belo ideal de justiça, amando a ordem, rendendo culto ao direito e à razão – criaturas assim nada fariam aqui”¹⁹.

A crítica que hoje se faz aos métodos violentos utilizados por luso-brasileiros durante o regime colonial não peca por anacronismo. Porque ela se baseia em críticas que foram feitas na época por pessoas que estavam em desacordo com a mentalidade da maioria, contrárias à política que acabou triunfando. Ou seja, pessoas que nos levam a pensar que não é preciso supor, como afirmava Rocha Pombo, que os processos que triunfaram eram os únicos possíveis. Milhares de homens e mulheres de língua tupi, jê ou aruak, morreram lutando e pensando em outras saídas possíveis. O fato de terem sido derrotados, e de não terem escrito para registrarem suas idéias e versões dos fatos, não diminui essa evidência. Frei Vital de Frescarolo, monge capuchinho italiano, assim se refere às atrocidades que viu no Nordeste, sem nenhuma condescendência para com os colonos: “O processo de atirar, chumbar, acutillar, espancar, matar e picar deu lugar à dizimação das comunidades indígenas nordestinas”²⁰.

Em sua *História do Brasil*, em sete volumes, Pedro Calmon também se mantém dentro da visão que a historiografia tradicional perpetuou em relação ao índio. É no segundo volume que ele trata de forma mais detalhada da questão indígena. Embora reconhecendo que “esta terra tinha dono”, “era do índio”²¹, Pedro Calmon trata os antigos habitantes de forma muito contraditória. Ora aparecem como bárbaros, “tão bárbaros que viviam pelo mato como bichos”²², ora como “capazes de fidelidade e vida associativa”²³. A primeira edição da obra de Pedro Calmon é de 1935, em cinco volumes, e nela ainda é compreensível que



o autor utilizasse uma terminologia tão ultrapassada como a de tapuias para designar as tribos não-tupi, posto que o desenvolvimento da antropologia, no Brasil, naquela época, ainda era apenas embrionário. Mas na edição ampliada de 1959, em sete volumes, feita pela Editora José Olympio, e amplamente utilizada pelos estudantes de história da época, a manutenção da mesma terminologia revela apenas o grande divórcio que foi se estabelecendo entre o trabalho dos historiadores e o dos antropólogos. Pedro Calmon foi reitor da Universidade do Brasil, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ministro da Educação durante o governo Dutra, em 1949 e 1950. É, portanto, muito grave quando um pensador com tanta responsabilidade afirma que os índios no Brasil eram uma verdadeira praga²⁴. O etnocentrismo não podia ser mais evidente: índio visto como bicho e como praga.

A favor do senhor Pedro Calmon, assinale-se, porém, que em algumas passagens de sua *História do Brasil* ele expressa um ponto de vista contrário ao que afirmara anteriormente. Depois de ter chamado os tapuias de bichos e de praga, reconhece que eles “jamais se deixaram domesticar”²⁵, tendo sido “inimigos inclementes da colonização”²⁶, o que lhes confere um caráter quase heróico na longa resistência frente aos invasores. Quando fala dos tupis sua admiração é maior:

“Tupinambás do São Francisco, potiguaras do Rio Grande do Norte e tamoiós do Rio de Janeiro foram levados à França pelos traficantes de pau-brasil, e observados em Rouen e Paris, alguns mandados ensinar por Francisco I, ouvidos outros por Montaigne, que transcreveu uma canção dos primeiros. O seu belo tipo e caráter altivo contrastavam com o corrupto servilismo dos escravos negros. A tenacidade da guerra que os tamoiós fizeram aos portugueses é um índice de bravura coletiva, raiando em sacrifício total: foram exterminados sem se reduzirem”²⁷.

Se a frase acima expressa um ponto de vista um pouco menos preconceituoso em relação ao índio, ela permanece no entanto cheia de contradições: os bárbaros continuam sendo os exterminados e não os exterminadores, sobrando ainda para os negros a inverídica caracterização acima. O complexo e terrível mecanismo de sujeição e dominação colonial não pode nunca ser reduzido a esse hipotético “servilismo corrupto dos escravos negros”. O texto de Pedro Calmon é muito contraditório, e sua ampla utilização nas escolas nos dá uma idéia do processo de produção e reprodução das ideologias etnocentristas no Brasil.

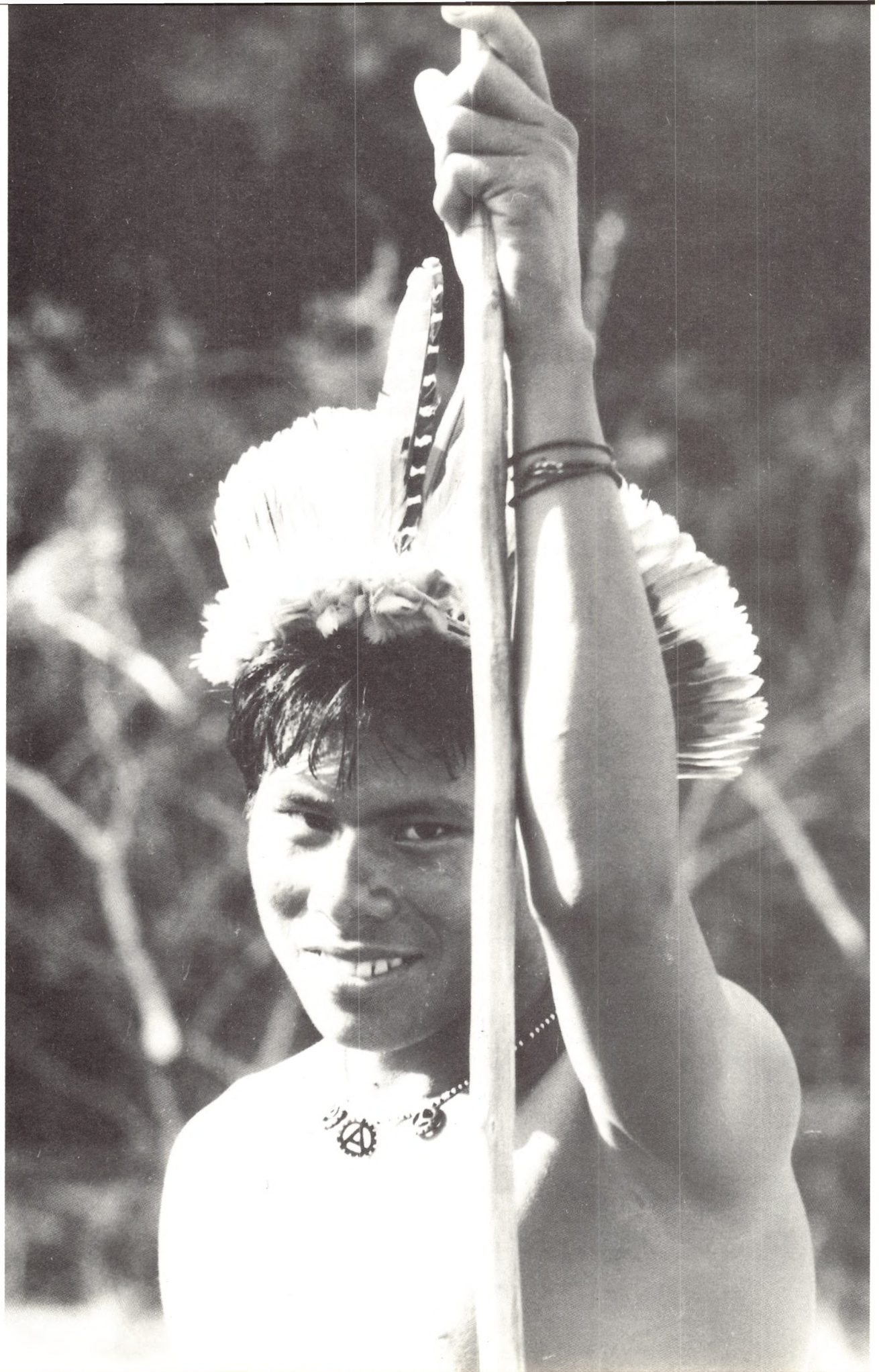
Oliveira Viana é ainda mais conservador em relação a índios e negros. Em seu livro *Populações meridionais do Brasil*²⁸, que apareceu pela primeira vez em 1920, com várias edições posteriores, Oliveira Viana tem um capítulo dedicado às lutas contra negros e índios feitas por bandeirantes, no qual ele exalta a violência e mostra de forma preconceituosa e racista o baixo povo rural, formado por mestiços desocupados, ociosos e vagabundos. Segundo ele, cada domínio rural avançado no terreno é uma vedete contra a selvageria. A guerra é louvada e valorizada insistentemente, principalmente quando o autor fala do gaúcho e do Rio Grande do Sul, enquanto que o negro e o índio são considerados inferiores, sem nenhuma ambigüidade, embora ele próprio, Oliveira Viana, fosse mulato, o que revela toda a complexi-

dade psicológica que está por detrás dessa historiografia ultra-conservadora. Admirador de Gobineau, que residira no Rio de Janeiro durante um ano, e cuja correspondência com D. Pedro II foi editada no Brasil por Georges Raeders, Oliveira Viana trata o índio como um bárbaro absolutamente fechado dentro de sua mentalidade bárbara, estranho à nossa vida, constituindo o maior obstáculo para a expansão da colonização, razão pela qual ele caracteriza a conquista da terra como um empreendimento essencialmente guerreiro, sem o qual não teria sido vencida a massa hostil da bugreria exasperada. Seu racismo levou-o a afirmar que o índio, “cuja inteligência não parece superior à do negro, embora ambos pertençam a um tipo inferior, não se civiliza porque desdenha e, mesmo, repugna nossa civilização”. Já o negro a “imita e macaqueia”²⁹. Oliveira Viana foi professor na Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro, participou da comissão encarregada de redigir o anteprojeto de constituição, a ser apresentado à Assembléia Nacional Constituinte de 1933-1934, e era membro da Academia Brasileira de Letras.

Assim como nem todos os cronistas coloniais transmitiram uma imagem negativa do índio, como Fernão Cardim por exemplo, também na chamada historiografia tradicional vamos encontrar autores que vêem a questão indígena com outros olhos. Constituem, porém, uma minoria. É o caso de Capistrano de Abreu, que em seus *Capítulos de história colonial* considera que “cumpria amparar a pobre gente das violências dos colonos”³⁰. Refere-se ele³¹ à cobiça dos colonos, aos governadores venais, aos padres e frades simoníacos, aos legisladores incoerentes, à legislação instável, aos papéis sediciosos, às expulsões e exprobações, terminando por dizer (apoiado em palavras de Vieira) que os alicerces da sociedade brasileira “assentaram sobre sangue, com sangue se foi amassando e ligando o edifício”³². Estamos aqui, portanto, muito distantes daquele quadro idílico no qual a cordialidade aparecia como um dos traços mais característicos da formação histórica brasileira.

Não só os historiadores tradicionais transmitiram uma imagem deformada: também muitos sociólogos e ensaístas, no século XIX e primeiras décadas do século XX. Gilberto Freyre, por exemplo, num livro que exerceu tanta influência como *Casa grande e senzala*, ainda usa expressões do tipo “raça atrasada”³³, em relação aos indígenas brasileiros, ou “bandos de crianças grandes”³⁴. Em seus últimos ensaios, esta posição negligente quanto à situação dos indígenas seria levada a extremos absurdos, com o autor apoiando de forma incondicional e louvaminheira a construção da rodovia Transamazônica pelo general Garrastazu Médici, como acontece no capítulo intitulado ‘Em torno do desafio das selvas brasileiras’, de seu livro *Homens, engenharias e rumos sociais*³⁵, editado em 1987, ano de sua morte.

Deixando de lado seu estranho hábito de incluir num ensaio sociológico referências elogiosas a políticos contemporâneos (Jarbas Passarinho, Mário Andreazza), como já havia feito três décadas antes em relação a Salazar, em seu *Aventura e rotina*, onde tratou da situação das antigas colônias portuguesas na África, observamos que Gilberto Freyre em seu último livro usa repetidas vezes o conceito de autocolonização para referir-se a um processo histórico que merece ser analisado, e que é o mesmo que eu, neste artigo, chamaria de colonialismo interno, expressão, a meu ver, muito mais condizente com a realidade.



Autocolonização é um termo que dá a idéia de que os brasileiros na Amazônia e no Centro-Oeste estão ocupando apenas espaços vazios, terras não-pertencentes a ninguém, daí sua análise autointerpretativa.

Tanto no Mato Grosso como em Rondônia e em Roraima não é isso o que vem se verificando com as estradas abertas nos últimos anos, que têm atravessado terras de outros povos, terras indígenas, inclusive o Parque Nacional do Xingu, no caso da rodovia Cuiabá-Santarém, gerando constantes ameaças para a população autóctone. Os índios não fazem parte das preocupações de Gilberto Freyre nos seus elogios à Transamazônica. O único futuro que lhes resta é o de serem nacionalizados, como diz ele. Ou seja, o de deixarem de ser caiapó, ou outro povo qualquer, e se tornarem brasileiros. Mais precisamente: brasileiros de terceira classe, sem terra e sem acesso à cultura alheia, privados de suas terras ancestrais e de sua própria cultura. No fundo, o que Gilberto Freyre expressa, ao falar de nacionalização dos indígenas, é a recusa de aceitar o Brasil como país pluriétnico. A mestiçagem que ele prevê para a região amazônica, com o abasileiramento dos povos indígenas, é uma hipótese que só acontecerá em parte. No caso da BR-174 e dos uaimiri/atroari, as estradas mal planejadas, ou planejadas em função dos interesses exclusivos dos brasileiros, têm provocado a quase extinção desses povos indígenas, e não a mestiçagem.

Outra dimensão presente no conceito de autocolonização utilizado por Gilberto Freyre é aquela que opõe essa penetração da Amazônia, feita por brasileiros, a uma outra, hipoteticamente ameaçadora, que poderia ser feita por colonialistas estrangeiros, norte-americanos ou europeus, caso o Estado brasileiro não assumisse a dianteira. Embora essa possibilidade não possa ser teoricamente descartada, pois já teve antecedentes históricos, assinalados por Artur C. F. Reis, entre outros, ela é atualmente muito improvável e revela no mínimo a ingenuidade de Freyre em achar que aqueles que escancararam as portas da Amazônia (e do resto do Brasil) para as empresas estrangeiras e o capital financeiro internacional, a partir do golpe militar de 1964, poderiam vir a defendê-la de forma conseqüente.

Esse nacionalismo puramente verbal revela apenas aquele caráter que a burguesia brasileira sempre teve: colonialista e colonizado, ao mesmo tempo. O resto faz parte da visão de mundo do grande mestre pernambucano, que não vacilou em escrever coisas desse tipo:

“A importância da presença militar na Amazônia brasileira antecipou-se à própria Transamazônica, quer como presença apenas militar, quer como presença mais que militar. Mais que militar porque vem atuando como força assimiladora do selvagem a um tipo já nacionalmente brasileiro de vivência e de convivência, e porque vem domando, domesticando, disciplinando a própria selva: fazendo-a, de algum modo, obedecer a vozes de comando que, sendo militares, são civilizadoras, e, além de civilizadoras, abasileirantes”.

Victor Leonardi é professor do Departamento de História da Universidade de Brasília, e colaborou, neste número, como editor associado.

Notas

1. Thomas Georg, *Política indigenista dos portugueses no Brasil*. São Paulo, Edições Loyola, 1982.

2. Heriarte, M. *Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas*. Viena, 1874.
3. Elliot, J. H. *O velho mundo e o novo 1492-1650*. Lisboa, Editorial Quercus, 1984, p. 59.
4. Elliot, J. H. Op. cit., pp. 60-61.
5. Veríssimo, J. *História da literatura brasileira*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963, pp. 200-201.
6. Saguier, R. B. 'El mundo indígena y la literatura latinoamericana contemporánea', in *Cultura y sociedad en América Latina y el Caribe*. Paris, Unesco, 1981, pp. 81-97.
7. Varnhagen, F. A. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1877, 2. ed., Tomo I, p. 213.
8. Varnhagen, F. A. Op. cit., p. 210.
9. Rodrigues, J. H. *História e historiografia*. Petrópolis, Vozes, 1970, pp. 123-124.
10. Varnhagen, F. A. *História geral do Brasil*. Op. cit., p. 214.
11. Idem, p. 215.
12. Citado por Berta Ribeiro, *O índio na história do Brasil*. São Paulo, Global Editora, 1987, p. 83.
13. Taunay, Afonso de E. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1975, p. 20.
14. Taunay, Afonso de E. Op. cit., p. 20.
15. Salvador, Frei Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1975, p. 78.
16. Salvador, Frei Vicente do. Op. cit., p. 77.
17. Pombo, R. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, W. M. Jackson Inc. Editores, 1942, vol. II, p. 14.
18. Pombo, R. Op. cit., p. 285.
19. Idem, p. 282.
20. Citado por Estevão Pinto. *Os indígenas do Nordeste*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935.
21. Calmon, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, vol. II, p. 321.
22. Calmon, Pedro. Op. cit., vol. II, p. 328.
23. Idem, p. 329.
24. Ibidem, p. 329.
25. Ibidem, p. 329.
26. Ibidem, p. 329.
27. Ibidem, p. 329.
28. Viana, Francisco José de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1930.
29. Viana, Francisco José de Oliveira. Op. cit., p. 285.
30. Abreu, J. Capistrano. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963, p. 76.
31. Abreu, J. Capistrano. Op. cit., p. 137.
32. Idem, p. 138.
33. Freyre, G. *Casa grande e senzala*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963, p. 149.
34. Freyre, G. Op. cit., p. 15.
35. Freyre, G. *Homens, engenharias e rumos sociais*. Rio de Janeiro, Record, 1987.

Resumen

HISTORIA Y PREJUICIO

Como América no es una sola, su historia se narra en plural. Sus escritos depende de sus conjeturas. Con el pasar de los años cambian las connotaciones de los acontecimientos. Se transforman los conceptos en función de sus vectores de comprensión. Es el caso del indígena. Progresivamente fue asimilado por la historiografía para confirmar la eficacia de la colonización. Al desvalorizarse su imagen, el nativo perdió su autenticidad y la historia, la razón de ser.

Abstract

HISTORY AND PREJUDICE

Since America is not one, its history is recounted in the plural. The way it is written depends on the presuppositions informing it. As time passes, the connotations of events change. Modes of comprehension alter concepts. This has been the case with the Amerinds. Historiography has progressively assimilated them in order to confirm the efficiency of colonization. By having their image depreciated, the natives have lost their authenticity and history its *raison d'être*.



OS NATIVOS EXPLORADOS E HUMILHADOS



MESMO COM O PASSAR DOS SÉCULOS E COM AS TENTATIVAS DOS PESQUISADORES E POLÍTICOS DE APLACAR A IRA DOS POVOS NATIVOS, NÃO SE PODE OCULTAR O ETNOCÍDIO QUE OCORREU NA AMÉRICA. POVOS INTEIROS FORAM DIZIMADOS, CULTURAS RIQUESSIMAS DESAPARECERAM DEIXANDO UM SILÊNCIO E UM VAZIO QUE NEM SEQUER O GRITO ATUAL DE DENÚNCIA CONSEGUE CONFORMAR-NOS.

JOSÉ
OSCAR
BEOZZO



Invasores espanhóis violam mulheres índias

Quem são os assim chamados 'nativos' da América? Nos dias de hoje, são cerca de setenta milhões de pessoas, presentes em todas as nações da América, com exceção do Uruguai e dos países do Caribe. Na Guatemala e na Bolívia, constituem a maioria da população, enquanto no Equador, no Peru ou no México formam a base do mundo camponês e dos migrantes na periferia das grandes cidades. Noutros países, como Brasil, Chile, Argentina, El Salvador, Costa Rica, foram reduzidos a minorias acuada. São herdeiros de uma história antiga que remonta, segundo descobertas recentes, a 42 mil anos, com suas raízes no continente asiático, mas também nas ilhas da Polinésia. Formavam, à chegada dos europeus, um mosaico riquíssimo de povos, falando mais de duas mil línguas, um quarto das quais sobrevive ainda hoje. Podiam agrupar-se em pequenos clãs de quarenta ou cinquenta famílias, ou estar organizados em vastos impérios, como o asteca, com cerca de vinte milhões de súditos, ou o incaico, com população ligeiramente inferior, mas espalhando-se por mais de cinco mil quilômetros, do sul da Colômbia ao rio Maule, no Chile, numa extensão maior do que a do império romano, em seu apogeu. Para efeito de comparação, a Espanha, à época da conquista, contava com 3,5 milhões de habitantes e Portugal, com um milhão. Viviam da caça, da pesca, da coleta de frutos, mas também da domesticação de plantas e animais que desabrocharam em grandes civilizações agrícolas. Ao lado do arroz do Oriente, do trigo que se espalhou pela bacia do Mediterrâneo, os povos nativos da América criaram civilizações do milho (México, América Central e do Sul), da mandioca (Caribe e América do Sul), da batata (altiplano andino) e ainda brindaram o mundo hodierno com algumas de suas plantas e frutos básicos: cacau, fumo, quina, borracha, pimentas e pimentões, abacate e abacaxi.

Dentre esses povos, há os que vêm de um contato secular, do tempo da conquista, enquanto outros o recusam até hoje. Na Amazônia brasileira, uns vinte grupos arredios seguem isolados e sem contato com o mundo dos brancos. Confrontados com a perspectiva dos quinhentos anos (1492-1992), lideranças de quinze diferentes nações indígenas, reunidas em uma consulta ecumênica, em Quito, Equador, afirmaram seu total repúdio a celebrações triunfalistas pelas seguintes razões:

“1. Não houve o tal descobrimento e evangelização autêntica como se tem querido apresentar, mas sim uma invasão com as seguintes implicações:

- a) Genocídio pela guerra de ocupação, pelo contágio com enfermidades européias, morte por sobreexploração e pela separação entre pais e filhos, provocando a extinção de mais de 75 milhões de irmãos nossos.
- b) Usurpação violenta de nossos domínios territoriais.
- c) Desintegração de nossas organizações sociopolíticas e culturais.
- d) Sujeição ideológica e religiosa em detrimento da lógica interna de nossas crenças religiosas”¹.

É neste contexto, pois, que iremos abordar o tema dos nativos humilhados e explorados, procurando unir os fios do passado e do presente, apontando também os movimentos de luta pela recuperação da dignidade perdida. ‘Humilhação’ refere-se diretamente a tudo o que ofende a dignidade da pessoa humana e aos valores culturais, morais e espirituais de uma comunidade ou povo. ‘Exploração’, ao invés, conota mais de perto a ordem

econômica e os mecanismos político-sociais e jurídicos para legitimar distintas formas de trabalhos forçados e, no limite, não-remunerados. A exploração nunca deixa de vir acompanhada de algum tipo de humilhação e alcança perfeita simbiose quando, para melhor explorar, lança-se mão da escravização. Esvaziada de qualquer direito, a pessoa é aí reduzida à condição jurídica de propriedade movente, como as bestas de carga, e capitulada nos contratos comerciais, como qualquer outra mercadoria, como se vê no código filipino espanhol do século XVI.

A humilhação é algo global e indivisível, mas pode chegar por diferentes caminhos. O processo da conquista e da colonização tirou dos indígenas a condição de sujeitos do seu próprio destino fazendo-os curvar-se ao mando e ao arbítrio de outrem. A imagem do indígena curvado, expressão corpórea de sua nova sorte, em contraste com a anterior altivez. Já está presente neste verso maia da primeira metade do século XVI: "Retamente erguido ia seu corpo então..."².

O trauma irreparável da conquista, com seu cortejo de destruição, ficou igualmente gravado na memória indígena, como patenteia este canto triste composto provavelmente em 1523, logo após a tomada por Cortés, de Tenochtitlan, a capital dos mexicas:

"O pranto se alonga,
as lágrimas gotejam ali em Tlatelolco.
Já se foram os mexicanos navegando;
assemelham-se a mulheres;
a fuga é geral.
Aonde vamos? Ó amigos! Logo foi verdade?
Já abandonaram a cidade do México...
Chorai, amigos meus,
entendei que, com estes fatos,
perdemos a nação mexicana"³.

No império incaico, o massacre de Cajamarca, a prisão de Atahualpa e seu assassinato, após um simulacro de julgamento, desnorteia completamente o povo, como se vê nesta elegia a Atahualpa:

"Sob o estranho império, acumulados os martírios, e
destruídos,
perplexos, extraviados, negada a memória,
sós;
morta a sombra que protege,
choramos,
sem ter a quem e aonde volver.
Estamos delirando..."⁴.

Outro texto, o do anônimo de Tlatelolco, escrito em náhuatl em 1528, toca também a humilhação a que foram submetidas as mulheres indígenas: "...E quando eles foram feitos prisioneiros, foi quando a população começou a sair a ver onde se estabelecer. E, ao sair, iam maltrapilhos, as mulherzinhas levavam as carnes dos quadris quase desnudas. E por todos os lados os cristãos examinam. Abrem-lhes as roupas, por todos os lados passam-lhes a mão, por suas orelhas, por seus seios, por seus cabelos"⁵. Este é o início apenas de um processo onde, de um lado, estão homens brancos, europeus, militar, política e ideologicamente vencedores e, de outro, mulheres de um povo derrotado. A celebrada mestiçagem latino-americana nunca se dá en-

tre um indígena e uma mulher européia, mas sim entre o homem europeu e a mulher indígena ou africana na condição de vencida e quase sempre de serva ou de escrava, muito raramente de esposa.

Guamán Poma de Ayala, o indígena quéchua que escreve o mais duro libelo contra os abusos do sistema colonial, faz um apelo patético ao rei, para que retire dos povoados indígenas, os espanhóis, os negros e os mulatos, responsáveis por uma mestiçagem que ia acabando com o mundo indígena, pois o fruto destas uniões era sempre um acréscimo ao mundo do colonizador e o fim da reprodução, não apenas cultural, mas até mesmo biológica dos povos nativos: "...E viu mais outra meia província de índias feitas putas... todas carregadas de meia dúzia de mestiços e mulatos, cholos, cafuzos. Por serem tão grandes putas, já não querem casar-se com seus iguais, os índios. ...E assim se ausentam os ditos índios e não se multiplicam e se despo-voam e se acabam as povoações"⁶.

Esta mesma experiência de destruição implacável e gratuita, de morte anunciada e consumada, de ameaça à sobrevivência étnica, cultural e espiritual, é vivida hoje pelo povo Yanomami, na fronteira entre Brasil e Venezuela. Eles habitam a área há três mil anos e constituíam uma das últimas culturas intocadas da América. Agora estão sendo dizimados pela incúria do governo brasileiro que fechou os olhos à invasão de quarenta mil garimpeiros de ouro que estão envenenando as águas com mercúrio, estuprando mulheres e crianças e transmitindo doenças venéreas, gripe, malária e tuberculose, todas elas mortais para os Yanomami. O grito do chefe Davi Yanomami, que acaba de receber o prêmio Global da ONU, é um eco perfeito dos poetas do século XVI:

"O governo não está nos respeitando. Ele pensa em nós como animais...

Eu sou Yanomami. Nós Yanomami pensamos que o homem branco era bom para nós. Agora eu estou vendo que é a última invasão da terra indígena; as outras já estão invadidas. Chegaram para tomar a nossa terra.

Estão tomando.

A mesma coisa aconteceu lá fora com outros irmãos índios da América. Agora acontece aqui na nossa terra.

O governo não deveria fazer isso. Ele sabe que nós somos os brasileiros mais antigos, que nascemos aqui, nos chamamos Yanomami...

Eles só conhecem o negócio de dinheiro.

O nosso pensamento é a terra.

O nosso interesse é preservar a terra, para não criar doença para o povo do Brasil, não só do índios...

Nós Yanomami estamos morrendo por causa de doenças: malária, gripe, disenteria, doenças venéreas, sarampo, catapora e outras doenças que índio não conhecia, trazidas pelos garimpeiros que vêm de fora...

Essas doenças a gente não consegue curar, os pajés não conseguem...

Nosso costume é melhor que o dos brancos, pois nós preservamos os rios, igarapés, lagos, montanhas, a caça, os peixes, as frutas, açaí, bacaba, castanha, cacau, ingá, buriti, o que já tem, o que Oman criou.

Eu, Davi Kopenawa Yanomami, quero preservar isso tudo...

Nós Yanomami queremos que as serras sejam respeitadas,

não queremos que sejam destruídas. Queremos que estes lugares sejam preservados para não acabar com nossa história, com nossos espíritos...

Gostaríamos que os brancos entendessem esta história antiga, que a respeitassem”⁷.

O elo que une os poemas tristes dos povos vencidos na conquista e a denúncia desesperada de Davi Yanomami diante do genocídio do seu povo, tem o mesmo resultado final: um povo convertido em estrangeiro em sua própria terra, despojado de seu território, de sua história, de sua memória, devastado pela doença, pela morte, os sobreviventes sendo tratados como animais.

Há porém uma humilhação mais profunda e sutil, pois acrescenta à destruição material uma destruição simbólica que priva todo um povo das razões de viver e sobreviver. Língua e religião formam a tessitura última desta dimensão, e serão usadas como instrumento deliberado de dominação. Valha para a língua o testemunho do marquês de Pombal, o todo-poderoso ministro do projeto iluminista de d. José I de Portugal (1750-1777). Pombal proibiu, no Maranhão e no Brasil, o uso das línguas indígenas, até mesmo na catequese, e explica o fundamento teórico da medida, no Diretório de 1757, para as aldeias indígenas da região amazônica: “Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações que conquistaram novos domínios introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência que, ao mesmo passo que se introduziu o uso da língua do Príncipe que os conquistou se lhes radica também o afeto, a veneração e a obediência ao mesmo Príncipe”⁸.

De norte a sul do continente, as línguas indígenas proibidas pelo Estado colonial continuam banidas pelos Estados nacionais, com exceção do Paraguai, onde o guarani é reconhecido como língua nacional ao lado do espanhol, embora, na prática, toda a vida pública se desenrole em espanhol, enquanto o guarani é relegado à língua doméstica. A língua materna do indígena é para ele fonte de discriminação, humilhação e chacota. Sirva de exemplo o testemunho hodierno deste indígena guatemalteco, convertido à força em soldado: “Desde o primeiro dia, quando cheguei ao quartel, disseram-me que meus pais eram tontos” – e que também ele o era, por ser indígena – “Meus pais são uns tontos porque não sabem falar, e que a mim me iam ensinar a falar, como deviam falar as pessoas. Começaram então a ensinar-me o castelhano e deram-me um par de sapatos que custou-me usar. Entretanto tinha que usá-los à base de pancadas. Batiam-me para que eu me acostumassem”⁹.

Inversamente, a recuperação da língua é fonte de renascimento humano e espiritual. As comunidades indígenas aymara do lago Titicaca, ao lograrem constituir-se em Igreja Metodista Aymara, abriram caminho para o culto em sua língua e para terem pastores e bispos aymara, numa clara afirmação de sua dignidade e de sua identidade reencontradas.

Dom Pedro Casaldàliga, bispo de São Félix do Araguaia, ao entregar para publicação a gramática dos Tapirapé, minúsculo povo em vias de extinção e agora renascendo, comentava:

“Fazer a gramática de um povo, pode ser codificar apenas um passado, pode ser também propiciar mais sistematicamente um futuro. Porque a língua escrita é como a infra-estrutura da alma falada. Os autores desta gramática... apostam no futuro da nação Tapirapé, querem servir à afirmação de um povo em risco de extinção trinta anos atrás, e hoje se multiplicando em filhos, em consciência étnica e na prática militante de garantir as próprias terras e a autodeterminação. Os índios Tapirapé, autores primeiros e senhores de sua língua falada ou escrita, se encontrarão nesta gramática, como num álbum de família, e se afirmarão, com ela, como Tapirapé, falando Tapirapé. Eles já salvaram sua terra, mesmo que sucessivamente cambiante e dizimada. Salvem também sua língua plenamente. Sobrevivam, cresçam, floresçam como Povo Tapirapé”¹⁰.

Se a língua é o campo simbólico estruturante do cotidiano e do pensamento, a religião fornece as razões para se viver. Na América, vêmo-la igualmente convertida em elemento deliberado de dominação, pela íntima conexão entre o projeto político-econômico do Estado e o desígnio missionário da Igreja, amalgamados no instituto do Padroado Régio, tanto espanhol como português. Valemo-nos porém do testemunho de Barleus, calvinista holandês e cronista do período de ocupação batava do nordeste brasileiro (1630-1654), para mostrar como este uso da religião é comum aos projetos coloniais: “Para firmarmos o poder, sem dúvida valemo-nos também das opiniões religiosas. Cada qual toma a que escolheu como instrumento idôneo para procurar a segurança em benefício não só da salvação dos homens mas também da dominação”¹¹.

Esta dupla articulação entre dominação política e imposição religiosa é que torna sem saída para o mundo indígena a sua situação de derrotado, não apenas militarmente, mas também espiritualmente. É o grito sem esperança que emerge do dramático diálogo entre os doze primeiros franciscanos do México (1524) e alguns dos sábios sacerdotes astecas, sobreviventes do desastre de sua nação. Dizem esses sábios:

“Vós dissestes
que nós não conhecemos
ao Senhor que está perto e conosco,
aquele de quem são os céus e a terra.
Dissestes
que não eram verdadeiros nossos deuses.
Nova palavra é esta,
a que falais,
por causa dela estamos perturbados,
por causa dela estamos incomodados...
Somos gente simples,
somos perecíveis, somos mortais,
deixai-nos, pois, morrer,
deixai-nos perecer,
pois nossos deuses já estão mortos”¹².

Bem depressa os indígenas da América vão dar-se conta da lógica implacável da conquista, movida por uma cobiça insaciável de ouro. A acumulação de riquezas nas mãos dos europeus não se fez sem um saque sistemático dos bens materiais dos indígenas americanos e sem a sua exploração como mão-de-obra na economia colonial.

Nos textos maias da conquista já está presente a percepção da carga de miséria que se seguiria à conquista:

“Ai de vós,
meus Irmãos Menores,
que no 7 Ahau Katún,
tereis excesso de dor
e excesso de miséria,
pelo tributo reunido
com violência,
e antes de tudo entregue com rapidez!
Diferente tributo amanhã
e finda a manhã dareis,
isto é o que vem, filhos meus.
Preparai-vos para suportar a carga da miséria
que vem sobre vossos povos...”¹³

Guamán Poma, o indígena que por trinta anos, já velho e arqueado, percorreu os caminhos do Peru, em busca “dos pobres de Jesus Cristo” – assim chamava ele aos indígenas empobrecidos pela exploração colonial –, deixou páginas eloqüentes sobre a cobiça dos espanhóis: “Dia após dia, não se fazia nada a não ser pensar em ouro e prata e riquezas das Índias do Peru. Estavam como um homem desesperado, tonto, louco, tendo perdido o juízo com o pensar no ouro e na prata”¹⁴.

A maneira de satisfazer a cobiça era a de submeter os indígenas à servidão, explorando-os sem limites: “E buscavam (os espanhóis) remediar-se, fazendo grandes males e danos aos índios, pedindo-lhes ouro e prata, tirando-lhes suas roupas e comidas. Estes se espantavam de ver gente nunca vista. E assim, por todo o reino, escondiam-se e fugiam dos cristãos”¹⁵.

Essa exploração que começou nas ilhas do Caribe, estendeu-se depois para a chamada ‘Terra Firme’, estruturando-se nas formas clássicas da ‘encomienda’, índios entregues junto com a terra para um grande proprietário; da ‘mita’, índios retirados das aldeias para trabalharem nas minas; e dos ‘obrajes’, índios, mas sobretudo mulheres indígenas obrigadas aos trabalhos de fiar, tecer e de produzir artefatos de cerâmica para a sociedade colonial. Essas formas de trabalho forçado valeram-nos as denúncias proféticas de um Montesinos, no seu sermão do advento de 1511, na Ilha Hispaniola:

“Dizei, com que direito e com que justiça mantendes estes índios em tão cruel e horrível escravidão? Com que autoridade tendes feito guerras tão detestáveis a estes povos que estavam em suas terras, mansa e pacificamente, daí resultando que, em número infinito, os liquidastes, com mortes e estragos nunca ouvidos? Como os mantendes tão oprimidos e cansados, sem dar-lhes de comer e sem curá-los em suas enfermidades, das quais, pelos excessivos trabalhos que lhes impondes, adoecem e morrem, ou melhor dizendo, por vós são mortos, a fim de tirar e de adquirir ouro cada dia?”¹⁶

Valeu-nos também a denúncia apaixonada e sistemática de Las Casas da exploração sem fim a que iam sendo submetidos os indígenas americanos. Longe de constituir-se num exagero, os dados avançados por Las Casas para a ‘destruição das Índias’ são considerados cada vez mais consistentes pelas pesquisas em demografia histórica.

A ingênua esperança de Las Casas, de que a importação de escravos africanos podia aliviar a exploração e o sofrimento dos indígenas, e sua falta de percepção de que as escravidões todas se equivalem, não podendo haver distinção entre nativos americanos ou africanos, levou-o a uma confissão humilde do seu erro:

“Antes que os engenhos (de açúcar) se instalassem, alguns dos moradores que possuíam alguma coisa que haviam adquirido com os suores dos índios e o seu sangue, desejavam obter licença para mandar comprar, em Castela, alguns negros escravos, já que viam que os índios se lhes acabavam. E houve até mesmo alguns que prometiam ao clérigo Bartolomé de Las Casas que se lhes trazia ou obtinha licença para poder trazer para esta ilha uma dúzia de negros, deixariam os índios que possuíam para que fossem postos em liberdade. Ouvindo isto o dito clérigo e como, vindo o rei a reinar, teve muito favor, como se viu acima, e os remédios destas terras lhe foram postos em suas mãos, alcançou do rei que, para libertar os índios, fosse concedido aos espanhóis destas ilhas que pudessem levar de Castela alguns negros escravos”¹⁷.

Logo viu Las Casas que a exploração dos negros veio somar-se à dos índios e não minorá-la:

“Deste conselho que deu o clérigo, não muito depois arrependeu-se, julgando-se culpado por inadvertente, porque, como depois viu e averigou... ser tão injusto o cativoiro dos negros como o dos índios, não foi remédio eficaz o conselho de que trouxessem negros para que fossem libertados os índios, embora ele supusesse que (os negros) eram justamente cativos. Não estava convencido porém de que a ignorância e a boa vontade que teve neste assunto o excusasse diante do juízo divino. Havia então nesta ilha dez a doze negros..., mas dada esta licença e acabada aquela, seguiram-lhes muitas outras e sempre, de tal modo que foram trazidos para esta ilha mais de trinta mil negros, e a todas estas Índias mais de cem mil, segundo creio, e nem por isso melhorou a sorte dos índios ou foram eles libertados...”¹⁸

Sobre esta exploração de índios americanos e negros africanos, interessa-nos o enlace com a reflexão teológica que, de um lado, levantou-se para clamar por justiça e, de outro, enredou-se nas justificativas e legitimação do sistema de trabalho escravo, como caminho aceitável para se evangelizar indígenas e africanos.

Havia consciência que nesta questão estava em jogo não só a credibilidade do evangelho, mas a própria noção de Deus: Deus da vida, defensor dos pobres e pequenos, ou Deus aliado dos poderosos em seu arbítrio e exploração? Montesinos não hesita em ameaçar os espanhóis: “Tende certeza de que, no estado em que estais, não vos podeis salvar mais do que os mouros e os turcos que carecem da fé em Jesus Cristo e nem a querem”¹⁹.

Guamán Poma, por sua vez, conclui que, pela cobiça do ouro e maus tratos infligidos aos indígenas, vão todos ao inferno: os espanhóis corregedores, os padres, os encomendeiros²⁰.

Por detrás do sistema colonial, conseguiram muitos caciques indígenas desvendar a verdadeira teologia que sustentava e da-



Padre Antonio Vieira, missionário da Companhia de Jesus: defensor dos índios no Maranhão
(gravura do Arquivo Ultramarino – Lisboa)

va sentido à aventura da conquista e colonização: "O Deus dos espanhóis é o ouro"²¹. O que está em questão, nesta vigília dos quinhentos anos, é a humilhação e a exploração impostas, ontem e hoje, a indígenas e africanos, suportadas por um projeto político, mas também por uma visão teológica. Os caminhos que trilham hoje os povos indígenas, os movimentos afro-americanos pedem igualmente uma teologia que rompa com o que havia de idolatria no projeto colonizador. Havia a idolatria da cobiça, a idolatria do ouro, a que sucumbiram leigos e clérigos, Estado e Igreja, mas havia também uma idolatria mais sutil, a da versão européia e ocidental do cristianismo, erigida numa espécie de ídolo intocável e ao qual foram sacrificadas as culturas indígenas todas, submetidas a um processo de demonização. Demonizava-se a cultura para poder destruí-la. Por isso, é ainda tão difícil o desabrochar, na América, do rosto indígena de Deus, sem o qual a recuperação da dignidade indígena e o resgate de suas raízes continuarão a meio caminho. Junto com a libertação econômica e social, os povos indígenas da América suspiram por uma libertação cultural e espiritual. A condenação do exclusivismo da versão ocidental do cristianismo já está presente neste belo e trágico poema maia, que se vale do simbolismo da flor, tão central nessa cultura:

"Então tudo era bom
e então os deuses foram abatidos...
não foi assim que fizeram os *dzules* (os estrangeiros = espanhóis)
quando chegaram aqui.
Eles nos ensinaram o medo,
vieram fazer as flores murchar.
Para que sua flor vivesse,
danificaram e engoliram nossa flor..."²²

A glória de Deus é que todas as flores sobrevivam e que as culturas indígenas possam reflorescer, pronunciando o nome de Deus em suas muitas línguas e louvando-o no gênio próprio de seus costumes, danças e cantos.

Uma comemoração dos quinhentos anos deveria passar necessariamente por um gesto penitencial, traduzido numa reparação efetiva da parte dos Estados nacionais e das Igrejas. Aos Estados caberia assegurar ou restituir as terras indígenas sempre roubadas e ameaçadas e, sem as quais, não há vida indígena. Deviam reconhecer igualmente o direito às suas línguas e costumes, num quadro constitucional que definisse o caráter pluriétnico e plurilingüístico das sociedades latino-americanas.

Às Igrejas caberia renunciar ao exclusivismo da versão ocidental-latina do cristianismo no caso da Igreja Católica; ocidental e anglo-saxã no caso das Igrejas Evangélicas, abrindo-se para a alteridade religiosa das culturas indígenas e afro-americanas. Internamente, deveriam caminhar para um inculturar-se respeitoso nas realidades indígenas e afro-americanas, assumindo a defesa intransigente dos seus direitos pisoteados, a luta diuturna pela justiça e pelo fim do racismo e esposando, com alegria, seu mundo espiritual, tão cheio de dores e sabedoria, de secular compromisso com a vida e penetrado de resistência e esperança.

José Oscar Beozzo ocupa funções eclesiásticas na Igreja Católica.

Notas

1. II Consulta Euménica de Pastoral Indígena, *Aporte de los pueblos indígenas de América Latina a la teología cristiana*, Ediciones Abya Yala, Quito, 1986, p. 85.
2. Chilam Balam de Chumayel, apud M. L. Portilla, *A conquista da América Latina vista pelos índios*, Vozes, Petrópolis, 1984, p. 60.
3. Ibid., p. 48.
4. Ibid., p. 100.
5. Ibid., p. 44.
6. Poma de Ayala, Felipe Guamán, *Nueva Corónica y buen gobierno*, Siglo XXI, México, 1980, III, p. 119. Tradução do autor.
7. Davi Kopenawa Yanomami, *Declaração a todos os povos da terra*, Boa Vista (RR), 28 de agosto de 1989, mimeo.
8. *Directorio que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, Maranhão*, Lisboa, 1758, n. 6, apud Beozzo, José Oscar, *Leis e regimentos de missão*, Loyola, São Paulo, 1983.
9. E. Burgos, *Yo me llamo Rigoberta Menchu*, Siglo XXI, México, 1986, p. 176. Tradução do autor.
10. Almeida et alii, *A língua Tapirapé*, Biblioteca Reprográfica Xerox, Rio de Janeiro, 1983, pp. 1-2.
11. G. Barleus, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, EDUSP, São Paulo/Itatiaia, Belo Horizonte, 1974, p. 71.
12. Portilla, op. cit., pp. 20-21.
13. Ibid., p. 62.
14. Poma de Ayala, op. cit., II, p. 347.
15. Ibid., p. 367.
16. B. de Las Casas, *Historia de las Indias*, Fondo de Cultura Económica, México, 1986, II, livro III, p. 441.
17. J. B. Lassègue, *La larga marcha de Las Casas = Textos*, CEP, Lima, 1974, p. 139.
18. Ibid., p. 140.
19. Ibid., p. 78.
20. Poma de Ayala, op. cit., II, p. 347.
21. Cf. Gutiérrez, Gustavo, *Dios o el oro en las Indias, Siglo XVI*, CEP, Lima, 1989, em especial o capítulo III: El oro, mediador del evangelho, pp. 107-133.
22. Portilla, op. cit., p. 60.

Resumen

LOS NATIVOS HUMILLADOS Y EXPLOTADOS

Igual con el pasar de los siglos y las tentativas de investigadores y políticos de aplacar la ira de los pueblos nativos, no se puede ocultar el etnocidio que ocurrió en América. Pueblos enteros fueron diezmados, culturas riquísimas desaparecieron dejando un silencio y un vacío que ni siquiera el grito actual de denuncia consigue conformar.

Abstract

THE HUMILIATED, EXPLOITED NATIVES

Even centuries on and despite the endeavours of researchers and politicians to placate the anger of the indigenous peoples, one cannot simply paper over the ethnocide that was unleashed in the American continent. Entire peoples were decimated and rich cultures disappeared, bequeathing us a resounding silence. None a cry of accusation can be comfort for us.



DEIRANTES CONTINUAM O DESCOBRIMENTO





AS PRIMEIRAS DESCOBERTAS DOS CERRADOS CENTRAIS



DENTRO DA AMÉRICA PLURAL, OBSERVA-SE O DESCOBRI-
MENTO EXPANDIDO, CHEGANDO AO CERRADO. OS MARES A
NAVEGAR SÃO SUBSTITUÍDOS PELA VEGETAÇÃO DO INTERIOR
DO BRASIL. O NOVO MUNDO É O ELDORADO. AS BANDEIRAS
FAZEM AS VEZES DAS CARAVELAS. COM ISTO, O EXPANSIO-
NISMO EUROPEU CRAVA SEUS DENTES NA MATA, PRODUZIN-
DO AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE POVOAMENTO DA TERRA
DE SANTA CRUZ.

PAULO
BERTRAN

A questão do bandeirismo antigo no Brasil dos anos de 1500 e 1600 forjou-se e esgotou-se por excesso de retórica e por seu uso abusivo na construção ideológica do Estado Novo e de períodos seguintes de forte expansão interna no país.

Os 'bandeirantes', heróis do imaginário nacional nos anos de 1930 a 1960, chegaram aos anos finais deste século sob o estigma do opróbrio – grandes matadores de índios, colonizadores cruéis, bandidos sanguinários – em mais uma das crises nacionais. A ideologia de expansão interna que acompanhou a imagem do bandeirante foi se desgastando na exata medida em que a abertura de novas fronteiras no oeste e no norte do país realizava-se também sem maiores soluções visíveis para as crises básicas do século.

Ademais, Hollywood, e a indústria cinematográfica americana, a partir dos anos 1970, empreendeu radical revisão na questão indígena. O *cowboy* americano passou a vilão e o índio a herói ecológico – talvez pelas mesmas razões e na mesma simetria da rejeição brasileira.

Se é profundamente irônica essa ressurreição do indígena rousseauiano, justo quando de quase todo se extinguiu, não menos desinteligente se revelaria o abandono, pelo estigma, da história da colonização européia nas Américas.

CONQUISTAS PRECÁRIAS

A primeira colonização aqui foi aquática. O português era um nauta por excelência, no século XVI. Onde desse calado um bote, lá chegava, munido de bússola e de sextante.

O primeiro mapa conhecido do Brasil, o da biblioteca Estense de Módena, 1502, mostra entre árvores e papagaios, as marcações dos rios Amazonas e do São Francisco. Outro, de 1519, da Biblioteca Nacional de Paris, mostra também o estuário do Prata e inacreditáveis 150 denominações geográficas no Brasil.

Três, quatro homens, a canoa leve, nada mais é necessário, comendo-se peixe e alguma caça, para cruzar, em um ano, o país todo, pulando entre bacias hidrográficas.

A questão do 'conhecimento', da primazia de 'quem chegou aonde', não pode portanto ser colocada. Por hipótese, qualquer português embarcado no São Francisco, no Prata ou no Amazonas, pôde ter chegado a qualquer desses mesmos destinos sem maiores impossibilidades potamográficas, a não ser uns 'varadouros' entre bacias, geralmente pouco extensos. Vistos os primeiros mapas do Brasil, a probabilidade de que isto tenha ocorrido é bastante alta.

Já pelos meados dos anos 1500 nem mais é reinol o grosso dos contingentes sertanistas. São brasileiros, mestiços de branco e índio, amamentados e crescidos na taba, falando a língua geral até dar ingresso em algum colégio da Companhia de Jesus, em São Paulo, em Salvador, em Vitória...

Só pelo profundo conhecimento da alma indígena compreende-se que um mestiço como André Fernandes ousasse, com seus trinta homens, tentar o seqüestro de três mil índios no Araguaia.

Pela força não seria. Antes a lábia, a presunção, com motivos inimagináveis.

Esse conquistador é geralmente um guerreiro. Tem tanto objetivos fixos quanto aleatórios. Descobrir minas. Escravizar índios, caçar, bestar pelo mundo incógnito.

Sua expedição deve ser proporcional aos objetivos. Seu aparato de conquistas comporta, pelo grande número de pessoas envolvidas, ao menos uma ronda de gente guerreira brava e outra de domésticos, de trabalhadores para o alimento para o acampamento e uma fração de investigadores – às vezes até engenheiros de minas –, tudo no emprego de obter riquezas, ou pela persuasão ou pela força.

A bandeira do século XVI, nome geralmente impróprio, é o equivalente a uma companhia de exército da atualidade. Uns cem homens de guerra e o dobro ou o triplo de serventuários em funções de prestação de serviços gerais.

O nome 'bandeira' provém da mesma bandeira ou flâmula ou estandarte que essa tropa carregava, insígnia de brasão de armas ou da coroa real, que por velha tradição das guerras européias transportou-se ao Brasil.

Muitas tinham regimento oficial determinando seus comandantes, os poderes de que dispunham, os objetivos a que se propunham, etc. Raras foram as bandeiras regimentadas e muitíssimo mais as informais, a que se deu nome de 'entradas' ao sertão. A palavra 'bandeirante', por exemplo, só começa a ser empregada no Brasil em fins dos anos 1700.

O CERRADO DESVENDADO

Sobreviver antigamente nos cerrados, as assim chamadas savanas do interior brasileiro, era um exercício da arte ecossistêmica.

Em regiões de chapadas de campo limpo, como em Brasília e na chapada dos Veadeiros, há quinhentos anos atrás haveria grandes manadas de veados, de lobos-guará e outros quadrúpedes que se adaptam mal coletivamente a ambientes de mata. A lembrança permaneceu em nomes regionais: em Guará (DF), o lobão alto, quase um cachorro, e como em Veadeiros (GO), o antilope campeiro.

Ou em sua destinação lúgubre, como no nome antigo de Formosa: Couros, as embalagens do passado.

Caçá-los, apostando em corridas ou em 'esperas' nos bebedouros d'água, era uma arte tanto para o bosquímano da savana africana, quanto para o mongol da estepe siberiana, quanto para o Jê do cerrado brasileiro. São, se contarmos os aborígenes da Austrália, os povos antigos das savanas do planeta Géia, povos especiais na eco-história da humanidade.

Raros em todas as savanas são os vestígios arqueológicos. Nos descampados, os ventos, as chuvas torrenciais e o sol arrasam rapidamente com todo e qualquer vestígio humano.

Em todo o Distrito Federal por exemplo, nos últimos trinta anos, apesar de todo seu solo revirado, não surgiu um único indício arqueológico em toda a vasta e bela região.

Explica-se com facilidade: um animal arisco como o veado campeiro só pode ser abatido por flechas de caniço. Ou no porrete de madeira, dura e pesada, quando no bebedouro da mata.

Sobreviver antigamente nos cerrados, as assim chamadas savanas do interior brasileiro, era um exercício de arte ecossistêmica

Daí terem-se denominado os Jê da região também por 'caceteiros', habilíssimos na quebradura de crânios do colonizador. O Jê, como os outros savaneiros mongóis, bosquimanos e australianos – os povos das savanas – eram fundamentalmente caçadores, de cultura guerreira portanto. Quem sabe bem abater um animal sabe melhor ainda abater um homem. E não deixam vestígios. As armas são de madeira, perecíveis.

No cerne de sua cultura, embora praticassem pequena agricultura desde o ano 1000, predispunham-se ao nomadismo.

De fato, freqüentemente, é o ecossistema que molda o caráter de uma cultura. Entre nós o mongol cavaleiro chamou-se Guaicuru, nação que por pouco não inviabiliza a conquista de Mato Grosso no século XVIII. Ao tempo da guerra do Paraguai, o Império pediu-lhes cavalos e por fim os integrou em batalhões de cavalaria. Como prêmio, ganharam as terras de Bodoquena, onde vivem seus sucessores Kadiwéu.

Neste reino dos cerrados é que se houveram, desde 1589, os índios Jê e os conquistadores paulistas.

Em face do invasor havia no Planalto Central uma raça indígena forte, aguerrida e desde muito antigamente dona dos cerrados brasileiros: os grupos Jê, vulgarizados na literatura do século XIX como os Ubirajara, os Timbira. Os famosos Tapuia, em contraposição aos Tupi.

Há vestígios de ocupação em Goiás datando de 10-15 mil anos atrás. Segundo o prof. Altair Salles Barbosa, até pelo ano 1000 dC, já se estruturavam como tribos de horticultores.

Desde o Piauí, Maranhão e o Pará (Timbira e Caiapó) estendia-se a coluna vertebral do Jê por São Paulo, Paraná e Santa Catarina (Caingangue, Botocudo), como vai bem mostrado no mapa etnográfico de Nimuendaju.

Sob muitos aspectos formaram um império sólido, rústico, incommunicável à língua geral e aos modos gerais mais flexíveis dos Tupi-guarani, donos do litoral brasileiro, os primeiros a confrontarem-se com o colonizador.

Os Jê dividiam-se em diversas nações individualizadas e não raro rivais entre si. Para lembrar apenas os mais antigos e impactantes do ponto de vista histórico, primeiríssimo é o Caiapó, índio que a historiografia do conquistador abomina, por sua alta capacidade de resistência e retaliação, "o mais bárbaro e indômito de quantos produziu a América".

Antigamente ocuparam todo o sul de Goiás a partir da latitude do Distrito Federal, entrando pelo Triângulo Mineiro e Mato Grosso do Sul, onde tiveram suas principais aldeias e onde mais resistiram. Havia também o grupo do norte (Bilreiro) que liquidou com a grande bandeira de Sebastião Paes de Barros (oitocentos homens) em 1671 na confluência Araguaia/Tocantins. Talvez sejam os Caiapó depois encontrados na bacia do Xingu.

Há os Carajá. Há uns mil anos estruturaram-se no vale do Araguaia, vivendo de pesca e caça em tal completude que, embora macro-Jê, desenvolveram uma língua e uma cultura especialíssimas, a ponto de serem confundidos com outras etnias. Eram os Carajaúna e Carapitanguá das bandeiras seiscentistas, aos quais em 1782 o capitão-mor Antonio Telles referia-se desprezivamente e como "moles e patifes".

Se o famoso índio Goiá de todo não for um índio de etnia Tupi, como supomos com base na etimologia da palavra, quase certamente seria um ramo Carajá da bacia do rio Vermelho, onde todos os sítios arqueológicos já pesquisados levam a marca Carajá.

Quando da colonização aurífera no século XVIII, desde a latitude de Brasília para o norte até a confluência do Araguaia, celebrizaram-se os macro-Jê Acroá e Xacriabá. Os Xacriabá ainda existem no São Francisco mineiro. Já os Acroá ou bem estão extintos ou adquiriram denominações novas como nos 'Akué' Xavante e Xerente. Em determinado momento no século XVIII, ocupavam vastas extensões do rio Tocantins.

Outra nação antiga foi a Crixás ou Quirixás, Tapuias, no dizer do cronista Silva Braga (1722), vale dizer Jê. Ocuparam parte do vale do Paranã, a região de Porto Nacional, e obviamente, o vale do rio Crixás, que verte no Araguaia. Segundo uma informação de 1760, teriam emigrado para oeste junto com os índios Goiá, deles não havendo mais notícias. O governador João Manoel de Mello considerava-os os donos primitivos da área goiana de mineração.

Enfim, há outros grupos Jê que só começam a ser nomeados em fins do século XVIII: Xavante, Xerente, Apinajé... Não sabemos se já lá estavam desconhecidos, se teriam chegado mais recentemente, ou até mesmo se não eram denominações novas ou cissiparições de tribos mais antigas.

O mapa de Curt Nimuendaju é absolutamente falível nesse aspecto, mesmo porque não se pretendeu a tal exegese.

AS ILHAS TUPI

Ao cabo de um século de guerras no litoral, por volta de 1600, a conquista portuguesa empurrara Tupi contra Tupi. Algumas tribos dessa etnia, mais fragilizadas (ou mais pacíficas), foram buscar refúgio no interior profundo do país, confrontando na subida do Planalto Central, no reino dos cerrados, com os macro-Jê imperantes.

Algumas nações Tupi importantes, como os Amoipira, Tupiães e Tobajara assenhorearam-se do médio São Francisco em data que se desconhece, anterior porém a 1587.

Um contingente menor de Tupi alcançou também a serra Geral de Goiás, confrontando ali com nações Jê. Eram Aricobé e Tupinambá, a que podemos acrescentar, por força desta pesquisa, os Temiminó do rio Paranã.

De fato, segundo o prof. Altair Salles, pesquisas arqueológicas na serra Geral de Goiás têm indicado a presença, com datações de trezentos-quatrocentos anos, de artefatos de tradição Tupi, próximos a sítios de tradição Jê.

Altamente ilustrativo desse estado de coisas dos índios Tupi refugiados é o caso dos índios Temiminó do rio Paranã.

Os índios Temiminó ou fração deles tinham sido aldeados, em 1555, pelos jesuítas, no Espírito Santo. Deviam, porém, estender-se, pela terra adentro, até o São Francisco, em consequência de conflitos com os Tamoio da costa de quem eram ini-



tigos. Em anos seguintes registra-se o grupo Temiminó no Espírito Santo, onde sempre o cita a historiografia clássica, e outro grupo da mesma nação no rio Itinga — para-n-a-tinga — rio das Águas Brancas, atual denominação do curso superior do rio Paraná em Goiás e que talvez à época o compreendesse todo. Por volta de 1613, acossados por sucessivas bandeiras paulistas às cabeceiras do Tocantins, imigraram para o rio Preto, afluente do São Francisco nos confins do Piauí. Mesmo destino, aliás, de um grupo de Tamoio do Rio de Janeiro, tudo conforme o relato do padre Antônio Araújo em 1622.

Quando ainda no Paraná, em 1602, os Temiminó foram assaltados por uma vanguarda da bandeira de Nicolau Barreto, como se depreende de uma carta do padre jesuíta Justo Mancilla Vam Surck ao Geral da Companhia de Jesus.

Dizia ali o bom padre o quanto assombrou-se com a notícia referente à bandeira de Barreto:

“que en el año de 1602... Com capa de buscar minas, llevo en su compañía 270 portugueses y 3 clérigos... (de los quales)... unos 40 dellos dieron por aquellos montes con unos índios Cristianos, que enbiados de los padres de La Villa Rica de Espírito Santo, aviam ydo a buscar sus parientes y traerlos para nuestras aldeias, y con efecto llevavan ya para ellas unas 700 almas... pero estos portugueses los tomaram a todos, aunque estos índios Cristianos les deciam que nuestros Padres les aviam enbiado, y que alli cerca avia otros muchos infieles que llevar, etc. Y para que estos cristianos después de sueltos non se quexassem, los ahorcaran, negandoles confession que pedian, aviendo entre ellos um clérigo que los podia confessar”... (Taunay, in *História geral das bandeiras paulistas*. Tomo I).

O CAVALEIRO DE GRANDES PRENDAS

Retrocedamos ao ano de 1591. Desde a Bahia, assumia o sétimo governador-geral do Brasil, d. Francisco de Souza, fidalgo de grandes relações na corte, português nobre, da Casa dos Condes do Prado e de Beringel, e antigo companheiro do rei d. Sebastião na desastrosa jornada africana de Alcácer-Quibir.

Na Europa conhece d. Francisco ao senhor de engenho da Bahia, Gabriel Soares de Souza, autor de um formidável estudo sobre o Brasil da época, o ‘Tratado descritivo do Brasil’, de 1587. Gabriel conta-lhe de diversos rumores vindos do vasto desconhecido interior do país sobre enormes riquezas minerais em ouro e prata, superiores talvez, supunha, às do México e às do Peru.

Era Sabarabuçu. O sol da terra dos indígenas, que dela deram notícia ao governador Tomé de Souza em 1549. A Serra Resplandescente, imaginada pelo português quinhentista como uma montanha de ouro perdida no interior profundo do Brasil, coroada por uma crista rochosa de esmeraldas, talvez às cabeceiras do rio São Francisco, já então bastante conhecido até o sertão baiano.

D. Francisco envia Gabriel Soares à sua busca, na qual este falece no seguinte ano de 1592, há exatos quatrocentos anos.

A cartografia portuguesa dos séculos XVI e XVII é em si própria um enigma propositado. Havia mapas para consumo oficial e outros para o público

A esta altura dos acontecimentos já haviam chegado ao Brasil notícias do Peru dando conta do celeberrimo El Dorado, reino incógnito nos confins da região amazônica, onde o cacique habitava em casas com telhado dourado e banhava-se com corpo pintado de ouro em pó numa famosa lagoa, dita Dourada, do Ouro, ou ainda Eupana, Paitity, Xaraiés e Vupabuçu, nomes de diversas procedências, umas espanholas, outras indígenas, para indicar o mesmo mito.

A lenda do El Dorado é mais espanhola e mais fantasiosa partindo dos Andes hispânicos que partindo do outro lado da linha de Tordesilhas, dos domínios portugueses da Terra de Santa Cruz.

A primeira informação espanhola a respeito parte de Gonzalo Pizarro, em carta ao rei da Espanha em 1542. Pizarro, desde o Peru, atravessou os Andes e seguindo antiga estrada incaica, penetrou a floresta amazônica na altura da linha do equador em direção ao Brasil, onde estaria a lagoa do El Dorado ou Parime, a famosíssima Manoa, que na língua indígena local significava tautologicamente 'lago'. Diversas expedições espanholas saíram à procura desse lago, onde os derrotados incas teriam tido mineração de ouro. Em 1596, *sir* Walter Raleigh, o famoso explorador inglês, publica suas aventuras na busca do El Dorado, que ganha então renome universal.

Devo essas informações a Roland Stevenson, 'antropólogo visual' em recente artigo (*Leitura*, São Paulo, agosto 1982). Stevenson, que trabalha entre os lanomami, pesquisando com o auxílio do geólogo Gert Woeltje da Universidade do Amazonas, acha que o lago realmente existiu em uma vasta região de campo limpo existente no interior de Roraima. Seria um lago de águas salobres, desfeito por lentos fenômenos naturais há cerca de uns quinhentos anos.

Para os índios Macuxi, informa Stevenson, a região de Roraima era um grande mar e suas serras, ilhas.

De fato, a geologia do quaternário, inferno astral dos geólogos e dos arqueólogos, pode apresentar transformações muito mais rápidas do que creê nossa inocente sapiência.

No mundo português, de aquém da linha de Tordesilhas, a notícia do lago chegou em 1549, via interrogação que fez o governador-geral Tomé de Souza aos índios. Ora, os espanhóis interrogavam índios do pé dos Andes. O governador português, índios do litoral do Atlântico.

Apesar da magnífica tese que levanta Jaime Cortesão sobre a visão telescópica geográfica dos índios brasileiros, parcialmente provada em evidências etnográficas, não há como conciliar, em distâncias de cinco ou seis mil quilômetros, informações corretas partindo de frentes diferentes.

O próprio Cortesão mostrou como variava em centenas de quilômetros a linha de Tordesilhas, conforme fosse o cartógrafo ou bem espanhol ou bem português, corrigindo-a conforme os interesses políticos de cada reino.

A cartografia portuguesa dos séculos XVI e XVII é em si própria um enigma propositado.

Havia os mapas para consumo interno, calcados nas últimas e mais verídicas informações procedentes do ultramar e os ma-

pas para consumo externo das outras nações européias, ocorrendo ou bem em absolutas vacuidades inúteis, em que enormes escudos das armas de Portugal encobrem vitais informações geográficas, ou bem em erros deliberados de informação.

Porém, como distinguir hoje com certeza uns e outros mapas?

Igualmente devia haver em torno à mesa dos principais cosmógrafos portugueses, espanhóis e italianos, um grande esquema de espionagem e contra-espionagem, ambos geralmente ligados à corrupção, numa vasta teia de interesses conflituais. Não raro da prancheta do mesmo cartógrafo dos anos 1500 e 1600, saem mapas absolutamente díspares, que melhor se explicam por essas pressões do que por pura e simples incorrência.

No caso das duas lagoas Douradas, a procurada pelos portugueses e a buscada pelos espanhóis, há diversas coisas a considerar.

Não é crível, visto os modos dos anos 1500, que alguma autoridade colonial passasse às cortes informações providas de fontes indígenas que não fossem confrontadas com um certo número de depoimentos concordantes. Ora, estas, tanto a partir da Bahia quanto de São Paulo, apontavam um grande lago nas nascentes comuns ao São Francisco, ao Prata e ao Tocantins.

Dali também, segundo alguns cartógrafos vertiam alguns afluentes do Amazonas, e em muitas representações cartográficas, de época, todas as nascentes da bacia Platina, inclusive o rio Paraguai.

O lago resumia e dava nascimento a todas as bacias hidrográficas do Brasil, que, unidas, faziam com que a Terra de Santa Cruz fosse na verdade, em face do conhecimento quinhentista, uma ilha.

Era habitual na São Paulo dos primeiros tempos a atividade sertanista. Nem tanto como aventura, mas pelas refregas constantes, inerentes ao processo de posse e colonização, com índios Tamoio e tupiniquins.

A postura defensiva começa a modificar-se em 1512 com a nomeação do capitão-mor Jerônimo Leitão no governo da capitania. Embora acusado de tibieza e de afinar-se com a política indigenista dos jesuítas do Colégio de São Paulo, ou talvez pela continuidade de seus longos vinte anos de governo, ao tempo de Jerônimo Leitão morreram, sobretudo na escravidão, cerca de trinta mil índios que ameaçavam a colonização portuguesa no litoral paulista e fluminense e no entorno do Tietê paulistano. Uma de suas expedições ultrapassou a capital do Paraná, atingindo o famoso Guairá (nome de um cacique indígena), a que, no século seguinte, tantas expedições paulistas escravizadoras se dirigiram.

Assim, em geral, até cerca de 1590, ocupavam-se as bandeiras paulistas com a prela de índios no vale do Tietê em São Paulo, adiantando-se no máximo as excursões até Santa Catarina. Segundo cálculos de jesuítas espanhóis, haveria no vale do Tietê nada menos do que trezentas aldeias com trinta mil índios, além dos duzentos mil Carijó do vale do Paraná. Havia muitos índios a escravizar, portanto, nas proximidades de São Paulo.

Entre 1590 e 1597, descobriu-se algum ouro, lavrado próximo a São Paulo, no morro do Jaraguá e em Vuturuna, por Afonso Sardinha, Clemente Álvares e um certo Sebastião Marinho, considerado o descobridor do ouro de Goiás.

A partir dessa época, impelida por ótimos preços, a economia açucareira da Bahia e de Pernambuco demandou grande fluxo de mão-de-obra indígena 'administrada', a ponto de reclamar à Câmara de São Paulo em 1601 para se arranjamem "índios de par ou guerra pelo muito prejuízo que a terra recebia havendo grande remessa de cativos para a Bahia".

Havia mais ainda, também em São Paulo, transmitido pelos índios, o sempre eterno mito da lagoa Paraupava, ou Vupabuçu, ou Eupana, ainda Xaraiés, Dourada, do Ouro ou Paytiti, e que tinha como mito complementar o da Serra de Ouro, chamada pelos índios por Sol da Terra, Sabarabuçu. Ficaria próxima da lagoa Vupabuçu ou Paraupava, nas nascentes do São Francisco, segundo as lendas bandeiristas da época.

Era a mesma visagem que na mesma época entreteinha desde a Bahia o governador-geral d. Francisco de Souza e o cronista Gabriel Soares.

Apesar de todas as evidências contrárias que foram surgindo com as entradas paulistas, paraenses e baianas, o mito desse lago perdurou por todo o século XVII.

Somando-se os mitos de Paraupava e Sabarabuçu ao florescente negócio de exportação de escravos indígenas para os engenhos do Nordeste, reuniram-se então tanto condições objetivas quanto subjetivas para o lançamento de diversas bandeiras de preação de índios além do vale do Tietê paulista. Em busca de riquezas minerais, basicamente. À sua falta, (o que foi regra geral), escravos índios.

A EXPEDIÇÃO GROU-MACEDO

Em 1606 uma carta da Câmara de São Paulo ao donatário da capitania expõe que a sua força armada constava de trezentos brancos e 1.500 índios aliados.

Convenhamos que era pequena tropa para o leque de entradas que se abria a partir de 1585 com a bandeira do capitão Jerônimo Leitão aos Carijó do médio Paraná, e em 1586 pela bandeira de seu lugar-tenente Domingos Luís Grou aos índios Tupiães (ou tupiniquins e toda casta de Tapuia) do vale do Rio São Francisco. Uma primeira bandeira de Domingos Grou pôs a perder antiga aliança dos paulistas com esses Tupiães e tupiniquins, que a sede de escravização transformaria rapidamente em inimizade hedionda. Uma segunda bandeira de Domingos Grou, com cinquenta homens e uma jornada de quatro anos pelas cabeceiras do São Francisco e ao sertão de Paraupava (1589) foi dizimada pelos antigos aliados em seu retorno pelo rio Tietê, ficando a vila de São Paulo assediada por três anos pelos tupiniquins. Seria hipoteticamente, em razão de uma referência a Paraupava, a primeira bandeira a pisar território goiano, essa de Domingos Luís Grou, morto no sertão e continuada a marcha por Antônio de Macedo, filho do famoso João Ramalho. Isso tudo entre 1589 e 1593. Domingos Luís Grou era português, mas casado com uma índia.

DE NOVO, D. FRANCISCO DE SOUZA

Desde a Bahia, o governador-geral devia estar informado dessas excursões de Jerônimo Leitão, e sobretudo da investida profunda, certamente fluvial, dos cinquenta homens comandados por Domingos Grou e Antônio Macedo, a todo um novo sistema potamográfico descoberto: rio São Francisco, atingido pelo sul, e também seu sucessor após a chapada a oeste, onde nasce o caudaloso e amazônico rio Tocantins. Tratando-se de nautas portugueses do sertão, durando a expedição quatro anos, estando o Tratado de Tordesilhas relegado desde 1580 pela união das Coroas de Portugal e Espanha, não há mesmo como sofrá a curiosidade desses navegantes do São Francisco, em espíarem o que havia além das chapadas ao sol poente.

Pesando todas essas circunstâncias e as que virão em seguida, convenço-me que os homens de Grou e Macedo foram os primeiros a conhecer, pelo sul, o Planalto Central do país, tese esta levantada pelo historiador paulista Manoel Rodrigues Ferreira, respaldado em farta argumentação.

O CASO BOTAFOGO

Entrementes, o governador-geral d. Francisco de Souza, ainda na Bahia, devia vir acumulando, desde 1594 pelo menos, notícias de São Paulo dando conta do ouro de Jaraguá e Vuturuna e das novas da expedição Grou-Macedo.

Nesse ano aparece-lhe um audacioso fidalgo do Rio de Janeiro, certo João Pereira de Souza Botafogo, que poucos anos antes cometera a façanha de aprisionar um daqueles diversos aventureiros que frequentavam a baía da Guanabara, o francês Toussaint Gurgel, antepassado da família brasileira dos Amaral Gurgel.

Esse João Pereira de Sousa era curiosa figura. Segundo Carvalho Franco, pertencia a uma família nobre do reino, perseguido, não se sabe por quê, pelo governo. No Rio de Janeiro obteve uma sesmaria na praia e bairro de Botafogo, que teria esse nome por alcunha do nosso João Pereira de Souza.

D. Francisco, conhecendo-o na Bahia e vendo-lhe valor, nomeia-o capitão-mor governador da capitania de São Vicente e São Paulo em 1595, apressando-lhe avançar o quanto antes, no descobrimento, pelo sul, do rio São Francisco. Duas outras expedições, também partiriam, simultaneamente rumo ao centro do país do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. O governador-geral tinha urgência máxima em encontrar a miragem de Sabarabuçu e despachou em companhia de Botafogo pessoas competentes de sua confiança, entre eles o prático minerador Domingos Rodrigues.

Botafogo assumiu o governo de São Paulo e em 1596 já se fazia ao sertão da 'Parnaíba', que não seria o rio Paraíba da Mantiqueira, mas sim o 'Paranaíba', divisor hoje entre o sul de Goiás e o Triângulo Mineiro, como acredita Manoel Rodrigues Ferreira.

Estava lá Botafogo, quando aparece-lhe, em julho de 1597, em pleno ermo bravo, um oficial de justiça com ordens de sua

Havia o mito da lagoa Paraupava que, apesar de todas as evidências contrárias, perdurou até o século XVII

prisão expedida por dois adjuntos que nomeara para representá-lo no governo da capitania de São Vicente, em virtude, parece, de acusações que lhe imputava Pero de Souza, donatário hereditário da capitania.

Esse episódio sempre me pareceu de um surrealismo inusitado, matéria para ficção histórica. No entanto há documentos a respeito. Depois, Botafogo teria ido a Portugal defender-se, voltando livre em 1605, acabando assassinado em São Paulo em circunstâncias desconhecidas.

Estendi-me no episódio para demonstrar como ao lado da barbárie e das privações sertanejas, existia um aparelho de Estado, bem como instituições civis e religiosas alertas aos acontecimentos, reduzindo os aspectos de aleatoriedade, inconsequência ou gratuidade com que foram tratados por diversos historiadores. Não caímos, porém, pelo lado da vertente enigmática da conspiração histórica de um d. Francisco de Souza e do governo português, pois foram tão grandes e comezinhos os erros da colonização oficial no centro do país que é dispensável comentá-los.

No caso porém, do governador-geral Francisco de Souza, é preciso vestir-lhe amplamente o figurino quinhentista. A exemplo de Cristóvão Colombo, de Pizarro e de Cortez, havia negociado na corte, ao meter-se na crença dos tesouros de Sabarabuçu, a promessa do título de marquês das Minas e de sua administração plenipotenciária. D. Francisco, embora súdito fiel, agia fundamentalmente em interesse de seus próprios negócios, sócio do próprio nariz. Um aventureiro, um quixote dono de sua sorte e aventura.

AS BANDEIRAS DO GOVERNADOR-GERAL

Com a extravagante prisão de João Pereira de Souza Botafogo, assumiu o comando da expedição, em 1597, o mineralogista e fundidor de ferro já citado, Domingos Rodrigues, português membro da *entourage* de d. Francisco de Souza.

Da expedição de Domingos Rodrigues sabe-se ter trazido do sertão uma índia 'Guayá' ou da 'nação Guoyá', de Paraupava, isto é, da região do rio Araguaia. De fato o famoso índio Goiá, uma quase ficção etnográfica, que deu seu nome ao estado de Goiás, ainda habitava, um século depois, a região do rio Vermelho onde fundou-se a cidade de Goiás. A raiz semântica gua-yá e goyá, explica Teodoro Sampaio, vem pelo tupi "gente da mesma raça", "parecido", "indivíduo semelhante". Seria portanto um grupo Tupi-guarani no universo Jê do Planalto Central.

Entende Carvalho Franco que do Araguaia foi ter Domingos Rodrigues ou então membros da sua expedição à Bahia, pelo vale do São Francisco, levando amostras de minérios ao governador d. Francisco de Souza.

Seja por esse ou por outros fatos, em maio de 1599, d. Francisco já se encontra em São Paulo, próximo aos acontecimentos palpitantes. O grosso da bandeira de Domingos Rodrigues, porém, ainda leva um ano e meio para regressar a São Paulo, onde chega em dezembro de 1600.

Sem mais esperar, d. Francisco, ainda em 1599, envia ao sertão Anthony Knivet, ex-pirata inglês e criado relutante dos

Correias de Sá do Rio de Janeiro, de onde volta com amostras de ouro. Rodrigues Ferreira acha ter ele atingido o São Francisco, onde já estivera em 1596.

Ato contínuo, envia em 1601 a bandeira de André de Leão ao mesmo São Francisco, em busca de Sabarabuçu, de onde retorna depois de nove meses, sem resultados.

SEBASTIÃO MARINHO E OS MINEIROS PAULISTAS

Expedição da época, embora pouco citada, é a dos Afonsos Sardinhas, pai e filho. Reveste-se de especial interesse pela profissão dos Sardinhas, que se encontram entre os homens mais ricos de seu tempo, no ofício de minerar ouro e ferro nas lavras de pequenas mas persistentes extrações, próximas a São Paulo.

Companheiro de Afonso Sardinha (o filho) era Sebastião Marinho, que com ele, em 1592, descobriu as minas de ferro de Araçoiaba. Ora, um famoso esboço de mapa do século XVIII, muito rústico, descoberto por Taunay nos anos 1920, justamente registra ao norte de Vila Boa de Goiás a inscrição de terem ali sido descobertas minas de ouro em 1592, tempos de Felipe II, pelo mesmo Sebastião Marinho. Mais certo é que em 1598 Afonso Sardinha, com grande expedição, parece ter atingido territórios de Minas Gerais e de Goiás, segundo faz crer Manoel Rodrigues Ferreira.

As datas estão encavaladas, mas é significativa essa associação entre mineradores, ainda mais que em 1601 d. Francisco de Souza proibiu a entrada de qualquer pessoa às minas a descobrir, exceto aos dois Sardinhas.

Parte então Sardinha Filho na expedição de Nicolau Barreto, que sai de São Paulo em 1602, segundo informe de Carvalho Franco. Bandeira grande, de trezentos homens. Nicolau era irmão do ouvidor e capitão-mor de São Paulo, Rodrigues Ferreira, pesquisando documentos referentes, aponta o itinerário da expedição: rio Anhambi (Tietê, SP), rio Goiabi (rio das Velhas, MG), rio Paracatu (MG), já com esse nome.

Há probabilidade de terem entrado para Goiás, mais propriamente para o vale do Paranatinga, que é um seguimento do rio Paranã e onde segundo o padre Araújo vivia pela época um grupo de índios Temiminó. Pelos índios contatados na região do Paranatinga e do Paracatu, Temiminó e Tupiães, convalida-se a hipótese da estada aí, tempos antes, de outras bandeiras que os conheceram, como as de Domingos Luís Grou, a de Knivet e a de André de Leão. Retorna a expedição em 1604. Havia ido com intuito de descobrir minas de ouro e prata. Trouxeram escravos índios.

Dessas bandeiras ao São Francisco e ao Paranã, d. Francisco de Souza deve ter formado alguma quixotesta convicção, apesar do fracasso material delas, sobre as riquezas do interior.

Vencido seu mandato de governador, volta à Espanha em 1605, onde junto ao chanceler duque de Lerma obtém, à semelhança de Pizarro e Cortez, a promessa de um marquesado das Minas, a descobrirem-se nas capitanias do sul do Brasil, para o que acedeu o governo espanhol (1608) em criar no governo do país duas repartições, confiando a d. Francisco o governo de

Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente. Tão grande a expectativa que fracionara-se o governo geral do Brasil!

Em 1609 já se encontrava de volta a São Paulo.

Nesse ínterim, o provedor e administrador das minas de São Paulo, Diogo de Quadros, fizera seguir para o sertão Belchior Carneiro, mameluco, genro do velho Domingos Grou e participante da recém-chegada bandeira de Nicolau Barreto. Belchior morreu no sertão dos índios Bilreiro (talvez Caiapó), situados por uma informação do Pará, em 1674, como moradores da barra do Araguaia, o Paraupava dos paulistas. A expedição teve o objetivo declarado de capturar índios para o trabalho nas minas de ferro de São Paulo. Esse objetivo, na minha opinião, é um claro indicativo da crescente desilusão reinante quanto às minas do interior do país.

Em 1608 sai de São Paulo, contrariando recente proibição real de ir ao sertão, a bandeira de um seu vereador, Martim Rodrigues Tenório de Aguiar, espanhol. Seguramente estiveram com os Carajá na ilha do Bananal e com os Bilreiro na confluência do Araguaia/Tocantins. Martim Rodrigues, que também veio antes na bandeira de Nicolau Barreto, morreu no sertão. Fragmentada, a bandeira voltou, aos magotes, em 1613, permanecendo quatro anos nas brenhas goianas e são-franciscanas.

Retornado da Espanha a São Paulo em 1609, d. Francisco de Souza deve ter ido colhendo notícias pouco promissoras das bandeiras goianas dos sertões do Paraupava, como as recentes de Belchior Carneiro e de Tenório de Aguiar.

Empenhou-se em explorar ferro em São Paulo e a enviar um Simão Álvares à procura da lendária Casa da Casca nos sertões de Caeté, em Minas, e a outro legendário Marcos de Azevedo à busca das esmeraldas de Sabarabucu, partindo este do Espírito Santo.

Esvaíam-se as esperanças aventureiras de Francisco de Souza, o velho almirante e companheiro d'el rey d. Sebastião em África, agora metido na quixotaria do lago Dourado do interior do Brasil.

Em busca das ilusões da lagoa Dourada e de Sabarabucu suas bandeiras passaram e repassaram, sem vê-las, sobre as enormes riquezas auríferas do rio das Velhas nas Minas Gerais e do rio Vermelho em Goiás.

Houve, é certo, notícias vagas e amostras inconclusivas de minérios, mas as riquezas noticiadas pelos índios e sonhadas por d. Francisco permaneceriam veladas por mais um século.

Morreu o *condotieri* desiludido em 1611, em São Paulo. Dizem uns que amargurado com os paulistas, dizem outros que na mais extrema miséria, faltando-lhe até mesmo vela no leito de morte.

Finalmente, quanto à bandeira de André Fernandes (1613-1615) não há o que discutir, por tão bem documentada que foi poucos anos depois, pelo padre jesuíta Antônio Araújo. Tendo descido o rio Tietê, subiu a bandeira o rio Grande até quase o centro de Minas Gerais, pulando por um estreito varadouro seco, para a bacia do São Francisco. Estaríamos aqui em território à direita da serra da Canastra, na região de Piunhi e Pains.

Pelo São Francisco abaixo deixaram os bandeirantes o rio das Velhas (Goiabí) à direita, e pouco depois o rio Paracatu. Dão aqui notícias de uns índios catequizáveis do São Francisco, os Arnoipira, que então se localizavam, junto com refugiados Temiminó e Tamoio, 15 dias abaixo da barra do rio Paracatu com o São Francisco, sendo que esses Tamoio, expulsos do Rio de Janeiro, homiziavam-se nas profundezas do rio Preto ou Luna, que é vertente da serra Geral de Goiás no São Francisco, e onde se aposentavam esses Tamoio do Rio de Janeiro.

É muito interessante notar-se, como nesse caso, a intensidade dos deslocamentos indígenas em face do invasor e ao mesmo tempo atentar-se para o perigo que encerra a fixação de topônimos que a tenham por base.

Não fica claro a partir das digressões do padre Araújo se a bandeira de André Fernandes subiu o rio Preto daí transpondo a serra Geral de Goiás, atingindo o Tocantins pelo rio do Sono, ou se simplesmente teve e retransmitiu notícias desses índios que tanto interessavam ao padre Araújo.

Fato é que a partir daí seus informantes tinham lembranças de um rio Itinga, rio das Águas Brancas, braço do labebéri, rio das Arraías, nome esse um neologismo dado pela bandeira para o rio Tocantins. Pode ser o citado Itinga o curso superior do Paraná após a junção com o Palma, esse mesmo Paranatinga ou Parnatingá (rio Branco) assim mencionado pelos seus moradores, os fazendeiros pernambucanos das Terras Novas, em requerimento de 1740 a d. Luís de Mascarenhas, tendo acontecido a sua colonização desde 1697, sob o patrocínio dos Garcia d'Ávila da Casa da Torre de Tatuapara.

Seja como for a bandeira de André Fernandes chegou às cabeceiras do labebéri-Tocantins, onde encontrou salitre de cuja pólvora se recencia falta em Portugal metropolitano, razão porque mencionava-se ao lado de metais preciosos. O mesmo salitre visto pela Comissão Cruls na serra das Araras, Distrito Federal, em 1894? Ou na lagoa Formosa, pouco adiante de Planaltina (DF), obscuramente citada na cartografia portuguesa dos anos 1670?

Teria a bandeira então descido pelo vão do Paraná (rio Itinga) e embarcando no Tocantins (rio labebéri), onde foram dar os aventureiros em um 'fermoso braço', quase certamente o Araguaia. Travam aí conhecimento com os índios Caatinga (seriam os Bilreiro das expedições anteriores?) a quem demovem para segui-los para São Paulo.

Trinta brancos comboiando e seqüestrando melifluamente três mil índios. Esses Caatinga tinham trato com uns franceses que se haviam instalado numa fortaleza sessenta léguas abaixo da confluência do Araguaia-Tocantins no Amazonas, e que podem concorrer também, perfeitamente, à primazia de penetração do território goiano.

"Mas tudo com engano, profissão de sertanista"... segundo a expressão do padre Araújo, os Caatinga desiludiram-se logo dos trinta paulistas em razão da *mauvaise politique* com a mulher de um maioral Caatinga, filha de franceses de quem o padre Araújo lembra-se que "a natureza se esmerara de dotar das partes requitas (sic) para a perfeição corporal".

Não me sobram dúvidas de que tanto o Planalto Central quanto boas porções de Minas Gerais foram amplamente conhecidas desde 1589

Explode o conflito, os índios matam 16 paulistas e os restantes 14 desabalam Araguaia acima. Passam pela ilha do Bananal, onde os Carajá ainda lembravam-se da bandeira de Tenório de Aguiar. Ultrapassam Barra do Garças, metem-se pelo rio Diamantino e, supomos, por um curto varadouro de terra na altura de Portelândia (GO), reembarcam rio Aporé abaixo (Apori) transpondo as canoas da bacia do Tocantins para a bacia do Prata. Pelo Aporé vão dar no Paranaíba (Boigi), descendo-o antes da junção com o rio Grande (Iguaçu). Por este, tomando à esquerda sobem o Tietê (Anhambí) até 150 quilômetros a oeste de São Paulo. Um notável périplo aventureiro em que descobriu-se um novo caminho que parece não mais foi usado, pelo perigo talvez de atravessar o sertão dos Caiapó do sul.

Estamos já em 1615.

No mesmo ano, Antônio Pedroso de Alvarenga, à frente da última bandeira dessa fase de investigações primárias do Planalto Central, volta ao velho batedor da caça dos índios Tupiães (em Paracatu) e Gualoxo (estes no alto rio Doce) indo porém ao sertão do rio Paraupava, como deixa claro o linhagista Pedro Taques. Regressa essa bandeira a São Paulo em 1618.

Apesar das muitas e justificáveis dúvidas a respeito, decorrentes da documentação lacunosa e da toponímia falível, não me sobram dúvidas de que tanto o Planalto Central quanto boas porções de Minas Gerais foram amplamente conhecidas e transitadas pelas primeiras expedições da história de São Paulo, desde aquela primeiríssima de Domingos Luís Grou em 1589. Depois, por meio século, ocupados com os seqüestros nas Missões Jesuítas e com as reduções no interior do Nordeste, esqueceram os paulistas o Planalto Central, para breve alegria de toda uma geração de indígenas.

A liberdade com que tratei os assuntos aqui vistos deve-se quase exclusivamente à seriedade e competência com que três pesquisadores obsessivos, competentes e verazes trataram anteriormente a matéria.

Primeiro, o mais velho, Francisco de Assis Carvalho Franco, em seu *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*, edição de 1984. E do mesmo autor, *Os companheiros de d. Francisco de Souza*, de 1929.

Em seguida, Manoel Rodrigues Ferreira, de longe o maior pesquisador que temos sobre as bandeiras paulistas do oeste e ao qual devemos creditar além do livro instigante, *O mistério do ouro dos Martírios*, o formidável *Bandeiras do Paraupava*, de 1977, que confirma de maneira notável teses do primeiro livro.

Em terceiro, utilizei-me bastante do livro do professor Antônio Teodoro da Silva Neiva, *Introdução à antropologia goiana*, volume I, 1986, como monumento de inúmeras outras fontes publicadas sobre as bandeiras paulistas ocidentais. O livro é perfeito em matéria de citações e de vasta erudição.

Paulo Bertran é pesquisador da história de Goiás e a dos bandeirantes.

Bibliografia

Alencastre, José Martins Pereira de. *Anais da província de Goiás*. 2. ed., Goiânia.

Americano do Brasil, Antonio. *Summula de história de Goyaz*. Goiás, Imprensa Oficial, 1932.

Buescu, Mircea. *História econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, APEC, 1970.

Capistrano de Abreu, J. *Capítulos de história colonial e Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Editora Universidade de Brasília, 1963.

Carvalho Franco, Francisco de Assis. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. São Paulo, Comissão do IV Centenário, 1954.

Cunha Matos, Raimundo José. *Corografia histórica da província de Goiás*. 2. ed., Goiânia.

Ferreira, Manoel Rodrigues. *O mistério do ouro dos Martírios*. São Paulo, graf. Biblos, 1960.

_____. *As bandeiras do Paraupava*. Ed. Pref. de São Paulo, 1977.

Fonseca, José Ribeiro da. 'Relação' in *Revista do Arquivo Histórico Estadual de Goiás*. Goiânia, 1982, (4).

Handelmann, M. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo, Melhoramentos/MEC, 1978, vol. I.

Lisboa, João Francisco. *Apostamentos para a história do Maranhão*. Vozes/INL, 1976.

Mendonça Teles, José. *Vida e obra de Silva de Souza*. Goiânia, Oriente, 1977.

Neiva, Antônio Theodoro da Silva. *Introdução à antropologia goiana*. Goiânia, ed. O Popular, 1986, vol. I.

Oliveira Marques, A. H. de. *História de Portugal*. Lisboa, Pelas Editores, 1976, vol. I.

Rodrigues, Lysias A. *O rio dos Tocantins*. Goiânia, Ceme, 1978.

Southey, Robert. *História do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos/MEC, 1977, vol. I.

Taques, Pedro T. A. Paes Leme. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. Belo Horizonte, Itatiaia/USP, 1980, vols. I, II e III.

Taunay, Afonso de E. *História da cidade de São Paulo*. São Paulo, Melhoramentos, 1953.

_____. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo, Melhoramentos/MEC, 1975, vols. I e II.

Varnhagen, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos/MEC, 1975, vols. I, II e III.

Vasconcelos, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974, vols. I, II e III.

Resumen

LOS PRIMEROS DESCUBRIMIENTOS DE LOS CERRADOS CENTRALES

Dentro de la América plural, se observa el descubrimiento expandido, llegando al cerrado. Los mares a navegar son sustituidos por la vegetación del interior de Brasil. El Nuevo Mundo es El Dorado. Las banderas hacen las veces de las carabelas. Con esto, el expansionismo europeo clava sus dientes en la selva, produciendo las primeras experiencias de poblamiento de la Tierra de Santa Cruz.

Abstract

THE FIRST DISCOVERIES OF THE CENTRAL PLATEAU SCRUBLANDS

Within the plural American continent, one observes the expanding drive of discovery thrusting deep into the plateau scrublands of central Brazil. The seas to be navigated are replaced by the vegetation of the hinterland. The New World is Eldorado. Expeditionary caravans forge inland like bucking galleons. European expansionism thus sinks its teeth into the pith of the Brazilian backlands, heralding the first attempts at settlement in the Land of Santa Cruz.



DA NÃO SE REVELARAM





MIL ANOS DA CIVILIZAÇÃO AMERICANA: A BUSCA DA UTOPIA E AS QUATRO DESCOBERTAS DA AMÉRICA



O QUE SE REMEMORA NO QUINTO CENTENÁRIO DE DESCOBERTA DA AMÉRICA É UM ENCONTRO ENTRE DOIS CONTINENTES, DUAS ORDENS DE IMAGINÁRIO SOCIAL. EM RAZÃO DAS MUTILAÇÕES HISTÓRICAS E DO APAGAMENTO DE SUAS POSSIBILIDADES DE EXPRESSÃO. A AMÉRICA AGUARDA POR SUA DESCOBERTA. O DESTINO DA HUMANIDADE PASSA PELO LABORATÓRIO POLÍTICO-ECONÔMICO QUE É O NOVO MUNDO.

**CRISTOVAM
BUARQUE**

O desejo do autor é propor a discussão das seguintes idéias:

- a) as sociedades estão permanentemente envolvidas na realização de algum tipo de utopia;
- b) a descoberta da América foi parte do esforço europeu de construir sua utopia mercantilista e racionalista cristã;
- c) durante três séculos a Europa usou o continente descoberto, procurando realizar sua utopia;
- d) a partir do século passado foi a América que descobriu a Europa, tentando imitá-la, por meio do desenvolvimentismo econômico;
- e) apesar dos êxitos na realização dos objetivos que a definiam, a utopia européia começa a esgotar-se, do ponto de vista de viabilidade e desejabilidade;
- f) a insatisfação com os resultados, apesar do êxito na realização do previsto, é ainda maior na parte do continente americano que não se transformou em uma parte da Europa, como é o caso dos EUA e do Canadá;
- g) graças à crise nessa parte do continente, poderá ocorrer uma terceira descoberta – em que a América descobre a América formulando uma proposta utópica alternativa para as próximas décadas e séculos;
- h) esta nova proposta não poderá repetir a Europa, na busca incessante do crescimento econômico e do consumo como a razão de ser da civilização, mas também não poderá ignorar nem romper com a herança européia;
- i) ela deverá ser democrática, integrar a população no acesso aos bens e serviços básicos da vida individual e da eficiência social, e promover a qualidade de vida, incluindo-se nesta promoção uma ecologia equilibrada;
- j) o continente americano, eliminando sua parte européia, EUA e Canadá, é aquele que mais se parece com o planeta visto em seu conjunto; daqui podendo, por isso, surgir uma proposta de nova utopia, não apenas para suas sociedades, mas também para todo o mundo;
- k) se isto ocorrer, uma quarta descoberta acontecerá, com a Europa descobrindo outra vez a América, desta vez não para utilizar seus recursos na realização de utopia externa, mas descobrindo-a como formuladora de nova utopia.

A BUSCA DA UTOPIA

Toda busca é impossível, até se realizar; como toda proposta é utópica, até ser executada. A partir do momento em que as ações sociais passam a ter um propósito, elas passam a buscar utopias. As características e os nomes podem variar – o éden, o céu, o eldorado, o paraíso, o saber, o nirvana, a riqueza, a abundância, o consumo de massa –, mas uma busca constante por utopias tem sido realizada por cada conjunto de seres humanos organizados em sociedade.

A idéia de mundos utópicos já existia muito antes de o nome ser criado por Morus, na imaginação anônima de milhões de pessoas, ou sob trabalhos refinados como Platão formulou no *A República*, e Plutarco ao descrever uma Esparta utópica. Até o século XV, muitos sonhos de sociedades ideais já tinham sido formulados. Mas, 1492 é um momento decisivo nessa busca.

A partir da descoberta da América o tema ganhou dimensão: o mundo viu um crescimento nas obras literárias inspiradas em idéias de utopias. Tomas Morus relacionou a América Vespúcio

o seu livro, de 1516, cuja história localizou na ilha chamada Utopia. Nos anos seguintes, diversos outros livros seguem o tema: *O mundo*, de Antônio Francesco, em 1552; *A cidade feliz*, de Francesco Patrizi, em 1553; *A cidade do sol*, de Tommaso Campanella, em 1602; *A nova Atlântida*, de Francis Bacon, em 1627.

Isso não ocorreu apenas porque o mundo das idéias avançou através do Renascimento. O encontro das civilizações da Europa e das que viviam no que depois seria chamado de América foi, em si, um gesto utópico por significar a realização do impossível, mas foi, sobretudo, parte da busca permanente de novas utopias. Pelos dois lados do Atlântico agora encontrados. A 'descoberta' serviu primeiro para mostrar que havia mundos alternativos; segundo para mostrar que este mundo alternativo estava próximo do idílico¹, apesar de ser tão diferente dos valores éticos que se tinha na Europa. Mas serviu, sobretudo, para que a utopia européia do ouro e do cristianismo dispusesse de uma base para ampliar a realização de seus sonhos.

O encontro recebeu o nome de descoberta, porque uma das civilizações impôs o objeto da sua busca, o seu destino e o seu caminho. Para a outra civilização, o toque significou a interrupção de seu rumo, sua destruição e incorporação em um projeto estrangeiro. Mas ambas mantiveram acesas as chamas da busca.

TREZENTOS ANOS DE BUSCA NA EUROPA

Na descrição que faz do final do século XII, Hillel Schwartz² mostra uma sociedade dividida entre o misticismo do mau agouro, que significava a rara conjunção naquele ano dos astros no céu, e o começo da tomada de consciência da existência e possibilidade do futuro, que alguns pensadores começavam a ter. Enquanto por todo o território europeu os homens se preparavam para o pior e até o fim do mundo, alguns, como o abade Joaquim de Fiore, começavam a manifestar a crença em um sentido da história.

A imaginação do futuro ainda era fruto de presságios e visões místicas, como o próprio abade descreveu ter sentido, e do sentimento de que o tempo seguia uma tendência. O futuro e a utopia prevista eram descritos em uma mistura de vida terrena e religiosa que se realizaria na terceira era, a era do Espírito Santo.

Ao europeu de então era impossível imaginar as mudanças que ocorreriam até 1500. Os trezentos anos, entre 1200 e 1500, foram tempos de grandes mudanças, ainda que lentas, na relação do homem com a utopia e na invenção dos instrumentos que permitiriam caminhar para ela.

Ao longo daqueles séculos, a Europa realizou cruzadas na busca da utópica conquista da Terra Santa, construiu cidades, implantou universidades, ampliou o comércio, procurou o caminho ocidental para as Índias, criou o culto ao acúmulo do ouro, inventou a imprensa e criou um sistema de impacto na divulgação das idéias; sobretudo, retomou o processo da descoberta do poder da racionalidade e do experimentalismo perdido desde o fim da Grécia clássica. Em pouco tempo, o homem europeu passou a procurar a utopia da verdade que ele descobria por si, e do enriquecimento com base nos instrumentos que ele usava.

Tudo isso foi possível sem perder a busca da utopia da vida eterna no céu.

Se durante os séculos da Grécia clássica foram inventados todos os valores humanistas, nos três séculos anteriores à 'descoberta' foram inventadas as bases que serviriam à construção da civilização industrial que se desenvolveria alguns séculos depois; graças, em parte, ao encontro das civilizações.

Em seu gesto de descoberta, Cristóvão Colombo reuniu todos os sonhos utópicos de seu tempo.

Apesar da opinião das universidades – se lembramos que a Universidade de Salamanca reprovou, como hereges e inviáveis, seus planos de viagem –, Colombo foi um pioneiro. Manejou como poucos o conhecimento da navegação; possibilitou o encontro do ouro, o que financiou grande parte da revolução industrial; ajudou a comprovar que a terra é redonda, embora isto só pudesse ser de fato provado pela viagem de Fernão de Magalhães, e, sobretudo, procurou diretamente o que as técnicas tentam construir: o paraíso terrestre.

Tzvetan Todorov diz que Colombo leu no *Imago mundo*, de Pierre d'Ailly, "que o Paraíso Terrestre devia estar localizado numa região temperada além do equador"³.

TREZENTOS ANOS DA 'AMÉRICA' ANTES DE COLOMBO

No momento em que a Europa iniciava sua marcha ao comércio, à construção dos centros urbanos, ao desenvolvimento da astronomia, algumas sociedades das 'Américas' já tinham feito esses desenvolvimentos. Na cidade do México, o conhecimento dos maias e dos astecas, o intenso comércio em suas cidades, rivalizavam com o que havia então na Europa. Ao sul, o primeiro Tupac Amaru data de 1200, quando se inicia a implantação do império Inca.

Mas, apesar do avanço nesses aspectos, todas as civilizações 'americanas' mantinham entre elas uma forma radicalmente diferente dos europeus no que se refere a olhar o futuro e à ânsia na busca de construir ou encontrar uma utopia. Todos os grupos sociais 'americanos' mantinham em comum uma visão circular do tempo, tornando desnecessário o sentimento e o desejo de utopia a realizar. A utopia já era o mundo em que viviam.

O avanço material em termos de estradas, palácios, conquistas carecia de um projeto explícito de futuro. Da mesma forma, o método de avanço do conhecimento estava menos preocupado com a invenção técnica e com métodos racionalistas.

A 'América' tinha se desenvolvido não menos do que a Europa, mas de forma radicalmente diferente, e com um projeto ainda mais diferente: sem a procura de uma evolução. Era um avanço sem projeto.

Enquanto Colombo era capaz de imaginar um futuro com uma Índia convertida, uma Espanha repleta de ouro, os sacerdotes de Montezuma eram capazes de presságios sobre um futuro que repetia o que já havia acontecido no passado de um tempo cíclico. Os sonhos europeus, e de Colombo, vinham da imaginação e sobretudo do desejo; as previsões dos 'americanos' vinham da observação de fenômenos naturais que mostravam que um tempo já previsto estava prestes a se repetir.

Colombo buscava, Montezuma esperava. O primeiro construía, o segundo interpretava.

Com base em suas leituras de Marco Polo, Ptolomeu e outros, Colombo ficou convencido do argumento da época e acreditou que indo para o Ocidente, chegaria ao Oriente, onde encontraria ouro e almas. Enquanto que, com base em presságios – cometas, raios, incêndios, homens bicéfalos – e previsões de seus mágicos, Montezuma sabia da vinda de Cortez, como Quetzalcóatl, mas não sabia para que viria⁴.

A PRIMEIRA DESCOBERTA: DA AMÉRICA PELA EUROPA

Os astecas, como diz Tzvetan Todorov, eram uma sociedade tão presa ao passado, que, para eles, a palavra que em 'nahuatl' designa o sentido de verdade, está ligada etimologicamente à palavra raiz. Para os astecas, o mundo era uma sucessão de repetições: "Não é por acaso que a imagem, gráfica e mental, que os astecas têm do tempo é a roda, ao passo que a nossa seria mais a flexa". Ele cita uma descrição do livro santo *Chilam Balam*, onde diz: "Treze vintenas de anos, e em seguida sempre recomençará de novo"⁵.

O encontro que se realiza em 1492 é menos de duas civilizações – no sentido tradicional da palavra –, do que o encontro de duas concepções diferentes de ver o mundo, duas maneiras de ver o tempo, e, especialmente, duas maneiras de imaginar o futuro.

Os descobridores eram emissários de uma civilização em mutação: que saía da visão tradicional de ver o tempo como a repetição de curtos períodos, e ingressava, sem consciência ainda, em uma visão de processo em direção a uma sociedade de acumulação; que olhava menos o passado, do que o futuro, que saía da metafísica e ingressava no experimentalismo e racionalismo; onde a busca da utopia estava presente especialmente sob duas formas, a conquista da vida eterna no céu e o entesouramento de ouro neste mundo.

Talvez nada mostre melhor a diferença de visões entre as duas civilizações do que a forma como o ouro era tratado em cada lado do Atlântico. Ambos utilizavam-no e desejavam-no, mas um lado via o ouro por sua estética; o outro, sobretudo, o valor econômico, decorrente do seu poder de compra. Em um, o ouro era gosto, em outro, cobiça.

Todorov coloca que "ao ler os escritos de Colombo poderíamos ter a impressão de que seu motivo principal é o desejo de enriquecer. O ouro está onipresente no decorrer da primeira viagem"⁶.

A 'descoberta' foi o resultado do desenvolvimento técnico para as grandes navegações, do avanço científico com as especulações sobre a esfericidade da Terra, mas, sobretudo, do desejo de encontrar as utopias representadas pelo ouro e por almas para converter ao cristianismo. Diz-se que no primeiro contato com os habitantes do que seria a América, Colombo fez duas perguntas: se acreditavam no Deus dos cristãos e onde estava guardado o ouro. É impossível saber se foram exatamente essas suas palavras, mas eram essas, sem dúvida, suas intenções.

Foi a Europa que descobriu, porque foi Colombo que trouxe os desejos e com base neles formulou as perguntas. Foi a civilização européia que definiu o tipo de utopia que o encontro entre

civilizações tentaria realizar: a utopia do Éden europeu do final do século XV, do início do mercantilismo e da Renascença. O Éden de um mundo que entrava no materialismo sem abandonar, ainda, a espiritualidade; que se concentrava na economia, sem abandonar a ética tomista; que assumia a racionalidade, sem abandonar a revelação divina. A América não foi descoberta pelos europeus, mas pelo projeto de utopia que prevalecia então na Europa.

Não foi por mero acaso que a descoberta coincide com a vitória sobre os mouros e com a expulsão dos judeus. Ainda que tendo uma origem comum e uma convivência de séculos, essas duas visões alternativas impediriam a plenitude da utopia cristã mercantil, que se transformaria em capitalista e materialista.

A América era um instrumento da procura do ouro, e do céu. Colombo buscava enriquecer Castilha e Aragão, e aumentar o número de cristãos no mundo. Impossível ter certeza sobre qual dos dois objetivos era mais importante para Colombo e para os reis católicos. Mas é claro que ao longo dos séculos prevaleceu a busca do ouro. Não era apenas na América que ouro e fé se misturavam. A reforma protestante foi uma revolta contra o uso da credulidade dos devotos para financiar a cobiça de clérigos e banqueiros.

Seria incorreto dizer que sem a América a Europa não teria dado o salto para a civilização industrial. Ou que o ouro da América foi mais importante do que as descobertas tecnológicas da revolução industrial. Mas foi a combinação dos dois fatos que permitiu, nos séculos seguintes, o salto civilizatório para a busca da utopia do crescimento econômico.

Não há dúvida de que nestes quinhentos anos a Europa avançou em direção à utopia que desejava em termos de riqueza e, modernamente, aumento de consumo. Não é possível julgar o valor ético e espiritual dessa utopia que não foi capaz de resolver o problema da pobreza, que convive com desigualdade, racismo, desemprego, vazio existencial, com o vício na droga do consumo alienado e na alienação do consumo de drogas químicas. Mas é possível dizer que toda sua população conseguiu eliminar as necessidades básicas e ampliar consideravelmente o grau de liberdade de cada indivíduo; houve também uma considerável elevação do patrimônio cultural de toda a humanidade.

Esse resultado dificilmente teria sido possível sem que a América fosse descoberta e integrada no sistema europeu. Ao longo de três séculos, toda a América foi subordinada à constante busca de realizar a utopia do capitalismo nascente; através do ouro já pronto do México e do Peru, ou explorado bruto na Bolívia e no Brasil. Através do açúcar, do café, do algodão, e de todos os materiais que a Europa tinha necessidade para realizar sua utopia econômica, livre dos mitos. Todo o projeto utópico entre os finais do século XV e do século XVIII esteve subordinado à idéia de construção de um mundo rico, por meio do potencial do capitalismo.

Ao longo de trezentos anos, a América foi apenas parte do processo Europeu. Enquanto uma civilização diferente se formava na Europa, a América era um apêndice colonial dela.

A SEGUNDA DESCOBERTA: A AMÉRICA DESCOBRE A EUROPA

O século XIX representou uma mudança na forma da integração da América na Europa. Em vez de apenas servir como apên-



dice manipulado pela Europa, a população americana passou a desejar construir sua própria utopia. Para isto, descobriu o projeto utópico da Europa e passou a imitá-lo. Os primeiros foram os EUA: não apenas conseguiram copiar o projeto europeu; reinventaram a utopia do capitalismo, passaram a fazer parte do mundo europeu. Do ponto de vista do Outro em relação à Europa, os EUA deixaram de ser América. E a própria Europa passou a necessitar dos EUA, e a copiá-los em muitos dos aspectos que caracterizam a atual civilização do Atlântico Norte.

O resto da América descobriu a Europa no final do século passado, mas especialmente neste século. Da mesma forma que a primeira descoberta recebeu o nome de Descoberta, e está completando quinhentos anos, a segunda descoberta recebeu o nome de Desenvolvimento e está se aproximando de completar um século.

Com o mesmo espírito de aventura, ganância e busca de utopia – como os descobridores, nobres, padres e aventureiros saíam de Cadiz no século XVI –, no século XX, chefes de Estado, jovens economistas, empresários, militares passaram a envolver-se na busca da utopia européia – do Atlântico Norte – que o crescimento econômico propiciaria. Mudaram os meios, mudaram os fins, mas não mudou o lado mítico que identificava a fi-

nalidade humana com um projeto utópico, desta vez em torno à produção e à riqueza material e o consumo, em vez do ouro e da conversão de almas.

A primeira diferença entre as duas descobertas, está no fato de que na primeira os europeus viam os indígenas como o Outro a ser conquistado e a ser explorado. Na segunda, foi a própria população indígena que se viu como o Outro. Pela primeira vez na história, a palavra bárbaro passou a ser auto-aplicada. Os habitantes da América passaram a ver-se como atrasados, subdesenvolvidos, não em função de valores humanos essenciais, mas em função de uma comparação com a Europa recém-descoberta.

“Entre os gregos e os romanos a palavra significava o que era estrangeiro e também selvagem, grosseiro, inculto.”⁷ O mesmo disseram os europeus em relação aos habitantes da América depois da primeira descoberta. E disseram-no os próprios habitantes da América, depois da segunda descoberta. O sentido continuou sendo de selvagem, grosseiro, inculto, mas, em vez de estrangeiro, passou a significar o próprio nativo que falava. O sujeito viu-se como sendo o Outro; e transferiu para o Outro o seu desejo de ser. Na primeira, o descobridor carregou o desprezo ao Outro; na segunda, o descobridor sentiu o desprezo de si.

Em vez de reafirmar seus valores próprios e aqueles que lhes pareciam universais aos seres humanos, os habitantes da América repudiaram valores universais como a solidariedade, a procura da igualdade, o respeito às crianças, para poder implantar um sistema econômico que mudaria a face de suas sociedades, tentando fazê-la parecer com valores específicos da Europa.

Outra diferença é que na primeira descoberta procurava-se uma utopia instintiva, a realização de cruzadas ou mesmo o ouro. A segunda descoberta buscou uma utopia construída sobre uma base racional. Na primeira utopia, a razão serve de base; na segunda utopia, é a razão que a justifica. Na primeira, foi a racionalidade renascentista que permitiu a realização. Na segunda, a racionalidade moderna serviu para justificar os absurdos éticos que eram implantados. A conversão forçada dos indígenas ao cristianismo era uma das razões de ser da primeira descoberta. Na segunda, a razão econômica foi o instrumento que justificou a conversão da população aos sacrifícios.

Nesse processo da segunda descoberta, cabe um papel especial aos teóricos do desenvolvimento.

A Europa começou a ser descoberta neste século XX, por uma elite latino-americana sequiosa de repetir aqui o projeto civilizatório da metrópole. O padrão de desenvolvimento e de riqueza passou a ser elaborado em função da imitação. Os industrialistas dos anos 1920 não discutiam os efeitos, as consequências, os riscos nem os beneficiários da segunda descoberta; para eles, a industrialização era objetivo em si, porque aproximaria a América da Europa.

O melhor exemplo disso está na estratégia de substituição de importações. Defendia-se a produção local dos bens antes importados por uma minoria, sem questionar se esses bens eram compatíveis e representavam as necessidades da população e do país. Antes de substituir as importações, importaram-se as necessidades; sem consciência clara do que se fazia, salvo o fascínio pelo que se importava e pela racionalidade que punha as

técnicas como objetivo do processo civilizatório. Como os astecas, que não tiveram idéia do que eram os primeiros homens brancos a cavalo, parecendo deuses, de acordo com os presságios. A diferença é que nossos antepassados no continente ao menos duvidaram e desconfiaram do que aqueles deuses faziam; de certa forma, reagiram à invasão. Nossos antepassados recentes entregaram-se, foram em busca dos invasores. Os antepassados astecas e incas imaginaram que os invasores podiam ser deuses. Nossos antepassados recentes, disseram que eram homens, mas quiseram imitá-los com uma reverência que se tem apenas aos deuses.

Passados quase cem anos, os resultados não são melhores do que aqueles obtidos na primeira descoberta.

Fala-se, com espírito revisionista, do genocídio praticado pelos conquistadores contra os índios, mas não se fala do genocídio praticado pelo sistema financeiro, nem pela manipulação dos preços e taxa de juros por parte dos especuladores e tecnocratas, por meio da imposição de objetivos que não atendem às necessidades do povo. Critica-se o que fez Colombo, seus conquistadores e padres em nome da utopia deles – o cristianismo e o mercantilismo –, mas não se fala do que fazem os funcionários do FMI, dos governos, das empresas, os professores das universidades, em nome da presente utopia.

Com a mesma motivação de construir uma rica sociedade ocidental e cristã e com a mesma brutalidade usada quinhentos anos antes para expulsar da Europa os judeus e os mouros e para eliminar os indígenas nas Américas, os segundos descobridores implantaram ditaduras, massacraram trabalhadores, fizeram uma brutal transferência de população rural para urbana, concentraram a renda, desviaram a produção dos bens básicos para os supérfluos. Com a mesma força com que o cristianismo foi imposto às populações locais, e o ouro foi desapropriado, o objetivo do desenvolvimento e os seus meios foram implantados na cultura local. Mas sem necessidade de conquistadores nem vice-reis europeus, porque a elite local fazia seu papel de internalizar a primeira descoberta, através da segunda.

Se se leva em conta o conhecimento científico e técnico de que já se dispõe, as estatísticas mostrariam que a degradação humana que hoje ocorre não é pior do que a que foi realizada no período inicial da conquista. É ridícula a acusação de que Colombo foi responsável pelo genocídio causado pelos traficantes de escravos, ou, ainda pior, pelas pestes cujas causas não eram conhecidas no seu tempo, por pessoas que conhecem perfeitamente as consequências das medidas econômicas impostas pelos interesses das grandes empresas, dos bancos internacionais e das elites latino-americanas.

O resultado dos quase cem anos de início da segunda descoberta e cem de descoberta real mostra enormes avanços e passos irreversíveis, mas apresenta também um quadro devastador da realidade do continente. Enquanto por meio do progresso a primeira descoberta permitiu integrar as populações dos países europeus em um mesmo padrão de consumo, a importação da utopia européia para a América exigiu a desintegração da sociedade americana, social, cultural e racionalmente, através de ditaduras brutais⁸.

O futuro tem dois caminhos: a integração absoluta na Europa, com a continuação da segunda descoberta, ou um outro processo de uma terceira descoberta.

A idéia de integração no primeiro mundo tinha uma consistência até o momento em que ficaram provados os limites do crescimento econômico: os limites físicos e os limites éticos. Físicos pela impossibilidade de incorporar toda a população mundial nos níveis médios de consumo do primeiro mundo; impossibilidade ética pela insatisfação que o consumo mantém diante de um projeto mais profundo de realização humana, e pela inconveniência ética e técnica de manter o *apartheid* social que o desenvolvimento nos seus padrões atuais exige.

O momento requer, por isso, a busca de uma outra alternativa.

A TERCEIRA DESCOBERTA: A AMÉRICA DESCOBRE A AMÉRICA

Por uma estranha coincidência, o mundo comemora quinhentos anos do encontro das duas civilizações em um momento de total desencontro da civilização que ele construiu.

A Europa, que cresceu graças à exploração do trabalho de negros migrados forçadamente para a América, que evitou a fome graças à emigração de europeus para enriquecerem na América, vê-se forçada a um chauvinismo antiemigração como forma de proteger seus privilégios contra as hordas de estrangeiros. Apesar de toda a riqueza, sua sociedade tem milhões de desempregados e pobres; parte de sua juventude condenada ao vazio de viver do seguro desemprego por toda a vida; a perda de valores essenciais, substituídos pelo consumo inviável e insatisfatório.

Os EUA depois de duzentos anos de crescimento independente, de cem anos de libertação dos escravos, hegemonia sobre o mundo, vê-se dividido racialmente, com perda de competição tecnológica e econômica.

Os países do Oriente, que ficaram inicialmente fora do encontro, e que nos anos 1500 tinham um estágio civilizatório próprio, foram subordinados e incorporados a uma Europa poderosa.

Os países americanos, apesar de todo o êxito desde a segunda descoberta, vêem-se envolvidos em uma crise social, de dimensões superiores a de qualquer outro momento. Acima de tudo, os americanos vêem-se diante da consciência de terem de optar entre uma sociedade de *apartheid*, com uma minoria integrada no chamado primeiro mundo europeu e a maioria excluída dos benefícios, ou encontrar um novo caminho, onde seja possível a integração social de sua população.

Diferentemente dos países árabes, que dispõem de uma alternativa própria no fundamentalismo, da China que dispõe de um sistema nacional forte e mesmo do Japão que ainda mantém uma cultura nacional, os países americanos não podem fugir da herança européia. Qualquer alternativa que deseje antever à essência democrática da sociedade, terá de respeitar a parte da origem européia. Ao mesmo tempo, se quiser realizar uma utopia não apartada, terá de encontrar um caminho diferente da simples imitação do crescimento nos moldes importados da Europa.

A alternativa vai estar em descobrir outra vez a América: um caminho americano para uma utopia americana.

OS PRÓXIMOS DUZENTOS ANOS

Dentro de duzentos anos, tanto tempo quanto desde a morte de Tiradentes, a civilização americana estará completando mil anos desde o começo do império Inca e desde quando os europeus começam a implantar os meios que levariam à sociedade renascentista e a todas às suas conseqüências. Pode-se dizer que se estará então completando mil anos de civilização americana, ou ameríndia.

Nesses próximos duzentos anos, não há muitas alternativas em termos de civilização previsível. Sem cair nos presságios dos astecas, nem nas profecias de Nostradamus, ou nas perspectivas dos modernos modelos sistêmicos, não é difícil imaginar as grandes linhas de alternativas possíveis.

A impossibilidade de levar adiante simultaneamente os projetos de crescimento econômico e de igualdade, leva a sociedade mundial a escolher entre a utopia do consumismo ou outra utopia alternativa. A primeira exigirá uma opção pela sociedade de clara e explícita apartação social, a segunda exigirá uma reorientação dos velhos sonhos das utopias de igualdade⁹.

O custo econômico, militar e político necessário para manter por longo tempo um sistema de apartação é em si um argumento racional contrário, mas não suficiente, mesmo levando em conta que em uma economia capitalista, o que significa custo pode ser um instrumento keynesiano de dinâmica econômica.

A oposição conseqüente ao *apartheid* é de caráter ético. Origina-se nos sonhos de igualdade dos direitos de todos os homens, sem lugar a nenhuma forma de escravidão. Por esta razão, subordinadas a uma opção ética, as possibilidades de busca de uma utopia americana para os próximos duzentos anos devem procurar a realização de uma sociedade sem *apartheid*.

Ao mesmo tempo, busca-se manter a herança fundamentalmente européia da igualdade dos direitos, torna-se necessário e desejável que a nova utopia americana seja construída sob um processo político democrático.

Além disto, no caso das Américas, depois de sessenta anos de desenvolvimento, é impossível que a utopia rejeite de forma total a busca de uma crescente eficiência econômica e o conseqüente aumento no nível de consumo da população. Desta forma, nos próximos anos, a busca de uma utopia deverá estar subordinada a três princípios básicos: a institucionalização de um sistema político democrático com total respeito às liberdades individuais; a abolição dos sistemas de apartação e a integração das sociedades em cada país, ao mesmo tempo em que se caminha para um processo de integração internacional crescente; a constante elevação da eficiência econômica e da qualidade de vida, inclusive nos seus aspectos de consumo.

O desafio para construir uma sociedade sobre esses três princípios fazem com que a sociedade resultante possa ser identificada com uma utopia; tanto pelas características idílicas que ela apresenta como pelas dificuldades de sua construção. Esta utopia só será possível se a própria América fizer as perguntas que interessem à sua sociedade. Colombo perguntou onde estava o ouro e se acreditavam no Deus cristão; a América das últimas décadas, perguntou como construir uma sociedade de consumo. Agora, a América só descobrirá a América quando formular autonomamente as perguntas que definirão sua utopia.

A democracia

A sociedade americana, diferentemente de outras, não podendo imitar a Europa, não tem como deixar de ser em parte européia. Um destes vínculos está no desejo de liberdade individual, de organização democrática. Mas, se não pode nem deve desejar cortar esse vínculo, não pode ficar presa à definição européia de democracia.

A democracia européia foi construída sobre relações de superexploração dos países da periferia, o que possibilitou uma distribuição da renda entre os europeus, sem sacrifícios nos níveis de consumo dos ricos. Na Europa, as massas passaram a uma convivência com as elites, utilizando-se dos resultados conseguidos graças aos recursos naturais a baixos preços, do retorno de capital graças a lucros dos investimentos e juros sobre as dívidas, e mesmo utilizando-se do baixo nível salarial dos trabalhadores dos países periféricos.

A democracia européia foi, portanto, não apenas uma democracia social, como também uma democracia nacional. Uma democracia capaz de enriquecer todos os seus habitantes, mas concentrando riquezas internacionalmente. Uma democracia capaz de assegurar um elevado grau de liberdade individual dentro de seus países, tolerando, apoiando e beneficiando-se das ditaduras nos demais países.

As possibilidades da moderna tecnologia, da automação e dos novos materiais começam a fazer as colônias não apenas menos necessárias, como também um estorvo devido ao intenso processo de migração dos pobres do mundo em direção à utopia do primeiro mundo quando o desenvolvimentismo da segunda descoberta começa a se esgotar. Por esta razão, a utopia européia tenderá a desmascarar-se nos próximos anos, assumindo a desigualdade como uma característica da humanidade. Os partidos europeus, para manter os votos de suas populações nacionais tenderão a uma ruptura com o resto do mundo pobre; assumirão crescentes preconceitos raciais, econômicos e sociais. Voltarão à visão da Grécia clássica onde a democracia, necessitando da escravidão, assumia a desigualdade entre os homens. Agora, não sendo mais necessária a escravidão, a desigualdade será defendida em nome dos interesses de suas populações para usufruírem os benefícios que conquistaram, em parte graças à primeira descoberta.

De qualquer forma, a Europa democrática chocar-se-á nos próximos anos com a Europa ética.

Os países da América não terão condições de repetir esse processo. Já não há, para um ou outro país, a possibilidade de colônias externas que forneçam os recursos necessários para distribuir benefícios internamente, sem sacrifícios das elites. Nesses países, o enriquecimento de uma camada da população se fez graças a formas internas de colonialismo, entre regiões, entre grupos sociais. Por outro lado, os países da América têm a vantagem de não serem condenados a uma opção entre democracia e ética. A democracia só se fará se forem atendidos os interesses das maiorias de suas populações, sem sacrifícios para as demais massas de pobres do mundo.

Nas Américas, a democracia não se chocará com a ética, abrindo uma imensa possibilidade para os países que procurarem aqui inventar uma nova democracia. Mas essa democracia não poderá se limitar ao direito de falar e às atividades políticas¹⁰.

A integração

Esta invenção só se fará se um processo de integração social for realizado nestes países, até eliminar-se a atual apartação. No caso das Américas, a democracia terá de ser um caminho para a integração social, mas, também ela, só existirá quando esta integração for construída.

Já não se trata da utopia da igualdade plena, que prevalecia até anos recentes. O que se busca é a igualdade do acesso aos bens e serviços básicos da subsistência e da consolidação social.

A igualdade plena, da utopia da Revolução Francesa, era justificada no tempo em que o setor produtivo era quase todo comprometido com a sobrevivência. Apenas uma pequena parte era canalizada para os bens supérfluos de consumo pessoal.

A partir deste século, a eficiência do processo produtivo inverteu a situação: uma parte considerável do produto alimenta o consumo desvinculado da sobrevivência individual e da necessidade de reprodução social, quando não se observa a reprodução do próprio sistema econômico baseado no supérfluo. Nestas condições, a utopia industrial continuou objetivando a igualdade, através das leis do mercado capitalista ou do planejamento socialista. É recente a consciência dos limites ao crescimento que impedem a oferta de todos os bens para todos os indivíduos.

Diante da impossibilidade de ofertar o supérfluo à toda população, a utopia socialista, sob regimes centralizados, optou pela escolha política dos privilegiados. A outra alternativa seria impor, por razões éticas, uma igualdade da austeridade, o que também exigiria formas de autoritarismo.

Uma utopia moderna, comprometida com a democracia e que entenda a impossibilidade da oferta generalizada de bens supérfluos, não pode ficar presa ao conceito de igualdade originado nos dois séculos anteriores. Não pode porém continuar ética se ignora a desigualdade que afeta enormes maiorias sem acesso aos bens básicos.

Nestas condições, a alternativa está na busca de uma absoluta igualdade no acesso aos bens básicos à sobrevivência individual e do funcionamento social: alimentação, saúde, educação, transporte 'urbano', o que permite integrar a população nacional, ainda que não permita igualar o nível de consumo entre todos os indivíduos.

Ao mesmo tempo, uma sociedade que busque a utopia em um mundo em processo de integração, não pode imaginar um processo nacional isolado ou em oposição ao resto do mundo. A utopia dos próximos séculos deverá incorporar a integração internacional, entre todos os homens. Mas, se esta é uma meta, ela deve estar subordinada aos objetivos da democracia e da integração social interna.

A integração imediata da América na Europa, como propõem os neoliberais, só se fará às custas da desintegração interna das populações nacionais dos países americanos. Uma utopia definida eticamente terá de submeter a integração internacional aos interesses da integração nacional. Não apenas porque este é um caminho lógico para evitar o *apartheid* interno como também porque os valores nacionais são intrínsecos às sociedades, e uma utopia que busque realizar os desejos de democracia terá de respeitar os desejos de soberania.

A qualidade

A idéia da integração democrática não basta em uma sociedade que já atingiu os níveis de consumo da sociedade americana. Só um regime autoritário forçaria a aceitação de uma queda no consumo e mesmo uma perda da perspectiva de um constante aumento do consumo. A utopia não poderá limitar-se ao básico.

A sociedade futura terá de produzir uma constante evolução da qualidade de vida dos habitantes de sua sociedade.

Diferentemente do que tem ocorrido nas visões utópicas das últimas décadas, no socialismo e no capitalismo, a qualidade de vida, do aumento do consumo, deverá vir subordinada à integração social, acompanhada de equilíbrio ecológico, de solidariedade, de sociedade sem violência.

A QUARTA DESCOBERTA: A EUROPA REDESCOBRE A AMÉRICA

Qualquer olhar ao mundo americano de hoje permite prever uma catástrofe para as próximas décadas. As sociedades caminham para um processo de apartação social, autoritarismo, elevado consumo localizado em uma minoria isolada e cercada pelas massas miseráveis, ao mesmo tempo que um processo de contínua degradação ecológica. Só o sonho utópico permite imaginar a alternativa de projeto democrático, integrador socialmente e enriquecedor do ponto de vista do consumo, e ecologicamente equilibrado. Mas, a utopia sendo o projeto desejado, nada impede que esta alternativa, além do sonho ético e estético, descomprometido com a realidade, seja considerada como uma possibilidade.

A própria dimensão da crise, que leva às previsões assustadoras, permite criar esperanças. Ao sofrer seus colapsos, as sociedades tendem a buscar caminhos diferentes. É imprevisível saber a que custos, mas é possível considerar a possibilidade de que a crise provoque formulações diferentes, revisões das tendências e aglutinações políticas não-tradicionais: em consequência, novos propósitos, novas estruturas e novas prioridades.

A dimensão da crise na América pode ser um indutor para que neste continente surjam novas propostas civilizatórias.

Excetuando-se sua parte européia, EUA e Canadá, a América é o continente que mais se parece com o mundo¹¹. Aqui estão todas as contradições do planeta, quando visto em seu conjunto. A Europa, EUA e Canadá não representam um planeta pobre, como é a Terra. A África não representa um planeta onde há características de riquezas, como é a Terra. A Ásia é por demais variada e grande; suas contradições são ainda maiores, suas características culturais são menos representativas.

Na América estão todas as contradições de um planeta moderno e atrasado, onde a destruição do meio ambiente e a desintegração social ocorrem de forma rápida. E onde um potencial econômico, científico e tecnológico já permite a busca de novos caminhos e novas utopias.

Por outro lado, a América apresenta uma riqueza natural superior a de qualquer outro continente. Se muitas das matérias-primas poderão ser substituídas nas próximas décadas, é difícil que no futuro próximo a civilização prescindia das fontes energé-

ticas existentes no continente americano, especialmente aquelas derivadas da biomassa.

O continente dispõe de todas as condições necessárias para servir de base à formulação e implantação de projetos utópicos alternativos. Dispõe da crise decorrente do êxito como o progresso foi realizado, o que conduz à procura de novos caminhos. Outros continentes ainda não têm razão para ver a crise como demonstração de fracasso, ou ainda não testaram suficientemente o progresso. Dispõe de uma massa crítica de pensadores, de uma cultura em fermentação e dos recursos naturais.

Se não caminhar forçada e desintegradamente para a velha utopia européia, através do autoritarismo político, da apartação social e da depredação ecológica, a América pode vir a ser um foco de formulação de novos modelos utópicos.

Se isto acontecer, a Europa voltará a descobrir a América. Não mais em busca da utopia que ela desejava, do ouro ou de almas convertidas, mas uma nova utopia, formulada dentro do continente que a Europa descobriu há quinhentos anos e que ajudou a construir, através do caos, do saqueio, do desrespeito à natureza e às culturas locais, mas cimentando novas culturas e um respeito que se começa a descobrir em relação à natureza. Faltando apenas novos propósitos civilizatórios, que uma Europa velha tem dificuldades em reformular.

Cristovam Buarque, ex-reitor da UnB, é coordenador do doutoramento internacional em economia ecológica.

Notas

1. "As primeiras cartas de Cristóvão Colombo descreviam sob tom idílico, a bondade natural, infantil, dos habitantes do paraíso." *L'utopie*, Jean Servier, Presses Universitaires de France, 1979, p. 30.
2. Hillel Schwartz, *O fim de século*, Companhia das Letras, São Paulo, 1992, p. 83 a 91.
3. Ver Tzvetan Todorov, *A conquista da América – a questão do Outro*, Martins Fontes, 1991, p. 17.
4. Já no século XI, um profeta maia de nome Xupan Nahuat chegou a prever a vinda de invasores desconhecidos pelo Ocidente; começariam no ano de 1527, em Yucatán. Os astecas acreditavam que Quetzalcóatl, como um homem branco de barba, viria pelo leste, no décimo segundo ano de um ciclo de 52, em que dividiam seu calendário. Os incas acreditavam que Viracocha voltaria do oeste, durante o reinado do décimo segundo imperador deles. Ambas as previsões verificaram-se. Todorov, porém, levanta a idéia de que muitas previsões são feitas como lendas, depois de os fatos ocorrerem (op. cit., p. 72). Sobre a importância que os astecas davam aos símbolos, mesmo sobre a realidade, vale a pena ver o livro de T. Todorov citado antes, especialmente nas páginas 61 a 94. Cabe lembrar que o tempo de Colombo e o Renascimento não significam o fim do pensamento místico e das crenças em símbolos e presságios na Europa. Todorov lembra (p. 73) que: "Maquiavel, teórico do mundo do porvir, escreve, pouco depois (de 1492), nos *Discursos*: 'Exemplos antigos e modernos provam igualmente que eventos importantes nunca ocorrem, em nenhuma cidade ou país, sem terem sido anunciados por presságios, revelações, prodígios ou outros sinais celestes'".
5. Tzvetan Todorov, op. cit., p. 81.
6. T. Todorov, op. cit., p. 8.
7. Ver, por exemplo, o *Dicionário etimológico brasileiro nova fronteira da língua brasileira*, de Antônio Geraldo da Cunha, p. 98.

8. Este assunto está tratado em três livros do autor, que constituem uma trilogia: *A desordem do progresso* (1990), *O colapso da modernidade brasileira* (1991) e *A revolução na esquerda e a invenção do Brasil* (1992). Todos publicados pela Editora Paz e Terra.
9. Sobre este assunto, consultar os livros citados na nota 8.
10. Ver o livro do autor: *A revolução na esquerda e a invenção do Brasil*.
11. Do ponto de vista nacional, o Brasil, mais do que qualquer outro país, apresenta indicadores extremamente próximos dos indicadores socioeconômicos calculados para o conjunto do mundo. Uma comparação destes indicadores está apresentada no texto 'A third-world world', e constará da versão em inglês do livro *A desordem do progresso*, em preparação pela Zed Books, de Londres, sob o título de *The end of economics*.

Resumen

MIL AÑOS DE LA CIVILIZACIÓN AMERICANA: EN BUSCA DE LA UTOPIA Y DE LOS CUATRO DESCUBRIMIENTOS DE AMÉRICA

Lo que se rememora en el quinto centenario del descubrimiento de América es un encuentro entre dos continentes, dos órdenes de imaginario social. En razón de las mutilaciones históricas y el aniquilamiento de sus posibilidades de expresión, América aguarda por su descubrimiento. El destino de la humanidad pasa por el laboratorio político-económico que es el Nuevo Mundo.

Abstract

A THOUSAND YEARS OF AMERICAN CIVILIZATION: THE QUEST FOR UTOPIA AND AMERICA'S FOUR DISCOVERIES

What one recollects on the fifth centenary of the discovery of America is the encounter between two continents, two social frameworks of thinking. Historical mutilation and the extinguishing of its potential for expression have prompted America to await its discovery. Mankind's destiny lies in the political-economic laboratory that the New World has become.



POR UMA ANTROPOLOGIA DOS MODELOS IBÉRICOS DE COLONIZAÇÃO



A COLONIZAÇÃO PÔS EM PRÁTICA UMA REDE DE RELAÇÕES
SOCIAIS QUE DISTRIBUI PRIVILÉGIOS E SANÇÕES. A SUA ÓTI-
CA É A DA ECONOMIA DOS MEIOS PARA QUE SE MANTENHA
O STATUS QUO.

LUIZ
TARLEJ DE
ARAGÃO

Ilustrações: Marcus Eurfcio



Referimo-nos, em primeiro lugar, à questão da honra como elemento estruturante das relações e regulador de comportamentos. A pureza da mulher de alguma forma construía social e simbolicamente a vestal

Pouco após tomar posse, o presidente Fernando Collor anunciou sua preocupação, entre outras coisas, com o número de apaniguados transitando ociosos no Palácio do Planalto: cerca de dois milhares de 'afilhados' e 'herdeiros', concentrados em um único local. De todos os matizes – pretos, pardos, brancos, mulatos, morenos; de todas as regiões – se bem que nesse aspecto o efeito de vácuo predomina, ou seja, à passagem de cada presidente, restos de seu séquito servil, como a cauda de um cometa sem nenhum brilho, permanece no firmamento, que mais deveríamos dizer estuário, onde águas turvas, sempre as mesmas, aliás, se encontram. Os cientistas políticos chamam a isso de 'circulação das elites', na falta de conhecimento de uma pororoca social que corre nas profundezas. Diga-se de passagem que se, como sociólogos, fizemos um estudo aprofundado dessa 'amostragem palaciana', descontado o peso da 'cauda de cometa regional', o que se verá é certamente um retrato fiel de nossa democracia: todas as cores, variedade de sotaques; idiosincrasias sociorregionais, quase a mesma proporção de servos e senhores (se bem que, estes também, servis), os mesmos aparatos e circuitos de sociodependências em gradações e coloridos quase sem conta. Se pensarmos que essa mesma situação se repete em *todos* os órgãos públicos do país em todas as regiões, teremos os *herdeiros* e *afilhados*. Os outros, certamente beirando os setenta a oitenta por cento dos brasileiros, são os *apartados*, os excluídos da partilha, impossibilitando-se, portanto, a totalização social.

Esse desejo do primeiro mandatário (quase certamente ele próprio não saiba), contém, de um lado, um impulso sadio de consciência da realidade e de desejo de mudança. No entanto, contém, por outro, uma perspectiva onírica do mais alto grau, como aquela – aliás muito bem lembrada recentemente por Gabriel Garcia Marquez¹ – do general mexicano que foi presidente três vezes e mandou enterrar sua perna amputada por ferimento em batalha, com funeral de toda a pompa e liturgia. Dizemos isso porque essa 'perna' ou hidra de mil cabeças já foi 'enterrada', ou pelo menos já se montou por ela tantos outros funerais e palavrórios ditirâmbicos, civis ou castrenses, de ampla ressonância populista, ou de grupos marcados por um fetichismo sacana, para no fim, a perna sair andando adiante, novamente no mesmo passo de dantes. Dizemos isso não por leviandade ou gosto do sarcasmo e da ironia, mas para apontar para a história esta verdadeira desconhecida de nossos povos e de nossas elites.

Quero dizer com isto que há exatamente 450 anos atrás um outro mandatário, antepassado nosso, ao assumir o comando, e assustado com as despesas, cismou em chamar seu ministro encarregado desse assunto e pediu a ele que fizesse a lista dos servidores. Deu 4.937 apaniguados (o número até não mudou tanto, é coisa quase canônica). Em seguida, determinou que se separasse os mesmos em duas colunas: uma dos necessários, e, a outra, dos inúteis, ou ociosos. D. João III – era esse o monarca a quem coube o turno e a iniciativa em meados do século XVI –, saiu-se com esta, após examinar as duas listas: "Destes tenho eu necessidade, e estes outros têm necessidade de mim". E no final, foi coerente, porque não tinha ainda, na boa tradição portuguesa, aprendido a enganação e a falsidade sistemáticas. Aliás, um d. João que herdou uma espécie de rescaldo histórico – pura coincidência – de um tal d. Fernando, o Formo-

so, "remisso e sem cuidado algum", cujo reinado representa, como diz muito bem Costa Porto², fase sombria na história lusitana, depois de um período de luzes e bonanças dos continuadores do grande Afonso Henriques. Camões lembra, em *Os lusíadas*, do período de d. Fernando como a época da "procelosa tempestade, noturna sombra e sibilante vento"³. Quem entende de política e navegação sabe, ou pelo menos entende, de que se tratava.

Dizem os sábios que "se queres compreender a ti mesmo, conheça o teu passado". Entendemos que se isso é válido no plano da individualidade, com mais critério o seria também para as nações. Somente conhecendo-nos a nós mesmos podemos entender a nós mesmos, assim, a história de nossas nações talvez nos ensine a compreender melhor nossas dificuldades atuais, e seus eventuais remédios, alguns dos quais, parece claro, já detectamos, e estamos tentando aprender a manipulação correta. Se a base, portanto, da psicologia é 'quem sou eu', a base da política, no seu grau mais elevado – aquele do estadista e verdadeiro representante do grupo ao qual pertence –, é 'quem somos nós'. Lembro de passagem que o grande e jovem Montaigne, ele mesmo filho de mãe espanhola e judia, e de pai de origem portuguesa, provavelmente cristão novo, como lembra Gilberto Freyre⁴, lançou nesse mesmo século de d. João III, a grande questão "qui suis je?", que de certa forma fundamenta todo pressuposto psicológico. Mas Montaigne, já que estamos falando de Novo Mundo, interessou-se também pelos povos selvagens, a ponto de encilhar sua mula, em pleno rigor do outono na França, e ir de Bordeaux a Rouen, interrogar alguns tupinambás, que filibusteiros franceses haviam levado para conhecer o Velho Mundo. Montaigne queria saber o que esses silvícolas pensavam – sua visão de mundo, como diríamos hoje.

Se a pergunta 'quem sou eu', no nível estritamente individual, parece ter sido relativamente bem equacionada no interior da psicologia, e particularmente na psicanálise, a outra questão, coletiva, do 'quem somos nós' pelo menos no que concerne ao Brasil, encontra-se, em nosso entender em seus primórdios. Tanto metodológicos quanto de prática política, ou de uma consciência nacional, para não falarmos de um consenso a respeito de nossa identidade, ou caráter nacional.

Abordamos, no que se segue, dois aspectos ligados ao tema dos modelos sócio-históricos de colonização. De uma parte, uma dimensão não tanto episódica, mas de estrutura profunda: a aproximação da Espanha e Portugal. E de outra parte, um desenvolvimento mais longo sobre o que entendemos serem as características mais distintas do modelo português (em relação ao espanhol) e de sua aplicação e conseqüências na sua maior ex-colônia de além-mar, o Brasil, em ambos os casos, colocando em prática uma antropologia do valor no âmbito bastante amplo de processos sócio-históricos de colonização.

À antropologia, de hábito, repugna o estudo de processos, quer sociais, quer históricos, por entender que os fatos a merecer sua atenção e tratamento devem apresentar a dimensão de permanência, e, igualmente, serem gerais ou universais. Ou seja, de alguma forma, ou sob alguma roupagem estar presentes na totalidade das sociedades humanas. Por isso, por exemplo, falamos de estruturas – quer sejam no sentido de 'armações' ou 'esqueletos' sociais (a parte óssea é dura e articulada), quer sejam no sentido da lingüística estruturalista da Escola de Praga.

Ao primeiro grupo podemos associar a antropologia social anglo-saxã, na sua predominância; ao segundo associaríamos a antropologia social francesa, onde pontificam até o presente os antropólogos (verdadeiras lendas vivas), Claude Lévi-Strauss e Louis Dumont. É interessante notar que essas escolas antropológicas interessaram-se continuamente pela América e por suas populações nativas. No entanto, fizeram-no de ponto de vista mais das realidades indígenas em si – qualquer que seja o ângulo, ou domínio abordado: parentesco, rituais, mitologia, sistemas de produção, religião, arte, cosmogonia, etc. – que do processo surgido em função do encontro desses povos com os conquistadores, particularmente ibéricos ou anglo-saxões. As exceções a essa espécie de modelo crítico ou matriz paradigmática são pouco numerosas, e, de qualquer forma, não constituem a parte mais substantiva da contribuição teórica da antropologia à compreensão dos fenômenos sociais, de uma forma geral⁵. No entanto, em nosso entender, a questão da antropologia se envolver de alguma forma com os processos sociais e/ou históricos teria no caso da colonização da América um terreno de prova do maior interesse do ponto de vista tanto da metodologia quanto da dimensão heurística desse tipo de trabalho. É o que pretendemos demonstrar tentativamente no que se segue.

Em nosso entender, Espanha e Portugal apresentam para o antropólogo alguns enigmas sócio-históricos, que não foram totalmente equacionados nem por sociólogos nem por nossos colegas historiadores, e que, de certa forma, unificam teoricamente esses dois países, sobretudo no que nos interessa aqui em particular: os modelos de colonização que essas duas nações semearam, por assim dizer, pelo mundo. Referimo-nos, em primeiro lugar, à questão da honra⁶ como elemento estruturante das relações e regulador de comportamentos, tanto masculino, quanto feminino, nos dois países. É preciso que se diga que esse fato não é exclusivo deles, mas banha, por assim dizer, todo o Mediterrâneo, e talvez tenha mesmo sua origem no mundo muçulmano. É preciso não esquecer que esses mesmos sarracenos ocuparam a península por cerca de mil anos, o que não é, em matéria de tempo e dado o forte grau de miscigenação 'racial', de se desprezar. Sabe-se que o ponto central dessa questão situa-se na 'pureza' da mulher, de sua preservação em relação à contaminação das coisas do mundo, ou da 'rua' como disse recentemente o antropólogo brasileiro Roberto da Matta. A pureza da mulher de alguma forma construía social e simbolicamente a vestal, por assim dizer do 'lar, laris' – espaço de santidade, ou de sacralidade, e fulcro de orientação de todas as iniciativas ligadas às formas mais visíveis e externáveis do prestígio social e da produção e reprodução do poder. A mulher de César, diziam os romanos, "não somente deve ser honesta, ela também tem que parecer honesta". Certa vez, diga-se de passagem, nós mesmos anotamos dos pára-choques de um caminhão na rodovia Dutra esta frase: "Em casa, uma santa" e que usamos na exegese de um trabalho feito dez anos atrás⁷.

A questão aqui é, portanto, do registro não apenas da antropologia, mas igualmente da sociologia, da história e da psicologia: como se transforma ou o que resulta da transposição de um valor, nodal, como aquele da honra mediterrânea, romana, sarracena e moura, voltado essencialmente, e por definição, para o lar, e sua representante material e simbólica: a mãe/matrona, quando esta não é mais a pura, mas a impura (índia, negra, ou



mesmo as prostitutas, concubinas) tomada como esposa, de fato, ou de jure. E não se venha dizer que esses casos eram exceção. Muito pelo contrário. Já os primeiros donatários negavam-se a executar a lei do desterro para aqueles reinóis que se amancebavam com nativas, porque diziam eles: "dessa forma ficará vazia, majestade, a nova terra descoberta". Entre o desterro (a lei) e a permissão para que o acusado fugisse para outra capitania (a transgressão), deu-se esta última. Produziu-se o jeito, talvez o primeiro de nossa história, já que sem ele talvez nem história tivéssemos, e, certamente, muito menos gente para contá-la.

Digo isso para avançar, que, em nosso entender, o que se deu como resultado mais palpável e imediato do confronto entre um valor nodal, persistente (orientador de condutas éticas e morais), e uma realidade nova onde sua aplicação, sem deixar de ser imperativa (os valores não desaparecem nas travessias dos oceanos), tornava-se profundamente problemático. Entendemos, e essa é nossa tese sobre essa dimensão do modelo ibérico nas colônias da América, e talvez alhures (Índia, Açores, Cantão, Filipinas), que esse choque entre a dimensão simbólica construtiva (da produção e reprodução da honra) e a realidade nova, rarefeita nos elementos principais de sua focalidade (a mulher 'pura', entregue pelo pater-família, ao futuro marido, e à família deste) tenha produzido um efeito genérico de 'afrouxamento' não somente moral e ético, mas igualmente no abrandamento de determinantes sociorrelacionais mais rotinizadas e banais.

Referimo-nos a uma queda visível no nível das exigências formais, tanto na educação das crianças quanto na relação destas com os adultos, e destes entre si. Uma nova visão de mundo se estabelece, em parte, amalgamada com a antiga. Um novo *etos relacional* e moral instala-se em filigrana sobre o modelo arcaico, vindo da península. Os padres, e quiçá particularmente estes, reformaram a Igreja, mantendo a liturgia e os chamados 'mistérios' essenciais, mas transformando a prática com os santos, ruidosa e generosamente festejados, como se fossem não santos católicos, mas deuses pagãos (santo disto, santo daquilo, e daquiloutro; exatamente como os panteões pagãos), e gozando igualmente dos prazeres do mundo, como qualquer cristão, particularmente aqueles da carne, tanto no sentido próprio e imediato (a gula) quanto aquele conotado na luxúria do coito passavelmente desbragado. Lembramos aqui o testamento de um pároco de Paraty, no litoral sul do Rio de Janeiro, que ao morrer em fins do século XVIII deixou este sugestivo testamento: a tal diácono, deixo tal bem, a tal outro servidor (tropeiro que cuidava de suas mulas), deixo outro bem, e assim por diante; no final, arrematava: "e à minha escrava Carolina, com quem por uma dessas fraquezas da carne tive oito filhos, deixo o restante dos meus bens".

Portanto, observa-se um amolecimento geral dos costumes, sob uma fachada muitas vezes de permanência dos antigos cânones de antiga e estrita observância na península⁸. Assim, essa 'plasticidade' dos ibérios nos trópicos, e, particularmente, dos portugueses, que permitiu a eles se associarem de maneira estável, através da generalização das uniões inter-raciais, com estoques populacionais nativos, encaminhou a solução do povoamento das novas terras, mas produziu, embutida nela mesma, a síndrome (talvez a primeira), da transgressão à lei, da fusão de valores e de seu desrespeito. Com isto efetivou-se, em

contrapartida, a solidariedade difusa, a curiosidade solidária à que se referia Garcia Marquez, mais uma vez, quando fala “dessa América Latina carregada de humanidade”. Na verdade, já, aí nesse ponto, produzimos um novo humanismo. Um humanismo violento muitas vezes, mas irreverente, ... e terno, sonhador e sereno, a maior parte do tempo. Como se soubéssemos inconscientemente que aqui seria descoberto o Mundo e o verdadeiro sentido do Tempo.

Outro elemento sociológico de maior importância para caracterizar nosso destino solidário com as colônias da América espanhola, é, justamente, a questão do tempo: o tempo ibérico tratado longamente por autores como Miguel de Unamuno, Maria Zambrano e o nosso Gilberto Freyre, para citar alguns. Em que consiste esse famoso *tempo ibérico*? Essencialmente no fato de que ele não se subdivide em partes numéricas que permitem a soma e a subtração, divisão e multiplicação, que de certa forma aprisionou o homem europeu aos quadrantes de um relógio e à performance rotinizada que se traduz banalmente pela equação capitalista, pragmático-materialista ‘tempo é dinheiro’.

Os espanhóis e portugueses, diga-se de passagem, interessam-se mais por tesouros, não por dinheiro. Este era necessário para pagar as contas de um erário sempre devedor em face dos gastos de ostentação ao parasitismo das elites. Mas o fulcro mesmo da questão era a prata e o ouro – o sonho de uma redenção definitiva mais uma vez onírica, em face de um futuro aparentemente inexorável de trabalho, e, sobretudo, de obsessão pelo resultado imediato, material, técnico e palpável. O tempo ibérico não era feito de dois ponteiros e de seu balé patético num quadrante, mas de três elementos altamente socializados e simbólicos: *a memória, a intuição e a expectativa*. Ou seja, uma noção muito próxima daquela operada pelos nativos e pelos orientais, ou pelo menos pelas filosofias mais conhecidas daqueles quadrantes da Terra.

A esse respeito é igualmente interessante notar a conjunção de visões de mundo, não apenas na questão da noção de tempo entre os ibéricos e os povos colonizados por eles, mas, igualmente, em relação a um humanismo mais amplo, que os aproximam a todos, como também dos filósofos orientais. À grande questão ‘quem sou eu’ dos renunciantes budistas e dos exercícios taoístas de autoconhecimento e controle oporíamos por exemplo, o “penso, logo existo”, de Descartes e seu método, por assim dizer ‘partitivo’, em grande parte responsável pelo positivismo do século XIX, que não é nada mais que uma mistura bem dosada do cartesianismo com os quadros programáticos e a exaltação do conhecimento (“a luz do homem”), características do Iluminismo e de seus grandes representantes no século XVIII.

O homem, cada homem, diz a Revolução Francesa, é uma individualidade em si, portanto, num hino ao partitivismo, justamente o contrário da ideologia ibérica de fundo milenar que, como lembra muito bem e repetidas vezes o escritor mexicano Carlos Fuentes, é “um centro de inclusões”. Ou seja, um éter social ou espaço geográfico, político e cultural onde se misturam durante séculos, numa Toledo, numa Sevilha, numa Granada, cristãos, mouros, judeus, ciganos e outros povos confirmando o que parecia ser uma vocação policultural inata.

Dá as artes soberbas dessa época: na arquitetura, na música, no teatro, na poesia, mas igualmente, nas obras de engenharia e nas grandes discussões filosóficas.

Nisso tudo Espanha e Portugal se aproximavam, tocavam-se no solo de um humanismo ímpar, que dificilmente produziria, por exemplo, o mesmo tipo de racismo das colonizações anglo-saxã, holandesa e francesa (todos eles de fundo essencialista). E mesmo a catástrofe que foi a mortandade humana que se seguiu ao descobrimento, certamente o maior holocausto da história, onde em poucos decênios morreram, por razões várias, mais de setenta milhões de pessoas nas Américas, ficou como saldo, por mais incrível que pareça, uma certa coesão latente e uma esperança, subjacentes às desgraças centenárias, para um dia, muito próximo talvez, emergir como uma proposta de humanidade bem distinta daquela hoje dominante, e sobre a qual foi calçado todo o modelo positivista dos desmazelos e até certo ponto das vãs certezas (porque se pretendeu absolutas) do mundo moderno.

Quero novamente lembrar Carlos Fuentes a esse respeito quando diz que a conquista foi um feito sangrento, cruel, criminoso, foi um feito catastrófico, mas não foi um feito estéril. Maria Zambrano lembra que uma catástrofe só é verdadeiramente catastrófica se dela não se desprende algo que a resgata, algo que a ultrapassa. Resta-nos a nós, portanto, resgatar essa catástrofe, começando por, especialmente, resgatar nossa identidade. Talvez nunca seja tarde para se ser gente. Se bem que muitas vezes seja tão mais cômodo e aparentemente mais seguro permanecermos ignorantemente sentados em nossas falsas certezas assistindo a um teatro, é preciso que se reconheça onde se encena a mesma peça, com ligeiras variações, e a pálidos retoques, há mais tempo que nós mesmos imaginamos.

Um outro fator de fundo, e não apenas episódico, é a circunstancialidade de ambos os países estarem à beira-mar plantados, ou cercados de mares ao sul e ao norte e que portanto, dizem esses observadores de binóculos de fraco grau, tinham uma vocação para os descobrimentos marítimos. Citaria o exemplo de dois países, exatamente nas mesmas circunstâncias – países marítimos, por assim dizer –, o Japão e a China, que nem por isso descobriram a América, apesar de terem tudo: tecnologia mais avançada, na época, inclusive com o princípio dos compartimentos estanques que não permitia aos barcos naufragarem totalmente, aparelhos de orientação no mar – que aliás alguns ocidentais tinham trazido por terra da China pelos séculos XII e XIII, a pólvora e, sobretudo uma população, somente no caso da China, de 140 milhões de pessoas em meados do século XV. Ou seja, a mesma do Brasil hoje, exatamente cinco séculos depois, e mais de setenta vezes aquela de Portugal na época.

Na verdade os chineses poderiam concretamente ter descoberto a América, na medida em que no início do século XV chegaram em seus juncos com sistemas de velas bem superiores, àqueles das naus portuguesas e espanholas até às Índias e à costa oriental da África. Mas que ventos ideológicos moviam esses panos e faziam deslocarem-se essas fortíssimas esquadras (fala-se em torno de cinquenta a sessenta embarcações a cada expedição)? Apenas a disposição de conter o avanço dos muçulmanos, a expansão islâmica. Portanto, tudo de acordo com o pensamento chinês, como mostraram grandes sinólogos

Quem tinha domínio em grande número não tomou posse das terras, e quem tomou posse das terras jamais teve o domínio. Isso constituiu a essência de nossa vida social e orientou a produção e reprodução de poder

como Jacques Gernet⁹ e Marcel Granet¹⁰, de que a China era o centro do mundo, e o importante era defender o equilíbrio e a harmonia celeste, e não encetar ações que levassem justamente à ruptura dessa harmonia, ou paz celestial, o grande objetivo das ações de cada dinastia. Essencialmente, garantir o pão, evitar as enchentes por todos os meios e conter os bárbaros, viessem de onde viessem, por terra (a grande muralha que conhecemos é uma prova, com seus cinco mil quilômetros de extensão, dessa eterna preocupação) ou por mar com as expedições guerreiras que arrasavam tudo, e eram muito mais incursões punitivas e preventivas, que de descobertas de ocupação de novos territórios¹¹.

E, neste ponto, abordamos o terceiro 'mandamento' ideológico e de fundo que unia Espanha e Portugal no que concerne à transferência de seus modelos na América. Havia nos dois países uma questão de fundo voltada para expansão e que ela mesma, em nosso entender, apoiava-se em dois fatores de base: a busca onírica por minas de ouro e prata (o ouro do Sudão e as rapinas no norte da África já não sustentavam os gastos), muito na tradição de uma mística errante que une de certa forma d. Quixote e sua perambulação idílico-filosófica às grandes migrações que ocorrem, ainda hoje, de portugueses e espanhóis para todas as partes do mundo; e questão esta, particularmente no que concerne aos primeiros, Maria Belo, socióloga e psicanalista portuguesa, desenvolveu excelente trabalho¹².

Movia as naus descobridoras esse misto do magnetismo da riqueza, que Santo Agostinho chamava de *apetitus divitiarum infinitus*, que corrói, desde há muito, a alma do homem ocidental, e uma espécie de compulsão à peregrinação e à migração, bem como a grande ópera da expansão da fé. Finda a Ordem dos Templários, entre secular e religiosa, cria-se a Ordem de Cristo, de fundo mais predominantemente religioso, em nome da qual, aliás, o Brasil foi descoberto. Tudo para a Igreja, e por Cristo, sendo o administrador direto do espólio os monarcas católicos, de Espanha e Portugal. Daí o sentido das contínuas bulas papais que até certo ponto regulam as relações e as fronteiras dos dois países, nas Américas. Fronteiras estas altamente dependentes da ação das Bandeiras, como mostra em tese interessantíssima – rompendo praticamente com toda a tradição da interpretação das Bandeiras por nossos historiadores –, o espanhol Ricardo Román Blanco¹³. Mas mesmo se tendemos a concordar com ele que essa instituição era ibérica e até romana, e não uma invenção de brasileiros e paulistas, e que foi utilizada em toda a fase da ocupação do solo recém-descoberto, pensamos que o ponto de partida, ou seja, os núcleos sociais locais de onde esses grupos partiam já se diferenciavam bastante de seus homólogos hispânicos. Daí nossa diferença em relação à América espanhola; da mesma forma que Portugal não é Espanha.

E aqui nos distanciamos da Espanha, sem deixarmos de ser ibéricos. É preciso às vezes tentar-se ler a história com outros olhos, e ter-se eventualmente a ousadia de expor nossos pontos de vista mesmo se eles se situem fora dos cânones disciplinares. A tese de Célia Freire Fonseca 'A economia européia e a colonização do Brasil'¹⁴ estuda, em detalhes preciosos, tanto materiais quanto ideológicos, a situação de Portugal e das primeiras colônias de além-mar em face do contexto político e econômico da Europa na época. Sobre tudo porque a partir desse

ponto pode-se acompanhar, por assim dizer, o Brasil nascendo. Podemos ver, sobretudo, a questão essencial dos efeitos históricos e ideológicos sobre a modalidade de produção daquilo que seria chamado de nossos primeiros valores.

Nessa questão estão ligados muito claramente, por exemplo, além do papel da Igreja e o alibi de expansão da fé e da recuperação das almas para Deus, uma primeira tentativa da autonomização de um capitalismo embrionariamente autônomo do Estado, perspectiva teórica e prática com a qual nos debatemos até hoje, sem sabermos muito bem por qual porção claramente começar o molho. Ou, o que é pior, por onde desfazê-lo.

Fica claro, por exemplo, a iniciativa de se estabelecer a separação das capitânicas do Estado português, do ponto de vista econômico, mas igualmente autonomizando-as consideravelmente do ponto de vista de jurisdição e 'império', ou seja, do poder de decisão nos planos da justiça, da economia e da política.

Deu-se aí uma inversão notável em nosso entender: ao invés de se produzir uma autonomia no plano econômico, com o que teria sido um capitalismo precoce nas Américas¹⁵, o que se deu na verdade foi o fracasso da experiência nesse nível, e a multiplicação, em miríades degradadas, dessa imagem de si, transbordante de desejo de poder. Criamos como que pequenos absolutismos locais, essência de nosso coronelismo, do patrimonialismo e do mandarismo local, tão bem estudados, entre outros, por Victor Nunes Leal e Maria Isaura Pereira de Queiroz¹⁶, por nossos grandes autores regionais e urbanos, como José Lins do Rêgo, Graciliano Ramos, Bernardo Ellis, Mário Palmério, José Américo e o saudoso José Cândido de Carvalho, entre outros.

No entanto, entendemos que a questão do malogro das capitânicas e das sesmarias criando uma sociedade, não de mestres e escravos, mas de 'dependentes, protetores e excluídos', teria sido bem menos geral e arraigada, como estrutura mais inclusiva da sociedade brasileira, se na base da formação social portuguesa não tivessem ocorrido fatos de importância capital, no plano do inconsciente coletivo e prático-social, como um matricídio simbólico¹⁷. Quero dizer que, se em todas as sociedades humanas o parricídio (histórico ou simbólico, pouco importa) é postulado como a base fundamental do social (pelo menos, *grosso modo*, e abreviando bastante), no caso português esse termo se forma com base em outra combinatória, cujos efeitos merecem detidamente nossa atenção.

A sesmaria como sistema de ocupação do solo pelos camponeses, tampouco funcionou aqui, como em Portugal, no século XIV. Porque não havia a tradição da comunidade de aldeia que valorizasse o trabalho no campo e sua mística, bem como sua visão de mundo própria. Mesmo também porque não havia nem camponeses nem a necessidade de produzir trigo e cevada, condição e razão maiores das sesmarias portuguesas de duzentos anos antes de sua aplicação no Brasil.

Deste modo produzimos 'nobres' ou elites mais dependentes do Estado e do povo, talvez mais que em qualquer outro lugar do planeta, e um povo cujo único título de garantia era sua relação de dependência com os senhores, ou com as elites. Quem tinha domínio (títulos de doação das terras), em grande número não tomou posse das terras, e quem tomou posse das terras jamais teve o domínio (título de direito reconhecido e irrevogável sobre elas).

Nisso constituiu-se o essencial de nossa vida social local e regional, que de certa forma orientou e conduziu o nosso sistema de produção e reprodução do poder, bem como os fundamentos mais permanentes de nossa história política. Duzentos anos de escravidão apenas acentuaram essa tendência, fixando essas atitudes e valores inconscientes e raramente questionados.

Luiz Tarlei de Aragão é professor no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

* Cristovam Buarque despertou em mim a atenção para essa categoria (apartados) socioconceitual. A ele dedico este trabalho.

Notas

1. In 'A solidão da América Latina', revista *A Carta*, Brasília, 1991.
2. In *O sistema das sesmarias*, Editora Universidade de Brasília, Brasília, sem data.
3. Idem.
4. Freyre, Gilberto, *O brasileiro entre os outros hispanos*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1975.
5. Como exceção citáramos o trabalho de Roberto Cardoso de Oliveira. 'O índio e o mundo dos brancos', e a obra de um historiador, mas muito próximo, em todos os sentidos, da antropologia: referimo-nos a Natan Wachtel, e seu 'La vision des vaincus', cujo título fala fortemente de seu conteúdo.
6. Ver a esse respeito os excelentes trabalhos de Julian Pitt-Rivers, a partir de observações de campo feitas na Espanha.
7. Aragão, Luiz Tarlei de, *Perspectivas antropológicas da mulher*, Zahar, Rio de Janeiro, 1982.
8. Veja-se, por exemplo, a rigidez da Igreja na Espanha e em Portugal.
9. Filho do grande helenista Louis Gernet, e de quem tivemos a honra de sermos alunos.
10. Um dos grandes alunos de Marcel Mauss.
11. O 'novo' dentro dessa ideologia é sempre, potencial e virtualmente, um elemento de perturbação.
12. Ver, por exemplo, Belo, Maria e outros: 'O Estado Novo e as mulheres'.
13. *Las Banderas*, Universidade de Brasília, 1966.
14. Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro, 1978.
15. A análise das razões pelas quais isso não se deu deixamos por conta dos economistas, evidentemente.
16. 'O mandanismo local na vida política brasileira', Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 1969.
17. A autonomia de Portugal foi criada praticamente a partir da derrota infringida por um rei (d. Afonso Henriques) à sua mãe (d. Teresa de Castela).

Resumen

AHIJADOS, HEREDEROS Y SEGREGADOS – POR UNA ANTROPOLOGÍA DEL MODELO IBÉRICO DE COLONIZACIÓN

La colonización puso en práctica una red de relaciones sociales que distribuyó privilegios y sanciones. Su óptica es la de la economía de los medios para que se mantenga el *status quo*.

Abstract

GODCHILDREN, HEIRS AND OUTCASTS – TOWARDS AN ANTHROPOLOGY OF THE IBERIAN MODEL OF COLONIZATION

Colonization instated a network of social relations that metes out privileges and penalties. Its guiding principle is the economy of means for maintaining the status quo.



CONQUISTA DE LA INDEPENDENCIA POR EL ARTE



EM DIÁLOGO COM A JORNALISTA ELGA PÉREZ LABORDE, LEOPOLDO CASTEDO REVELA AS DIVERSAS FACETAS DAS COMEMORAÇÕES DO V CENTENÁRIO, BEM COMO INFORMAÇÕES SOBRE O PASSADO HISTÓRICO DAS TERRAS DESCOBERTAS. NENHUM RESSENTIMENTO DEVE VIGORAR NO ATUAL MOMENTO. SOMENTE A COMPREENSÃO DOS PROCESSOS QUE MOLDARAM UMA DAS POSSÍVEIS IMAGENS DA AMÉRICA.

O HISTORIADOR CHILENO L. CASTEDO DISCUTE O DESCOBRIMENTO

ENTREVISTA

ELGA
PÉREZ-LABORDE

El historiador y crítico de arte Leopoldo Castedo, estuvo en Brasilia, bajo el auspicio de la Embajada de Chile, como parte de la conmemoración del V Centenario del Descubrimiento de América.

El escritor, de 77 años de edad, de origen español, ostenta doble nacionalidad — española y chilena — y posee un bagaje interesante de libros publicados y conferencias internacionales. Además de ser, en Estados Unidos, profesor emérito y Chairman (Decano) de la Universidad de New York y profesor visitante en ocho universidades norteamericanas.

Entre sus últimas obras publicadas, figuran "Historia del Arte Ibero-americano" y "La Constante barroca en el arte brasileño", editado en portugués con el auspicio de la Secretaría de Cultura de Río de Janeiro y prologado por Gilberto Freire.

Algunos hechos notables adornan su curriculum, como el hecho de haber llegado a Chile en el "Winnipeg", el barco que Pablo Neruda consiguió para salvar de la guerra civil y la persecución franquista a los exiliados republicanos. Y también, el haber sido miembro del memorable teatro La Barraca de Federico García Lorca. De modo que su vida y su trabajo están fuertemente vinculados con acontecimientos históricos y artísticos fundamentales de este siglo.

Conversó brevemente con *Humanidades*, sobre algunos asuntos que tocan el interés de los dos mundos con motivo del V Centenario y que son materia de polémica en algunos casos.

Humanidades: Según su criterio, ¿se debe conmemorar el V Centenario o no?

L.C.: Hay dos palabras que considerar: celebrar y conmemorar. Para los españoles, los europeos, está bien que celebren, pues para ellos, que se beneficiaron de este descubrimiento, es una buena razón. Por otra parte, descubrimiento es también un concepto europeo. Según el antropólogo chileno Lautaro Núñez, los verdaderos conquistadores son los que vinieron hace 35 mil años por el Estrecho de Boering y se asentaron en el continente dejando su mancha asiática, una marca redonda oscura en la espalda. Descubrir es un hecho importante de la historia de la humanidad, por la incorporación de enormes territorios, que benefició a muchos países europeos: Italia, Flandes, Inglaterra, España, donde fue a parar el oro de Indias.

Humanidades: ¿Fue ésta, realmente una conquista o sólo un poblamiento?

L.C.: No se puede hablar de poblamiento. Eso fue lo que hicieron los asiáticos cuando llegaron y no había nadie al pasar el istmo de Boering. Lo otro no es un poblamiento porque ya había gente que era dueña de las tierras, más desarrollada incluso que las europeas. Por lo tanto, la conquista española, fue una conquista.

Humanidades: La colonización de Chile, según algunas versiones, fue tardía, recién en el siglo XIX. ¿Cuál es su versión de este hecho?

L.C.: Chile se diferencia del resto de América española en este sentido, efectivamente. En los otros países duró pocos años el proceso de colonización, y en Chile duró tres siglos y medio. Esto se debió a la resistencia admirable e imposible de los mapuches. Del río Bío-Bío a Valdivia (región del sur de Chile), era territorio enemigo. Para atravesar había que tener un ejército.



"Hay dos palabras que considerar: celebrar y conmemorar. Para los españoles, los europeos, está bien que celebren, pues para ellos, que se beneficiaron de este descubrimiento, es una buena razón"

Castedo cuenta una anécdota para ilustrar esta característica de los indios mapuches. Durante la Gobernación de don Ambrosio O'Higgins, el obispo Marán salió sólo con un buen equipaje y tres soldados, a pesar de todas las recomendaciones. Cuando entró en territorio indígena, lo asaltaron y mataron los soldados que lo acompañaban. Cuando lo llevaron frente al cacique, éste quiso salvarlo, o por lo menos darle una oportunidad y determinó jugarse la vida del religioso a la "chueca". (Deporte indígena que se juega con una pelota y un bastón).

La actitud de los mapuches, según Castedo, continúa vigente. El indio no es enemigo del español, dice el historiador, sino del chileno. "Curiosamente, los indios no pelearon de lado de los patriotas, sino de lado del rey".

Humanidades: ¿Por qué sucedió esto?

L.C.: Ellos gustaban del rey. Tenían una relación menos tensa con los realistas que con los criollos.

Humanidades: ¿La población indígena chilena está muy disminuída?

L.C.: No tanto, hay alrededor de 300 mil indios. Y es importante destacar que el indio tiene mucha importancia en el proceso de mestizaje del chileno. En general, si analizamos la relación del indio con la Naturaleza y su preservación, se constata que es mucho más inteligente que la del blanco que la siguió. Por ejemplo, en Perú, el Valle del Chubumba que llega hasta Macchu Picchu, todavía mantiene el sistema de terrazas de cultivo para evitar la erosión.

(Castedo destaca estos hechos, en medio de la gran necesidad, según comenta, de frenar el desarrollo desmedido del consumo, el deterioro del ozono, y de parar la contaminación del automóvil, que se ha convertido en el peor enemigo de la civilización.)

ARTE BARROCO BRASILEÑO

(Castedo hacía 30 años que no venía a Brasilia. "En aquella época no había nada", comenta. Y se ha quedado asombrado con el desarrollo de la arquitectura brasiliense, la exhuberancia de la vegetación, el buen tratamiento de la tierra, el aprovechamiento de las lluvias y la buena planificación. "Se ha humanizado mucho más", dice. Pero uno de los asuntos que ocupa sus investigaciones se refiere a lo que llama la "independencia cultural del Brasil".)

Humanidades: Usted afirma que la independencia cultural del Brasil fue prioritaria a la independencia política. ¿Cómo ve esto?

L.C.: Las plurales culturas de los pueblos iberoamericanos están estrechamente ligadas a sus orígenes peninsulares europeos. Pero, tanto en la América de raíz española como en la portuguesa, los anhelos en procura de la afirmación de una identidad que comienza a fraguarse en plena Conquista, adquirieron desde los comienzos del siglo XVI, formas crecientemente más ostensibles, más acusadas en las plurales expresiones artísticas, que en los esporádicos conatos de acción política.

Humanidades: ¿Qué puede decirnos del Arte Barroco americano, en relación al europeo? Y en particular, del brasileño?

L.C.: Hay una identidad propia que se deja ver en diferentes aspectos. Por ejemplo, en los centros consolidados del Barroco mestizo encontramos singulares reviviscencias de mitología y ritos precolombinos. Entre innumerables ejemplos, baste citar el delfín-dragón de dos cabezas "oculto" tras un altar en la iglesia de Santiago, en Pomata, a orillas del lago Titicaca, el miriápodo que expectora vegetales en la fachada de La Compañía de Arequipa o los atributos de la Corte Celestial indígena en Santa María Tonantzintla y las "indiátides" de la fachada de San Lorenzo en Potosí. En relación al barroco brasileño, buena parte de los personajes honrados en la Biblia y casi todo el santoral, están representados, no como europeos rubicundos y melenudos, sino como mulatos de pura cepa. En la abundante producción del mestre Ataíde todos los rostros, son como él, mestizos. Estas y otras hibridaciones demuestran que desde el siglo XVI, con el "tequitqui" mexicano en primer lugar, el arte americano ya está diferenciado de los modelos europeos.

(Castedo explica, por otra parte, que los portugueses no tomaron en el Nuevo Mundo con las grandes culturas precolombinas que enriquecieron por esta vía el arte hispanoamericano. Sin



Diversos exemplos da arte barroca mineira



embargo, a medida que la mano de obra de origen africano contribuyó a afirmar estructuras y costumbres, la sociedad se fue enriqueciendo y, sobre todo, diferenciando en múltiples aspectos de la portuguesa originaria.

Señala que la mayor parte de los creadores mineros, arquitectos, pintores, escultores, músicos, eran mulatos. Por esta razón, tales formas culturales fueron tanto más brasileñas cuanto más mestizas.)

Humanidades: ¿Cómo se ve esta influencia en el área musical, que en Brasil alcanza, como todos sabemos, una calidad sorprendente?

L.C.: Los trabajos del Padre Serafim Leite, han reconstruido con bastante aproximación varios aspectos del arte musical de los jesuitas en Pernambuco, Bahía, Río de Janeiro y São Paulo. Los de Minas Gerais tuvieron otro carácter. En la costa se mantuvo, por lo menos hasta Dom João VI, la tradición portuguesa, pero en Minas, tal vez por la fuerza de la aportación de origen africano, compositores e intérpretes crearon y enriquecieron la que con propiedad se ha llamado "Escola de compositores da Capitania Geral de Minas". De ella hay testimonios en crónicas y partituras en los anaqueles del Arquivo Público Mineiro de Belo Horizonte y en las corporaciones de Ouro Preto, Sabas Diamantina, Tiradentes y tantas otras incomparables ciudades del Barroco Mineiro.

La tradición musical de Minas trasciende en una frase de antigua raigambre: "Mineiro sabe duas coisas bem: solfejo e latim".

(En general, Castedo observa que en la música es evidente la ligazón estilística de la costa con la metrópoli y la mayor singularidad de toda una escuela en el interior. "Aunque no se han agotado los estudios encaminados a rescatar y copiar las partituras conservadas, por desgracia menos que las escritas en su día, los análisis, ya antiguos, de Curt Lange, Mario de Andrade y renovados musicólogos permiten hoy trazar un esbozo de tal diferenciación y, sobre todo, calibrar la magnitud e importancia que adquirió la música brasileña durante el Barroco.")

El historiador alude dos fuentes que permiten reconstruir la estructura y magnitud de la tradición musical de Minas: la obra de Simão Ferreira Machado, "Triumpho Eucarístico", publicada en Lisboa en 1734, y la descripción de la llegada a Mariana del primer obispo, Dom Frei Manuel da Cruz, en la obra "Aureo Trono Episcopal, colocado nas Minas du Ouro", también impreso en Lisboa, en 1749. En ambas publicaciones se registran la magnitud y calidad de los conjuntos musicales, de los solistas, de las serenatas, de los conciertos de música profana y, de las variadas y abundantes formas de la música religiosa.

Destaca Castedo, además, como característica de este desarrollo, el profesionalismo de los músicos que se reunían y actuaban en abierta y cordial colaboración, con los auspicios de autoridades y hermandades.

Finalmente, Leopoldo Castedo resalta que si la música, la poesía y la literatura representaron en el Brasil Barroco las raíces espirituales de su independencia, las artes plásticas y espaciales (basta citar al Aleijadinho y al maestro Costa Ataíde), la afirmaron en sus expresiones más genuinas y originales.

Los testimonios y las imágenes demuestran que la independencia en las Bellas Artes, a decir del investigador hispano-chi-

leno —, fue en Iberoamérica anterior a la independencia política e ideológica. "Escritores, músicos, poetas, arquitectos, pintores y escultores consolidaron tempranamente la identidad del Brasil durante el apogeo del Barroco. Y ninguno la encarnó con tanta fuerza y propiedad como Antonio Francisco Lisboa, 'mais conhecido pelo apelido de Aleijadinho'.")

Humanidades: ¿Una reflexión histórica para estos quinientos años de tercermundistas?

L.C.: Mientras sigamos siendo compartidores estanco, como después de la balcanización que siguió a la Independencia, seguiremos en el terreno secundario, como Tercer Mundo y sin peso en las grandes soluciones.

Humanidades: ¿Cuál es la solución?

L.C.: La única solución es la integración, que siempre se ha enfocado sólo desde el punto de vista económico. Creo que debe ser prioritaria la cultura. Mientras no nos queramos y no nos entendamos, no llegaremos a ninguna parte.

Elga Pérez-Laborde é jornalista e correspondente cultural.

Resumen

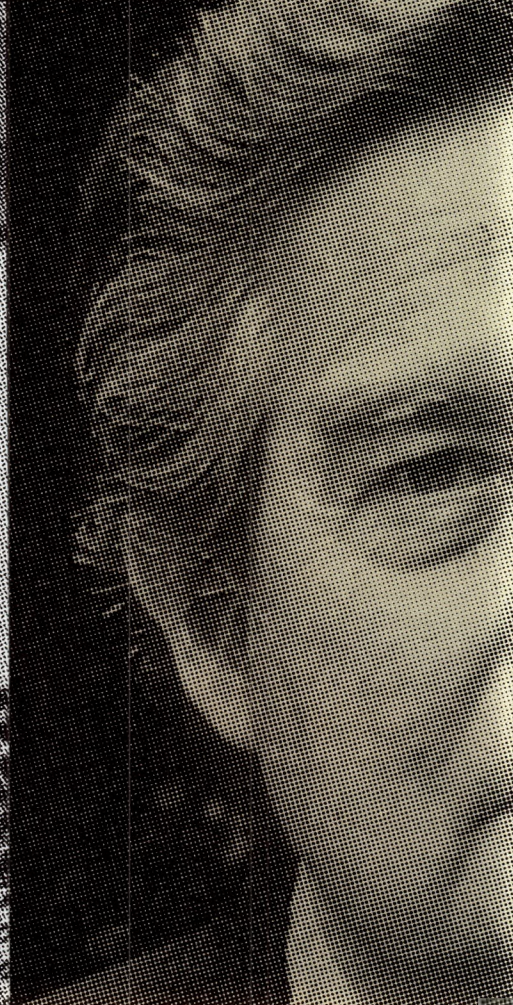
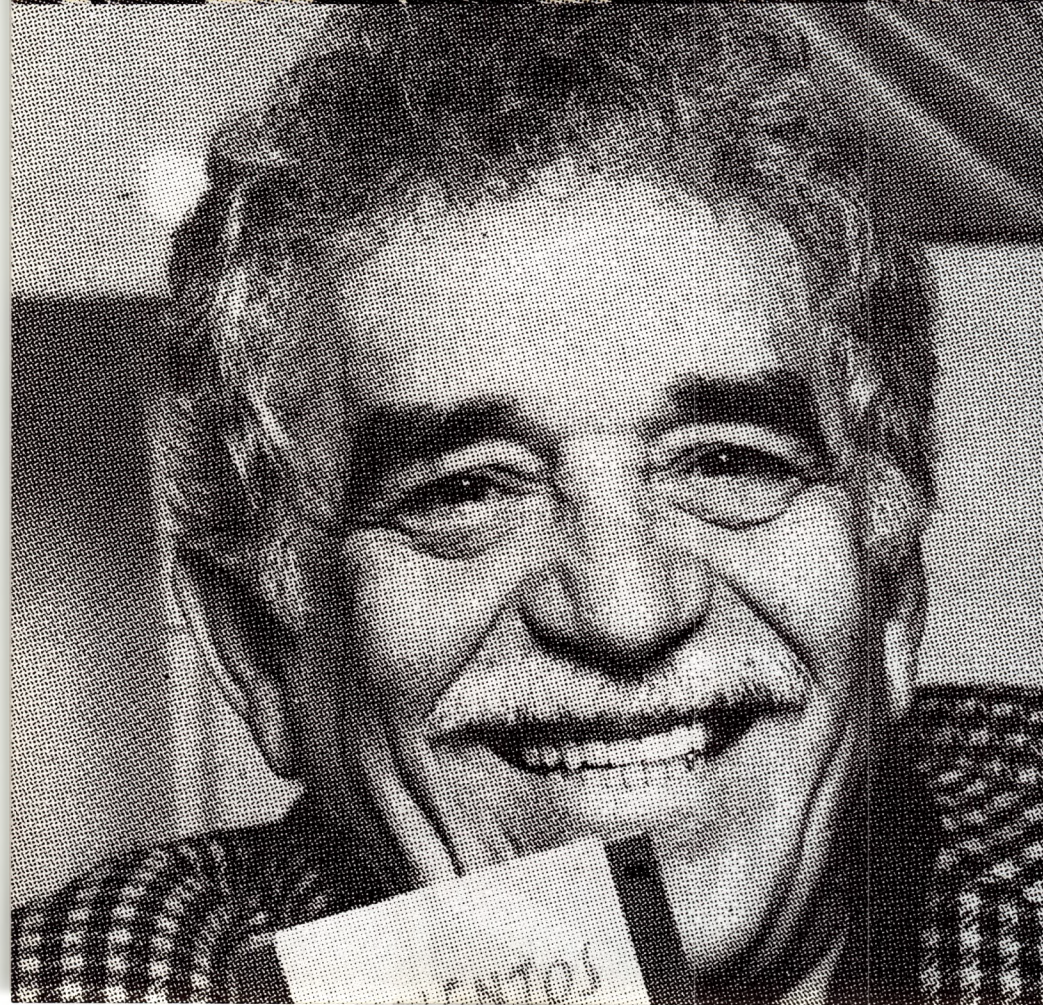
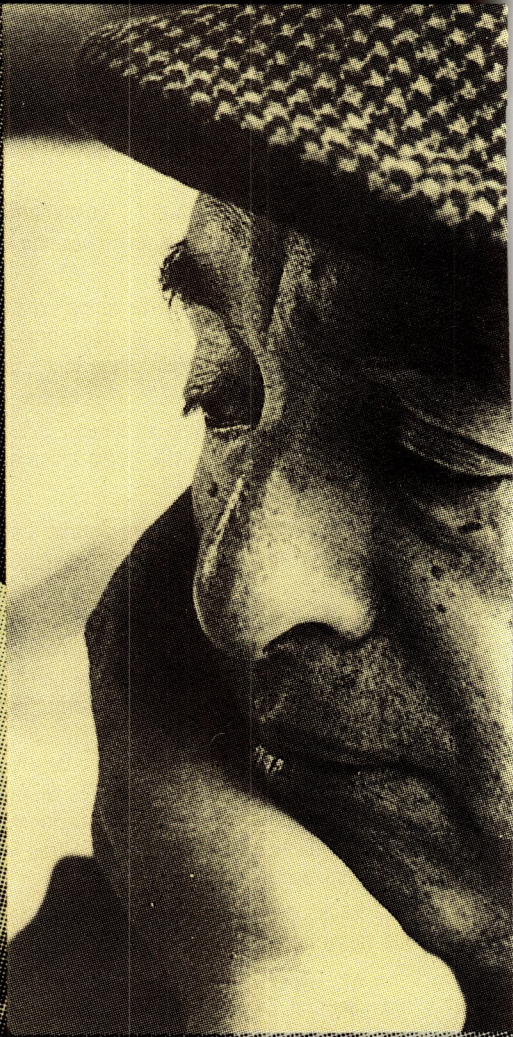
ENTREVISTA CON EL HISTORIADOR CHILENO LEOPOLDO CASTEDO

En diálogo con la periodista Elga Pérez Laborde, Leopoldo Castedo revela las diversas facetas de las conmemoraciones del V Centenario, así como informaciones sobre el pasado histórico de las tierras descubiertas. Ningún resentimiento debe alimentar el momento actual. Solamente la comprensión de los procesos que moldearon una de las posibles imágenes de América.

Abstract

INTERVIEW WITH LEOPOLDO CASTEDO

In an interview with journalist Elga de Pérez Laborde, Leopoldo Castedo reveals the different facets of the celebrations for the Vth centenary, as well as information about the historical past of the lands discovered. The present should be free from a sense of resentment. Rather, one should be striving to comprehend the processes that have moulded one of the possible images of America.



LOS COMBATIENTES DE PAPEL



EN LATINOAMÉRICA EL ESCRITOR TIENE EL PRIVILEGIO DE EXPRESARSE EN UN ESPACIO CULTURAL MULTIPLO, VERDADERO MOSAICO IDEOLÓGICO. AL RECIBIR UN PREMIO NOBEL NUESTROS ESCRITORES, QUE ENCUENTRAM EN LA LITERATURA SU CAMPO DE BATALLA PARA LA REIVINDICACIONES DE AMÉRICA LATINA, NO SOLO TIENEN LA CONFIRMACIÓN DE SUS ÍDOLOS LITERARIOS COMO TAMBIÉN EL RECONOCIMIENTO DE LA MADUREZ Y VALOR DE NUESTRO CONTINENTE MESTIZO.

ELGA
PÉREZ-LABORDE

DÍALOGO A HERANÇA CULTURAL EUROPEIA REPENSADA NA AMÉRICA

Al hablar de los Premios Nobel de Literatura hispanoamericanos no podemos ignorar un hecho: no están en esa galería todos los que son notables y prolíficos narradores y poetas. Algunos de ellos, como es el caso de Pablo Neruda, debieron enfrentar mil molinos de viento y contar con la persistencia de ejércitos de defensores, para finalmente ser reconocidos y galardonados. Hay otros, como Jorge Luis Borges, que se murieron en la batalla sin alcanzar esta cúspide. Eso sí, en América Latina ningún escritor se ha querido dar el lujo de renunciar al Nobel, como fue el caso del francés Jean Paul Sartre. Tal vez, porque para el latinoamericano continúa siendo muy importante el reconocimiento europeo, referencia para todos los caminos del éxito. Justificación demás donde no existen estímulos reales para la aventura de escribir.

Este año del V Centenario interesa hacer un recuento de los Nobel literarios, porque no deja de ser una ventana por donde asomarnos al talento, a la verdad histórica y estética, a una profunda toma de conciencia de nuestra identidad continental, a través de la narrativa y la poesía, que son los géneros literarios premiados hasta ahora.

Nuestros escritores hispanoamericanos son herederos de la riqueza sin par de la lengua castellana. Han alimentado su vocación literaria directa e indirectamente en las mejores fuentes lingüísticas de España y del mundo. No hay que olvidar que entre sus maestros, deliberadamente asumidos como tal o no, están nombres cimeros como Quevedo, Garcilaso, Calderón, Manrique, Cervantes, más todos los clásicos franceses, ingleses e italianos. Y, sin duda a esta escuela se ha sumado una historia – la dolorosa historia del nuevo mundo – también única en el planeta.

En la conmemoración de cualquier aniversario se da la mejor oportunidad de hacer una retrospectiva madura. El V Centenario ha sido motivo de análisis de esta realidad que quienes justamente han tenido la misión de desmitificar han sido los escritores. Hay que reconocer que la literatura latinoamericana trabajó hasta ahora más para desmitificar que para crear nuestros propios mitos. Sin embargo, ese trabajo de todos (Borges decía que hay un solo escritor que se expresa en un libro compuesto por todos los libros) tiende a crear un campo de conciencia y reflexión de nuestro ser y de nuestro continente.

Algunos observadores críticos señalan que la tarea literaria de "conciencia" y descubrimiento, tiene múltiples direcciones. Tantas como es el enfoque de los escritores. Algunos, como Manuel Scorza, Sábato y Juan Rulfo, han sido los voceros de la angustia de hombres – de la urbe o de la tierra – que vivieron y viven el sentimiento de estar despojados de una dimensión sagrada. Otros, como Guimaraes Rosa, García Márquez, Bryce Echenique, tuvieron y tienen a su cargo la revalorización de nuestra idiosincracia y de un estilo afectivo, erótico y de vida en general, que significa legitimar todo un espacio humano, el latinoamericano, que antes se interpretaba con categorías puramente europeas. Por su parte, los poetas son los que han reflejado la versión más ajustada del alma de su tiempo y de su pueblo. Es a través de Neruda, de Vallejo, de López Velarde, que hemos podido comprender y hacer conocer mejor al hombre de este continente. Nuestra forma de sentir, amar y creer, está reflejada en esas grandes voces. En otra línea, Lezama Lima, Borges, Severo Sarduy, Cortázar, han sabido apropiarse y ex-

propiar, grandes parcelas de cultura europea, reciclandolas con nuestro lenguaje.

Nuestra literatura, como nuestro continente latinoamericano, constituye una etnia surgida del mestizaje agudo. En el caso de hispanoamérica, España fue la simiente de un continente mestizo y la inmigración europea no ha parado de alimentarla. Alejo Carpentier lo afirma: "somos un continente mestizo", unificados por medio de un gran elemento unitivo, el idioma español, el castellano. A lo que el escritor venezolano Arturo Usler Pietri agrega algo que no debemos tampoco olvidar: "los que quedamos en América somos los herederos de Hernán Cortés y Cuauhtémoc, mezclados en nosotros".

A partir de este auto-reconocimiento de identidad, podemos evaluar mejor el grado de madurez alcanzado por los escritores de este continente.

Si bien quedan muchos todavía fuera de esta selección – sea por causas políticas o de otro orden –, en el caso de los autores hispanoamericanos, todos ellos han contribuido a ese gran libro del que habla Borges, que es nuestra literatura.

Si bien el Nobel, en otros casos, no se ha prestigiado tanto al incluir en su lista nombres menos meritorios, como apunta el crítico uruguayo Emir Rodríguez Monegal, no es con los hispanoamericanos precisamente con quienes ha empobrecido su prestigio. Nuestra pequeña galería de premiados constituye un verdadero batallón de rescate de nuestros valores y luchas de continente herido. En orden cronológico, Gabriela Mistral, de Chile (1945), Miguel Ángel Asturias, de Guatemala (1967), Pablo Neruda, también de Chile (1971), Gabriel García Márquez, de Colombia (1982), y Octavio Paz, de México (1990), configuran verdaderos soldados de nuestra identidad.

A este cuadro viene a sumarse un premio que es un verdadero llamado a la conciencia de todos los que asistimos a esta crisis mundial de valores políticos y económicos, un llamado a lo que se ha querido identificar como el "encuentro entre dos mundos" en este V Centenario del Descubrimiento de América. El Nobel de la Paz, justamente en el año del V Centenario, recae en una mujer (la segunda del continente), una humilde india guatemalteca que ha debido vencer la lucha más cruenta de los todos los tiempos en favor de los derechos humanos: Rigoberta Menchú.

GABRIELA MISTRAL (1889-1957)

Gabriela, que en realidad se llamaba Lucila Godoy Alcayaga, fue una mujer de vanguardia. De origen modesto, profesora primaria, provinciana, soltera, nada de esto fue impedimento para que alcanzara las más altas cumbres de la poesía mundial.

De un país de costumbres conservadoras, ella logró un estilo de vida muy diferente al de las mujeres de su tiempo. Su pensamiento nunca se apartó de las ideas de democracia y justicia social. Fue una socialista liberal con profundas convicciones cristianas, independiente, de una simplicidad casi irritante para los medios intelectuales. Nunca se preocupó por las apariencias.

Llevó por opción una vida errante pero con una gran disciplina. Nunca, ni un solo día de su vida dejó de escribir poesía. Anduvo muchas tierras y mundos. Su vida, siempre estuvo en contacto con el dolor: "Yo era una niña triste... una niña esquiva como son los grillos cuando es de día, como es el lagarto verde, embriagado de sol".



O aparente distanciamento de Gabriela Mistral constitui-se em uma profunda reação contra o verso intelectualizado dos modernistas

Fue la suya una vida de pobreza. "Una pobreza real, objetiva... una estricta pobreza, aquella que no es una circunstancia, que es una virtud. Con desapego interior, profundo, absoluto, un desapego libre de todas las circunstancias".

Se mostraba decididamente contraria a las ideas cosmopolitas, pero eso no significaba indiferencia por los grandes valores de la cultura universal. Lo que no aceptaba eran los trasplantes, las deformaciones latinoamericanas que procuraban asimilarse a Europa, olvidadas de su propio origen. Gabriela, en todos sus infatigables viajes por otros países y continentes, se mantuvo siempre fiel a su tierra y a los indios del Valle de Elqui.

Los temas sobre la patria y la vida rural fueron las fuentes más evidentes de su inspiración poética, junto con los de la maternidad.

Su arte se afirmó y desarrolló al contacto de una revolución que, en sus aspectos intelectuales, exigía, como programa fundamental, el apego a la tierra. Revolución cuyos artistas, como los mexicanos Diego Rivera, Orozco, Siquieros, Mariano Azuela, condenaba la sumisión a las modas e influencias europeas, como elementos de colonialismo cultural.

La Biblia marcó profundamente su poesía. "quisiera haber vivido entre el pueblo hebreo y ser la mujer fuerte de la Biblia. La Biblia es para mí EL LIBRO. No comprendo como alguien puede vivir sin ella, sin que se empobrezca, ni como puede ser fuerte sin esa substancia, ni dulce sin esa miel".

Hablando sobre sus convicciones, mas de una vez expresó: "Creo; llámenme beata, si quieren. Sólo soy creyente. No quiero decir que sea de derecha. Soy una especie de izquierdista tradicional. Creo que la propiedad, por ejemplo, debe ser subdividida. Pero, una revolución social debe inspirarse, entre nosotros, con ideas indo-americanistas. Tengo este misticismo pagano, mitad quechua y mitad maya, y no olvido mi sangre indígena. Creo en la santa obstinación de los primeros cristianos. Soy socialista, un socialismo particular, es verdad, que consiste exclusivamente en ganar sólo aquello que se come y en sentirse próximo de los explotados".

Sin embargo, supo también criticar lo que rechazaba en el medio que le tocó vivir en los diferentes países: "La ambición sudamericana es algo descomunal. Conozco muy bien su cara vulgar: la he visto en la condescendencia delante del dinero, delante del poder estatal, delante de la mediocridad de los que tienen fortuna. De un golpe, caímos en un 'bric-a-brac' de las democracias como si fuesen productos del mercado..."

La poesía abrió para Gabriela los caminos de la carrera administrativa y diplomática, y naturalmente el de la celebridad. Y ese camino no fue de rosas. Su primer triunfo fue con los tres "Sonetos de la Muerte", en los cuales narraba con singular intensidad la historia de un amor y de un suicidio. Su propia historia de adolescente, sus primeras desilusiones sentimentales y el suicidio de Romilio Ureta, su primer enamorado, que la había dejado por otra.

En 1914 bajo un seudónimo, concurrió con esos poemas a los Juegos Florales, organizados por la Municipalidad de Santiago. Gabriela mereció el primer premio. Su timidez, entretanto, impidió que fuera a recibirlo. Ella misma contó como asistió al acto, escondida entre los asistentes de las galerías del teatro Municipal.



Miguel Asturias assume conscientemente como escritor o papel de ser a voz dos oprimidos de seu país

A partir de ese momento comenzó el inicio de una consagración literaria. Los periódicos y revistas de Chile y de América entera comenzaron a solicitarle colaboraciones. Su poesía, atacada en los medios conservadores, le granjeaba al mismo tiempo, admiradores influyentes que abrieron a la poetisa otras oportunidades.

La publicación de "Desolación", en 1921, afirmó su nombre en el continente. Al año siguiente, el escritor y Ministro de Educación de México, José Vasconcelos, la convidó oficialmente a participar de la reforma de la enseñanza de su país. De México fue a Europa en 1924. Admitida en el servicio diplomático chileno, en 1932, fue tres años después por fuerza de ley, efectivada en el cargo de cónsul.

Así comenzó su vida errante, interrumpida por cortos viajes a Chile. Guardaba resentimiento por los comentarios y críticas que despertó en Chile continuamente, por su manera de ser y pensar, pero a la vez vivía con nostalgia. Conservaba recuerdos nítidos y daba la impresión de no querer volver. Paradójicamente, todos los poemas escritos en sus libros reflejan esa nostalgia.

Falleció en Nueva York, después de larga enfermedad. Como deseaba, su cuerpo fue trasladado al cementerio de la aldea de Montegrande, en el Valle de Elqui, donde pasó su infancia, y al cual, a pesar de tantos años de ausencia, siempre estuvo profundamente ligada.

En la distancia del tiempo, hoy se considera la poesía de Gabriela Mistral, una profunda reacción contra el verso intelectualizado de los modernistas. Su fuerte es el lenguaje llano, las formas tradicionales y el habla corriente, las frustraciones del amor y de la maternidad. Publicó tres libros importantes que le valieron el Premio Nobel: *Desolación* (1922), *Tala* (1938) y *La garza* (1954), además de una escuela de seguidores.

MIGUEL ANGEL ASTURIAS (1899-1974)

Asume conscientemente como escritor el papel de ser la voz de los oprimidos de su país y esta intención lo mueve a escribir su primera novela: "El señor presidente". Escrita entre 1922 y 1931, fue publicada sólo en 1946. En ella muestra un mundo de tinieblas, la sombría visión de una dictadura y de un pueblo. El tema aborda un complot forjado "contra la Seguridad del Estado", dentro del aparato de una dictadura latinoamericana. Conspiración forjada por la policía política para sofocar la oposición del general Canales y de los intelectuales que lo apoyan. Se desencadena así la represión terrorista y la pérdida de las esperanzas de recuperación de la libertad.

Asturias obtuvo con esta obra éxito internacional, después de la caída de la feroz dictadura del general Manuel Estrada Cabrera, quien había abierto su país, Guatemala, a la influencia avasalladora de la United Fruit Co. Era la primera novela de un escritor que ya tenía un nombre como poeta, por su obra "Leyendas de Guatemala", en la que narra las creencias y tradiciones de los indios de la raza maya. Era su primera obra de creación.

Asturias estudió Antropología en el Museo del Hombre de París y escribió su tesis sobre los indios, "El problema social del indio" (1930).

El año 46, Asturias ya estaba como diplomático, al servicio de los presidentes Juan José Arévalo y Jacobo Arbenz, quienes liberaron al país de la tiranía de los militares, de los latifundistas y del *trust* extranjero. Más tarde, en 1954, el régimen refor-

mista fue derribado por el golpe del coronel Castillo Armas, del servicio de la United Fruit y del secretario de Estado, Foster Dulles, lo que significó para Asturias pasar a vivir en el exilio.

El ambiente de la novela "El señor Presidente" retrata inconfundiblemente Guatemala en el tiempo de la dictadura de Cabrera. El glosario que acompañó la primera edición de la obra registra numerosas expresiones típicas guatemaltecas. Sin embargo, el nombre del país nunca se menciona en las páginas del libro. Sólo una vez se alude ligeramente la época. El tema de "El señor Presidente" fue verdadero en reproducir un drama social y político de la época. El asunto de la obra podría reproducir cualquiera de los países del continente con sus dictadores y sus sistemas de terror. Los efectos psicológicos han sido los mismos, el miedo al tirano, la justicia ciega y asesina, personificada por el Auditor de Guerra que "piensa con la boina en vez de la cabeza". Las torturas, prisiones, salas de interrogatorio, patios de fusilamiento, los palacios y burdeles, la corrupción y finalmente el propio miedo del verdugo.

"El señor Presidente" es una novela política donde el autor va más allá de los tenores superficiales o anecdóticos de la política latinoamericana. Asturias conoce perfectamente las fuerzas de que son títeres nuestros pequeños o grandes tiranos.

En esta misma línea están sus obras "Viento fuerte" (1951), "El papa verde" (1954) y "Los ojos de los enterrados" (1960).

La segunda gran novela de Asturias es "Hombres de maíz" (1949). El tema es la destrucción de los indios por los ladinos (hombre astuto, persona que habla otros idiomas), que invaden sus tierras para enriquecerse. "Hombres de maíz" está tomado de la mitología maya-quiché. Según esta mitología, el hombre fue hecho de maíz y en la novela se enfrentan los que consideran el maíz como parte de su ser y como alimento sagrado (los indios), con aquellos que utilizan el maíz como un producto comercial cualquiera. Los primeros hacen una siembra racional y limitada a sus necesidades. Los segundos, intensifican su cultivo para enriquecerse y empobrecen la tierra. De este conflicto surge, por un lado, el cacique que defiende lo propio, lo nativo, y por otro, el advenedizo, a quien no le importa sacrificar bosques y heredades por una ganancia inmediata. Se inicia una lucha a muerte y cae el cacique que ha traicionado a los indios, pero el crimen introduce un elemento de desequilibrio que acaba igualmente con el indio. El indio tan sólo puede oponer la magia y el mito a la superioridad del ejército y es incapaz de adaptarse a la sociedad moderna.

Todo en la novela cobra una dimensión mágica y casi surrealista. Mucho se habla del realismo mágico de Asturias y de su sentido, que Carpentier llama "lo real maravilloso", pues el autor es solemne, barroco, extravagante y su prosa ofrece un verdadero banquete de sensaciones, de imaginación y de fantasía.

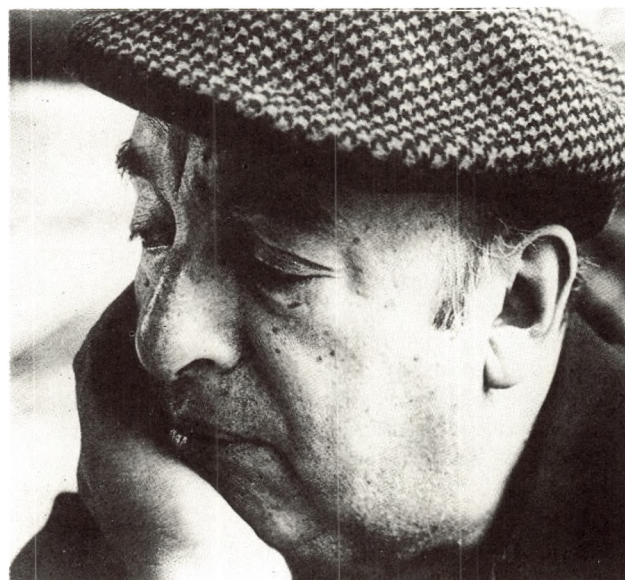
Asturias, basado en las investigaciones de Raynaud sobre los mayas, las cuales abrían nuevas perspectivas, tradujo para el castellano las obras clásicas de la literatura maya: "Popol Vuh" y "Los anales de los Xahil". Estos libros surgieron en París en 1927, cuando Asturias ya había comenzado a trabajar en las leyendas de Guatemala.

Entre otras muchas actividades, Asturias fundó la primera Universidad Popular de América Latina y también la primera radio emisora política de Guatemala.

Después de “El señor Presidente” comenzó su verdadera carrera literaria. Publicó un libro por año, conjuntamente con su carrera diplomática. Después del golpe preparado por United Fruit en su país, partió al exilio para Argentina, desde donde publicó sus novelas y cuentos político-sociales en los que expresaba su crítica contra los poderes externos que se entrometían en su país. Pronunció conferencias contra la dictadura guatemalteca, fue profesor universitario y finalmente fue detenido con su segunda esposa, la argentina Blanca, y encarcelado. Las protestas francesas lo libertaron de la prisión, y partió para Europa en un exilio político que duró doce años. Pasó ese periodo en Francia e Italia en precarias condiciones económicas.

En 1964, participó en el “Coloquio de escritores latinoamericanos y alemanes”, en Berlín Occidental. En 1965 fue uno de los miembros fundadores de la Asociación de Escritores Latinoamericanos, siendo electo vicepresidente. Ese mismo año Francia lo presentó como su candidato a la presidencia del Pen-Club internacional, pero fue derrotado en las elecciones por el norteamericano Arthur Miller.

En esa época Asturias llevaba una vida exhaustiva, sin residencia, viajaba de país en país, casi sin recursos hasta que recibió el Premio Lenin de la Paz en Moscú (1966). En ese mismo año fue derribada la dictadura de Guatemala y el nuevo presidente democrático lo designó nuevamente para el servicio diplomático, como Embajador en París.



PABLO NERUDA (1904-1973)

El poeta es el hijo de Chile más conocido y premiado de todo el mundo. La densidad de su obra – escribió una centena de libros de poesía, una pieza de teatro y una novela –, cubre medio siglo de creación. Vio coronado su éxito con innumerables premios, reconocimientos, andanzas y vibraciones de todo color e intensidad. Hoy se dice, sin exagerar, que la poesía del continente americano limita al norte con Walt Whitman, al sur con Pablo Neruda, y el Centro, entre los dos límites, estarían Rubén Darío y César Vallejo (Nicaragua y Perú, respectivamente).

El “hijo de la lluvia” como lo llamaban, fue un hombre sin límites, sin fronteras. Escribió muchos tipos de poesía: poesía romántica, poesía telúrica, poesía humanista, poesía cósmica, poesía política y otras. Algunos afirman que había varios Nerudas. Uno de sus críticos, dijo, sin embargo, que no hay si no un solo Neruda, con absoluta unidad y continuidad poética, desde 1919 hasta 1973, año de su muerte. Un solo poeta que abrazó todos los temas del hombre y su existencia, con una diversidad de técnicas.

Profundamente humano, antropocéntrico, escribió sobre el hombre lo que Pío Baroja llamaba “la poesía de las cosas humildes”. “Poeta de poesía impura, cantó a las cosas que crea o emplea la mano sudada del hombre”.

Neftalí Reyes Basoalto, su nombre original, hijo de un obrero chileno, fue Neruda desde los catorce años de edad para esconder del padre su afición poética.

En cincuenta años de fecunda creación, logró ocupar un lugar inamovible entre los grandes innovadores del lenguaje poético, junto a Garcilaso, Gongora, Quevedo, Darío, Huidobro y Gabriela Mistral.

A partir da Guerra Civil Espanhola a imagem de Pablo Neruda cresceu até alcançar um imenso âmbito universal

Se le considera uno de los tres poetas del siglo XX que ha tenido significación decisiva en la evolución de la lírica castellana, desde Darío, junto a la Mistral y a Vicente Huidobro, fundador del Creacionismo (ambos chilenos).

Cuando llegó a España, designado cónsul de Chile en Barcelona y luego en Madrid (1934), fue su amigo, el poeta granadino Federico García Lorca, quien lo presentó a los jóvenes poetas con estas palabras: "Y pido a ustedes que oigan a un auténtico poeta, de los que tienen los sentidos amaestrados en un mundo que no es el nuestro y que poca gente percibe. Un poeta más cerca de la muerte que de la filosofía, más cerca del dolor que de la inteligencia, más cerca de la sangre que de la tinta. Un poeta lleno de voces misteriosas, que afortunadamente él mismo no sabe descifrar, de un hombre verdadero que sabe que el junco y la golondrina son más eternos que la dura cara de una estatua..."

"La América española nos envía constantemente poetas de diferente esencia... Pero no todos tienen el tono de América. Muchos parecen peninsulares y otros colocan en su voz acentos extraños; sobre todo franceses. Pero en los grandes, explota la luz plena, romántica, cruel, desorbitada, misteriosa, de América... Estos poetas dan el tono dramático del gran idioma español de los americanos, tan ligado a nuestros clásicos; poesía que no tiene vergüenza de romper moldes, que no teme al ridículo y que se pone a llorar de repente en la mitad de la calle".

A partir de la Guerra Civil Española, la imagen de Neruda fue creciendo hasta alcanzar un inmenso ámbito universal. Esta experiencia lo marcó profundamente y fue determinante en su postura política. El poeta español Rafael Alberti, cuenta en la Antología que hizo sobre Neruda después de su muerte:

"Ahora voy a recordar como después de tu "Residencia en la Tierra", de tus "Cantos Materiales", de la publicación en España de tu revista "Caballo verde para la poesía", de tanto lirismo delirante de hombre solo y atormentado, aunque aún desasido de otros fondos vitales que todavía no te tocaban, me trajiste tu primer poema desesperado y ya 'comprometido hasta la médula', para aquella terrible guerra que tú ya estabas viviendo. Era el 'Canto a la madres de los milicianos muertos', uno de los mejores poemas iniciales de tu nuevo libro 'España en el corazón', que Louis Aragón saludaría en Francia 'como la introducción más gigantesca a la literatura moderna de nuestro tiempo'... Todavía eras diplomático y me pediste que lo publicara sin tu nombre, cosa que así hicimos en la página central del 'Mono azul', la revista de guerra para los soldados, que publicaba nuestra Alianza de Intelectuales Antifascistas.

Y luego, ya, cuando Madrid fue salvajemente bombardeada, con tu barrio de Argüelles, donde se erguía tu casa de las Flores, pudiste ver, entonces, Pablo, la sagra de los niños por las calles, la sangre de todo el pueblo español por las calles, dejándote bañado de ella para siempre, para toda tu vida, que terminó, mientras también corría por las calles, mezcladas a la de tu Presidente, la sangre del arrojado y puro pueblo chileno.

Preguntaréis por qué su poesía/ nos nos habla del sueño, de las hojas/ de los grandes volcanes de su país natal?//

El inicio de tu compromiso con tu pueblo, con todos los pueblos del mundo, está lleno de aquella primera sangre inocente que viste correr por las calles de España..."

Estos recuerdos de Alberti nos dan una idea de las motivaciones que condujeron a Neruda por el camino político en una definición que le costó muchas batallas, persecuciones y exilios. Pero, que a la vez le llevaron por un camino poético de madurez monumental.

Alberti recuerda que cuando acabó la guerra, viviendo juntos en París, Neruda comenzó a organizar una nave, que se llamaba Winnipeg, y que llevaría a Chile más de tres mil soldados españoles, obreros especializados, salvados de los campos de concentración.

Las grandes polémicas que generó su filiación política, — luego después de la guerra entró en el partido comunista —, hizo que durante muchos años su postulación al Premio Nobel fuera postergada. Uno de sus críticos literarios (Carlos Hamilton), expresa que la conversión de Neruda al comunismo, ha sacado y dado algo importante a su poesía. "Ha sacado unos doscientos versos que son como la frase que puede decir 'un camarada' indignado. Pero, al mismo tiempo, al no sentirse solo en la lucha contra la miseria y la crueldad, el poeta ha ampliado su temario hasta alcanzar la épica, en 'Alturas de Macchi Picchu' y ha depurado su estilo hasta alcanzar una magnífica simplicidad".

Al respecto hay que decir que Neruda fue comunista, al menos los últimos 30 años de su vida. Poeta, fue desde los diez. Pero no era poeta-comunista. En una revista concedida a L'Express, declaró:

"He escrito apenas siete mil páginas de poemas. Pues bien, no hallarán cuatro sobre política... He escrito diez libros sobre el amor. La política es obsesión de otros, no la mía. Me han mezclado en la política... No es lo esencial de mi poesía".

En la década del 60, Neruda dio recitales en los Estados Unidos y Archibald McLeish, decano de los poetas estadounidenses, lo presentó al público que lo aclamó en Nueva York, como "el poeta más grande vivo hoy en el mundo".

Superadas las barreras políticas inmediatistas, Neruda se perfila para siempre como el poeta del hombre que sufre, de los humildes, de los océanos, de los bosques y de la lluvia, poeta de la ansiedad de un continente y del dolor de la tierra entera.

GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ (1928-)

Pocos autores han logrado combinar en forma tan excelsa y exitosa el lenguaje literario y periodístico, en una sola fórmula que retrate y proyecte tan universalmente la realidad latinoamericana.

Cuando recibió el Nobel lo dijo, refiriéndose a la realidad sobre la cual escribe, una realidad calificada de circense, vistosa, ruidosa y, en todos los sentidos, escandalosa de América Latina. "Me atrevo a pensar, que es esta realidad descomunal y no sólo su expresión literaria, la que este año ha merecido la atención de la Academia Sueca de la Letras. Una realidad que no es la de papel, sino que vive con nosotros y determina cada instante de nuestras incontables muertes cotidianas, y que sustenta un manantial de creación insaciable, pleno de desdicha y de belleza, del cual este colombiano errante y nostálgico no es más que una cifra más señalada por la suerte. Poetas y mendigos, músicos y profetas, guerreros y malandrines, todas las criaturas de aquella realidad desaforada hemos tenido que pedirle muy poco a la imaginación, porque el desafío mayor para nosotros ha sido la

insuficiencia de los recursos convencionales para hacer creíble esta vida. Este es, amigos, el mundo de nuestra soledad”.

En otra parte de su conmovedor discurso apela así a los hombres del primer mundo: “¿Por qué la originalidad que se nos admite sin reservas en la literatura se nos niega con toda clase de suspicacias en nuestras tentativas tan difíciles de un cambio social? ¿Por qué pensar que la justicia social que los europeos de avanzada tratan de imponer en sus países no puede ser también un objetivo latinoamericano con métodos distintos en condiciones diferentes? No: la violencia y el dolor desmesurados de nuestra historia son el resultado de injusticias seculares y amarguras sin cuento, y no una confabulación urdida a 3 mil leguas de nuestra casa. Pero muchos dirigentes y pensadores europeos lo han creído, con el infantilismo de los abuelos que olvidaron las locuras fructíferas de su juventud, como si no fuera posible otro destino que vivir a merced de los dos grandes dueños del mundo. Este es amigos, el tamaño de nuestra soledad...”

Todas estas palabras muestran el motor que ha llevado a García Márquez a convertirse en el best-seller de los autores latinoamericanos. Desde que apareció “Cien años de soledad”, (1967), la popularidad del escritor fue creciendo sin parar. Entró rápido en el corazón de todos porque en su obra se sintetiza la conciencia de Colombia, la de todo el continente, y en secuencia, después de convertirse en una celebridad, la de todo el planeta. Todos de alguna forma reconocen e identifican su propio Macondo, desde sus prehistóricos recuerdos.

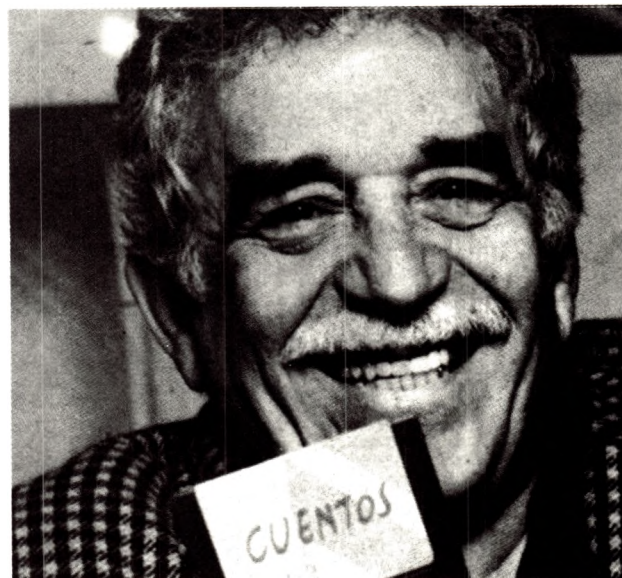
Gabo, como lo llaman más familiarmente, no paró de luchar y participar en actividades en defensa de los pueblos oprimidos. Como periodista, desde diferentes bastiones, y como escritor, a través de sus numerosas obras, ha hecho denuncias de todo calibre. Se atrevió a contar la historia del cineasta chileno Miguel Littin, que disfrazado entró a Chile desde el exilio en plena dictadura. También se atrevió contra una vaca sagrada en América, a desmistificar la figura de Bolívar en su libro “El general en su laberinto”.

También quiso desentrañar el problema de la dictadura en su obra “El otoño del Patriarca”, (1975) con las vivencias que recogió en los últimos años de Franco, en la soledad (una constante temática que le obsesiona) de su ocaso.

Los cien años de soledad contados en la novela empiezan con la independencia política de los países sudamericanos en el siglo XIX y prosigue hasta nuestros días, en una empresa ambiciosa y vasta, tan sólo acometida por otro novelista sudamericano notable, Alejo Carpentier en “Los pasos perdidos”.

El lenguaje de García Márquez nos lleva por una dimensión mágica que recorre sus cuentos y novelas, y que sólo se entienden después de asimilar la novela fantástica, la novela de caballería y los relatos de viajeros; la obra de Rabelais (especialmente “Gargantua y Pantagruel”) y al que considera su maestro, William Faulkner.

“Cien años de soledad” le mereció el premio Chianciano en Italia y se designó como el mejor libro extranjero en Francia. La crítica norteamericana la seleccionó como uno de los doce mejores libros de la década del setenta. Después publicó “La increíble historia de la cándida Eréndida y de su abuela desalmada”, que se llevó al cine. (1969). El mismo año obtuvo el premio Rómulo Gallegos en Venezuela, una buena cantidad de dólares que



**Poucos autores combinam
exitosamente a linguagem literária e
a jornalística em uma só fórmula que
retrate e projete a realidade
latino-americana**

donó al MAS (Movimiento al socialismo), ocasionando un verdadero caos entre la intelectualidad venezolana. Obtuvo también el Premio Internacional Nuestadt para libros extranjeros. El año 71, la Universidad de Columbia le otorgó el doctorado "Honoris Causa" en Letras. Diez años después, el gobierno francés le otorgó "La Legión de Honor", en el grado de Comendador. Entretanto, durante todos esos años, trabaja como periodista publicando crónicas, reportajes y artículos sobre Chile, Cuba, Angola, Nicaragua y Vietnam.

"El amor en los tiempos del cólera" sale de la línea habitual de su narración, pero igualmente se constituye en un récord de venta (1985). A estas grandes obras del autor colombiano, se agregan otras de narración breve, pero consideradas verdaderas joyas de la producción literaria latinoamericana, como "Crónica de una muerte anunciada", "Los funerales de la mamá Grande", "La mala hora", "Cuando era feliz e indocumentado", "El secuestro", y otras que lindan un territorio entre el reportaje y el cuento.

En cualquier caso, la obra de García Márquez está impregnada de un grado de conciencia y lucidez que es la constante de los autores laureados por el Nobel en este continente y que se refleja en sus palabras:

'Sin embargo, frente a la opresión, el saqueo y el abandono, nuestra respuesta es la vida. Ni los diluvios, ni las pestes, ni las hambrunas, ni los cataclismos; ni siquiera las guerras eternas a través de los siglos y los siglos han conseguido reducir la ventaja tenaz de la vida sobre la muerte. Una ventaja que aumenta y se acelera: cada año hay 74 millones más de nacimientos que de defunciones, una cantidad de vivos nuevos como para aumentar siete veces cada año la población de Nueva York. La mayoría de ellos nace en los países con menos recursos, y entre éstos, por supuesto, los de América Latina. En cambio, los países más prósperos han logrado acumular suficiente poder de destrucción como para aniquilar cien veces no sólo a todos los seres humanos que han existido hasta hoy, sino la totalidad de los seres vivos que han pasado por este planeta de infortunios'.

OCTAVIO PAZ (1914)

Junto con Neruda, Octavio Paz está considerado el poeta hispanoamericano más grande de nuestro tiempo. La obra de este autor es muy vasta y de gran valor en cualquier campo de los que abarca: poesía y ensayo de profunda reflexión, a la manera de Eliot o Breton. Como ensayista es legítimo sucesor de Unamuno, Eugenio D'Ors y Ortega y Gasset. Se ha ocupado de arte, poesía y antropología, historia, política, estética e incluso de problemas filosóficos generales, siempre con rigor y penetración al mismo tiempo que con infalible belleza clásica.

Sólo por la obra ensayística que ha producido sin parar desde 1967, Paz sería uno de los grandes escritores contemporáneos. Resume sus ideas sobre la poesía en "El Arco y la lira" (1956), donde defiende la poesía como la reina de todas las actividades humanas, igualándola con la religión.

En algunas entrevistas él ha llegado al punto de decir: 'si el hombre olvidase a la poesía, se olvidaría de sí mismo y regresaría al caos'... "porque la poesía sigue siendo una de las fuerzas secretas de la sociedad. El poeta somete el lenguaje a una es-

pecie de alquimia y si la poesía desapareciera el lenguaje se banalizaría completamente".

Ha dirigido varias revistas poéticas: Barandal, Cuadernos del Valle de México y Taller. Su primer gran libro, "Libertad bajo palabra", refleja sus preocupaciones sobre la soledad, el amor y el tiempo, con una nítida orientación hacia la revelación poética como instrumento de liberación y cambio. En los años 50 publica 'Piedra del Sol'. Y más tarde otras obras: "Blanco", "Salamandra", "Viento entero" (aparecido en Delhi en 1965). 'Ladera este' (1969), obra que sólo puede compararse, entre las producidas en América de habla española después de Rubén Darío, en calidad, riqueza y variedad a la Pablo Neruda – a un tiempo su antípoda y su afín –.

Su idea de la poesía está ligada a un concepto total de libertad. "Desde mi adolescencia he escrito poemas y no me he cansado de escribirlos. Quise ser poeta y nada más. En mis libros de prosa me propuse servir a la poesía, justificarla y defenderla, explicarla ante los otros y ante mí mismo. Pronto descubrí que la defensa de la poesía, menospreciada en nuestro siglo, era inseparable de la defensa de la libertad".

Y estas reflexiones están, naturalmente ligadas a su posición política, a lo que ha llamado su "interés apasionado por los asuntos políticos y sociales que han agitado nuestro tiempo".

"Después de la segunda guerra mundial conocí a André Breton y a sus amigos. No comparto hoy muchas de sus ideas filosóficas y estéticas pero conservo intacta y viva mi admiración. En sus escritos tanto como en su vida, la libertad y la poesía aparecen con el mismo rostro de llama, simultáneamente seductor y tempestuoso. También él, como Chateaubriand en el otro extremo, no confundió nunca al tirano con el libertador".

Su concepto de libertad:

"La libertad no es una filosofía y ni siquiera es una idea: es un movimiento de la conciencia que nos lleva, en ciertos momentos, a pronunciar dos monosílabos: *Sí* o *No*. En su brevedad instantánea, como a la luz del relámpago, se dibuja el signo contradictorio de la naturaleza humana."

La participación del poeta en la política, la justifica así:

"A lo largo de la historia y en las más diversas circunstancias, los poetas han participado en la vida política. No me refiero a la concepción de la poesía como un arte al servicio de un Estado, una Iglesia o una ideología. Ya sabemos que esa concepción, tan antigua como los poderes políticos e ideológicos, inviablemente ha dado los mismos resultados: los Estados se derriban, las Iglesias se disgregan o se petrifican, las ideologías se disipan – pero la poesía permanece. No: aludo a la libre participación del poeta en los asuntos de la ciudad. Incluso en sociedades que no conocieron la libertad política, como la antigua China, no fueron raros los poetas que contribuyeron a la marcha de los asuntos públicos. Muchos de ellos no vacilaron en censurar los abusos del Hijo del Cielo y no pocos sufrieron cárcel, destierro y otras penas por sus opiniones. En occidente esta tradición ha sido muy viva y apenas si necesito recordar a los poetas griegos y romanos. Dos de los poetas mayores de nuestra tradición, el florentino Dante y el inglés Milton, fueron también notables pensadores políticos. (El primero escribió el tratado De la Monarquía, y el segundo mantuvo alegatos en favor del derecho al divorcio y su crítica a la censura decretada por el

Parlamento y que él tuvo el valor de hacer ante el propio Parlamento)."'

Explicando el concepto de revolución, agrega: "La revolución es la vuelta al tiempo del origen, antes de la injusticia, antes de ese momento en que, dice Rousseau, al marcar de los límites de un pedazo de tierra, un hombre dijo: *Esto es mío*. Ese día comenzó la desigualdad y, con ella, la discordia y la opresión; la historia. En suma, la revolución es un acto eminentemente histórico y, no obstante, es un acto negador de la historia: el tiempo nuevo que instaura es una restauración del tiempo original. Hija de la historia y de la razón, la revolución es la hija del tiempo lineal, sucesivo e irrepetible; hija del mito, la Revolución es un momento del tiempo cíclico, como el giro de los astros y la ronda de las estaciones..."

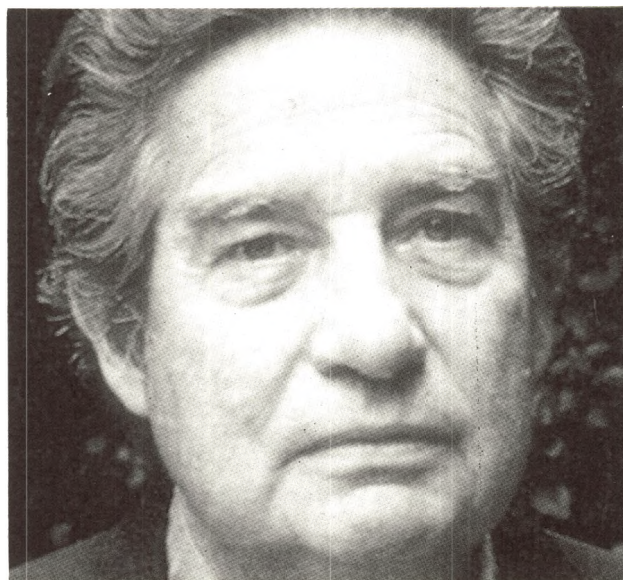
Octavio Paz ha publicado varios ensayos, como "Las Peras del Olmo" (1957), "Los signos en rotación" (1964), "Puertas al campo" (1966). Entre 1967 y 1990 se suman dieciséis títulos ensayísticos de temática muy diversa. Entre ellos figura incluso el volumen individual más extenso de toda su bibliografía: "Sor Juane Inés de la Cruz o Las trampas de la fe" (1982), vastísimo estudio histórico, literario, biográfico y social de la poetisa mexicana y la época en que vivió.

Otros libros de poesía lo constituyen "El mono gramático" (1974), obra de prosa poética; "Pasado en claro" (1975), "Vuelta" (1976), la recopilación "Poemas 1935-1975" (1979), "Arbol Adentro" (1987) y "Obra poética 1935-1988" (1990).

Finalmente, la crítica ha dejado claro que si la poesía de Octavio Paz nos deslumbra por sus fulguraciones, por la capacidad intensísima de descubrir en el mundo visible esta armonía no manifiesta que Heraclito consideraba superior a la manifiesta, su prosa nos depara una belleza intelectual, hecha de pasión por el conocimiento.

Su preocupación política y social la resume en su visión del futuro: "El gran problema de los tiempos que vienen será crear otro proyecto histórico. Y ese nuevo proyecto tiene que recoger la herencia liberal y la herencia socialista. El mercado es un proceso ciego que genera injusticias y necesita, por tanto, ser corregido. Pero también la democracia necesita una corrección. Los representantes olvidan con frecuencia a sus representados y habría que encontrar una mayor fiscalización de su labor, incluso la posibilidad de revocarlos. Hay que corregir la democracia haciéndola más democrática, dando mayor participación al pueblo. Y hay que corregir el mercado haciéndolo más social. Para entender bien la paradoja moderna hay que volver a los utopistas como Charles Fourier, que decía algo que es exactamente contrario de lo que han hecho tanto los capitalistas como los socialistas. Fourier afirmaba que el trabajo industrial es aburrido y que había que ir a una especie de gran artesanía donde se produjeran solamente objetos de gran calidad y de gran duración. Todo lo contrario del consumismo"

Elga Pérez-Laborde é jornalista e correspondente cultural.



A obra de Octavio Paz é vastíssima. Rompe com os gêneros tradicionais de escritura ao mesclar poesia e ensaio

MITO E SOCIEDADE NA GRÉCIA ANTIGA

Em *Mito e sociedade na Grécia antiga*, Jean-Pierre Vernant retoma seu percurso intelectual baseado na reabilitação do mito. Desde *Mito e pensamento entre os gregos* observa-se um esforço para clarificar as diversas problemáticas presentes na compreensão das narrativas primordiais.

A primeira parte do livro é uma aplicação deste esforço interpretativo em questões bem concretas. No casamento, nas guerras, na religião e nas relações interpessoais - em todas as esferas da vida política, cultural e econômica encontramos o mito. E não é só isso. É o próprio mito que dá fundamento a tudo que é ou existe na comunidade. Em todos os momentos e espaços da cultura grega perpassa a originalidade fundadora das histórias em que deuses e homens se encontram para habitar o mundo.

Já a segunda parte, mais teórica, objetiva fornecer subsídios criteriosos para o esboço de uma ciência dos mitos, metalinguagem que acompanhará o intérprete em suas tentativas de tornar o mito inteligível. São revistas as diversas escolas que procuraram o sentido dos mitos tais como funcionalismo, simbolismo e estruturalismo.

Enfim, sem dar respostas exclusivistas para suas interrogações, *Mito e sociedade na Grécia antiga* é mais um convite para a reflexão. Revalorizar o mito, recolocar a ficção por sobre a realidade é pois, conceber o homem em termos de suas possibilidades de expressão, e não somente como mera criatura nos labirintos de uma cultura sem deuses e horizontes. É o que Jean-Pierre Vernant pensa e é disso que escreve.

RELATÓRIO

QUINHENTOS ANOS DE AMÉRICA*

A cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, foi palco de um curioso e importante evento comemorativo dos quinhentos anos de descoberta da América. De um lado, cientistas físicos do Brasil, Itália, Suíça e Argentina reuniram-se para discutir temática própria e aventurar-se na discussão do futuro das Américas. De outro, artistas, representantes do movimento social e das comunidades de base, simultaneamente aos eventos culturais, lançaram-se na mesma aventura do futuro do continente americano. No palco desta aventura, cientistas de áreas diversas e o pessoal da teologia da libertação buscaram cruzar mares, na descoberta de um lugar comum a estes dois povos: o povo da Ciência e Tecnologia (C & T) e o povo pobre. Três sessões marcaram este tempo comum, a primeira, 'Em busca de uma identidade'; a segunda, 'Por um espaço na conjuntura'; e a terceira, na 'Viagem por um novo cosmos'. A proposta do encontro é sintetizada no pequeno artigo, a seguir, do dr. Renato Melchior Dória — Melk —, professor de Física da Universidade Católica de Petrópolis e coordenador do evento.

REDESCOBRIR A AMÉRICA E O ESTADO

A singular data dos quinhentos anos da América

permite uma reflexão sobre o que não foi descoberto. A geração noventa não pode ficar no porto; o momento é de sair para o mar e enfrentar as ondas de dúvidas.

Navegar é preciso, transformar é vital. Quinhentos anos depois, gerações e doutrinas sucederam-se. Atualmente o ideal cristão da época de Colombo não mais possui um imaginário para conduzir as relações sociais. Navegar é preciso, transformar é vital. A geração noventa precisa navegar em pensamentos e encontrar um novo elemento que dirija os rumos da sociedade. Atravessar o oceano de um sonho e compreender uma nova diretriz que coordene as transformações na sociedade.

Desgraça maior acontecerá se apenas através da bandeira da corrupção conseguirmos movimentar a sociedade civil. Existem mais coisas entre o céu e a terra do que a bandeira econômica. Uma nova ousadia é necessária. A Ciência-Tecnologia precisa encontrar o seu caminho para as Índias. O papel maior de Colombo foi o de fazer contato entre dois continentes. Contudo, a divisão do mundo atual não é mais entre Velho e Novo Mundo. Existem dois novos continentes. Um é aquele que gera Ciência-Tecnologia, e o outro aquele que gera pobres. Portanto, uma nova viagem fica definida, que é a de fazer uma conexão entre esses dois mundos.

A América precisa ser redescoberta. Barcos com o brasão C & T (Ciência e Tecnologia) ainda irão aportar na praia dos pobres. Contudo, similarmente ao conquistador Hernando Cortés, a simples chegada de naus C & T pode vir a ser a fonte de um novo genocídio. Os mensageiros do *high-tec* podem ser os novos deuses a trazer a morte. Tal-

vez a maior descoberta social deste século XX seja a de que o tão almejado conhecimento científico esteja a serviço da miséria. O último século de acontecimentos mostra-nos que a busca pelo desconhecido tornou-se associada à formação de miséria. O próximo genocídio não será de índios ou pela bomba atômica. Deverá atuar num elemento mais fundamental do homem — o seu emprego. Então, o trabalhador será promovido da categoria de explorado para a de imprestável. Aproxima-se um novo tipo de colonização onde as 'novas bíblias' serão os *softwares*.

Necessitamos redescobrir a América. Encontrar um outro lado para o significado social da C & T. Entretanto, estamos num período que antecede a 1492. A época é primitiva a respeito do significado social de Ciência-Tecnologia. Assuntos ligados à ecologia ainda possuem prioridade. Embora o código de valores já pertença ao continente de Ciência e Tecnologia, ainda falta cair uma Constantinopla. Por enquanto, a caminhada de C & T segue caravanas apenas orientadas a servir às especírias do capital. Ainda lhe falta um imaginário que propulsione aquela vontade de além-mar. Sabemos apenas da existência de uma terra que pode ser chamada por Cipango, a qual segundo a lenda protege os navegadores de Ciência-Tecnologia e os nativos do povo pobre. Pequena ou grande, o verdadeiro nome desta terra é Estado. A única notícia que recebemos a seu respeito é de que o Estado que abre mão da C & T e dos seus pobres é um Estado desgraçado.

A terra da América já sonha pela chegada de caravelas que organizem o rumo de sua diretriz. Para isto, as naus

da companhia Ciência-Tecnologia ainda necessitam navegar. Um dia as pessoas de C & T e do povo pobre descobrirão que estão unidas num mesmo planeta. Então, uma nova evangelização dos oprimidos deverá acontecer sob a cruz de transformação da Ciência-Tecnologia. Espera-se por um *Nuovo Mondo*, onde objetivos da C & T deixem de seguir os tótons do capital para encontrar as pegadas do Espírito.

A C & T necessita voltar a servir ao mistério, ao invés de ceder às máquinas econômicas, atravessar esse 'Mar Tenebroso' que separa os continentes dos ricos e pobres. Deixar de ser *high-tec* e procurar sua identidade como elemento de transformação social.

CIÊNCIA-TECNOLOGIA E POVO POBRE

Dóris Santos de Faria
Geraldina Dias Aparecida

Finalizando este século, um grande dilema toca aos povos pobres aliados do Primeiro Mundo, com especial referência à América Latina: mudar os rumos do modelo de desenvolvimento implementado nos últimos trinta anos, dentro de um novo quadro das relações internacionais que está gerando o novo modelo de reestruturação econômica e tecnológica dos países desenvolvidos. Este impõe-se rapidamente e mostra-se pouco promissor para países que não conseguiram aprofundar seu processo de industrialização, como é o caso dos países latino-americanos. O modelo neoliberal em marcha está gerando uma ordem cada vez menos solidária em relação aos povos pobres. Ele determina uma concentração de capitais nos países ricos e

a luta por mercados trava-se naqueles setores que demandam a alta tecnologia. Reduz-se a margem de participação, nesse mercado, de uma grande parcela do mundo e, por isso, a urgência de formas alternativas para evitar a perda definitiva da possibilidade de alterar o caráter de dependência dos povos pobres.

O que se constata é que os limites da pobreza de uma parte do mundo, fornecedora de matéria-prima, diminuem suas possibilidades como mercado usuário de produtos industrializados e esta pobreza tende a reproduzir-se em escala cada vez maior. Daí a necessidade de uma reestruturação da economia com modelos alternativos, capazes de deter o rápido processo de empobrecimento. Nesta perspectiva, impõe-se também com urgência a reorientação dos padrões culturais e científico-tecnológicos. Esta reorientação implica construção de uma política segura nestas áreas com a discussão dos problemas que envolvem o internacionalismo científico e a ciência precariamente desenvolvida sob sua égide, que se conforma em ser periférica, o que hoje, significa condenar-se a uma forma ampliada de pobreza. A C & T gerada pelos tempos modernos não foi capaz de distribuir a riqueza. Muito pelo contrário, concentrou-a em alguns países que a dominam. Por si só, isso já nos leva a refletir sobre o significado social das economias tecnologicamente avançadas, que marginalizam não somente povos de outras partes do globo, mas contingentes cada vez maiores de pessoas dentro dos próprios países ricos.

No entanto, os padrões de consumo dos países ricos impõem a estes a manutenção dos mesmos meios de produ-

ção científico-tecnológica. Já as grandes densidades e o crescimento populacional dos países pobres é que pressionam estes à aquisição de um nível tecnológico-industrial capaz de responder por condições adequadas de vida. Ainda que diferentes, as condições que determinam o desenvolvimento tanto dos países ricos como dos pobres terminam por impor o desenvolvimento científico-tecnológico como fator crítico para o desenvolvimento sócio-econômico. Portanto, na atualidade, a C & T é a moeda circulante não só para a manutenção da riqueza, mas também para a aquisição de um nível razoável de qualidade de vida. Desnecessário é, aqui, enumerar o quanto de C & T está contido em saneamento, transporte, educação, saúde, etc. Assim, se por um lado, há a necessidade do desenvolvimento científico-tecnológico como precursor contemporâneo do desenvolvimento sócio-econômico, por outro, fica evidente a premência de um redimensionamento da C & T quanto a sua inserção social.

Atendo-se aos países fora do círculo do Primeiro Mundo, a problemática científico-tecnológica impõe drasticamente revisão dos seus padrões de produção em C & T, ao qual está diretamente associada a qualidade de sua educação. Exclusivamente por limitação do escopo deste trabalho, a problemática educacional não será abordada. Mas ela estará implícita ao longo de toda a análise da questão científico-tecnológica.

A produção científico-tecnológica desses países é, obviamente, incipiente. Em termos dos recursos nela dispendidos, compete com a educação e saúde. Isso, por si só, já impõe a estes países cuidadosa análise de priorida-

des. Impõe-se, também, à comunidade produtora de conhecimento científico-tecnológica, acentuada reflexão sobre seus objetivos, sob pena de — através de atitudes corporativas — comprometer as bases de seu próprio desenvolvimento. Dois aspectos colocam-se como críticos à análise da questão: por um lado, os intelectuais devem refletir sobre sua inserção no panorama internacional e sua posição periférica, revendo seus padrões de produção, de modo a não dispendar energia e recursos em algo que pode não se mostrar promissor, do ponto de vista do avanço do conhecimento universal; por outro, deve rever sua inserção social, de modo a responder pela melhoria das condições de vida local, onde a pobreza econômica e a marginalidade social constituem a regra nestas sociedades.

Em outra vertente, os segmentos sociais destes países precisam ter clareza quanto às imposições históricas do desenvolvimento sócio-econômico, as quais dependem do avanço científico-tecnológico. Negá-lo, mais do que ignorância, é suicídio econômico. É, todavia, correr o risco de perpetuar a pobreza.

Urge, portanto, que seja buscada a ponte que liga o mundo da pobreza com o mundo da C & T. Ela só poderá ser construída à medida que se tenha consciência do que representa a agenda que está sendo imposta aos países pobres pela reestruturação econômica e científico-tecnológica dos países ricos. O diálogo deve ser realizado dentro desta agenda com instrumentos que resultem da definição de prioridades no campo social, com a inclusão de pontos que realmente sejam de interesse para uma

nova proposta de desenvolvimento. Não basta, por exemplo, aceitar um novo modelo tecnológico-industrial, ambientalmente não-poluente que começa a se firmar para os países desenvolvidos e ideologicamente apresentado como de solidariedade planetária, se ele mostra-se pouco promissor para os países pobres, dadas as condições reais de seu nível científico-tecnológico. Impõe-se, assim, a busca de objetivos consensuais, a aquisição de uma linguagem comum que possibilite o diálogo entre categorias sociais que pouco se comunicaram. Este foi o objetivo do encontro 'Quinhentos Anos da América: C & T e o povo pobre', realizado em Petrópolis, Rio de Janeiro.

O AMBIENTE DOS DESCOBRIMENTOS E DA CONQUISTA DA AMÉRICA

Ao longo do encontro alguns debatedores procuraram caracterizar o período do descobrimento e da conquista da América com referenciais pontuais que não geraram debates em torno das idéias apresentadas. As intervenções estabeleceram três eixos principais sobre o assunto: a simultaneidade da constituição do pensamento científico moderno ocidental, com o descobrimento e conquista da América; o aspecto ético da conquista e a denúncia do atual processo de exploração e dependência dos pobres em analogia com o período fundacional da América. Atendo-se aos discursos presentes, pode-se sintetizar o conteúdo do tema exposto como a seguir.

O final do século XV e o XVI foram caracterizados como o período de constituição do pensamento científico moderno. A morte de Galileu foi simultânea ao nascimento de

Newton, formuladores das novas idéias científicas disseminadas ao longo deste período. Colombo participa desse momento de transição e ousou colocar em prática novos paradigmas e terminou por estabelecer a conexão entre dois continentes, Europa e América. Os descobrimentos engendraram o processo de conquista da América com uma lógica da conquista que trazia dentro de si valores e objetivos embutidos, os quais seriam expressos por ouro, escravos e evangelização. Seus símbolos foram o forte, a capela e a escola. A conquista materializou-se na busca da riqueza e na utilização gratuita da força de trabalho, asseguradas pelo uso da força e violência. O domínio ideológico-religioso (católico) controlava, inclusive, todo o processo educacional da época. Ainda que discursando sobre o espírito, a lógica da conquista era material: conseguir a riqueza e ampliar o(s) reino(s), aclamando a glória de Deus. Na verdade, a descoberta e a conquista da América caracterizaram-se por uma prática brutal de genocídio e aculturação. Ao destruir as raízes endógenas e extrair a riqueza da América Latina, o pensamento ibérico-religioso contribuiu para a dependência desta parte do novo continente, a qual se promulga até os dias atuais.

Na atualidade ocorre um processo similar de exploração e dependência, agora sob a égide da industrialização capitalista (neoliberal?), cuja lógica de modernização centrou sua atenção na máquina, no progresso técnico, na acumulação de riquezas naturais, no produtivismo e no reino do consumismo. O lema foi definido: crescer sempre, transformar e acumular sempre mais, não importando o custo. A nova lista pela defesa do

meio ambiente começa a questionar este sistema e o capitalismo encontra-se em apuros para responder. Como manter estes princípios de reprodução e ao mesmo tempo proteger o meio ambiente? As idéias-experiências desenvolvidas no mundo contemporâneo, a capitalista e a do sistema estatizante – em crise – elaboraram propostas tecnológicas semelhantes. No momento atual há uma grande crise de utopia, gerada por estas experiências. A crise pode ser analisada do ponto de vista econômico, ambiental, etc., mas o centro é a crise de paradigmas. A Bíblia das mãos de Colombo foi substituída pelos 'disquetes' dos países do hemisfério norte e das classes econômica e culturalmente mais dotadas; as caravelas que aqui chegaram vieram em nome do capital em função de um processo de C & T que permitiu atravessar os mares; as caravelas de então são os meios de comunicação de massa dos dias atuais, sob controle ideológico dos mesmos; como no passado, trazem novas chagas porque a filosofia da conquista, se não mais o Evangelho, continuou a ser a exploração dos povos, trocando a promessa do paraíso pelo estilo de vida contemporâneo dos países ricos do Primeiro Mundo.

Mas é uma era, atual, também de busca de novos paradigmas. Daí identificar-se, nas falas do encontro de Petrópolis, uma certa analogia entre os dois tempos, sendo o presente agravado pela imensa massa de pobres latino-americanos. Passados quinhentos anos, os povos desta América Latina contrapõem a um quarto de sua população – a que usufrui de bens culturais e materiais e cujos anseios confluem para um projeto de

modernização e consumo primeiro-mundista –, os três quartos restantes, que não gozam de condições mínimas de vida, e cujo projeto existencial consiste em garantir a vida, especialmente moradia e alimentação diária sonhando com emprego, saúde e algum pequeno lazer. Foi consensual a análise de que a exploração desta parte pobre das sociedades é feita pelas suas classes ricas, assim como, de modo análogo, os países subdesenvolvidos têm seus recursos humanos e suas riquezas naturais, cultivadas ou manufaturadas, vilmente exploradas pelos países ricos do hemisfério norte.

Até aqui, expositores, debatedores e platéia presente no encontro de Petrópolis não polemizaram. Entretanto, ao ser abordada a questão da inserção histórica da C & T neste processo, estabeleceu-se a polêmica em torno de distintas linhas de pensamento.

INSERÇÃO HISTÓRICA DA C & T NOS PAÍSES POBRES: DIAGNÓSTICO

Evidenciaram-se duas linhas interpretativas bastante distintas quanto à relação entre produção científico-tecnológica e pobreza, especialmente na América Latina.

a) Por um lado, a posição defendida por uma parte dos cientistas presentes utiliza o argumento dos avanços econômicos e sociais que a C & T traz para as sociedades. Consideram os problemas relativos à pobreza, nestas sociedades, como resultantes de um processo político explorador, em nada relacionado com a produção científico-tecnológica. Muito pelo contrário, esta produção pressiona no sentido da democratização do

acesso aos bens de consumo, expressão direta da qualidade de vida. Relatam, continuamente, acerca destes produtos gerados pela C & T e o conforto material que representam: eletricidade, meios de transporte, aparelhos médicos, computadores, etc. Entendem que o acesso das populações pobres a estes bens é uma questão política, e argumentam ainda no gradativo, ainda que lento acesso desta camada social a estes bens.

No que diz respeito à contribuição da América Latina, para o conhecimento científico-tecnológico universal, reconhecem que é incipiente, identificam duas causas fundamentais: por um lado, a necessidade da universalização da educação como base cultural ao desenvolvimento científico-tecnológico e, por outro, a necessidade de aumento dos investimentos financeiros e de capacitação de pessoal para o setor. Mas, ainda que critiquem o modelo educacional, de modo algum chegam a questionar os modelos de produção científico-tecnológica. Exemplificam exaustivamente as importantes pesquisas realizadas, no Brasil, apesar das dificuldades vivenciadas. Defendem a ciência como um processo apátrido, neutro, livre e libertador. Os cientistas são apresentados como profissionais de espírito livre, ética estrita e sem compromissos políticos. Avaliam os órgãos de fomento à C & T de maneira positiva já que julgam os projetos em função exclusiva do mérito acadêmico, através dos comitês técnicos formados pela própria comunidade científica, a qual, conforme dito, se auto-avalia com os méritos acima.

b) A outra posição, bastante distinta, é a dos movimentos sociais, dentre eles os adeptos da teologia da liberta-

ção, além de alguns membros da comunidade científica.

Esta corrente não nega a importância da C & T para o desenvolvimento sócio-econômico e a melhoria das condições de vida das populações. Mas, por considerar a C & T como uma vertente atuante do projeto de dominação dos países pobres pelos países industrializados, e das classes sociais pobres pelas mais ricas, questiona sua *praxis* primeiro-mundista como solução para o desenvolvimento dos países pobres.

Considera que a produção científico-tecnológica dos países subdesenvolvidos conforma-se em ser periférica aos países técnica e cientificamente mais avançados, deixando de satisfazer as demandas mais legítimas das populações. Considera falaciosos os argumentos de neutralidade da ciência, isenção dos cientistas e a apolíticação de sua prática produtiva. O exemplo mais grave é a corrida armamentista, sustentada pelo avanço da ciência, apossada pelos poderes militares e políticos, ainda que possa terminar por marginalizar cientistas, os quais jamais serão livres enquanto produzirem armas...

Ao identificar que o mundo divide-se entre os que geram a C & T – dominantes – e os que sofrem de miséria, podem mesmo chegar a associar a lógica produtiva como geradora de morte e não de vida. Questionam para que e a quem serve a C & T, certamente que não aos pobres, aos oprimidos, aos marginalizados que constituem os três quartos da população do globo terrestre.

A partir destas diferentes posições, o debate girou, forçosamente, entre a denúncia, mais ou menos acalorada, de um movimento cultural anti-

científico, erradamente levada a cabo por alguns dirigentes da comunidade científica brasileira e restante da platéia presente, que combateu esta interpretação, através de críticas à visão 'neutra' da C & T, acusada de colaborar no processo de alijamento da C & T da realidade econômica e cultural dos povos subdesenvolvidos e, portanto, cúmplice no processo histórico de empobrecimento destes.

Ainda a nível diagnóstico, fazendo apenas referências pontuais à C & T, avaliando especialmente a crise brasileira, foram feitas algumas análises localizando o problema como fundamentalmente de origem econômica, explicado por falta de empregos, êxodo rural, inflação, recessão, etc.

ALTERNATIVAS À INSERÇÃO DA C & T NO PROCESSO DE SUPERAÇÃO DA POBREZA: PERSPECTIVAS

Na verdade, poucas falas chegaram a desenvolver alguma análise mais estruturada acerca das perspectivas para a inserção social da C & T. Somente foi possível organizar este item através da junção de conteúdos diversos, nas distintas exposições, que expressassem a mesma orientação conceitual e/ou argumentativa. Apesar disso, ao final do encontro de Petrópolis, ficou evidente a ocorrência de três posições distintas, entre as quais expositores, debatedores e platéia se distribuíram.

a) A primeira delas, defendida por parte da comunidade científica presente, considera que a superação da pobreza depende de investimentos significativos em educação e C & T. Mais escolas, livros, computadores, laboratórios, etc., são reclamados, sem que sejam postuladas

reformulações de métodos e conteúdos, ou feita qualquer autocrítica da eficácia quanto aos recursos investidos.

O desenvolvimento da C & T deve seguir os rumos tradicionais, como pensam ter ocorrido no Primeiro Mundo: espontaneidade da pesquisa básica e aplicação tecnológica regulada pelo mercado. No entanto, houve consenso quanto à necessidade de apoio do Estado, através da formulação de política governamental que favoreça recursos para a ciência, mas sem cercar a liberdade de pesquisa. Consideram a C & T como o principal instrumento para desenvolvimento, apoiado por medidas de ordem econômica e social que solucionem problemas do tipo recessão, déficit público, política fiscal, êxodo rural, etc.

b) A segunda, defendida por movimentos sociais e pela teologia da libertação, interpreta a crise não como resultado de estratégias políticas ou científico-tecnológicas, mas da civilização. O eixo de atuação deveria ser a vida, a cidadania, os ideais, a economia do suficiente sonhada por três quartos da humanidade. As questões da democracia, da política e da economia deveriam considerar os problemas dos pobres, colocando-se a serviço das necessidades dessas maiorias. A C & T deveria ser capaz de ouvir o garímpeiro, o índio ou outros segmentos, assimilar e utilizar o seu saber. O novo paradigma deveria emergir, tendo como eixo a vida e a economia de gestão. (Não mais a ciência?) Será holístico, deve aprender as lições da experiência acumulada pela maioria da população e atender suas necessidades, interesses, expectativas ou sonhos.

c) A terceira linha de pensamento, defendida por outros

representantes dos movimentos sociais e da comunidade científica, considera as duas anteriores insuficientes: a primeira, de perfil tecnicista, não assume a inserção social da C & T e, portanto, termina por não se identificar com a problemática específica dos povos subdesenvolvidos e suas massas pobres; a segunda, de perfil marcadamente ético e social, se, por um lado, assume a problemática e capacidade de gestão de massa pobre, por outro subestima o potencial técnico-científico da C & T, bem como a capacidade de parcelas das elites intelectuais virem a contribuir para a superação do subdesenvolvimento, através de sua identificação com os interesses das massas populares.

O encontro de Petrópolis, congregando cientistas físicos e outros, movimentos populares, artistas, etc., resultou em uma experiência interessante e promissora na busca da discussão da Ciência e Tecnologia, um dos temas que hoje se encontra em pauta para qualquer projeto político que venha assumir a direção do desenvolvimento dos países pobres. O poder da C & T não pode ser subestimado mas ela deve ser inserida socialmente, identificando-se com a maioria da população. Tampouco deve ser superestimada a capacidade destas massas de definirem as possibilidades de contribuição da C & T para a superação da condição de pobreza. A ponte entre ambos deve ser feita, ainda que neste primeiro encontro o diálogo não tenha fluído. Devemos caminhar para um novo modelo, colaborativo, posto que C & T e pobreza não são 'entidades' antagônicas. Sem isso, não será possível a síntese do desenvolvimento: a síntese entre satisfação de

necessidades prementes, imediatas, e a previsão, com responsabilidade, de cenários futuros. C & T e pobres devem buscar objetivos e linguagens comuns, desenvolvendo um dialeto próprio, para que possam deixar de ser periféricos e, juntos, assumirem uma saída alternativa para o desenvolvimento.

Como observação final cabe registrar o maior espaço dado à oratória em detrimento do debate. Se tivesse funcionado ao inverso o encontro poderia ter avançado mais no alcance dos seus objetivos. Como um primeiro encontro, foi eficiente por ter buscado iniciar o debate. Este foi seu maior valor. Aguardamos agora a continuidade do tema 'O encontro da C & T com o povo pobre'.

* Este texto consiste em um relatório elaborado pelas professoras Dóris Santos de Faria e Geralda Dias, Aparecida da UnB, comentado por Renato Melchiades, professor na Universidade Católica de Petrópolis e informa a respeito de plenárias que, em outubro de 1992 relacionaram Ciência, Tecnologia e Quinhentos Anos de Descoberta da América.

Dóris Santos de Faria é professora do Departamento de Ecologia.

Geralda Dias Aparecida é professora do Departamento de História da Universidade de Brasília.

Renato Melchiades Doria (Melk) é doutor em física pela Universidade de Oxford.



PROPOSTAS PARA UMA GEOPOLÍTICA DAS AMÉRICAS*

Aldo Paviani

Parece-nos apropriado recomendar atitudes de fundamental importância para o continente como um todo (apesar de certas medidas parecerem mais apropriadas ao Brasil). Cada política adotada a médio e longo prazos poderá moldar a forma de se produzir, distribuir bens e serviços e mesmo de gerir este imenso legado dos que nos precederam na *conquista* do espaço.

Entre outras, as seguintes medidas parecem-nos de fundamental importância para a construção de um espaço latino-americano mais justo (a ordem poderá variar, de acordo com os diversificados interesses e contextos geográficos):

1. Desenvolver políticas educacionais e de afirmação cultural, que apontarão para as conquistas em liberdade e democracia, com as quais serão varridos os resíduos autoritários que porventura rondem o continente.

2. Acabar com os subsídios para a exportação, com os quais tem se privatizado recursos públicos. Eliminar qualquer subsídio para a produção industrial e agrícola, que tem servido à locupletação inescrupulosa de alguns empresários urbanos e rurais, que, hoje, constituem verdadeiras oligarquias impeditivas de qualquer avanço de sentido social.

3. Transformar o poder judiciário em instrumento para a democratização da justiça, em busca do ideal de respeito aos direitos do cidadão, em todos os contextos sociais e não apenas para as elites dirigentes.

4. Transformar a mídia, em todas as suas formas, de modo que deixe de estar a serviço da alienação e da introdução de hábitos e interesses extracontinentais para que sirvam de veículos à cultura, arte e educação endogenamente criados.

5. Destruir os cartéis e os privilégios que abastecem os cofres de certos grupos, muitas vezes agindo à sombra do erário público, protegidos pelo manto da impunidade e abastecidos com dinheiro de origem suspeita, quando não criminoso.

6. Reduzir os endividamentos externos para a construção de *grandes projetos* (agropecuários, mineradores e de termo ou hidrelétricas), muitas vezes implementados para o benefício de multinacionais. Estas, em sua estratégia de extração, fazem *lobby* junto às instâncias governamentais e materializam projetos que as beneficiam em todas as etapas produtivas, sendo danosas às nações latino-americanas em razão do *comando externo* que implantam em toda a região.

7. Acabar com a sonegação fiscal, em todos os níveis da administração pública. Com os recursos justamente arrecadados os governos poderão desenvolver os projetos prioritários e, com isto, alavancar as economias locais, regionais e nacionais. Por outro lado, acabar com a sonegação de impostos significa democratizar os custos sociais para a construção de um espaço socialmente apropriado por todos de forma democrática.

8. Estancar a expatriação de divisas e reorientar o debate sobre a dívida externa, em muitos casos já sobrejamente paga. Estancando com a sangria de dólares, tanto no pagamento do serviço da dívida quanto no do principal, sobrarão recursos para os projetos essenciais a cada um dos países latino-americanos e do Caribe, surgindo superávits para o estabelecimento de mercados sustentados endogenamente.

9. Ampliar o acesso aos bens culturais (e à sua criação), de uso e de consumo, democratizando e valorizando a cidadania plena. Propiciar acesso ao trabalho a todos os que se capacitem por via educacional ou científico-técnica. Com isto, se desmantelarão os aparelhos de proteção que as elites implantaram, mantêm e perpetuam, com privilégios e nepotismo que assolam todas as esferas dos serviços públicos nos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.

10. Restaurar as soberanias nacionais, objetos de lutas no passado e que, hoje, estão submetidas ao jogo das potências hegemônicas ou às pressões das multi ou transnacionais. Ganhando em soberania, as nações caribenho-latino-americanas haverá de desenhar um *novo mapa regional*, porquanto poderão estabelecer trocas e projetos de interesse recíprocos.

Na falta de uma resposta positiva a estas medidas e providências, não se estabelecerão as bases para a autoafirmação dos povos e não se ganhará em qualidade de vida, e, logicamente, do meio ambiente (ainda a preservar).

Sem a coragem que as medidas sugerem não poderemos assumir nossas próprias identidades, negando-nos o desenvolvimento imaginado pelos que nos deixaram

este espaço por herança. A decisão não deverá tardar, portanto, pois está afeta a cada nacionalidade, apoiada pelos respectivos povos e alicerçada nos ideais gestados ao longo destes quinhentos anos de autodescobrimento. Valorizemos este momento com estas reflexões, passando às ações concretas.

* Este texto é parte integrante da conferência realizada na 5ª Semana de Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, em 19/10/92.

REDESCOBRINDO A AMÉRICA

Ana Maria Alfonso-Goldfarb

Invenção, invasão, descobertas... Múltiplas são as interpretações sobre a chegada dos europeus em território americano. Foram quinhentos anos de um caminhar contínuo, marcado pela exploração e até pela destruição dos habitantes e das terras do novo continente; mas também pela sua integração ao mapa e ao imaginário mundiais. E entre benefícios e prejuízos formase o perfil das Américas, tecido do intercâmbio e da miscigenação de povos, idéias e produtos. Perfil este que se insinuará de maneira inquestionável na formação de uma nova ordem de saberes que desembocará na modernidade. Parece ter sido vocação desse continente operar na transformação daqueles que tentaram interpretá-lo ou dominá-lo. O próprio Montezuma, grande senhor dos astecas, teria dito ao conquistador de seus domínios, Hernán Cortés, que seu povo e todos que habitavam o imenso território (ainda desconhecido dos europeus) vieram de luga-

res tão distantes em espaço como em cultura àquela América que ora se apresentava ao olhar atônito dos mais 'recentes estrangeiros'. Enfim, o quanto cada um desses povos tenha retirado ou doado de si à terra americana é algo difícil de se aquilatar, testemunho na maior parte das vezes silente ou incompreensível dentro dos limites de mundo e interpretação do 'desbravador' europeu. Mas também sobre este último e sua 'dominação' da América é preciso reavaliar. Não se sustentam as teses cravadas pela 'lenda negra' da história inglesa; mas também não são explicativas as histórias dos ibéricos: por detrás dos 'contra' e 'a favor' das novas terras e seus habitantes, sempre a sombra de uma ordem religiosa; um jogo regionalista, ou simplesmente a vontade de poder contrariada.

Foram, portanto, quinhentos anos de histórias 'mal contadas', ou apenas contadas como melhor pudessem servir para quem as contasse. Versões feitas, nem sempre com má-fé, mas que acabavam por tornar incompreensível quer o aparente 'realismo fantástico' do cotidiano latino-americano, quer o culto ao 'simulacro' com que se cobria a América do Norte.

Fórum aberto às várias versões e formas de contar essa longa história sem tentar unificá-las, mas justamente explorando a riqueza da diversidade, o congresso internacional *América 92: raízes e trajetórias* aconteceu entre 16 e 20 de agosto na Universidade de São Paulo e de 23 a 27 de agosto no Fórum de Ciência e Cultura do Rio de Janeiro. Sob a presidência da doutora Anita Novinsky e a direção dos doutores José Carlos Sebe (São Paulo) e Luís Pingueli Rosa (Rio de Janeiro), foi um evento de grande

porte que teve como objetivo redimensionar os estudos sobre a América e a projeção de novas pesquisas e abordagens sobre o tema.

Desde os estudos arqueológicos e antropológicos das culturas pré-colombianas, passando pelas pesquisas sobre náutica e astronomia que guiaram os caminhos (ou descaminhos) das grandes navegações até debates sobre questões educacionais e literárias da atualidade, uma plethora de temas e áreas povoou com sua multivisão o universo das críticas e/ou comemorações de 1992 presentes a esse encontro. Quase dois mil inscritos e setecentos trabalhos apresentados, separados em quatro grandes seções, a saber: Literatura e comunicação; Arqueologia; Caminhos de Sefarad rumo à América e História da ciência, além de uma seção geral onde temas relacionados à história e antropologia foram colocados. Mais de 160 professores estrangeiros puderam trazer suas contribuições, vindos de vários países como França, Estados Unidos, Canadá, Espanha, Itália, Portugal, Alemanha, Coreia, Marrocos e de toda a América Latina. Nomes expressivos como os de J. Saramago, R. Roshed, Y. Yovel e F. Cardini estiveram presentes.

Eventos culturais paralelos ao congresso permitiram que o encontro atingisse um público exclusivamente universitário, variando esses eventos desde a apresentação do Ballet Stagium a vinte exposições diversas em torno do tema, além de mesas-redondas para um público mais amplo na sede de *O Estado de S. Paulo*. Enfim, foi esse encontro uma bocanada de ar e contravérsia nos velhos esquemas especializados e estanques da

academia... sem com isto perder o nível de rigor universitário.

RESENHA

MEIO DE VIDA – CAMINHO DA MORTE

Resenha de: MILLER, Joseph C. *Way of death. Merchant capitalism and the Angolan slave trade. 1730-1830*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.

Jaime de Almeida

Way of death, publicado nos Estados Unidos em 1988, merece uma edição brasileira, independentemente da sazonalidade do mercado editorial. Resenhá-lo aqui é contribuir com outros artigos que inserem a África no V Centenário. O livro se desdobra em cinco partes: começa pela África (Parte 1: 'África: nascimentos e mortes', cinco capítulos, 166 p.), discute a estrutura e a dinâmica do tráfico negreiro; (Parte 2: 'Traficantes: em trânsito', seis capítulos, 269 p.), examina a participação brasileira no tráfico angolano; (Parte 3: 'Brasil: a última parada', três capítulos, 86 p.), passa em revista os interesses portugueses envolvidos com o tráfico e com o controle do território angolano; (Parte 4: 'Portugal: mercadores da morte', quatro capítulos, 118 p.) e conclui propondo a abordagem do sistema econômico mundial da época mercantilista a partir da experiência africana de contato com a morte (Capítulo 19: 'A economia da mortalidade', 35 p.).

O texto é de fácil leitura, discorrendo com clareza so-

bre temas complexos como demografia, sistemas africanos de parentesco, ecologia, economia política, etc.; mantendo um contato profundo, embora não-formalista, com os especialistas de cada área de conhecimento, Joseph Miller explora os arquivos portugueses, angolanos e brasileiros. O autor tem larga experiência neste campo, o que lhe permite aproximar-nos do que poderia ser o ponto de vista do escravo na historiografia do tráfico negreiro. Com grande sensibilidade na reconstituição da experiência vivida pelos escravos, Joseph Miller passa à distância de uma abordagem maniqueísta e incorpora a dinâmica das sociedades africanas de Angola à história. Seu grande mérito é o de buscar um meio de ultrapassar o molde etnocêntrico dos discursos universais, ao propor uma antropologização da economia política.

No cenário historiográfico brasileiro, está fortemente instalada — especialmente desde a publicação de *O escravismo colonial*, de Jacob Gorender (1978) — uma inclinação compreensivelmente oposita. Num movimento pendular, de crítica a uma certa teleologia de inspiração eurocêntrica implícita em obras que vinham até então definindo o padrão da melhor historiografia brasileira, tornou-se importante contestar o modo de pensar o período colonial brasileiro como capítulo de uma história universal da acumulação capitalista. Assim, passou-se frequentemente a pensar tal período, prolongado até 1888, nos termos do livro de um modo de produção inteiramente novo, e se explicitou todo um programa de estudos voltados para a descoberta e experimentação das leis de uma economia política da escravi-

dão colonial. É importante ressaltar que esta proposta teórica considera também, sobretudo nas várias obras do historiador Ciro Flamarion Cardoso, o peso das determinações externas, a dinâmica da articulação entre diferentes modos de produção em escala continental e mundial.

Por sua vez, claramente situado naquela tradição intelectual associada às teses de Fernand Braudel e Emmanuel Wallerstein, *Way of death* alarga os horizontes trazendo à cena a historicidade da África Central, as estratégias de troca e acumulação adotadas pelos grupos dominantes das sociedades africanas, a importância decisiva das milícias luso-africanas comandadas pelos capitães-mores na conquista de territórios e no controle das rotas terrestres do tráfico angolano, as alternativas possíveis de negociação envolvendo as formações políticas africanas, os luso-africanos, as autoridades coloniais, os grupos concorrentes no tráfico oceânico (portugueses, pernambucanos, baianos, cariocas, franceses, ingleses, holandeses...).

Estreitando o diálogo entre a história e a antropologia, Joseph Miller retoma o tema da *economia — mundo* numa perspectiva sincrônica, propondo uma etnoeconomia política em que a categoria *riqueza* se aplique ao processo de acumulação europeu e africano: riqueza em dinheiro, riqueza em gente. Incorporando à compreensão do período a importância da manipulação dos sistemas de parentesco e dependência pessoal na constituição das unidades políticas centro-africanas, o autor faz mais que acrescentar um novo continente à nossa visão histórica do mundo, pois abre nossos olhos para a percepção da onipresença da *morte*.

Assim, visto a partir da experiência vivida por milhões de africanos — tal como daquela de milhões de ameríndios, correlação que o livro não considerou —, o processo de unificação da história deixa de ser visto apenas como processo de acumulação capitalista ou de expansão da civilização européia, e aparece também como tragédia: o horror. Particularmente conturbadora é a descoberta da manipulação do fator *tempo* nos negócios negreiros: a deliberada lentidão dos compradores forçando a baixa dos preços pedidos pelos vendedores, enquanto os cativos amontoados nos entrepostos costeiros angolanos vomitam, defecam, agonizam e morrem.

Na conclusão, à página 683, Joseph Miller encara de frente a questão levantada por Stuart Schwartz na *Cambridge history of Latin America*: como caracterizar o Brasil colonial? Um modo de produção escravista colonial autônomo, ou uma seção dependente de um modo de produção capitalista mundial? A resposta depende, pelo menos em parte, da *escala* escolhida pelo pesquisador. Pois bem, *Way of death* focaliza exatamente o tráfico negreiro organizado pelo capitalismo mercantil, o que implica a adoção de uma escala pouco apropriada para o estudo das condições estruturais da colônia portuguesa na América. Por outro lado, na mesma passagem, o autor expõe suas reticências frente à tese holística do sistema mundial, concebida por Wallerstein, e considera com simpatia os argumentos 'localistas' apresentados por Sidney Mintz.

A bibliografia consultada é amplíssima e permite ao autor manifestar-se a propósito das grandes questões teóricas da historiografia relativa à es-

cravidão e ao mercantilismo. Seria oportuno, quando de uma edição brasileira, acrescentar uma discussão mais direta com a corrente historiográfica brasileira identificada com a tese do modo de produção escravista colonial e com certos autores contemporâneos muito citados pela referida corrente, como Wittold Kula e Perry Anderson.

Enfim, *Way of death* é um convite para se repensar um dos problemas cruciais de nossa historiografia: respeito à historicidade das diferentes regiões que integram o sistema econômico mundial do século XVIII, e reelaboração da própria noção de sistema econômico mundial, assentando-o numa definição etnohistórica de *capital*, enfatizando o papel decisivo das instituições de *crédito* em todas as etapas da trajetória histórica do capitalismo. Porém, mais que tudo, ler Joseph Miller durante as comemorações do V Centenário é ouvir as vozes de um silêncio aterrador: é como fitar os olhos de algum flagelado etíope hoje na televisão, à hora do jantar, e ver a morte.

Jaime de Almeida é professor adjunto de história da América no Departamento de História da UnB.

Nota

1. Volumes editados em 1976, Ozouf, Mona. *La fête révolutionnaire, 1789-1799*. Gallimard; Berce, Yves. *Fête et révolte*. Hachette; Vovelle, Michel. *Les métamorphoses de la fête en Provence de 1750 à 1820*; Aubler-Flamarion; os números 1 e 2 do volume III da revista *Cultures* da Unesco ('Festivals and Carnival: the major traditions', e 'Festivals and Cultures'); o dossiê da revista *Autrement* n. 7, novembro ('La Fête, cette hantise...').

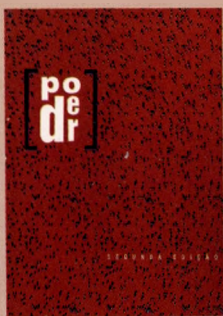
LANÇAMENTOS

PODER

Poder, de Niklas Luhmann, possibilita a melhor compreensão das infinitas cadeias de poder que se formam nas associações humanas, quer por interesses econômicos, políticos ou mesmo afetivos e culturais. Luhmann define o poder como uma relação de interdependência, tal como ocorre no amor ou na amizade. Para o sociólogo alemão, o poder pressupõe que todos os parceiros - comandantes e comandados - sejam artífices de um resultado comum a alcançar.

Nesse sentido, poder não significa apenas fazer com que os subalternos aceitem ordens e prescrições mas significa levar os poderes a exercer na plenitude as suas funções. Num sentido elementar, o poder é sempre um código, na medida em que atribui alternativas de ação entre o querer do chefe e o querer do comando. A partir deste pressuposto, Luhmann desenvolve a teoria das cadeias de ação, ou seja, um processo de poder que vincula mais de dois parceiros. Assim, A tem poder sobre B, B sobre C, C sobre D e assim por diante, até que a cadeia termine em um parceiro que não possua ninguém subordinado a ele. Segundo o autor, a cadeia de poder ainda não existe no caso de um rei que dá ordens a um general e este a sua mulher e empregados. Ela passa a existir quando o poder de cada um percorre todos os parceiros.

Professor de Sociologia na Universidade de Bielefeld, na Alemanha Federal, Luhmann escreveu além de *Poder* (*Macht*), *Soziologische Aufklärung* e, já traduzido para o português pela Editora da Universidade de Brasília, o livro *Legitimação pelo Procedimento* (*Legitimation durch Verfahren*).



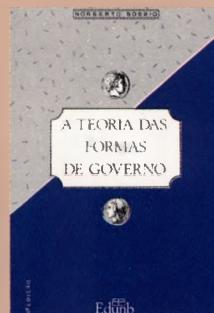
A TEORIA DAS FORMAS DE GOVERNO

A Teoria das Formas de Governo foi a primeira obra do pensador italiano Norberto Bobbio traduzida no Brasil, em 1980, pela Editora Universidade de Brasília, e que provocou a partir daí o fenômeno de mais sete livros do autor aqui lançados, a considerar as dimensões de nosso mercado editorial. A que podemos atribuir tal identidade, "essa verdadeira avalanche de textos do grande intelectual italiano", no dizer do professor Marco Aurélio Nogueira, em artigo no jornal O Estado de São Paulo?

Entre outras considerações, o articulista sugere: "Acontece que Bobbio opera justamente no espaço onde mais sentidas são as nossas carências - carências, aliás, que ficaram transparentes e cresceram com a própria marcha da democracia: quanto mais rompíamos com o autoritarismo, mais a política se convertia em matéria viva e mais a política passava a ser exigida e revelada suas virtudes e dificuldades. Bobbio caiu como uma luva nesse contexto. Preencheu um vazio..."

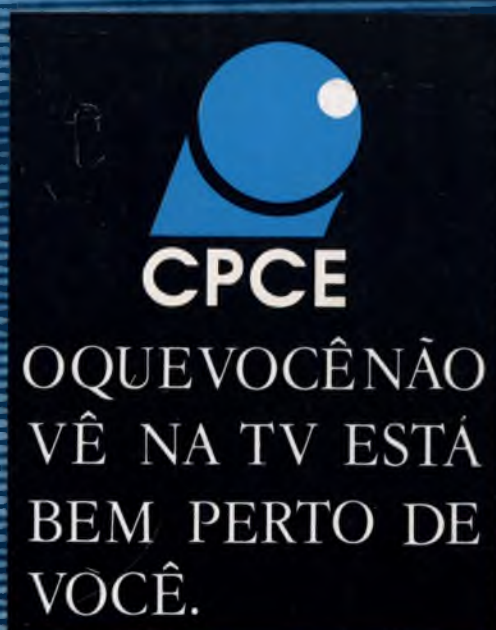
De fato, os méritos do autor podem ser bem avaliados nesse primeiro livro, revelador que é da densidade e oportunidade de sua obra. Em *A Teoria das Formas de Governo* Bobbio produz uma eficiente síntese da evolução do tema, um mergulho no pensamento político, de Heródoto a Marx. Começando pela filosofia grega e chegando ao limiar da Idade Contemporânea, a obra é marcada pela linguagem extremamente clara e límpido raciocínio. O tom didático não é ocasional; o livro surgiu a partir de um curso na Universidade de Turim, ministrado por Bobbio em 1975/76.

Assim é que esta obra constitui-se em precioso instrumento de apoio como texto-base não é só para os estudiosos da Ciência Política, mas percorre um vasto campo de interesses, incluindo a História, o Direito, a Sociologia, a Filosofia - as Ciências Humanas, enfim, como um todo. Conforme observa o autor, "as várias formas de governo não são apenas modos diversos de organizar a vida política de grupo social, mas também fases ou modos diversos e sucessivos, geralmente concatenados, um descendendo do outro, pelo seu desenvolvimento interno, dentro do processo histórico".



Edunb

SANTO DE CASA FAZ MILAGRES



Os vídeos produzidos pela UnB, através de seu Centro de Produção Cultural e Educativa - CPCE, são uma alternativa acessível de programação, com mais de 1.000 títulos abrangendo temas de interesse abrangente: folclore, ecologia, arte, armenologia, antropologia, história, educação, arquitetura etc...